

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

PEDRO VINÍCIUS PEREIRA BRITES

**AS DINÂMICAS REGIONAIS DO NORDESTE ASIÁTICO
E O PIVÔ NORTE-COREANO**

Porto Alegre

2018

PEDRO VINÍCIUS PEREIRA BRITES

**AS DINÂMICAS REGIONAIS DO NORDESTE ASIÁTICO
E O PIVÔ NORTE-COREANO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Analúcia Pereira Danilevich

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Brites, Pedro V. P.

As dinâmicas regionais do Nordeste Asiático e o pivô norte-coreano / Pedro V. P. Brites. -- 2018. 270 f.

Orientador: Analúcia Danilevicz Pereira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Política Internacional. 2. Segurança Regional. 3. Nordeste Asiático. 4. Coreia do Norte. 5. Estados Unidos da América. I. Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PEDRO VINÍCIUS PEREIRA BRITES

**AS DINÂMICAS REGIONAIS DO NORDESTE ASIÁTICO
E O PIVÔ NORTE-COREANO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Analúcia Pereira Danilevicz – Orientadora
UFRGS/PPGEEI

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini
UFRGS/PPGEEI

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso
CMPA

Aos três B's da minha vida, Bruna, Bolt e Barbie.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à República Federativa do Brasil pela oportunidade de cursar um doutorado público, gratuito e de qualidade. Em um país em que se observam retrocessos conservadores, ataques à universalização do acesso ao ensino superior, no qual a maior parcela da população não tem acesso à educação de nível superior, me sinto privilegiado pela oportunidade e reitero meu dever de retribuir, na medida das minhas capacidades, o investimento na minha formação. Gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por toda a estrutura e suporte acadêmico que obtive nesses cerca de quinze anos como aluno dos cursos de Jornalismo, Relações Internacionais e Estudos Estratégicos Internacionais.

Agradeço especialmente à Professora Analúcia Danilevicz Pereira, minha orientadora, por toda a confiança depositada em mim, pelo apoio incessante mesmo em face de diversas adversidades institucionais enfrentadas. É inspirador ver uma docente que luta pelo desenvolvimento e inserção profissional de seus alunos. Espero poder corresponder à confiança.

Gostaria de agradecer aos Professores, Dario Teixeira e Paulo Visentini, que me acompanham desde a graduação e dedicaram seu tempo à leitura dessa pesquisa. Agradeço, igualmente, também ao Professor Diego Pautasso por participar da avaliação desse trabalho. Estendo meus agradecimentos ao Professor José Miguel Martins por ter contribuído para essa pesquisa, desde a graduação, no mestrado, e na etapa de qualificação no doutorado. Agradeço também ao Professor Marco Cepik por todo apoio sempre que precisei e pelas diversas indicações de leitura que me auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa.

Esse é um trabalho coletivo, cuja produção coube a mim, mas reflete a soma de diversos esforços conjuntos. Por essa razão, quero agradecer a todos que ajudaram direta ou indiretamente ao longo dessa trajetória na UFRGS.

Agradeço aos colegas com quem tive o prazer de conviver e que de distintos modos contribuíram para a evolução dessa pesquisa que se iniciou ainda em 2009. Cito aqui os amigos, Lucas Kerr de Oliveira e Naiane Cossul. À Larleciante Piccoli agradeço pela primeira oportunidade profissional como docente e por todos os ensinamentos. Gratidão eterna.

Gostaria de agradecer aos bolsistas e orientandos que contribuíram decisivamente para a construção deste trabalho. Seja através da pesquisa, seja pelo apoio nos demais projetos de extensão, foi esse auxílio que permitiu a conclusão dessa pesquisa. Em ordem alfabética: Aléxia Araújo, Carolina Malta, Marianna Rodrigues, Valentina Junqueira e Yuri Padilha.

Agradeço também aos amigos que me deram apoio nas horas mais difíceis. Quando o acúmulo de funções e atividades parecia tornar o sonho do doutorado algo intangível, sempre

pude contar com uma conversa amistosa, um ombro amigo ou mesmo um fichamento. Por isso, muito obrigado, Giovana Zucatto, Bruno Guimarães, Marcela Ávila, Athos Munhoz, Camila César, Marília Closs e Thales Machado.

Gostaria de agradecer à minha família por serem uma motivação para eu continuar sempre. Aos meus irmãos, Anna Carolina, Roberto e Simone; meus sobrinhos, Aline, Paulo Roberto, Amanda e Luiz Fernando; meus tios, Pedro e Elizabeth; minha prima Fabianes; e a meus afilhados, Mariana, Marcelo e Miguel. Especialmente, preciso agradecer aos meus pais, Terezinha (*in memorian*) e Veni. Fui o primeiro da família a ter tido a oportunidade de terminar uma graduação e isso se deve ao esforço de pais Brizolistas, que nasceram no interior da região missioneira e subverteram a lógica imposta pela vida ao apostar na educação como a única saída.

Por fim, gostaria de agradecer à minha maior incentivadora, minha inspiração e maior parceira de pesquisa, de superação e de vida, minha esposa, Bruna Jaeger. Sem seu apoio, carinho e incentivo constante não haveria possibilidade de que essa pesquisa fosse realizada. Muito obrigado!

“Nocautes e nocautes nossos que a TV não aplaude
Somos reis underground, matéria-prima
Macunaíma no peito da América Latina
Hi-tech de terreiro
O sonho de Darcy Ribeiro
Dorme em cada brasileiro”
Emicida

RESUMO

Este trabalho trata da política externa da República Popular Democrática da Coreia (RPDC-Coreia do Norte) e os efeitos sobre a dinâmica regional do Nordeste Asiático. Especificamente, analisa a mudança de liderança na RPDC, efetivada com ascensão de Kim Jong-Un ao cargo de *Supremo Líder* em 2011, e os consequentes impactos que essa transição trouxe para as dinâmicas regionais político-securitárias que envolvem a República Popular da China, o Japão, a Coreia do Sul, a Rússia e os EUA. Desse modo, busca atender a dois objetivos básicos. Primeiro, procura avaliar de que forma a ascensão de Kim Jong-Un ao poder altera o quadro político e econômico interno, bem como o perfil de inserção internacional da Coreia do Norte. Segundo, analisa de que modo essa ascensão impacta sobre os padrões de cooperação e conflito que caracterizam o Nordeste Asiático desde o final da Guerra Fria. Para atingir seu objetivo geral, esta pesquisa é guiada por três objetivos específicos. (I) estabelecer uma análise teórico-conceitual acerca dos padrões de cooperação e conflito que caracterizam as relações interestatais no Nordeste Asiático desde o final da Guerra Fria. (II) Segundo, avaliar de que modo o Governo Kim Jong-Un representa uma alteração no quadro securitário, político e econômico interno, bem como na inserção internacional do país. (III) A partir das análises estabelecidas, analisar os impactos que a ascensão de Kim Jong-Un gera sobre a dinâmica regional tendo como base o equilíbrio nuclear e os padrões de cooperação e conflito que prevalecem desde o final da Guerra Fria.

Palavras-chave: Coreia do Norte. Regionalismo. Política Internacional.

ABSTRACT

This thesis deals with the foreign policy of the Democratic People's Republic of Korea (DPRK-North Korea) and the effects on the regional dynamics of Northeast Asia. Specifically, it analyzes the change of leadership in the DPRK, made possible by Kim Jong-Un's rise to the position of Supreme Leader in 2011, and the consequent impacts that this transition has brought to the regional political-security dynamics involving the People's Republic of China, Japan, South Korea, Russia and the United States. In this way, it seeks to meet two basic objectives. First, it seeks to assess how Kim Jong-Un's rise to power alters the internal political and economic framework, as well as North Korea's international insertion profile. Second, to analyze how this rise has impacted on the patterns of cooperation and conflict that have characterized Northeast Asia since the end of the Cold War. To achieve its overall goal, this research is guided by three specific objectives. (I) to establish a theoretical-conceptual analysis of the patterns of cooperation and conflict that characterize inter-state relations in Northeast Asia since the end of the Cold War. (II) Second, to assess how the Kim Jong-Un Government represents a change in the domestic security, political and economic framework, as well as the country's international insertion. (III) From the analysis established, analyze the impacts that the rise of Kim Jong-Un generates on regional dynamics based on the nuclear balance and patterns of cooperation and conflict that have prevailed since the end of the Cold War.

Keywords: North Korea. Regionalism. International Politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quadro-desenho da Pesquisa	19
Mapa 1 - A Península Coreana como pivô do Equilíbrio de Poder regional na Ásia-Pacífico	26
Mapa 2 - Expansão do Império Japonês na década de 1930	38
Mapa 3 - Processos de Descolonização no continente Asiático	45
Gráfico 1 - Evolução do Produto Interno Bruto da República Popular da China, Japão, Coreia do Sul e Rússia (1991-2001)	65
Gráfico 2 - Taxa de Crescimento Produto Interno Bruto (%) da China em Comparação com Crescimento do PIB Mundial (1997-2007)	68
Gráfico 3 - Taxa de Crescimento Produto Interno Bruto (%) da China em Comparação com Crescimento do PIB Mundial, Ásia Meridional e Leste Asiático e Pacífico (1997-2007)	69
Gráfico 4 - Taxa de Crescimento Produto Interno Bruto (%) do Japão em Comparação com Crescimento do PIB Mundial (1988-2006)	72
Figura 2 - Dinâmicas Globais Pós-Guerra Fria (ação e reação à hegemonia).....	79
Mapa 4 - Os Complexos Regionais de Segurança no Continente Asiático.....	83
Gráfico 5 - Arsenal Nuclear dos Estados Unidos (1962-2017).....	91
Quadro 1 - Arsenais Nucleares por País (2017)	92
Quadro 2 - Níveis de Mudança em Política Externa em Charles Hermann	101
Mapa 5 - A Península Coreana em 1945	106
Figura 3 - Estrutura dos Agentes de Política Externa na República Democrática da Coreia.	111
Gráfico 6 - Ações Militares durante o Governo Kim Il-Sung (1958-1994)	114
Figura 4 - Estrutura dos Agentes de Política Externa na República Democrática da Coreia a partir do Programa Nuclear	115
Figura 5 - Estrutura do Papel dos Agentes de Política Externa na República Democrática da Coreia no Governo Kim Jong-II	120
Gráfico 7 - Ações Militares durante o Governo Kim Jong-II (1994-2011).....	121
Figura 6 - Estrutura dos Agentes de Política Externa na República Democrática da Coreia a partir no governo Kim Jong-Un	130
Gráfico 8 - Ações Militares da Coreia do Norte (1958-2017).....	131
Figura 7 - Comparativo dos Testes Nucleares Norte-Coreanos em Quilotons	133
Quadro 3 - Testes Militares da RPDC no Governo Kim Jong-Un (2012-2017).....	133
Figura 8 - Mísseis Balísticos Norte-Coreanos	136
Gráfico 9 - Taxa de Crescimento do PIB na Coreia do Norte (2006-2016).....	143

Figura 9 - Parceiros Comerciais da República Popular Democrática da Coreia (%).....	144
Figura 10 - Quadro-desenho das Etapas de Ação do Governo Kim Jong-Un.....	149
Gráfico 10 - Ações Militares da Coreia do Norte (1958-2017).....	153
Mapa 6 - Presença Militar dos Estados Unidos no Leste Asiático.....	168
Mapa 7 - Bases Navais e Aéreas dos Estados Unidos no Nordeste Asiático.....	169
Mapa 8 - As Redes de Infraestrutura sob a Perspectiva da Coreia do Sul.....	186
Figura 11 - Cinturões Econômicos na Península Coreana (Moon Jae In).....	191
Mapa 9 - A Zona de Identificação Aérea Chinesa no Contexto Regional.....	211
Mapa 10 - O projeto para a Nova Rota da Seda.....	215
Mapa 11 - Investimento em Defesa no Continente Asiático (2017).....	233
Mapa 12 - Os Complexos Regionais no Continente Asiático.....	239
Figura 12 - As Dinâmicas Securitárias Regionais no Nordeste Asiático.....	240

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD	Antiacesso/Negação de Área
ADB	Banco de Desenvolvimento Asiático (sigla em inglês)
ADIZ	Zona de Identificação Aérea (sigla em inglês)
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (sigla em inglês)
ALCM	Air-launched Cruise Missile
APEC	Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (sigla em inglês)
APG	Comitê Asiático Anti-lavagem de Dinheiro (sigla em inglês)
ARF	Fórum Regional da ASEAN (sigla em inglês)
ASB	AirSea Battle
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático (sigla em inglês)
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CECP	Corredor Econômico China-Paquistão
CERS	Cinturão Econômico da Rota da Seda
CPGS	Programa de Ataque Convencional Global (sigla em inglês)
CRA	Arranjo Contingente de Reservas (sigla em inglês)
CRS	Complexos Regionais de Segurança
CSNU	Conselho de Segurança da ONU
CSSTA	Acordo de Comércio Serviço do Estreito (sigla em inglês)
CSTO	Organização do Tratado de Segurança Coletiva (sigla em inglês)
CTBT	Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (sigla em inglês)
DIA	Agência de Inteligência de Defesa dos Estados Unidos (sigla em inglês)
DoD	Departamento de Defesa dos Estados Unidos (sigla em inglês)
EAJNC	Exército Antijaponês do Nordeste da China
EAS	Cúpula do Leste Asiático (sigla em inglês)
ECP	Empresa de Cantão e Povoado
EEU	União Econômica Eurasiática (sigla em inglês)
EGR	Gabinete Geral de Reconhecimento (sigla em inglês)

ELP	Exército Chinês de Libertação Popular
EPCN	Exército Popular da Coreia do Norte
EUA	Estados Unidos da América
FAELP	Força Aérea do Exército de Libertação Popular
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAC	Grande Ásia Central
GNL	Gás Natural Liquefeito
ICBM	Mísseis Balísticos Intercontinentais (sigla em inglês)
IED	Investimento Estrangeiro Direto
JAM-GC	Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons
JBIC	Banco para Cooperação Internacional do Japão (sigla em inglês)
JOAC	Joint Operational Access Concept
KEDO	Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana
KMT	Guomindang
LWR	Light-Water Reactor
MAD	Destrução Mútua Assegurada
MRBM	Mísseis de Médio Alcance (sigla em inglês)
MTCR	Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (sigla em inglês)
NAPCI	Iniciativa de Paz e Cooperação do Nordeste Asiático (sigla em inglês)
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS
NDPG	Diretrizes do Programa de Defesa Nacional (sigla em inglês)
NMD	Programa Nacional de Defesa Missilística (sigla em inglês)
NPR	Revisão da Postura Nuclear (sigla em inglês)
NSS	Estratégia de Segurança Nacional (sigla em inglês)
OBOR	One Belt, One Road
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
ODA	Official Development Assistance

OFAC	Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (sigla em inglês)
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPCOM	Comando Operacional da Península Coreana (sigla em inglês)
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PACOM	Comando Operacional do Pacífico (sigla em inglês)
PCCh	Partido Comunista Chinês
PCT	Partido Coreano dos Trabalhadores
PDJ	Partido Democrático do Japão
PES	Política Externa e de Segurança
PLD	Partido Liberal Democrata do Japão
RAL	Reator de Água Leve
RBPI	Revista Brasileira de Política Internacional
RDC	República Democrática da Coreia
RI	Relações Internacionais
RMA	Revolução nos Assuntos Militares
RMB	Renminbi
RPC	República Popular da China
RPDC	República Popular Democrática da Coreia
RSM	Rota da Seda Marítima
SDI	Strategic Defense Initiative
SI	Sistema Internacional
SLBM	Mísseis Balísticos Lançados de Submarino (sigla em inglês)
SLOC	Linha de Comunicação Marítima (sigla em inglês)
SORT	Tratado sobre Redução de Ofensiva Estratégica (sigla em inglês)
SRBM	Mísseis de Curto Alcance (sigla em inglês)
TCRS	Teoria dos Complexos Regionais de Segurança
TCS	Secretariado de Cooperação Trilateral (sigla em inglês)
THAAD	Terminal High Altitude Area Defense

TICAD	Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano
TKR	Ferrovia Transcoreana (sigla em inglês)
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
TPP	Parceria Trans-Pacífica
TSR	Ferrovia Transiberiana (sigla em inglês)
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change
UNMISS	Missão de Paz das Nações Unidas no Sudão do Sul (sigla em inglês)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAF	Força Aérea dos Estados Unidos (sigla em inglês)
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	PREMISSA I: PROCESSO INACABADO DE DESCOLONIZAÇÃO DA COREIA...	21
1.2	PREMISSA II: A SINGULARIDADE GEOPOLÍTICA DO NORDESTE ASIÁTICO	24
1.3	PREMISSA III: O NORDESTE ASIÁTICO COMO UM SISTEMA REGIONAL COM ALTA PENETRAÇÃO HEGEMÔNICA	28
2	AS DINÂMICAS REGIONAIS NO NORDESTE ASIÁTICO NO PÓS-GUERRA FRIA: ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS	35
2.1	A ASCENSÃO DO LESTE ASIÁTICO NO SISTEMA INTERNACIONAL: PODER, DESENVOLVIMENTO E GEOPOLÍTICA	36
2.1.1	A primeira fase de rupturas: Doutrina Nixon e rede de subcontratação japonesa..	37
2.1.2	A segunda fase de rupturas: as duas crises do petróleo e a desestruturação da bipolaridade.....	54
2.2	O NORDESTE ASIÁTICO NO PÓS-GUERRA FRIA: DISSUAÇÃO, NÃO- PROLIFERAÇÃO COERCITIVA E DESAFIO NEOLIBERAL	58
2.2.1	A terceira fase de rupturas: globalização e unipolaridade	58
2.2.2	A quarta fase de rupturas e as alterações na geoeconomia global.....	63
2.3	BALANÇO ANALÍTICO-CONCEITUAL DAS DINÂMICAS REGIONAIS NO NORDESTE ASIÁTICO: O PAPEL DA DISSUAÇÃO NUCLEAR E SEGURANÇA REGIONAL	75
2.3.1	O Regionalismo e Sistema Internacional Pós-Guerra Fria	76
2.3.2	Segurança Regional e Dissuasão Nuclear Pós-Guerra Fria.....	84
2.3.3	Considerações sobre Dissuasão Nuclear no Século XXI	88
3	A ASCENSÃO DE KIM JONG-UN NA COREIA DO NORTE: <i>BYUNGJIN</i> <i>POLICY</i> E A DIPLOMACIA DA DISSUAÇÃO	97
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE SEGURANÇA, DISSUAÇÃO NUCLEAR E POLÍTICA EXTERNA: LIMITAÇÕES E CONDICIONANTES NOS ESTADOS PERIFÉRICOS	97
3.2	O GOVERNO DE KIM IL-SUNG (1948-1994) E A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA	103

3.3	KIM JONG-IL E A MILITARIZAÇÃO DO ESTADO: <i>BRINKMANSHIP</i> COMO FERRAMENTA DE ATUAÇÃO INTERNACIONAL.....	116
3.4	A ASCENSÃO DE KIM JONG-UN AO PODER NA COREIA DO NORTE: <i>BYUNGJIN POLICY</i> E A DIPLOMACIA DA DISSUAÇÃO	125
3.4.1	O Novo líder e a Atuação Externa da RPDC	125
3.4.2	A hipótese de reestruturação doméstica e modernização econômica na Coreia do Norte de Kim Jong-Un	140
3.4.3	A Nova Fase na Estratégia de Inserção Internacional da República Popular Democrática da Coreia: cooperação e alinhamento	145
3.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	152
4	A COREIA DO NORTE E O CONTEXTO ASIÁTICO NO SÉCULO XXI: DISSUAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONFLITO E NOVAS DINÂMICAS REGIONAIS	155
4.1	A TRÍADE ESTADOS UNIDOS, COREIA DO SUL E JAPÃO: ENTRE A ALIANÇA ESTRATÉGICA E OS PROJETOS NACIONAIS	156
4.1.1	A Estratégia dos Estados Unidos da América para o Nordeste Asiático.....	157
4.1.2	A Política Externa dos Estados Unidos para o Leste Asiático.....	164
4.1.3	A Política Externa e de Segurança dos EUA e a Península Coreana (2012-2018)	172
4.1.4	A Política Externa da Coreia do Sul para o Nordeste Asiático (2011-2018).....	178
4.1.5	A Política Externa do Japão no governo Shinzo Abe: entre o nacionalismo e o isolamento regional	192
4.2	AS RELAÇÕES NORTE-COREANAS COM RÚSSIA E CHINA: ENTRE O ALINHAMENTO E A AUTONOMIA.....	201
4.2.1	A Política Externa da República Popular da China para o Nordeste Asiático no governo Xi Jinping.....	202
4.2.2	Os Interesses Estratégicos da Rússia no Leste Asiático	223
4.3	AS DINÂMICAS DO NORDESTE ASIÁTICO E O CONTEXTO GLOBAL DE REESTRUTURAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL	231
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	243
	REFERÊNCIAS	251
	APÊNDICE A – Tabela Testes Militares Norte-Coreanos desde 1958	266

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a política externa da República Popular Democrática da Coreia (RPDC-Coreia do Norte) e os efeitos sobre a dinâmica regional do Nordeste Asiático. Especificamente, trata da atuação da Coreia do Norte no plano regional sob o governo de Kim Jong-Un, que em 2011 assumiu o cargo de *Supremo Líder*. Assim, o presente trabalho procura conjugar a análise doméstica da RPDC e o contexto regional no Nordeste Asiático, nomeadamente as interações que envolvem a República Popular da China, o Japão, a Coreia do Sul, a Rússia e os EUA.

Esta pesquisa atender a dois objetivos prioritários. Em um primeiro plano, procura-se avaliar de que forma a ascensão de Kim Jong-Un ao poder altera o perfil de atuação internacional da RPDC. Segundo, analisar de que modo essa ascensão afeta o padrão de cooperação e conflito que caracteriza a região desde o final de Guerra Fria. A península coreana é central na geopolítica do Nordeste Asiático e o equilíbrio nuclear se mantém como pilar central da competição estratégica entre as Grandes Potências na região mesmo após o fim da Guerra Fria. Assim, embora o século XXI seja marcado pela desordem e a crise sistêmica, no Nordeste Asiático os padrões de cooperação e conflito ainda são marcadamente similares aos que pautaram a Guerra Fria, e nesse contexto, a dissuasão nuclear exerce papel estabilizador para as relações regionais. Por essa razão, a compreensão do fenômeno político e social da resiliência norte-coreana, bem como das medidas reativas do país frente às transformações que ocorreram desde o final da Segunda Guerra Mundial articula-se em sentido mais amplo com o entendimento das dinâmicas que elevaram o Leste Asiático à condição de epicentro do capitalismo global.

A ascensão de Kim Jong-Un ao poder na RPDC em 2011 representou uma inflexão na política norte-coreana, pois o processo de transição de liderança ainda não estava totalmente consolidado. Essa mudança interna no país não pode ser observada de modo dissociado do contexto regional do Nordeste Asiático, especialmente tendo em vista os padrões de cooperação e conflito instituídos desde a Guerra Fria. Assim, o presente trabalho dedica-se a analisar em que medida essa inflexão na política interna RPDC se reflete em alterações no plano externo e, a partir disso, avaliar o modo como afetam as dinâmicas políticas-securitárias que caracterizam o Nordeste Asiático desde o final da Guerra Fria.

A tese que embasa esse estudo é que a ascensão de Kim Jong-Un deu início a um processo de modernização econômica e busca por reinserção internacional da RPDC, respaldado pelo aprofundamento do desenvolvimento do programa nuclear (*byungjin policy*),

que assegura capacidades dissuasórias para o país no plano regional. Política essa que contribui para a coesão das elites internas do país e fortalece a capacidade de dissuasão no plano regional, refutando a hipótese de colapso iminente. Desse modo, o país conserva alguns aspectos fundamentais que caracterizavam a ação externa do país no governo de seu pai, Kim Jong-Il - o padrão da retórica e o uso de *brinkmanship* – mas acelera o processo de desenvolvimento militar como indica o aumento exponencial de testes militares. Esse processo condiciona o equilíbrio estratégico entre as Grandes Potências na região, afetando o nível de interação no que tange aos padrões de cooperação-conflito e polarização regional, conservando o caráter típico da Guerra Fria nessas interações, mesmo face às transformações típicas do processo de recomposição hegemônica, e deslocando o eixo conflitivo entre China, Estados Unidos, Rússia, Japão e Coreia do Sul para outros subsistemas asiáticos.

No plano interno, o *byungjin policy* contribui para coesão das elites internas do país frente às dissidências relativas ao projeto de modernização econômica. Ao mesmo passo, a aceleração do desenvolvimento nuclear e ampliação do número de testes militares contribuem para ampliar a margem de manobra nas relações exteriores. No âmbito regional, dada a preservação das características dos padrões de cooperação-conflito entre as unidades do Nordeste Asiático, assentadas no modelo tradicional de interação, estabelece-se um congelamento do *status quo*, o que transfere a arena de disputas securitárias para outras sub-regiões da Ásia, e como efeito secundário contribui para o aumento da securitização e da militarização observado na região na última década. Entretanto, esse processo não é apenas uma reação às mudanças adotadas pelo governo de Kim Jong-Un, sendo derivado prioritariamente de mudanças mais amplas na correlação de forças e na distribuição de poder entre as Grandes Potências¹ que atuam na região.

Desde o final da Guerra Fria, a atuação norte-coreana se ampara na manutenção de um padrão de conduta relativamente estável, no qual o país subverte sua condição de Estado periférico através da instrumentalização de sua centralidade geopolítica para alterar a dinâmica político-securitária regional. Essa instrumentalização se dá por uma atuação externa que alterna momentos de uso da retórica agressiva e do desenvolvimento armamentista com momentos de engajamento diplomático.

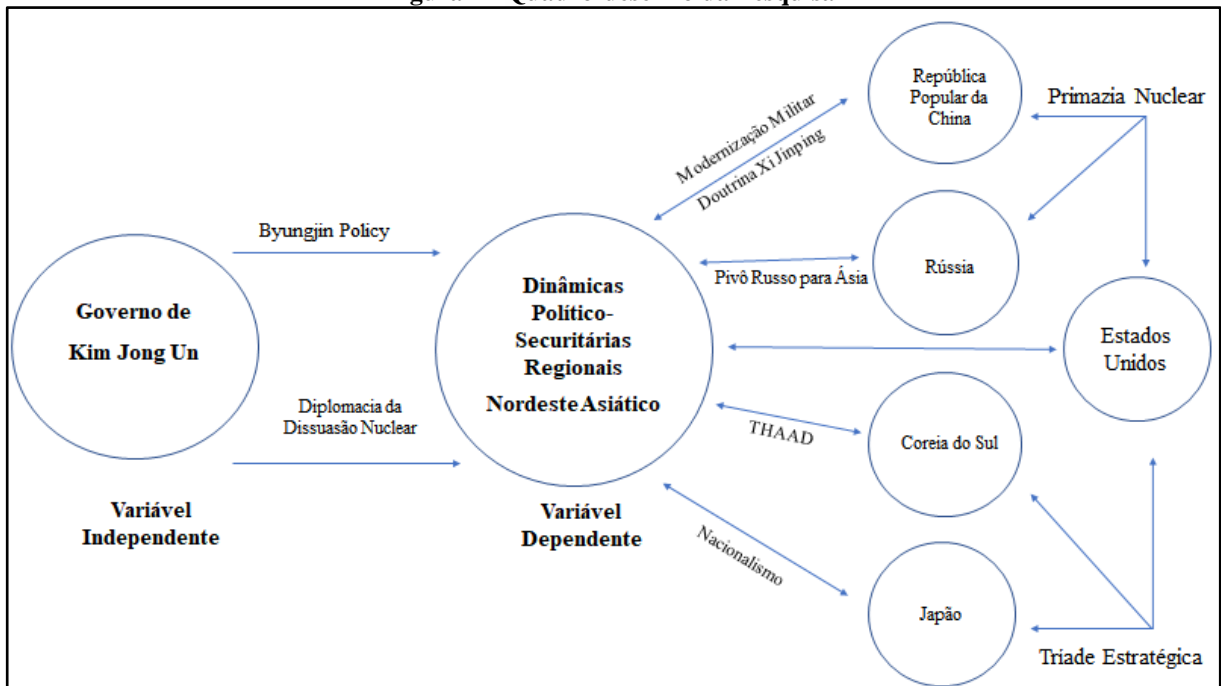
Assim, a hipótese central deste estudo organiza-se a partir de três hipóteses auxiliares que se relacionam a três níveis analíticos:

¹ A definição de Grande Potência utilizada aqui refere-se aos Estados cujas capacidades permitem uma atuação que transcende o espaço restrito à sua região geográfica. Nesse sentido, o comportamento de uma Grande Potência afeta o funcionamento do Sistema como um todo (WALTZ, 1979; WIGHT, 2002).

- a) **no nível do Estado**, parte-se da hipótese de que o objetivo prioritário da Política Externa da RPDC, orientada pela racionalidade, é a assinatura do Tratado de Paz referente à Guerra da Coreia; por essa razão, o abandono estratégico por parte das Grandes Potências é o pior cenário para os interesses norte-coreanos;
- b) **no nível regional**, a situação na Coreia do Norte condiciona o contexto estratégico no que tange ao perfil de forças e na sua distribuição espacial, ao mesmo passo, a balança de poder regional vem se alterando e se configura como um choque externo para a RPDC;
- c) **no nível sistêmico**, a questão norte-coreana interfere na distribuição de poder das Grandes Potências, visto que desafia o regime de não-proliferação nuclear e sua legitimidade enquanto mecanismo de estabilização securitária.

A Figura 1 abaixo apresenta a síntese das dinâmicas analisadas nesta pesquisa conjugando os três níveis analíticos verificados. Desse modo, a partir da ascensão de Kim Jong-Un procura-se avaliar o que se alterou na inserção internacional do país, destacando-se a adoção *byungjin policy* e os avanços no programa nuclear. E em um esforço analítico complementar, analisa-se como as dinâmicas regionais foram afetadas por essas mudanças.

Figura 1 - Quadro-desenho da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Esses problemas centrais procuram atender a questionamentos mais amplos que se vinculam às dinâmicas político-securitárias globais. Nesse sentido, a seu modo, a presente pesquisa procura contribuir com a literatura nos seguintes aspectos:

- a) estabelecer uma análise da racionalidade da atuação externa do RPDC, observando os padrões de comportamento e verificando em que medida são reativos ou não ao ambiente regional;
- b) avaliar o projeto do governo Kim Jong-Un e os efeitos sobre a balança de poder regional e articulação dessa com o processo de recomposição hegemônica em curso;
- c) analisar a correlação entre os processos de militarização regional e o avanço no projeto de nuclearização da RPDC;
- d) explorar o papel da dissuasão nuclear para um Estado periférico em um contexto de transformações do cenário estratégico pós-Guerra Fria;
- e) avaliar a questão da segurança internacional no terceiro-mundo, especialmente tendo em vista que a Coreia do Norte é produto do processo de descolonização no pós-Segunda Guerra Mundial, mas não obteve uma inserção no Sistema Internacional desde então.

Para testar as hipóteses de trabalho, serão executadas as seguintes etapas de pesquisa:

- a) a partir de revisão bibliográfica, estabelecer uma análise teórico-conceitual acerca dos padrões de cooperação e conflito que caracterizam as relações interestatais no Nordeste Asiático;
- b) a partir do aporte metodológico de mudança em Análise de Política Externa, identificar os padrões de conduta, os agentes de mudança, bem como os indicadores que permitem observar eventuais mudanças na inserção externa da República Popular Democrática da Coreia;
- c) mapear os condicionantes internos, regionais e globais que afetam a inserção externa da RPDC;
- d) com base na literatura e em documentos oficiais, avaliar de que modo o Governo Kim Jong-Un representa uma alteração no quadro securitário, político e econômico interno;
- e) tendo como base os padrões de conduta e os indicadores identificados, avaliar se o governo de Kim Jong-Un altera a inserção externa do país;
- f) a partir da análise teórico-conceitual prévia, avaliar o contexto regional no Nordeste Asiático desde 2011;

g) a partir dos resultados obtidos nas etapas anteriores, analisar os impactos que a ascensão de Kim Jong-Un gera sobre a dinâmica regional, tendo como base o equilíbrio nuclear e os padrões de cooperação e conflito que prevalecem desde o final da Guerra Fria.

A tese aqui desenvolvida parte de três premissas básicas:

- a) a situação na península coreana é predominantemente efeito do processo inacabado de descolonização da Coreia;
- b) a geopolítica do Nordeste Asiático possui a condição única de reunir Grandes Potências em um espaço geográfico concentrado, cujo espaço terrestre de mediação é a península coreana;
- c) por ser composto predominante por Grandes Potências, o Nordeste Asiático é um sistema regional com alta penetração da potência hegemônica, cujas dinâmicas regionais geram implicações diretas para as dinâmicas globais.

1.1 PREMISSA I: PROCESSO INACABADO DE DESCOLONIZAÇÃO DA COREIA

A premissa central é que o processo revolucionário de libertação nacional colonial na Península Coreana é um processo inconcluso e deriva principalmente da falta de definição na Guerra da Coreia (1950-1953). Desse modo, a situação na Península Coreana é fruto de uma condição política única, na qual, de um lado, se associam elementos do colonialismo inacabado e das dinâmicas derivadas da Guerra Fria; e, de outro, uma condição geopolítica particular onde o entorno estratégico é composto por Grandes Potências.

O entendimento de que o processo de libertação colonial permanece inacabado é fundamental para a análise da atuação da Coreia do Norte no plano internacional. Desde o final do século XIX, quando a península coreana, ainda unificada, foi ocupada e posteriormente anexada pelo Japão imperial, a Coreia não gozou de condições para estabelecer uma adequação à comunidade internacional como Estado Nacional Moderno em termos de independência. A ocupação soviética e estadunidense ao final da Segunda Guerra Mundial, embora libertadora no que tange à expulsão das forças japonesas, não representou uma afirmação nacional coreana. Pelo contrário, aprofundou a falta de autonomia da península e amplificou a divisão interna, criando a cisão coreana. Os Estados que derivaram desse processo se configuraram, do ponto de vista histórico e de formação do Estado, em anomalias.

A Guerra da Coreia poderia ter simbolizado esse ponto de inflexão na edificação de uma Revolução Nacional. Todavia, serviu como espaço de disputa estratégica entre as

superpotências, e espécie de ensaio para a construção dos limites e condicionantes das disputas entre URSS e EUA. Mais do que isso, os impactos sociológicos para a sociedade coreana, tanto no Sul quanto no Norte, foram devastadores e se constituem em elemento balizador das sociedades desses países desde então. Cabe destacar que o nível de degradação social que a sociedade coreana vinha enfrentando foi se acentuando ao longo da colonização japonesa e chegaram no ápice com a deflagração da guerra em 1950. A alta taxa de mortalidade, o abrupto aumento dos fluxos migratórios, a queda na taxa de natalidade e a devastação infraestrutural foram efeitos combinados desse processo (SHIN, 2001). A isso, soma-se o fato de que a colonização japonesa estruturou uma sociedade contenciosa sob a tutela de um Estado forte, introduzindo elementos burocráticos importados do Império Japonês. A introdução desses elementos na sociedade coreana ocorreu de forma abrupta, bem como a transição para o período pós-ocupação japonesa.

Ou seja, não houve transição pós-colonial, não houve descolonização do ponto de vista material, embora ela tenha ocorrido formalmente. Não ocorreu nesse processo a formação de um Estado Nacional independente na Península. A Revolução Nacional, nesse contexto, foi frustrada pela imposição sistêmica no pós-Segunda Guerra Mundial e os processos simultâneos de descolonização e de libertação nacional foram incorporados às dinâmicas da Guerra Fria. Desse modo, a construção do Estado na Península Coreana foi estruturada do ponto de vista material na militarização e do ponto de vista ideológico na negação da identidade entre sul e norte (SCOBELL, 2005).

O entendimento do que é Revolução Nacional transcende o mero debate terminológico. Afinal, a definição de Revolução Nacional implica diretamente na compreensão do processo de construção do Estado na Coreia do Norte. Pode-se compreender a partir da perspectiva de Marx, de que a Revolução unifica o instrumento da tomada do poder a uma profunda transformação da estrutura da sociedade (GROHMAN, 2013). Em termos práticos, além da tomada do controle do poder político, diz respeito à construção do Estado e à transição da sociedade imperial para a sociedade industrial. A partir de Furtado (1962), podemos entender como a incorporação de um centro de decisão econômica como a capacidade de planejar, operar, modificar e implementar uma estratégia para o desenvolvimento econômico completo e integrado de diferentes setores da economia e da sociedade de modo autônomo. Assim, contrasta com os aspectos da economia colonial na qual as decisões sobre os rumos econômicos são tomadas sem a participação da população local, estando atreladas a interesses econômico-financeiros exógenos. Nesse contexto, qualquer programa de desenvolvimento nacional fica impedido.

No caso do contexto coreano, faz-se necessário apontar especificidades que condicionam esse processo revolucionário. Isso se deve a alguns fatores históricos e sociológicos típicos.

Em primeiro lugar, a Coreia do Norte integrou o Sistema Tributário chinês. Assim, a evolução histórica da Península esteve vinculada às dinâmicas regionais e às disputas geopolíticas que envolviam China e Japão. Mais do que isso, do ponto de vista teórico, a mera transposição dos elementos analíticos que compõem a versão marxista dos cinco estágios (baseada no modelo europeu) enfrenta dificuldades de aplicação. Afinal, o Sistema Tributário tinha bases ideológicas metafísicas, no qual preponderava a instância político-ideológica sobre a instância econômica (AMIN, 2006).

O segundo elemento diz respeito ao processo de colonização japonês. Efeito do processo de acirramento das disputas hegemônicas no final do século XIX, o domínio japonês estabeleceu uma cisão na sociedade coreana, que passou de um império unificado e isolado a colônia efetiva em cerca de vinte anos. Não houve, portanto, um projeto de modernização econômica que conduzisse o Império para um novo estágio. Além disso, a cisão se deu também do ponto de vista da distribuição espacial das atividades econômicas na península. A instalação de indústrias no norte e a prevalência da agricultura no sul contribuíram para uma divisão da sociedade coreana. A reestruturação econômica e social promovida por Tóquio implicaram na redistribuição das terras – antes pertencentes ao Império – para os japoneses, na destituição dos coreanos dos cargos burocráticos e na restrição às atividades industriais empreendidas por coreanos (KING, 1975). A isso soma-se o fato de que ao longo da década de 1930 se acentuou vertiginosamente a migração para trabalho forçado; processo que estava vinculado à adoção de uma política de assimilação cultural por parte dos japoneses. Em outros termos, o *ethos* coreano foi sendo desmantelado e a formação dos agentes políticos capazes de conduzirem um processo revolucionário emergem nesse contexto.

A sobreposição das dinâmicas sistêmicas às dinâmicas da luta de libertação colonial no imediato pós-II Guerra Mundial ceifou o caráter nacional da revolução, ou seja, da tomada de poder e do processo de modernização econômica pelos coreanos. Por essa razão, para fins desta tese, a Revolução Coreana ainda está em curso. E do destino da Revolução Coreana depende o próprio equilíbrio do Nordeste Asiático, e, em grande medida, do próprio Sistema Internacional.

No que tange aos estudos sobre a Península Coreana, a consideração de que a situação na Península deriva principalmente do processo inconcluso de descolonização tem impacto direto. De um lado, favorece a compreensão da racionalidade que orienta a política externa da

Coreia do Norte. De outro, permite refutar as análises que buscam comparar o processo de divisão e unificação da Península com o ocorrido na Alemanha².

1.2 PREMISSA II: A SINGULARIDADE GEOPOLÍTICA DO NORDESTE ASIÁTICO

A segunda premissa diz respeito à singularidade geopolítica do Nordeste Asiático. apreciação do contexto estratégico do leste asiático nos induz a analisar a maneira como os países da região, nomeadamente China, Japão, Coreia do Sul, Coreia do Norte e Rússia, construíram o padrão histórico de cooperação ou conflito que acaba por influenciar a maneira como contemporaneamente os países buscam lidar com a concertação regional. Desde a antiguidade, a região foi marcada pela busca por ascendência regional, e pelo estabelecimento de esferas de influência. Esse panorama, entretanto, não representa que a região possa ser definida como essencialmente belicosa, principalmente, se comparada com outras regiões, como a Europa por exemplo.

Em termos históricos e geopolíticos, a Península Coreana pode ser considerada uma grande zona de passagem entre as principais potências da Ásia Pacífico, China e Japão. Em tempos de paz, a Coreia era o principal vetor de comércio e fluxo dinâmico de pessoas e serviços. Entretanto, em diversos conflitos entre China e Japão, a Península Coreana se tornou objeto das disputas entre as duas potências, que viam o país como uma ponte para atacar o adversário. Quando o Império Japonês deu início I Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), o objetivo central era justamente conquistar a Coreia, para posteriormente tentar incorporar outros trechos do território chinês, como a Manchúria.

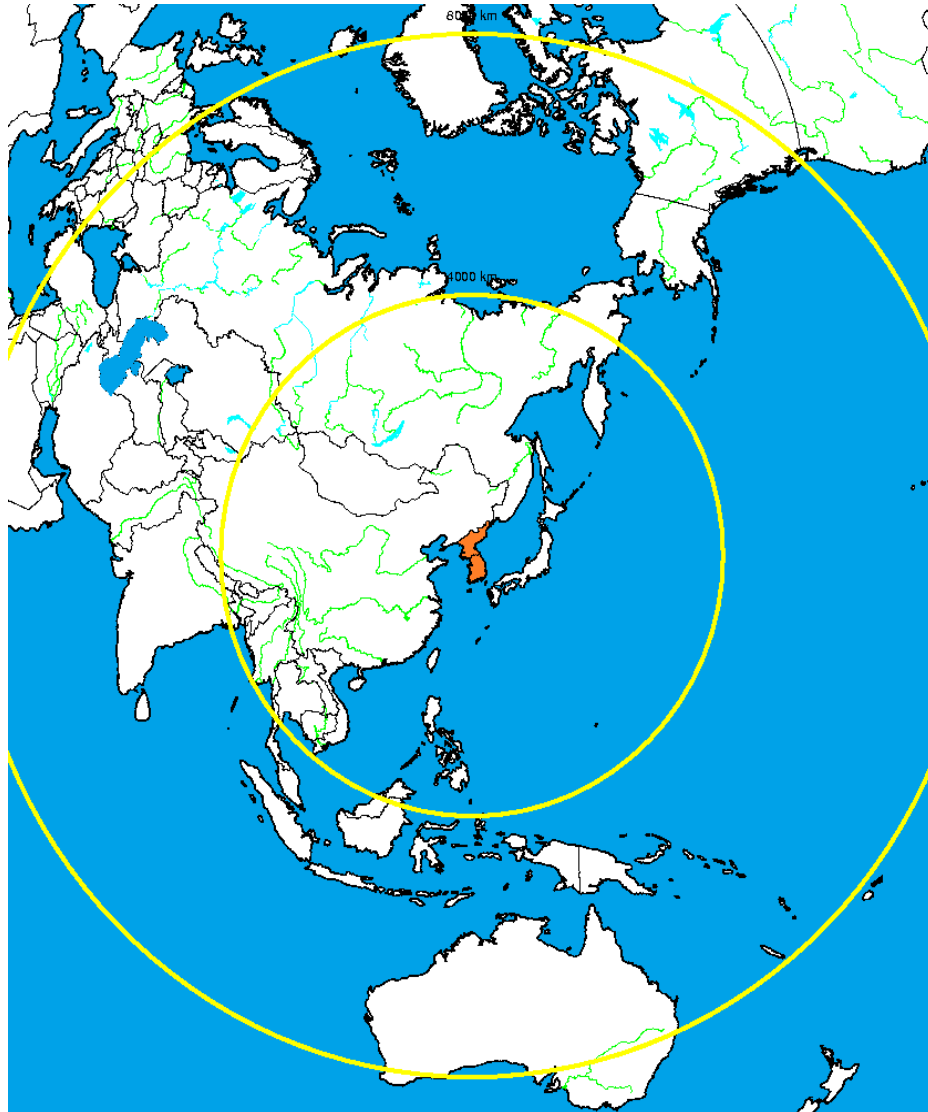
No século XX, a Península Coreana continuou sendo a região central das disputas entre Japão e China, cujo controle político passou a ser do Império Japonês, a partir da vitória sobre a China na I Guerra Sino-Japonesa. Embora o Japão só tenha incorporado a Coreia como uma província do seu território em 1910, na prática o controle sobre esta região era considerado fundamental para os planos expansionistas japoneses no continente Asiático. O centro das disputas entre China e Japão passou a ser a região dos rios Túmen e Yalu, através dos quais o Japão pretendia projetar forças para controlar toda a Manchúria.

² Além do contexto estratégico completamente distinto, a ausência de um passado colonial é um elemento crítico para uma análise comparada mais efetiva. As próprias dinâmicas que condicionaram a formação do Estado nas duas Alemanhas e nas duas Coreias são bastante distantes. A prevalência dos estudos eurocentrados contribuem para a perspectiva de que é possível exportar os modelos de análise. Dentre algumas das obras que procuram analisar a unificação coreana a partir do prisma alemão podem ser citadas as obras de Wolf (1998),

A vitória das forças aliadas dos EUA, China e URSS contra o expansionismo militarista do Japão, na II Guerra Mundial, abriria um novo ciclo de disputas geopolíticas, no qual a Península Coreana se mantinha central para o equilíbrio de poder no Leste Asiático e na Ásia-Pacífico. Naquele novo contexto que se desenhava com o fim da II Guerra Mundial, a emergência da rivalidade entre EUA e a URSS foi diretamente marcada pelo desenrolar das operações militares empreendidas na última fase do confronto mundial. A surpreendente velocidade do avanço do exército soviético na ofensiva estratégica da Manchúria e a esmagadora vitória contra o exército imperial japonês que ocupava o Norte da China e a Coreia, apressaram o fim da II Guerra Mundial, alterando rapidamente o equilíbrio de poder na região (GLANTZ, 1983; VIZENTINI, 2006, 2012). O desembarque apressado das forças dos EUA em Inchon, em 8 de setembro de 1945, tinha como objetivo principal garantir que as tropas soviéticas encontrassem as tropas estadunidenses próximo ao paralelo 38, prevenindo que o Exército vermelho ocupasse toda a Península Coreana.

Na interpretação geopolítica de Leonel Itaussu Mello, a estratégia americana para o Leste Asiático passaria a apresentar um padrão estratégico muito semelhante ao modelo para a contenção de potenciais hegemônias na Europa, em que os EUA lidavam com a manutenção de uma retaguarda segura protegida por vastos oceanos, um arquipélago-aeródromo e uma cabeça-de-ponte no continente (MELLO, 1999). A diferença básica é que diferentemente da estratégia adotada para o Atlântico Norte e a Europa, a estratégia estadunidense para a Ásia considera como oceano central o Pacífico Norte, a ilha-aeródromo é o Japão (função similar à da Inglaterra em relação à Europa), e a cabeça-de-ponte para empreender ofensivas contra possíveis ameaças oriundas das potências terrestres do seria a Coreia (função similar à da França em relação à Europa) (BRZEZINSKI, 1986). Nesse aspecto reside a centralidade geopolítica da Península para o Nordeste Asiático como mostro Mapa 1 abaixo:

Mapa 1 - A Península Coreana como pivô do Equilíbrio de Poder regional na Ásia-Pacífico³



Fonte: Produzido pelo autor com a contribuição de Lucas Kerr de Oliveira (2015).

Esta estratégia estadunidense, estabelecida no contexto do pós-II Guerra Mundial e da Guerra da Coreia, seria ainda hoje a base para a manutenção de um equilíbrio favorável aos EUA na região, na medida em que viabilizaria ofensivas contra qualquer possível candidato continental à potência hegemônica na Ásia Oriental, mesmo no século XX (CEPIK 2004). Não é, portanto, menor a preocupação chinesa com estabilidade geopolítica na península coreana e com a manutenção de um regime aliado da Coreia do Norte (DINGLI, 2006), especialmente para evitar que o equilíbrio de poder na península se torne ainda mais desfavorável à sua segurança e favoreça uma possível ampliação da presença estadunidense na região.

³ Mapa Azimutal Equidistante centrado na fronteira entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, ilustrando a centralidade das Coreias para o equilíbrio de poder na região da Ásia Pacífico. Escala radial de 1000km/cm.

Após a guerra da Coreia não ocorreu nenhum conflito de maior intensidade entre os atores regionais. Isso, entretanto, não representa a ausência de disputas entre eles. China e Japão, por exemplo, disputam as Ilhas Diaoyu/Senkaku; Japão e Coreia do Sul debatem o controle das ilhas Takeshima/Dokdo; Japão e Rússia disputam as ilhas Kurilas e o sul das Sacalinas, entre outros. Essas disputas estão inseridas dentro da mudança estrutural porque passaram esses países nos últimos sessenta anos.

Ao se analisar a região hoje, percebe-se que algumas das preocupações que nortearam as geoestratégias dos países ao longo do século passado ainda seguem valendo. Basicamente, existe uma desconfiança mútua, que dificulta o aprofundamento das tentativas de integração regional; todos os países buscam fortalecer seu poder naval, de modo a fortalecer seu poder de dissuasão na região; e, a ingerência de potências extrarregionais condiciona e molda a interação entre os vizinhos.

A China tem experimentado ao longo dos últimos trinta anos um crescimento econômico vertiginoso. Esse fenômeno trouxe nova luz para as relações exteriores chinesas, especialmente no âmbito do Leste Asiático, e criou uma espécie de centro gravitacional regional (PAUTASSO, 2011), processo que reestruturou o ordenamento geopolítico. Isso decorre de duas razões básicas: o tamanho da economia chinesa não permite que os vizinhos adotem uma estratégia de isolacionismo, o que aumenta a interdependência entre eles; e o crescimento econômico foi acompanhado de um processo de modernização das Forças Armadas Chinesas⁴.

As disputas marítimas tendem a ser o cerne das preocupações dos países da região. Isso se deve a duas razões principais: uma de caráter geográfico, pois o Leste Asiático é, de forma geral, conectado pelos mares, sendo o poder naval o elo que os une, e que assegura a seguridade territorial; outra de caráter geopolítico, pois é pelo mar que majoritariamente se materializa a inserção internacional desses países – seja pelo fluxo de exportações e importações, seja pelo suprimento energético que sustenta os grandes parques industriais da região. Todos os países da região são importadores de energia, à exceção da Rússia.

As disputas pelas ilhas estão, igualmente, inseridas dentro do contexto de busca por recursos energéticos, já que muitos geólogos acreditam que as águas que cercam essas ilhas podem abrigar grandes reservas de petróleo e gás natural (MANYIN 2012). A disputa por essas ilhas, que hoje envolve todos os atores da região – inclusive a Coreia do Norte, que tem

⁴ Cabe lembrar que o Exército de Libertação Popular é uma das instituições mais importantes da política chinesa, sendo um grande fator, inclusive, de coesão social interna. Além disso, a ascensão chinesa não passou despercebida pelos Estados Unidos que tem buscado balancear o impacto chinês através do aprofundamento de antigas alianças como com a Coreia do Sul.

reivindicações marítimas em relação à Coreia do Sul - tem como pano de fundo a luta, além da luta por fronteiras marítimas satisfatórias, a competição por recursos energéticos⁵.

1.3 PREMISSA III: O NORDESTE ASIÁTICO COMO UM SISTEMA REGIONAL COM ALTA PENETRAÇÃO HEGEMÔNICA

O Nordeste Asiático é uma região que abarca duas das três maiores economias do planeta e possui dinâmicas securitárias que são indissociáveis dos desdobramentos da distribuição de poder em âmbito global. As particularidades que caracterizam as dinâmicas securitárias no Nordeste Asiático, em grande medida, derivam da persistência de questões mal resolvidas da Guerra Fria ou de processos históricos inconclusos. A cisão territorial na Península Coreana, as disputas marítimo-territoriais entre a maioria dos atores regionais e a questão de Taiwan são alguns símbolos desse cenário. A essas questões soma-se a presença ativa dos EUA na região, marcada pela manutenção de bases militares e cooperação securitária profunda com Japão, Coreia do Sul e, em menor medida, com Taiwan.

O sistema regional no Nordeste Asiático tem seu funcionamento diretamente vinculado às dinâmicas globais de distribuição de poder. A análise das dinâmicas regionais desse subsistema aqui desenvolvida baseia-se na abordagem regionalista, desenvolvida no período pós-Guerra Fria. Em grande medida, o estudo do regionalismo enquadra-se no processo de diversificação das categorias analíticas que marca o campo das relações internacionais nesse período. A perspectiva regionalista encontra respaldo na necessidade de que se estabeleça um trato epistemológico mais apurado sobre as regiões. Segundo Cepik (2010, p. 13),

O estudo comparado das regiões [...] está fundamentado na ideia de que é necessário pensar a especificidade do estudo das regiões, porém trabalhando com as variáveis já disponíveis no acervo da disciplina. [...] A explicação para a especificidade das ordens regionais (tratadas como variável dependente) é encontrada na análise da estrutura do sistema regional, na política doméstica dos Estados (formação de coalizões políticas domésticas) e na interação entre o sistema regional e global.

A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), nesse sentido, ofereceu embasamento para análise das dinâmicas regionais. Embora o enfoque recaia prioritariamente sobre aspectos securitários e minimize questões econômicas e sociais, por exemplo, a TCRS

⁵ O mar do Leste da China, por exemplo, é alvo de desacordo entre o China e Japão. Os dois países reclamam maiores domínios na plataforma continental que separa Okinawa do Continente. Desde os anos 1970, a China tem construído oleodutos e gasodutos mesmo dentro dos limites disputados. Já no início dos anos 2000, os vizinhos iniciaram a busca por um acordo que permitisse a exploração conjunta dos recursos submarinos, entretanto as disputas acerca das ilhas Senkaku/Diaoyu ficaram de fora do acordo.

introduz a perspectiva que um conjunto de unidades, em uma área geográfica particular, estabelecem processos e dinâmicas de segurança interligados ao ponto de que os seus problemas securitários só podem ser entendidos ou tratados de forma conjunta.

Embora a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, desenvolvida por Buzan e Waever (2003), possua limitações reconhecidas pela literatura (WILLIAMS, 2008; CEPIK, 2010) – principalmente aquelas relacionadas à construção dos conceitos e das categorias analíticas – oferece instrumentos relevantes para a verificação dos padrões regionais de cooperação e conflito⁶. Especialmente, no que tange à Ásia, a diferenciação rigorosa entre os distintos *status* de potência é fundamental para que se definam os padrões de interação entre os níveis regional e global. Afinal, o transbordamento dos efeitos securitários do Nordeste Asiático gera implicações efetivas para a distribuição de poder em nível global. O enquadramento das dinâmicas securitárias no Nordeste Asiático sob uma perspectiva regional, (e atualmente em termos mais amplos no que concerne à toda região asiática), é uma tarefa bastante complexa. Em grande medida, os efeitos múltiplos derivados das disputas no nível global das disputas entre EUA, China e Rússia fundem-se com as dinâmicas regionais na Ásia.

O fenômeno da regionalização se tornou mais significativo após o final da Guerra Fria. Isso se deve ao fim do *overlay* característico do período anterior, no qual as agendas de segurança das duas superpotências se sobrepunham às dinâmicas regionais. Desse modo, a polaridade acabava por condicionar as relações intrarregionais das unidades que compunham os *clusters*. Como superpotências, Buzan e Waever (2003, p. 34) definem como sendo aqueles Estados que possuem capacidades militares e políticas de “primeira classe”, e condições econômicas de sustentar essas capacidades. Portanto, são atores ativos nos processos de securitização e dessecuritização de todas ou quase todas as regiões. Tendo em vista que há uma assimetria em termos de capacidades e de projeção de poder entre os Estados mais poderosos no pós-Guerra Fria, para os autores, é fundamental distinguir superpotências de grandes potências, e essas de potências regionais, pois é justamente na interface das relações entre essas três categorias de Estados que se pode avaliar os perfis de um CRS. Assim, grandes potências não necessariamente precisam possuir grandes capacidades em todos os setores, o que as define é o fato de serem relevantes o bastante para serem consideradas eventuais superpotências. Já as potências regionais são as que definem a polaridade dentro do CRS. Elas não entram no cálculo da polaridade sistêmica.

⁶ Aos estudos de Buzan e Waever (2003), soma-se uma gama de estudos como os de Kelly (2007), Lake e Morgan (1997), Lemke (2002), Nolte (2010), Fawcett (2004), Farrel et al (2005).

Essas categorias analíticas de potência estabelecidas por Buzan e Waever (2003) não permitem um enquadramento mais preciso dos atores regionais. Enquanto o conceito de superpotência apresenta uma definição melhor acabada, os conceitos de grande potência e de potência regional abrem espaço para diferentes enquadramentos. No caso da Ásia, isso torna-se crucial para a compreensão das dinâmicas regionais. Por exemplo, o Japão é considerado pelos autores uma grande potência, contudo, considerando-se apenas o critério da potencialidade à condição de superpotência, essa classificação seria discutível. Principalmente pois o país não possui autonomia securitária. A Índia, por outro lado, embora ainda esteja vivenciando um processo de ascensão, estabelece sua inserção internacional em bases mais autônomas.

No continente asiático encontram-se duas grandes potências (China e Japão) e um terceiro Estado (Índia), que está em transição da condição de Potência Regional para a condição de Grande Potência. Caso incluamos a Rússia como um ator que participa do concerto asiático, teríamos mais uma Grande Potência⁷. Ademais, há quatro Estados detentores de armas nucleares (China, Índia, Paquistão e Coreia do Norte), além de três Estados com programas nucleares bastante desenvolvidos (Japão, Coreia do Sul, Taiwan) que, embora sejam voltados para fins pacíficos, poderiam em caso de escalada das tensões militares da região serem reorientados rapidamente. Essa distribuição de poder e capacidades nucleares é bastante peculiar em comparação a outras regiões. A esse retrato dinâmico de capacidades soma-se o processo complexo de ascensão econômica que abrange a maioria dos países da região.

A presença militar dos Estados Unidos aparece como elemento definidor do padrão de cooperação e conflito prevalente no Nordeste Asiático. Nesse sentido, principalmente a partir da afirmação regional chinesa, com pretensões globais, a agenda político-securitária dos EUA foi centrada no Nordeste Asiático. Por essa razão, o *overlay* da agenda de política externa dos EUA sobre as dinâmicas regionais é decisivo para a interação regional. Assim, é um subsistema caracterizado pela alta penetração da potência hegemônica.

Ao mesmo passo, as mudanças na polarização regional e nos padrões de cooperação-conflito afetam a polaridade. Os Sistemas Regionais são ontologicamente abertos, portanto suscetíveis aos efeitos extrínsecos (BUZAN e WAEVER, 2003). Em outros termos, as regiões operam em dois níveis: na articulação com as dinâmicas alheias ao próprio sistema; e no âmbito das interações e estruturas próprias que validam sua existência (KELLY, 2007). Dada as

⁷ Tendo como base de Buzan e Waever (2003), em termos de Complexo Regional de Segurança, a Rússia não se enquadrar no subsistema asiático. Portanto, para fins desse trabalho, a Rússia também será considerada um ator com interesses estratégicos na região.

capacidades e o perfil dos atores que estruturam o Sistema Regional no Nordeste Asiático, alterações nos padrões hierárquicos entre as unidades regionais afetam o funcionamento da estrutura do Sistema. Dessa perspectiva deriva a singularidade do subsistema do Nordeste Asiático.

Nos últimos anos, o Leste Asiático tem enfrentado mudanças significativas na conjuntura política e securitária. Depois de um período de avanço no processo de integração regional, possibilitado pela emergência de governos progressistas na China (Hu Jintao (2003-2013)) e no Japão (Yukio Hatoyama (2009-2010)), a região entrou em uma fase de acirramento das tensões. Essas tensões que, grosso modo, iniciam com o incidente da corveta Cheonan⁸ em 2010, incluem os atritos em torno das ilhas Senkaku/Diaoyu e, até mesmo, a Manifestação Estudantil dos Girassóis em Taiwan (2014)⁹. Observa-se, assim, que o padrão de cooperação e conflito na região tem oscilado nos últimos anos.

O agravamento das tensões entre China e Japão contribuíram para a ascensão de governos com uma política externa mais assertiva, especialmente, se compararmos com os governos antecessores. Na China, a ala de Xangai¹⁰ retornou ao poder, na figura de Xi Jinping; e no Japão, o primeiro-ministro Shinzo Abe, do Partido Liberal-Democrata (PLD)¹¹, foi eleito. Esse panorama político afastou a possibilidade de estabelecimento da Comunidade do Leste Asiático reunindo China, Coreia do Sul e Japão. Além disso, esse acirramento foi acompanhado de uma reorientação da Política Externa do Estados Unidos para o Leste Asiático.

A política externa dos Estados Unidos para a região era orientada para a ampliação da presença na Ásia-Pacífico (PECEQUILLO, 2009). Contudo, a partir do aumento das tensões, os Estados Unidos procuraram ampliar o número de bases militares na região – como demonstra

⁸ Em 26 de março de 2010, a corveta explodiu e afundou próximo à fronteira marítima com a Coreia do Norte. Uma investigação conduzida por uma equipe internacional de especialistas liderada pela Coreia do Sul e Estados Unidos, concluiu que Cheonan teria sido afundada por um torpedo lançado pela Coreia do Norte. Entretanto, investigações paralelas lideradas pela Rússia e China chegaram à conclusão de que a corveta afundou devido a uma mina sul-coreana. Esse evento acirrou as tensões na península coreana e acabou envolvendo os demais atores regionais em torno da resolução da questão.

⁹ O Movimento Estudantil dos Girassóis foi um movimento de protesto conduzido por uma coalizão de estudantes e grupos cívicos entre 18 de março e 10 de abril de 2014, contra o poder Legislativo, mais tarde, também contra o Poder Executivo da República de China (Taiwan). Os manifestantes protestaram contra a aprovação do Acordo de Comércio Serviço do Estreito (CSSTA) pelo Kuomintang, partido governista. Esse Acordo prevê a liberalização de comércio e serviços entre a R. P. China e Taiwan, recebe forte oposição dos setores separatistas de Taiwan.

¹⁰ O Partido Comunista Chinês é dividido em duas alas principais: a ala ligada à Juventude do Partido Comunista, que preza pela estabilidade social, via distribuição de renda e redução das disparidades regionais; e o “grupo de Xangai”, vinculado ao ex-presidente Jiang Zemin (1993-2003) e centrado no crescimento econômico acelerado, e na defesa de reformas com vistas a ampliar a capacidade competitiva de empresas chinesas (VISENTINI, 2011; MARTINS et al, 2014).

¹¹ O PLD, historicamente, adota uma política externa de alinhamento com os Estados Unidos e afastamento da esfera regional. Um grande expoente é o ex-primeiro ministro Junichiro Koizumi (2001-2006)

a presença na Austrália, Filipinas e Cingapura (MARTINS et al., 2014). Segundo Martins et al (2014), nesse período os Estados Unidos adotaram uma estratégia militar tendo como norte uma conflagração com a China, lastreado no conceito de *Air-Sea Battle*¹²(MANYIN et al, 2012; ETZIONI, 2013; MARTINS et al., 2014; MARTINS e CEPIK, 2014).

A política dos Estados Unidos de balanceamento empreendida durante o governo Obama abrange tanto a área securitária, como a política e a econômica. Enquanto o governo chinês investiu boa parte de seus esforços na consolidação do Fórum Regional da ASEAN (ARF, na sigla em inglês) como principal instrumento multilateral na resolução das questões securitárias, os Estados Unidos investem na Cúpula do Leste Asiático (EAS, na sigla em inglês). A EAS é, claramente, um espaço político no qual os Estados Unidos possuem uma maior margem de manobra e um maior número de aliados. Em termos econômicos, os Estados Unidos ampliaram seus esforços para viabilizar a Parceria Trans-Pacífica (TPP), excluindo a China do arranjo econômico multilateral.

Na península coreana, desde que assumiu o comando do país ainda em 2011, logo após o falecimento de Kim Jong-Il, Kim Jong-Un vem enfrentando dificuldades para consolidar seu poder e alterar o panorama de extrema dificuldade econômica que assola o país, praticamente desde meados da década de 1990. Em termos regionais, a crise na península em 2013, que inclusive levou ao rompimento total das relações entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, recolocou a Coreia do Norte no centro da agenda de segurança regional.

No plano interno, logo no início de seu governo, buscou distanciar-se do perfil de liderança de seu pai ao adotar uma imagem pública mais popular. Além disso, o novo líder procurou empreender uma realocação das posições de lideranças das duas instituições mais importante do país, o Partido dos Trabalhadores Coreano (PCT) e as Forças Armadas, com o objetivo de criar um círculo de poder fiel a ele.

Fortaleceu, assim, o poder de seu tio Jang Song-Taek na Comissão Nacional de Defesa, implementou uma reforma monetária que acabou diluindo o poder dos militares – já que estes controlam grande parcela do capital financeiro do país – e, ademais, ao que tudo indica, consolidou seu controle sobre todo o sistema de inteligência do país. Esse processo relativizou a preponderância das Forças Armadas na governança do país, cedendo mais espaço para o Partido dos Trabalhadores Coreano (CHA, 2012; LANKOV, 2013). Esse quadro indica que

¹² Segundo Martins e Cepik (2014, p. 15), “o conceito de Batalha Aeronaval, ou *AirSea Battle* (ASB), é definido nos Estados Unidos pela proposição de um ataque efetuado em profundidade, articulado em rede, integrando domínios cruzados (espaço, ar, mar), o qual pretende romper, destruir e derrotar a rede de radares, sensores, mísseis antiaéreos, capacidade antinavio, bem como as bases aéreas e navais do adversário”.

existem disputas acerca do perfil de atuação internacional que o país irá adotar, o que contraria a hipótese de um “Estado Monolítico”. As disputas internas pelo poder podem trazer resultados diversos que certamente, como demonstra a história coreana, implicarão em consequências para os vizinhos.

Assim, a chegada de Kim Jong-Un ao poder em 2011, inaugura uma nova fase na Política Externa e de Segurança da Coreia do Norte. Em termos históricos, a partir do balanço da análise da evolução da política externa da Coreia do Norte, esta tese estabelece a seguinte periodização, agrupada em três fases:

- a) afirmação nacional (1945-1989);
- b) sobrevivência e resiliência (1989-2011);
- c) reinserção internacional (2011 -).

O estabelecimento dessa fase de reinserção internacional, aliada à estrutural centralidade geopolítica e o *status* nuclear, pode-se afirmar que a península se constitui em um dos núcleos dinâmicos da competição estratégica entre China, Japão, Estados Unidos e, marginalmente, Rússia. Por isso, a importância de verificar esse processo de transição política.

Dentro do contexto asiático, cabe destacar que a península coreana se encontra no coração do Nordeste Asiático que, por sua vez, é o principal motor da região da Ásia-Pacífico, visto que abriga 40% da população mundial e é responsável por cerca de 55% do PIB e 44% do comércio mundial (APEC, 2017). Desde o início do século XX, a península foi o principal teatro de transformações políticas que acabaram por alterar significativamente o ambiente regional. Nesse sentido, destaca-se o exemplo da Guerra da Coreia (1950-1953), cujos desdobramentos determinaram os rumos da Guerra Fria e das condições de emprego de armas nucleares. Além disso, os atuais atritos entre os dois vizinhos e os recentes testes nucleares empreendidos pela RPDC reforçam essa importância política e estratégica, visto que pautam a política externa e de segurança das principais potências mundiais para a região, especialmente da China. Segundo Martins et al (2014)

Enquanto a Ásia contém alguns dos maiores contingentes de tropas americanas no mundo, sendo o Japão o maior expoente, a China dificilmente desistiria de manter alguma influência sobre a Coreia do Norte, uma zona também natural para o acesso por terra pela Manchúria. Inegável, contudo, é o aumento da presença militar chinesa na fronteira com a Coreia do Norte (AVNI, 2014), que reforça a percepção de que, cada vez mais, a estabilidade na península é importantíssima para China. (MARTINS et al., 2014, p. 9)

Outra justificativa de ordem acadêmica é a necessidade de se produzir mais trabalhos sobre o assunto no Brasil, especialmente sobre a península coreana. Embora a realidade de Brasil e Coreia do Norte sejam bastante distintas, o nível de desenvolvimento militar do país

comunista e a capacidade de Pyongyang de estabelecer um projeto nacional sólido diante de um contexto geopolítico adverso, é um estudo de caso relevante para a compreensão das dinâmicas securitárias que envolvem os países do terceiro mundo. Ademais, a evolução da situação na península pode ser explicativa de como a China tenderá a se postar à medida que se aprofundam as crises regionais e que paralelamente o país amplia suas capacidades. Nesse sentido, a China vai manter seu padrão histórico de atuação externa calcado nos princípios da coexistência pacífica de Zhou En Lai? Ou o país migra para um perfil de inserção internacional típico de Grande Potência? São questionamentos que importam fundamentalmente para o contexto sul-americano. Afinal, Pequim vem crescendo em importância como parceiro externo da América do Sul, inclusive, ocupando espaços geoeconômicos que antes eram exercidos pelo Brasil. Por essa razão, a compreensão das dinâmicas político-securitárias na Ásia importa para a academia brasileira.

Para atingir seus objetivos, essa pesquisa será estruturada, portanto, em quatro capítulos que compõem esforços analíticos complementares.

- a) o primeiro procura estabelecer uma análise teórico-conceitual acerca dos padrões de cooperação e conflito que caracterizam as relações interestatais no Nordeste Asiático.
- b) em um segundo momento, empreende-se uma análise da evolução histórica da Coreia do Norte no que tange à inserção internacional até a chegada de Kim Jong-Un ao poder, avaliando de que modo o Governo Kim Jong-Un representa uma alteração no quadro securitário, político e econômico interno, bem como na atuação internacional do país.
- c) o capítulo de encerramento analisa os impactos que a ascensão de Kim Jong-Un gera sobre a dinâmica regional, tendo como base o equilíbrio nuclear e os padrões de cooperação e conflito que prevalecem desde o final da Guerra Fria.

2 AS DINÂMICAS REGIONAIS NO NORDESTE ASIÁTICO NO PÓS-GUERRA FRIA: ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS

Esse capítulo é voltado à análise dos aspectos teóricos-conceituais abordados pela literatura acerca do Nordeste Asiático no período pós-Guerra Fria. Assim, tem como objetivo principal avaliar os padrões de cooperação-conflito e as mudanças nas interações entre as unidades que compõem o subsistema do Nordeste Asiático.

Procura-se avaliar como as dinâmicas regionais são afetadas pela desestruturação da ordem hegemônica que prevalecera durante a Guerra Fria e como esses processos se relacionam com a ascensão da Ásia e sua respectiva transformação em um núcleo orgânico do capitalismo. Em outros termos, o processo de consolidação da região como um polo de poder no Sistema Internacional permite que se analise as dinâmicas regionais dissociadamente das alterações na polaridade e na dinâmica entre as Grandes Potências? Tendo em vista que a dissuasão exerceu papel estabilizador durante a Guerra Fria, como se deve interpretar o contexto regional face às alterações no equilíbrio nuclear do Nordeste Asiático? Pode se pensar na formação de um supercomplexo do Leste Asiático que aproxima as dinâmicas securitárias e políticas de toda a Ásia como um sistema integrado, e não mais como uma soma de dinâmicas sub-regionais distintas? Em grande medida, a discussão acerca desses processos é objeto deste capítulo. Desse modo, procura servir como base para análise das mudanças recentes no Nordeste Asiático.

Para atingir seus objetivos, o presente capítulo está estruturado em três seções. A primeira seção trata dos antecedentes e da evolução das dinâmicas globais e de seus efeitos para o Leste Asiático, no período que abrange desde a década de 1960 até o final da Guerra Fria. Nesse sentido, procura-se discutir os processos que convergiram para a transformação da região em um núcleo orgânico do capitalismo. O segundo esforço analítico complementar apresenta as dinâmicas regionais entre o final da Guerra Fria até 2011, quando da ascensão de Kim Jong-Un ao poder. Assim, apresentam-se os padrões de cooperação-conflito e as mudanças que marcaram as relações regionais das duas décadas após a Guerra Fria. Por fim, na última seção, realiza-se um balanço analítico-conceitual das dinâmicas regionais no Nordeste Asiático – discutindo o papel da dissuasão nuclear e a segurança regional, especialmente no que tange à situação da Coreia do Norte – e sua vinculação aos efeitos da recomposição hegemônica.

2.1 A ASCENSÃO DO LESTE ASIÁTICO NO SISTEMA INTERNACIONAL: PODER, DESENVOLVIMENTO E GEOPOLÍTICA

No cerne da reflexão acadêmica sobre a Ásia reside o objetivo de avaliar os efeitos (securitários, políticos, econômicos e sociais) das rupturas e alterações na ordem mundial desde a década de 1970 (1969-2007/8) (VISENTINI, 2011; SVARTMAN, 2013). Pode-se dizer que o processo desencadeado por essas rupturas e alterações ainda não está concluído, portanto ainda persistem decorrências oriundas desse processo. Mais do que isso, avaliar esses efeitos através da perspectiva asiática é central para a reflexão acadêmica sobre o assunto, visto que a Ásia é atualmente um dos centros dinâmicos do capitalismo. Somente o Nordeste Asiático é responsável por cerca de um quarto da economia mundial¹ (BANCO MUNDIAL, 2018). Além disso, a região está diretamente vinculada às disputas relacionadas à geopolítica do petróleo, fator que está relacionado às quatro fases de ruptura como será visto a seguir.

Essas rupturas levaram ao desmoronamento dos pilares da Era de Ouro (1945-1975) do capitalismo (HOBSBAWM, 2010) e moldaram a Política Externa e de Segurança das Grandes Potências, bem como alteraram as relações intra-asiáticas e da região com o mundo. Se, por um lado, criaram desafios para a estabilidade dos países da Ásia, por outro, abriram oportunidades para a inserção externa desses países e para a reformulação da governança regional. Grosso modo, essas rupturas podem ser agrupadas em quatro fases:

- a) a Doutrina Nixon (1969), a Guerra do Vietnã (1955-1975)², o abandono do padrão-ouro (1971) e a primeira crise do petróleo (1973);
- b) segunda crise do petróleo (1979), crise da dívida externa nos países do terceiro mundo (anos 1980); e guerras (ou instabilidade política e social) nos Estados-Pino (Irã, Afeganistão, Vietnã, Polônia) – operacionalizando-se o conceito de Brzezinski (1987);
- c) a queda da URSS (1991), a globalização e o Consenso de Washington (1989); e
- d) crises do neoliberalismo, Guerra ao Terror, crise financeira (2007-8).

A soma dessas rupturas representou uma inflexão na evolução do capitalismo (VISENTINI, 2011; HOBSBAWM, 2010) e o início do declínio do arranjo político, econômico e social estabelecido no final da II Guerra Mundial. Em um primeiro momento, pois rompeu

¹ Esse percentual corresponde à soma dos PIB da República Popular da China, do Japão e da Coreia do Sul.

² A Guerra do Vietnã ainda hoje constitui o mais longo envolvimento militar estadunidense. Apesar do envolvimento mais intenso ter iniciado a partir de 1965, com o desencadeamento da Operação de bombardeio aéreo denominada Rolling Thunder, anteriormente já havia o envolvimento de Forças Especiais e o apoio financeiro e logístico dado ao Vietnã do Sul (VISENTINI, 2006).

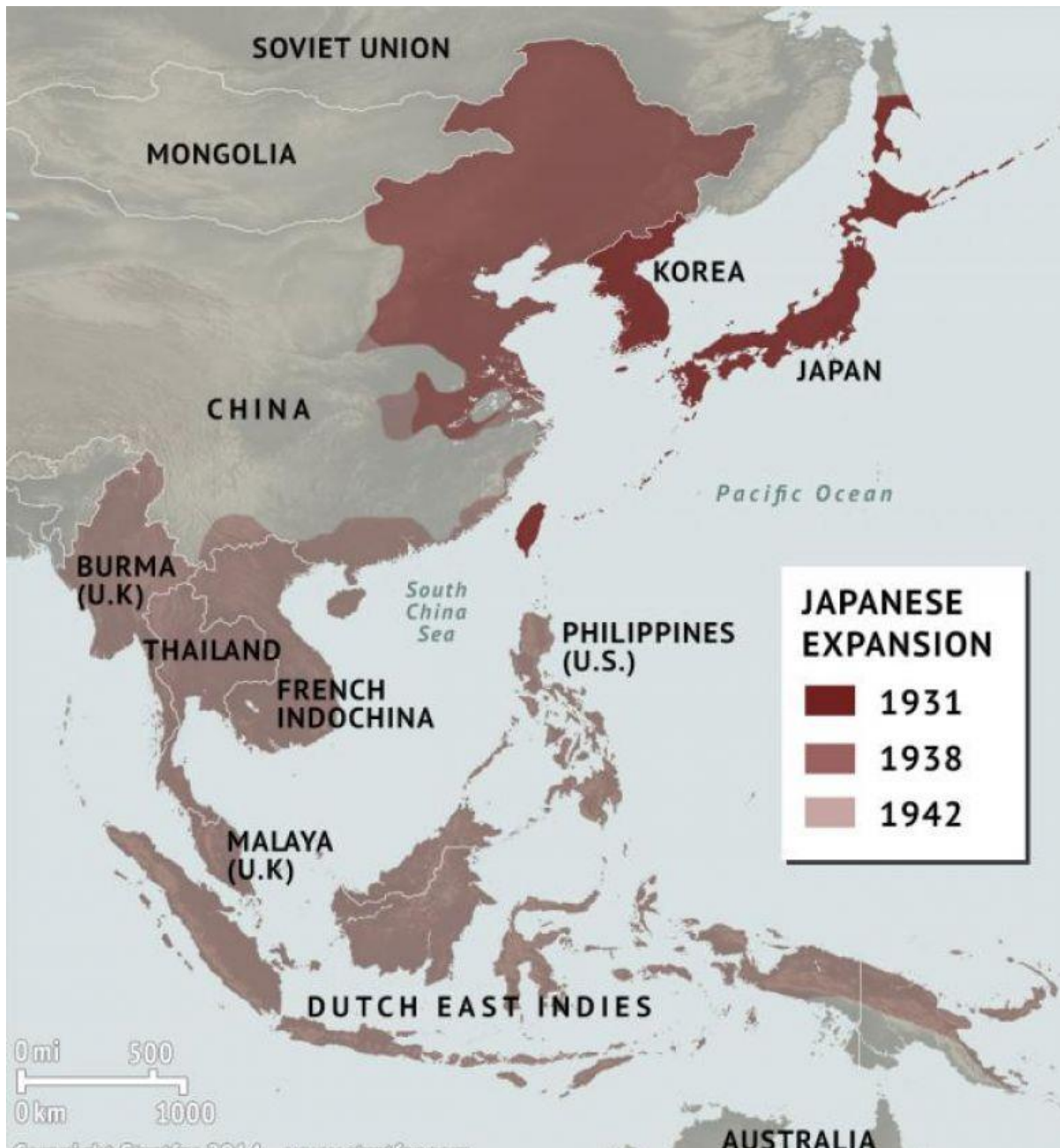
com o Sistema Bretton-Woods, segundo pois representou uma alteração no papel que era exercido pelos Estados Unidos desde o final da II Guerra Mundial. A adoção do padrão dólar-flexível deu aos EUA a condição de estabelecer o ritmo e o perfil do desempenho da economia mundial, através das variações nos fluxos de capitais (SERRANO, 2003; MILAN, 2012). Além disso, redefiniu as bases em que se assentavam a produção industrial (mudança do fordismo para o toyotismo). Cabe destacar que engendrou a condição do Nordeste Asiático tornar-se um novo núcleo orgânico do capitalismo, ou seja, assumir a condição de centro da economia capitalista. Assim, a região se juntou ao eixo Estados Unidos-Europa Ocidental nas posições mais altas da hierarquia da riqueza global.

2.1.1 A primeira fase de rupturas: Doutrina Nixon e rede de subcontratação japonesa

A primeira fase, que abrange do final dos anos 1960 até 1979, tem como antecedentes uma série de eventos disruptivos na ordem regional. Assim, desde o final da Segunda Guerra Mundial, o continente asiático passou por transformações que se vinculam aos processos de desestruturação da ordem regional japonesa que estava estabelecida desde o início do século XX.

A expansão japonesa na Ásia que iniciou ainda no final do século XIX teve influência decisiva na geopolítica asiática após a II Guerra Mundial. Em uma dimensão, pois é da resistência à ocupação japonesa que nascem os movimentos de resistência, em sua grande maioria comunistas. Em outro sentido, o mandato colonial japonês estabeleceu mecanismos de governança que acabaram por implicar na transformação das relações regionais. Desse processo, a divisão na península coreana talvez seja o maior exemplo. Mais do que isso, a brutalidade da ocupação japonesa, que se valeu do ópio, agentes biológicos, de gases asfixiantes, do extermínio e de estupros coletivos, configura-se como um marco na edificação de um sentimento de resistência ao colonialismo no Leste Asiático. O mapa 2 abaixo apresenta a expansão japonesa na década de 1930.

Mapa 2 - Expansão do Império Japonês na década de 1930



Fonte: Stratfor (2018).

Em que pese a brutalidade japonesa, o poder brando durante esse período, bem como o enfrentamento às potências ocidentais serviram como exemplo. Segundo Friederich (2011), cerca de um terço das forças japonesas na China (de um total de 3 milhões no efetivo) era de chineses colaboracionistas. Como explica Martins (2013)

Mas os que aderiram ao Japão não se tratavam apenas de camponeses recrutados à força ou de pessoas desprovidas de alternativas. Entre os mais notórios colaboracionistas, encontravam-se membros eminentes da elite quer monarquistas egressos da desmantelada dinastia Qing, quer fervorosos republicanos expoentes do Kuomintang. (MARTINS, 2013, p. 102)

Observa-se, assim, que atuação do Japão como potência regional teve papel balizador nas dinâmicas asiáticas. Esse poder gravitacional exercido estruturou a ordem regional, e determinou em grande medida os efeitos geopolíticos que redefiniram a região após a Segunda Guerra Mundial.

A essas mudanças no plano regional somam-se as transformações que se vinculam à dissolução da ordem colonial no terceiro mundo. Esse processo de ruptura com a ordem internacional que prevalecera desde o século XIX teve um efeito revolucionário na geopolítica global. A ética da ordem internacional foi refundada sob a liderança de Washington. Nesse contexto, tanto Estados Unidos quanto União Soviética foram artífices do processo da desestruturação colonial³. A constituição da nova ordem internacional, assentada na bipolaridade sistêmica de um lado e, de outro, na reformulação das fronteiras em quase todos os continentes, engendraram uma nova dinâmica de interação entre as unidades do sistema. A Ásia foi um dos palcos prioritários dessas mudanças. Desse cenário, emergem novas dimensões geopolíticas (redefinições territoriais) e sociais (arranjos sociais e elites políticas) na região e que viriam a constituir o motor das transformações profundas que acontecem no continente nos anos subsequentes à II Guerra Mundial.

O processo de descolonização na Ásia é, portanto, um dos elementos fundadores dessa nova fase das relações regionais. É dos desdobramentos desse movimento que emergem padrões de cooperação-conflito que viriam a definir as interações entre os atores regionais durante a Guerra Fria, cujos reflexos se observam até hoje. Segundo Visentini (2011),

O movimento de descolonização ocorreu em três grandes ondas, cronologicamente subsequentes, com características políticas e implantação geográfica específicas. A primeira delas ocorreu nos anos imediatamente subsequentes à guerra e início dos anos 1950, sobretudo na Ásia oriental e meridional, onde se deu a luta contra o Japão e o maior enfraquecimento do colonialismo europeu. Nestas regiões o movimento de emancipação nacional foi marcado por grandes enfrentamentos armados e revoluções, adquirindo sobretudo um conteúdo socialista (China, Coreia e Vietnã) ou fortemente nacionalista (Índia e Indonésia). (VISENTINI, 2011, p. 42).

³ A guerra acelerou o ocaso do colonialismo, dada a erosão do poder dos impérios coloniais. Entretanto, a convergência de interesses entre EUA e URSS no que tange à necessidade da descolonização constitui-se como elemento propulsor dos movimentos nacionalistas e comunistas que lutavam pela independência nas regiões periféricas.

Em termos econômicos, o final da II Guerra Mundial marca a afirmação comercial e financeira dos Estados Unidos em âmbito global e consolidação do dólar como moeda-chave da economia mundial (MEDEIROS e SERRANO, 2016). A consolidação do enquadramento da economia mundial aos interesses dos EUA condicionou a inserção internacional dos demais Estados. Nesse sentido, aqui se intercambiam duas esferas: finanças e geopolítica. A assimetria econômica entre os EUA e as demais unidades do Sistema Internacional no imediato pós-guerra permitiram a materialização de um abismo material no campo militar, de modo mais grave entre o centro e a periferia.

Essa nova geometria da riqueza e do poder mundial, alicerçada em três macrorregiões (bloco ocidental, bloco socialista e o terceiro mundo) que se distinguem quanto ao nível de hierarquização, marcou o estabelecimento de uma nova dimensão de governança, baseada no exercício da violência em guerras locais, na periferia do sistema (MARTINS, 2008)⁴. Essa transferência do eixo de disputas para a periferia é efeito do advento das armas nucleares e da paridade estratégica que se consolida ao final da década de 1940⁵.

A Guerra da Coreia (1950-1953), nesse contexto, é uma *guerra sintrópica*. Por *guerra sintrópica*, entende-se aquelas que determinam o ordenamento do sistema, definem os limites para o uso da violência; em outros termos, estipulam a ética internacional. Embora a violência tenha caráter disruptivo, e seja efeito da condição humana, a visão aqui adotada entende que em momentos de transição hegemônica a guerra incorpora um caráter aglutinador. Nesse sentido, a guerra sintrópica não é sinônimo de guerra justa, de guerra ética⁶ ou de guerra santa⁷. Seu efeito associativo não deriva da moralidade e dos objetivos que motivam o uso da violência. Esse caráter advém do papel que exerce para a construção da hierarquia entre as unidades envolvidas, sejam elas potências globais ou regionais. Essa construção conceitual vincula-se à essência de que a guerra nasce do conflito inerente à condição humana, e tem como um dos produtos sociais a hierarquização. Segundo Fiori (2014),

⁴ O conceito de Guerra Local diz respeito a uma conflagração restrita geograficamente. Todavia, a dimensão do conflito no que tange à intensidade permanece em aberto.

⁵ A URSS conduziu seu primeiro teste nuclear em 1949. A compreensão do aspecto estratégico das armas nucleares impulsionou Moscou a buscar o desenvolvimento acelerado do seu programa nuclear. O governo de Stálin compreendeu que a dinâmica das relações de poder no Sistema Internacional passava pela condição nuclear. A dissuasão, assim, se configurava como elemento ordenador da Política Internacional.

⁶ A Guerra enquanto fenômeno social envolve por parte dos contendores a busca pela moral que legitima a guerra, “a vitória do bem contra o mal”. Nesse sentido, a ideia de ‘Guerra Ética’ ou ‘Guerra Justa’ relaciona-se a esses aspectos morais.

⁷ Segundo Fiori (2014), o conceito de Guerra de Santa origina-se em Santo Agostinho, à medida que introduz a “vontade de Deus” como um novo critério de distinção das guerras lícitas. Desse modo, o conceito da “guerra santa” relaciona-se àquela perpetrada “em nome de Deus, em defesa da fé, e contra hereges, pagãos e bárbaros” (FIORI, 2014, p. 6).

[...] toda hierarquia envolve um tipo específico de “conflito de opostos” que disputam entre si alguma forma de poder, explícito ou implícito, independentemente de qual seja a relação hierárquica de que estejamos falando. Ao darmos este passo lógico, e desnudarmos a natureza conflitiva de todas as grandes hierarquias sociais, podemos também deduzir – o que Heráclito não faz explicitamente – que a guerra é quem cria o próprio “poder”, entendido como a forma mais abstrata e genérica de relacionamento assimétrico entre os homens, uma relação onde uns querem mandar, e os outros não querem obedecer. (FIORI, 2014, p. 21)

A questão é que diante da indefinição entre os atores determinantes do arquétipo de funcionamento do Sistema Internacional, o custo do caos, da indefinição e do uso ilimitado da agressão e da violência impõe a necessidade de estabelecimento de algum nível de hierarquia. Paradoxalmente, o uso da violência no plano internacional em alguns casos serve como elemento capaz de distribuir os ganhos entre os atores, definir regras de engajamento no conflito, e o mapeamento dos aspectos éticos que permeiam o ordenamento internacional.

O que determina a ocorrência de uma *guerra sintrópica* não é a correlação de forças entre os contendores (simétrica ou assimétrica), nem o escopo geográfico da conflagração (local ou ilimitada), nem o nível de engajamento da sociedade (total ou absoluta). Trata-se uma conflagração atrelada a um contexto de transição ou recomposição hegemônica, no qual ainda impera uma indefinição quanto à mediação e à ética no uso da violência, cujos efeitos determinam o caráter dos engajamentos militares subsequentes.

A Guerra da Coreia⁸ balizou as relações entre as Grandes Potências do Leste Asiático nas décadas subsequentes. Foi um dos episódios mais sangrentos da Guerra Fria. Ao final do conflito, os dois países estavam destruídos, e a quantidade de mortos era de cerca de 2,5 a 3 milhões, sendo que cerca de 50% desses mortos eram civis (MARTINS, 2008; CUMINGS, 2010). No plano interno, a conflagração é determinante para a construção da identidade coreana, especialmente para a Coreia do Norte, cujo território foi devastado por uma massiva campanha de bombardeio aéreo, responsável por destruir a infraestrutura do país, arrasar todas as maiores

⁸ A guerra na península compreendeu quatro fases, de acordo com Edwards (2006): (I) as tropas do norte empurraram as forças do sul, tomaram Seul e as encurralaram próximas ao perímetro de Busan. (II) Chegada das forças das Nações Unidas, lideradas pelo General MacArthur, através de um ataque anfíbio que desembarca no porto de Incheon, consegue cortar as linhas de suprimento do Exército Popular da Coreia do Norte (EPCN), e reverte a série de vitórias que esse vinha obtendo. A partir disso, as forças da ONU — lideradas por Washington — empurram o EPCN para além do paralelo 38, atendendo à resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que ordenava o retorno ao *status quo* ante ao ataque norte-coreano. A partir daí, os Estados Unidos excederam o mandato que lhes fora concedido, e decidiram derrubar o governo de Kim Il-Sung. Avançaram além do paralelo 38 e empurram as forças norte-coreanas até as proximidades do Rio Yalu (Amnokgang), na fronteira com a China, a fim de reunificar a península sob sua bandeira. (III) Entrada do Exército Chinês de Libertação Popular (ELP) no conflito. Nessa fase, as forças da ONU são empurradas para além do paralelo 38, sofrendo uma sucessão de graves derrotas. Essa é uma das fases mais cruéis da guerra e durou cerca de um mês. (IV) A quarta e última fase é marcada pela falta de avanços significativos — as tropas da ONU utilizam uma tática de exaustão do exército chinês (DUARTE, 2009), o que culmina no armistício de 1953.

idades e vilas do país, numa campanha de extermínio perpetrada pelas forças lideradas pelos EUA (CUMINGS, 2010)⁹.

Todavia, é por seus efeitos e representatividade no plano internacional que a Guerra da Coreia se configura como uma guerra sintrópica. Afinal, a conflagração inaugura uma nova fase no exercício da Guerra em três esferas: capacidades materiais; ética da Guerra; e mecanismos de equilíbrio entre as Grandes Potências.

No que tange às capacidades materiais, a utilização disseminada do avião a jato talvez tenha sido a grande mudança no exercício da Guerra. Nesse sentido, houve um redimensionamento do combate avião-avião (*dogfight*)¹⁰, embora a superioridade aérea tenha mais uma vez se mostrado como ineficaz para resolver o conflito por si só¹¹.

Quanto aos aspectos éticos, a Guerra da Coreia é a primeira conflagração mais ampla após o uso das armas nucleares pelos EUA. Dado que a guerra é um elemento hierarquizador, depreende-se que a Guerra na Coreia contribuiu para a definição do que era a justiça e a ética internacional no contexto de Guerra Fria. Assim, para fins deste trabalho, entende-se que a paz é uma condição transitória, que emana da posição assimétrica de poder de um Estado (ou bloco de Estados) sobre os demais e que impõem uma organização hierárquica que reflita essa

⁹ A massiva campanha de destruição por parte das tropas da ONU, liderada pelo General MacArthur, está no cerne da destruição moral e material que derivou do conflito. MacArthur determinou que fossem realizados ataques aéreos a quaisquer cidades, instalações industriais, vilas, ou construções que pudessem propiciar a reorganização norte-coreana. Nesse processo, usinas hidrelétricas foram alvejadas, gerando grandes inundações. Esse é o caso do bombardeamento sistemático da usina hidrelétrica de Su'pung, uma das maiores da região e responsável por grande parte do abastecimento norte-coreano. Os ataques a hidroelétricas não ficaram restritos a uma única usina, mas sim a um total de treze, e objetivavam gerar uma pressão política capaz de suscitar uma paz favorável aos Estados Unidos. Além disso, a quantidade de explosivos utilizada durante a fase III foi composta por material de alta destruição — como o Napalm, que foi utilizado de forma massiva — o que potencializou o poder de devastação. Há, inclusive, o registro de utilização de armas químicas e biológicas por parte das tropas de MacArthur (CUMINGS, 2010). Sua ideia era utilizar armas nucleares a fim de incapacitar plenamente as forças comunistas, criar uma espécie de “anel de cobalto radioativo” que impediria a utilização da região por alguns anos.

¹⁰ A Guerra da Coreia foi o primeiro palco das *dogfights* entre aviões a jato. O uso de aeronaves como o MIG-15 (origem soviética) e o F-86 (origem estadunidense) marca a conflagração. Especialmente na “Alameda MIG” (*MIG Alley*) os confrontos foram frequentes e marcam os atritos ocorridos na proximidade da fronteira com a China (NEUFELD e WATSON, Jr., 2005).

¹¹ A despeito da superioridade tecnológica das forças lideradas por Washington, na campanha aérea as forças coreanas e chinesas principalmente, conseguiram assegurar um impasse. A utilização dos MIG-15 foi restringiu a ação da força aérea estadunidense (USAF). Apenas com a introdução dos F-86, os EUA conseguiram atingir certa vantagem sobre os MIGs. Não obstante, apesar disso, essa tênue superioridade não foi elemento satisfatório para permitir uma posição vantajosa no processo de negociações de paz. Durante a guerra aérea, a principal ação da Força Aérea do Exército de Libertação Popular (FAELP) foi de dar proteção às linhas de comunicação, alvos militares e industriais, enquanto fornecia suporte indireto às unidades de força terrestre (ZHANG, 2002, p. 205). As bases chinesas estavam localizadas em seu próprio território, tanto que a China ao avaliar o contexto da guerra aérea, segundo Zhang (2002) concluiu que se as bases aéreas fossem alocadas dentro do território coreano, é provável que as perdas fossem mais significativas. Claramente, os Estados Unidos tiveram suas ações circunscritas a regiões muito específicas, afinal não atacaram o território chinês, principalmente para preservar-se diante de uma possível escalada do conflito que provocasse uma intervenção de Moscou.

posição. Desse modo, a Guerra da Coreia serve como elemento revelador de uma nova correlação de forças na era nuclear. Nesse sentido, a abstenção do uso de armas nucleares tornou-se o padrão para o uso da violência nas guerras ao longo da Guerra Fria. A capacidade de manter a legitimidade, de justificar o ato de agressão sobre o uso da força no contexto pós-Segunda Guerra Mundial passava a estar diretamente atrelada ao não uso de armas nucleares; esse é o limite ético da guerra na Guerra Fria.

A conflagração na península coreana é uma referência na afirmação de um novo mecanismo de interação entre as Grandes Potências. É a partir da experiência da Guerra da Coreia que o padrão de disputas entre EUA e URSS foram centrados nas disputas materializadas nas guerras locais (regionais). Assim, o padrão de mediação, as disputas de poder entre EUA e URSS tinham seu eixo central deslocado dos palcos geopolíticos centrais, próximos ao *heartland*, e concentravam-se nas bordas da Eurásia. A mediação, portanto, tinha no exercício da violência um dos seus estandartes. Contudo, com o advento das armas nucleares e o subsequente temor da guerra de extermínio, o enfrentamento era indireto, no qual, à medida que uma das potências estivesse diretamente envolvida, a outra se abstinha da participação expressa. Essa configuração foi efetivamente afirmada quando houve o desenvolvimento dos Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBM) e das bombas de fusão (termonucleares), ambos dispositivos que ampliaram o poder de destruição e diminuíram a assimetria estratégica entre Moscou e Washington (ARON, 2002). Contudo, a Guerra da Coreia foi o protótipo do perfil de guerra e dos mecanismos de manutenção do equilíbrio de poder no Sistema Internacional durante a Guerra Fria.

Segundo Martins (2008, p. 36), é partir do modelo da Guerra da Coreia que

[...] surgiu uma espécie de “substituto” para o confronto direto – as guerras entre os aliados da URSS e dos EEUU. Estas guerras locais serviram também para demonstrar a efetividade dos arsenais das superpotências, já que elas abasteciam seus clientes com seus próprios vetores. As guerras árabe-israelenses de 1967 e 1973 (deve ser incluída também a guerra de atrito de 1970) demonstraram a ampla efetividade dos meios convencionais soviéticos. Por exemplo, a guerra de 1973 ilustrou as capacidades do míssil portátil SA-7 (antitanque e antiaéreo) e a performance das armas guiadas por radar.

A sobreposição dessas interações entre as dinâmicas entre superpotências e o processo de descolonização mal-acabado gerou efeitos particulares para a formação do Estado em ambas Coreias. Desse modo, a militarização virou práxis e o controle social por parte do Estado extremamente centralizado. Tanto em Seul quanto em Pyongyang, os governos procuraram criar mecanismos para ratificar uma ordem política e social estável em um contexto de estado

de Guerra. Desse modo, o bloco de poder¹² de cada Estado era intimamente vinculado às questões de segurança nacional. Especialmente, pois a Guerra terminou sem um desfecho, uma guerra inacabada, tendo apenas como conclusão um armistício¹³ - que tecnicamente exclui a Coreia do Norte de uma participação mais efetiva na comunidade internacional. Por essas razões, o período pós-Guerra na península Coreana apresenta características particulares em relação ao processo de descolonização que avançava na Ásia.

O declínio das potências coloniais favoreceu o fortalecimento das lutas anticoloniais por todo o continente. Essa primeira onda descolonizadora (VISENTINI, 2011) esteve centrada na luta de movimentos comunistas e nacionalistas e caracteriza uma nova fase na história asiática. Após o final da Segunda Guerra Mundial, em vários domínios coloniais os movimentos de guerrilha, os movimentos nacionalistas começaram a se articular, como demonstra o mapa 3 abaixo, levando a um processo que culminaria em uma série de independências. Cabe destacar que esses processos se articulam entre si. As dinâmicas que levaram, por exemplo, ao avanço da guerrilha comunista na Indochina vinculam-se à situação da luta anticolonial na China. Em grande medida, o avanço imperialista japonês estabeleceu um amálgama entre as variadas lutas anticolonialistas na Ásia. Em outros termos, pode-se dizer que se estabelece um sistema de vasos comunicantes, onde os efeitos da disputa em uma sub-região geram repercussões em outra.

¹² O conceito de bloco de poder “[...] refere à composição diversificada de classes e frações que integram o grupo dirigente em determinado contexto” (CAMPOS, 2015, p. 34). Poulantzas (1980) apresenta o bloco de poder como elemento essencial para o entendimento das ações do Estado, bem como um instrumento para avaliar as ações internacionais dos Estados a partir das contradições decorrentes da sua configuração.

¹³ O armistício celebrado e estabeleceu uma linha de demarcação entre as duas Coreias e determinou que os dois exércitos deveriam se afastar dois quilômetros dessa linha, estabelecendo assim a zona desmilitarizada (que persiste até os dias de hoje) e que afasta as forças oponentes. Esse armistício não instituiu, contudo, uma demarcação adequada dos limites marinhos, nem concluiu um processo de paz - através de um tratado -, e também não resolveu nenhuma das questões que originaram a guerra

Mapa 3 - Processos de Descolonização no continente Asiático



Fonte: Adaptado a partir de VICENTINO e DORIGO (2010).

Dentre os diversos processos simultâneos de libertação nacional, a Revolução Chinesa foi a que gerou os maiores efeitos geopolíticos sobre equilíbrio regional. A vitória da Revolução Comunista em 1949 representou uma afirmação de um projeto nacionalista de inserção internacional da China e marcou o fim do período que se iniciara no século XIX, marcado pela eclosão da Guerra do Ópio (1839-1842), considerado o século de humilhação do país. Assim, pode-se dizer que a vitória do Partido Comunista Chinês (PCCh) na guerra civil contra o Guomindang (KMT) deu início a um processo de busca por recuperação nacional e reinserção do país no Sistema Internacional.

É nesse contexto que se definem alguns dos objetivos estratégicos que norteariam a atuação externa do país e que, grosso modo, se mantêm até os dias atuais. Basicamente, a RPC surge com quatro objetivos básicos:

- a) consolidar o governo revolucionário;
- b) estabelecer o controle da economia;
- c) reestabelecer a soberania sobre os territórios do país; e
- d) inserir a China no Sistema Internacional como potência independente e não-alinhada (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012; VISENTINI et al, 2013).

O primeiro objetivo dizia respeito a estabelecer as bases políticas do regime comunista. Já o segundo objetivo tinha como eixo estabelecer a centralização política e um regime tributário unificado, que segundo Visentini et al (2013) aproxima a Revolução Comunista Chinesa da essência de todas as revoluções nacionais já ocorridas. No que tange a esses dois objetivos primários, pode-se dizer que o PCCh obteve êxito nas suas iniciativas.

O terceiro objetivo, por sua vez, era restabelecer a soberania nacional sobre os territórios perdidos. A Manchúria já havia sido reintegrada após a ocupação japonesa que se iniciara em 1931, o Tibete e Xinjiang foram reintegrados pelo Exército de Libertação Popular (ELP) em 1950. A Mongólia exterior, todavia, que havia se tornado independente em 1924, manteve seu status (ROBERTS, 2012). A outra questão territorial era a ilha de Taiwan, para onde haviam migrado 2 milhões de membros do KMT logo após a derrota do partido na guerra civil. O PCCh tentou em vão reintegrar esse território que possuía uma posição geoestratégica fundamental para a defesa do país. Historicamente, a ilha de Taiwan (que havia sido conquistada pelos japoneses em 1894) servira como ponto de apoio para ataque ao território continental da China, bem como para bombardeios sobre o país durante a II Guerra Mundial (VISENTINI et al, 2013; KAPLAN, 2014). Assim, com o fracasso parcial do projeto de reintegração nacional estabelecia-se um impasse que, em grande medida, condiciona a inserção internacional da China. Cabe destacar ainda a questão das ilhas Diaoyu (Senkaku), Xisha (Paracelso) e Nansha (Spratly) que revelavam disputas marítimas que de um modo ou de outro pautam as relações da RPC com seus vizinhos na região¹⁴. Por fim, as ilhas de Macau e Hong Kong viriam ser reintegradas pela via diplomática na década de 1990.

¹⁴ As ilhas Diaoyu são ilhas disputadas entre China e Japão desde o século XIX. Já as ilhas Xisha e Nansha, inicialmente ocupadas pela França, foram incorporadas pelo Japão no curso da II Guerra Mundial. Os três conjuntos de ilhas permanecem em disputa até hoje e são elementos de atritos entre a China e Japão, entre China e Vietnã e entre China, Filipinas, Brunei e Vietnã, respectivamente

O quarto e último objetivo referia-se à inserção internacional do país. O objetivo prioritário era adquirir reconhecimento das grandes potências e, para tanto, procurava manter-se não-alinhado no contexto da Guerra Fria. Afinal, apesar da aproximação político-ideológica com a URSS, os dois países mantinham disputas fronteiriças em aberto. Entretanto, com as dificuldades enfrentadas pelo país com o acirramento do ambiente regional, o país teve de optar pela aproximação com a URSS. Assim se desenhava o quadro de desafios securitários que pautaram a inserção internacional da RPC desde 1949: a busca pela consolidação da integração nacional e pela estabilização do entorno estratégico.

A estratégia de Washington estabelecida no contexto do pós-II Guerra Mundial e da Guerra da Coreia, seria, ainda hoje, a base para a manutenção de um equilíbrio favorável aos EUA na região, na medida em que viabilizaria ofensivas contra qualquer possível candidato continental a potência hegemônica na Ásia Oriental (CEPIK, 2004). Portanto, observa-se que existe uma correlação definitiva entre os desdobramentos securitários na península coreana e a segurança da RPC.

Durante a guerra na península, os EUA, cogitaram o uso de armas nucleares na fronteira entre China e Coreia do Norte. Segundo Friedrich (2011),

No quarto dia da guerra, o comando militar dos EUA já havia considerado a possibilidade do lançamento de bombas atômicas. Nas dependências do alto-comando, o general Eisenhower, ex-chefe do Estado-maior do Exército e então no cargo de comandante da Otan na Europa, revelara, espontaneamente, suas ideias para o apaziguamento da situação. Em termos concretos, sugerira “o emprego de uma ou duas bombas atômicas sobre o território coreano, desde que houvesse objetivos adequados”. Em 9 de julho, os Joint Chiefs resolveram que a bomba não deveria ser entregue à Frente Extremo Oriental. Nas semanas seguintes, porém, a questão foi examinada a fundo, pois, segundo as convicções de Eisenhower, seria imoral discriminar uma arma cuja construção exigiria tanto dinheiro. (FRIEDRICH, 2011, p. 292).

A ameaça do uso de armas nucleares marca o imaginário coletivo dos dois países e impulsionou o desenvolvimento dos programas nucleares, a construção de uma rede túneis e o investimento em capacidades militares mais avançadas. Para a China, essa percepção de necessidade defensiva crescente se ampliou após as crises no Estreito de Taiwan. Primeiramente, porque ao contrário do que ocorrera na Guerra da Coreia, no caso da crise do estreito, essa ameaça se dava em virtude de uma questão interna da China e não como reação a inserção internacional do país (VISENTINI, 2013). Ou seja, a China passava a temer um ataque nuclear dos EUA, em um contexto no qual, provavelmente, não poderia contar com a proteção

soviética já que se trataria de um assunto interno chinês. Cabe destacar que o programa nuclear chinês inicia logo após a I Crise do Estreito¹⁵ em 1954.

Essa situação se agravou quando da II Crise do Estreito em 1958, durante a qual novamente os EUA fizeram uso da ameaça nuclear para intimidar a China. Cabe destacar que durante a II Crise a URSS deu um apoio muito tímido à China, o que reforçou a necessidade de buscar mecanismos para desenvolver capacidades defensivas autônomas¹⁶. Especialmente, quando em 1969, durante os atritos fronteiriços entre URSS e China, os soviéticos ameaçaram nuclearmente a RPC. Assim, pode-se dizer que a noção de isolamento internacional, somada à vulnerabilidade defensiva do país, fortaleceram as correntes progressistas dentro do PCCh e acabaram por impulsionar as reformas pragmáticas que seriam adotadas a partir dos anos 1970 (KISSINGER, 2011; ROBERTS; 2012; VISENTINI; 2013).

Nesse quadro geopolítico, que envolve mais diretamente China e Coreia do Norte, observa-se uma alteração no papel da Coreia do Sul e do Japão no contexto regional. Quanto à Seul, os EUA assumiram uma postura bastante ostensiva, assumindo a responsabilidade legal e material pela segurança nacional, controle operacional, treinamento militar e fornecimento de material bélico (LEE, 2006). Pelo Tratado de Defesa Mútua, assinado em 1953, a Coreia do Sul torna-se um Estado tutelado que estava no centro da sua doutrina de contenção geopolítica à URSS. Desse arranjo surge uma formação estatal atípica no sistema interestatal, em alguma medida um Estado semissoberano. O conceito de Estado semissoberano é trabalhado por Katzenstein (1987), Paterson (2007), Schattschneider (1975). Entretanto, nenhuma dessas abordagens reflete plenamente a situação na Coreia do Sul. Aqui entende-se como um Estado que mantém sua independência política, porém cuja segurança externa e centro de decisão econômico está fortemente vinculado a um terceiro Estado. Por essa razão, trata-se de uma unidade política cuja capacidade de agência no Sistema Internacional é mediada pela potência que a tutela.

O apoio de Washington transcendia à esfera militar, transbordando para as questões econômicas e políticas. Segundo Lee (2006), o apoio financeiro americano à Coreia do Sul, no

¹⁵ Em 1954, Jiang Jieshi ordenou o envio de 73 mil homens para as ilhas de Jinmen (Kinmen ou Quemoy) e Mazu (Matsu) e a RPC, em resposta, bombardeou as ilhas (PIKE, 2010; SILVA, 2015). Em dezembro do mesmo ano, Taipei e Washington assinaram um Tratado de Defesa Mútua, em caso de ataque de Pequim às ilhas de Taiwan e Penghu, localizada ao sul. Assim, o ataque das forças continentais a Jinmen e Mazu prosseguiu no início de 1955. Entretanto, com a ameaça de uso de armas nucleares e, diante da falta de apoio soviético, a China optou por recuar (VISENTINI, 2013; PIKE, 2010).

¹⁶ Segundo Visentini (2013), essa foi uma das principais razões que motivaram a adoção do plano de modernização do Grande Salto Adiante (1958). Assim, buscava-se implementar um modelo de industrialização acelerada que pudesse atender às demandas estratégicas do país.

período entre 1953-61, atingiu a casa dos quatro bilhões de dólares (sendo 2,5 bilhões de assistência econômica e 1,5 bilhões em ajuda militar). A compreensão desses aspectos da geoeconomia é central para o entendimento da ascensão sul-coreana a partir dos anos 1960. Além disso, o desenvolvimento de Seul é diretamente subproduto do reposicionamento do Japão no plano regional.

A Revolução chinesa e a Guerra da Coreia redimensionaram a geoestratégia dos EUA. A derrota virtual diante de países subdesenvolvidos, recém colonizados, evidenciaram a necessidade de estruturar uma defesa avançada na região. Segundo Ribeiro (2013),

A China revolucionária faria gravitar o continente asiático para a descolonização acelerada, fornecendo bases de retaguarda e alento para os nacionalistas e socialistas. Sua defecção do bloco de poder hegemônico pelos norte-americanos provocaria uma reação dos EUA em relação aos países colonizados. Onde a segurança estratégica não estava em jogo, haveria o apoio para a implantação do autogoverno (através de pressões sobre as metrópoles) e onde uma “burguesia nativa confiável” é inexistente, haveria o apoio às metrópoles para a aniquilação das forças revolucionárias e a preparação da independência controlada em aliança com os conservadores locais no quadro da Guerra Fria. (RIBEIRO, 2013; p. 150)

O projeto de desmontar por completo as estruturas econômicas dos países do Leste Asiático teve de ser abandonado. Optou-se por uma política fundamentalmente oposta, calcada no estímulo ao crescimento econômico, contando com grande suporte dos governos desses países, bem como das elites econômicas que já se destacavam desde o período anterior à II Guerra Mundial.

No Japão, esse processo foi especialmente simbólico. Já durante a Guerra da Coreia o país serviu como plataforma para a intervenção da ONU na península. Assim, em que pese a presença militar dos EUA no território japonês, ratificada pelo Tratado de São Francisco (1951), Tóquio torna-se o pilar da geoestratégia dos EUA. Desse modo, abre-se caminho para o desenvolvimento econômico japonês, consolidado pela Doutrina Yoshida (1946-1947; 1948-1954), no imediato pós-Guerra. Cabe destacar que o crescimento japonês esteve diretamente atrelado ao acesso favorecido ao mercado estadunidense (tecnologia e exportações) e à crescente integração com as economias de Coreia do Sul e Taiwan. Abria-se assim espaço para uma retomada japonesa, especialmente após 1955, com a criação do Partido Liberal-Democrático do Japão, que aproximou os dois principais líderes políticos do país - Yoshida e Ichiro Hatoyama (1954-1955)¹⁷, se estabeleceu um novo perfil de inserção internacional mais autônomo, que incluiu, por exemplo, o estabelecimento de relações diplomáticas com a União

¹⁷ Hatoyama foi líder do Partido Democrático do Japão e defendia uma maior autonomia do país no plano internacional.

Soviética. Desse modo, não se pode entender o processo de crescimento econômico japonês como um milagre, mas sim como efeito da nova configuração geopolítica do Nordeste Asiático.

A formação de novos núcleos de acumulação de capital no Leste Asiático é uma alteração na dinâmica do capitalismo global. Implica na alteração do eixo da economia mundial, que paulatinamente migra do centro do Atlântico Norte para a Ásia. Essa alteração no núcleo orgânico do capitalismo – entendido como o agrupamento de Estados que ocupam um lugar dentre as posições mais altas na hierarquia global de riqueza e que determinam os rumos para a acumulação de capital para os demais Estados (ARRIGHI, 1997) – entretanto, não foi acompanhada nessa primeira fase de uma transformação na distribuição de poder militar. Ademais, esse processo de desenvolvimento asiático foi desigual entre os Estados asiáticos e não necessariamente representou uma efetiva diminuição do abismo econômico que existia entre os países da região e as economias centrais. Todavia, é o começo de uma alteração nos fluxos econômicos globais que possibilitaram a afirmação japonesa e, posteriormente, o crescimento chinês.

Esse processo de ascensão asiática se caracteriza pela vinculação entre os diversos processos nacionais de desenvolvimento econômico. Em grande medida, o Japão exerceu desde sua atuação colonial uma força centrípeta na região. Seja por suas limitações geográficas, que o impulsionavam a adotar uma postura expansionista, seja pelo papel que tinha dentro da geoestratégia dos EUA na Guerra Fria, Tóquio assumiu um papel vertebrador das relações regionais. Esse caráter da atuação japonesa, nos anos 1960, foi baseado no sistema de subcontratação. Para Arrighi (1997),

Esse sistema é o sistema de subcontratação de múltiplas camadas que teve origem no Japão e se expandiu prodigiosamente, desde o final da década de 1970, até abranger um número e variedade crescentes de localidades do leste e sudeste da Ásia. As empresas capitalistas japonesas não são as únicas empresas do núcleo orgânico que recorreram à subcontratação, nem a expansão do sistema de subcontratação, centrado no Japão nas décadas de 70 e 80, se limitou ao leste e sudeste da Ásia. Entretanto, o sistema de subcontratação centrado no Japão tem características que o diferenciam claramente das práticas de subcontratação das empresas capitalistas de outras nações; uma dessas características é exatamente a pesada concentração de expansão japonesa no leste e sudeste da Ásia. (ARRIGHI, 1997; p. 66).

A Doutrina Nixon (1969)¹⁸, a qual preconizava um papel de maior responsabilidade aos aliados dos Estados Unidos nos custos de defesa, alterou decisivamente o panorama político-estratégico na Ásia. Pode-se dizer, dessa forma, que a Doutrina Nixon lançou as bases para o

¹⁸ Conhecida igualmente como *Doutrina Guam*, foi anunciada em uma conferência de imprensa pelo então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon (1969-1974), em 1969.

regionalismo na Ásia. No que diz respeito ao Nordeste Asiático, o avanço do regionalismo pode ser observado na aproximação entre China e Japão, que culminou na normalização das suas relações¹⁹, bem como entre as duas Coreias, que levou à emissão do Comunicado Conjunto²⁰ – ambos os eventos ocorridos em 1972. Cabe destacar que a normalização das relações entre China e Japão ocorreu após a aproximação entre Estados Unidos e RPC, ainda no governo Nixon (KISSINGER, 2011). Nesse período inicia a fase denominada “Era de Ouro” das relações do triângulo China-EUA-Japão, a qual encerrou-se com os protestos da Praça Tiananmen²¹ (1989) (VOGEL, YUAN e TANAKA, 2002).

Em termos econômicos, a década de 1970, representou a desestruturação de um dos pilares do sistema Bretton-Woods. O abandono do padrão ouro e a adoção do padrão dólar-flexível deu aos Estados Unidos a capacidade de definir os limites do desempenho econômico da economia mundial, através do controle das variações nos fluxos de capitais (SERRANO, 2003; MILAN, 2012). O déficit crescente dos EUA, que vinham se intensificando dentro de um contexto de crise mais amplo, relacionado à deterioração da situação da Guerra do Vietnã, impulsionaram o abandono do padrão dólar-ouro e geraram uma espiral de crise econômica e instabilidade (BLOCK, 1977; MILAN, 2012). Segundo Milan (2012)

Neste período, dados o tamanho e a importância da economia norte-americana, o dólar se consolidou como a moeda-chave do novo padrão monetário não-oficial que se seguiu ao declínio dos arranjos de Bretton Woods, constituindo-se em uma reserva global de valor e fonte da liquidez internacional dos mercados financeiros (Morgan, 2009). A adoção do padrão dólar-flexível deu aos Estados Unidos o poder de determinar os termos do desempenho econômico da economia global, por meio de variações nos fluxos de capitais (MILAN, 2012, p. 133).

Além das próprias dificuldades que o país enfrentava no plano interno, essas alterações promovidas pelos EUA ao longo da década de 1970 tem como origem as dinâmicas geopolíticas da Ásia. Segundo Fiori (2000),

A ameaça externa e a própria crise da sociedade americana, que se estendem através da década de 1970, acabam produzindo uma mudança na correlação de forças políticas dentro do Estado americano e depois, rapidamente, dentro do seu espaço hegemônico.

¹⁹ A aproximação entre China e Japão ocorreu durante o governo do primeiro-ministro japonês Tanaka. Essa aproximação foi central para a reinserção da China na comunidade internacional, visto que o país - que adotara uma política externa “anti-hegemônica” - encontrava-se isolado diplomaticamente. Para o Japão, resumidamente, a aproximação permitiu ao país alavancar o processo de subcontratação e obter um parceiro econômico com recursos naturais abundantes (especialmente, petróleo). A China estabeleceu, em contrapartida, três condições: (1) o reconhecimento de Pequim como único governo da China; (2) reconhecimento da indivisibilidade do território chinês; (3) o reconhecimento de que Taiwan era uma província da China.

²⁰ O Comunicado Conjunto Norte-Sul de 1972 foi um marco nas relações intercoreanas. Estabeleceu a reaproximação entre as duas Coreias e lançou as bases para o debate acerca da reunificação pacífica.

²¹ Os protestos reuniram estudantes entre 15 de abril e 4 de junho 1989 contra o governo comunista. O Exército Popular de Libertação suprimiu as manifestações contrárias ao regime.

No campo geoeconômico, a "diplomacia do dólar forte", "ao manter uma política monetária dura e forçar uma sobrevalorização do dólar, a partir de 1979, permitiu que o FED retomasse na prática o controle dos seus próprios bancos e do resto do sistema bancário privado internacional e articulasse em seu proveito os interesses do rebanho disperso [...]. A partir daí o sistema de crédito interbancário orientou-se decisivamente para os EUA e o sistema bancário ficou sob controle da política monetária do FED que passou a ditar as regras do jogo mundial..." [...]. Ao mesmo tempo, a nova política econômica americana permitiu a soldagem dos interesses globais do capital financeiro internacional, rearticulando os seus múltiplos anéis nacionais que, de uma forma ou outra, irão assumindo o poder político, a partir dali, no centro e na periferia do sistema. De tal forma que – segundo Maria da Conceição Tavares - ainda que viesse a ocorrer uma crise financeira global, caberia aos EUA comandarem a reconstrução ou montagem de uma nova "arquitetura financeira internacional". (FIORI, 2000, s/p)

Segundo Block (1977), pouco a pouco, os EUA foram rompendo com as regras estabelecidas no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Em um primeiro momento, apesar de ter gerado consequências graves para a economia mundial, essa ruptura não desestabilizou o sistema por completo, à medida em que lógica da Guerra Fria propiciava a manutenção de coesão dentro do bloco capitalista. Todavia, ao final da Guerra Fria as consequências desse processo iriam se agravar, principalmente, a partir do advento da crise financeira eclodida em 2007. À medida em que o dólar teve o seu papel expandido dentro do funcionamento do sistema financeiro internacional, consolidou-se a primazia dos EUA no controle dos fluxos financeiros internacionais, bem como solidificou-se a posição de Washington como núcleo da geoeconomia mundial. Essas mudanças ocorreram em um contexto no qual os EUA haviam perdido peso relativo no comércio global, particularmente nos principais centros capitalistas (VIZENTINI, 2004).

Para a Ásia, todavia, esse processo foi central para o fortalecimento do processo de subcontratação japonesa (desnacionalização da base industrial). Especialmente pela transferência de tecnologia que caracterizou esse processo e que indicava a formação de uma rede informal de divisão de trabalho na região. As principais características dessa rede de subcontratação são os aspectos geopolíticos ligados à regionalização do processo (centrado, especialmente, no sudeste e leste asiático) e o nível de estratificação das camadas de subcontratação, que funcionam de modo muito mais coordenado do que ocorre com as redes de subcontratação de empresas ocidentais, por exemplo (ARRIGHI, 1997). A valorização do iene ocasionada pela mudança perpetrada pelos Estados Unidos levou o país a deslocar suas indústrias cuja produção era de menor valor agregado (principalmente têxteis e componentes metálicos) para outros países da Ásia, tais como os do sudeste asiático, Taiwan e própria China. Nesse sentido, as mudanças no contexto regional acabaram por afetar a inserção internacional chinesa, que a partir dessa nova conjuntura passa a se aproximar de Tóquio com vistas a

fortalecer seu projeto de modernização que ganharia força a partir da era pós-Mao Tsé-Tung. Em 1976, Deng Xiaoping chegou ao poder na China e iniciou o projeto de modernização econômica defendido pela ala reformista (ROBERTS, 2012). Os quatro pilares da modernização chinesa proposta por Deng eram a indústria, a agricultura, o desenvolvimento científico e tecnológico e as forças armadas (defesa nacional). Assim, Pequim passou a impulsionar uma reestruturação gradual da sua economia, possibilitando aquisições de propriedades, bem como o surgimento de um setor empresarial privado, a liberalização do comércio e a abertura ao exterior, através da importação de maquinário e tecnologia e a atração de investimentos externos (DAMAS, 2014). Esse processo de modernização foi conduzido e gerenciado pelo Estado que mantinha o controle do planejamento da economia. No campo industrial, o projeto de modernização buscava alicerçar-se no estabelecimento de *joint-ventures* em Zonas Econômicas Especiais²², nas quais haveria espaço para entrada de fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) (ZENG, 2011).

É interessante notar que no pensamento estratégico chinês havia uma ligação inexpugnável entre segurança e desenvolvimento nacional. Por isso, o desenvolvimento econômico adquiriu um caráter estratégico para a defesa do país (KISSINGER, 2011). A partir de então, a China passou a vivenciar um período de vertiginoso crescimento econômico que refletiu em um processo de modernização militar. Entretanto, esse processo não ocorreu de forma equânime, nem entre os distintos setores econômicos, nem entre as regiões do país – especialmente pois o litoral obteve um crescimento econômico muito mais acentuado em relação às regiões do oeste do país (Xinjiang e Tibete, por exemplo).

Tanto a China quanto os países do Sudeste Asiático, possuíam mão de obra barata e abundante, e alguns deles também apresentavam grandes reservas de recursos naturais. Embora as matrizes dessas empresas permanecessem no Japão, isso não evitou uma alavancagem do crescimento econômico dos países da região, fator que seria base da “asianização” da Ásia (CALDER; FUKUYAMA, 2012).

Devido às mudanças de interação²³ entre os atores, durante a década de 1970, se fortaleceu o processo de integração no Leste Asiático. Nesse contexto, a Doutrina Fukuda

²² Em 1978, foi anunciada a “Política de Portas Abertas”, que culminou, em 1980, na formação de Zonas Econômicas Especiais nas províncias de Guangdong e Fujian. As ZEEs eram locus com condições privilegiadas para a realização de comércio internacional e para a atração de investimentos externos.

²³ Segundo Robert Gilpin (1981), *Mudança de Sistema*: é a mudança na natureza dos agentes ou entidades diferentes que compõem um sistema internacional; *Mudança Sistêmica*: mudança no modo de controle ou governança de um sistema internacional, ou seja, é uma mudança interna ao sistema em vez de uma mudança do sistema propriamente dito; *Mudança de Interação*: Por mudança de interação, queremos dizer modificações nas

(1976-1978) lançou as bases para o aprofundamento da integração na região. O Japão, a partir de então, abdicou de um perfil mais tímido de atuação regional, focado só em incremento de comércio, e passa a assumir uma postura de uma potência tradicional. O vácuo deixado pelos EUA foi absorvido por Tóquio que atuou diretamente na busca pela reconstrução da ordem regional no pós-Guerra do Vietnã. A assertividade japonesa deu-se na mediação das relações na ASEAN com os vizinhos comunistas e na construção de relações sino-japonesas. Essa tendência à cooperação se fortaleceu, especialmente a partir de 1978, quando China e Japão aprovaram a “cláusula anti-hegemônica”²⁴ e reforçaram a parceria estratégica.

2.1.2 A segunda fase de rupturas: as duas crises do petróleo e a desestruturação da bipolaridade

A segunda fase, ainda na década de 1980, representou o início de um processo de reversão da “excepcionalidade asiática”, entendida como a aliança entre um Estado Nacional forte e as forças produtivas, o primeiro agindo de modo a proteger a economia (VISENTINI, 2011). Segundo Visentini (2011), o fim da “excepcionalidade asiática” diz respeito à imposição dos Estados Unidos de que os países da região se adequassem aos preceitos neoliberais, à defesa dos direitos humanos e da democracia. Essa mudança dos EUA, passando de uma relação especial para uma relação de uma imposição, se vincula de modo estreito com os desdobramentos da Guerra Fria. Os Estados Unidos, desde o final da década de 1970 – já se acreditava – tinham condições de estabelecer vantagem estratégica sobre a URSS na Europa, mesmo com o uso apenas de armas convencionais (MEARSHEIMER, 1982). A superioridade em relação à URSS levou os Estados Unidos a adotarem uma postura mais intransigente em sua política externa, o que refletiu em acirramento nas relações com a Ásia.

Nesse processo, a Coreia do Sul sofreu um golpe militar contra o governo nacionalista de Park Chung-Hee (1961-1979) com apoio dos Estados Unidos em 1979. E, em 1987, realizaram as primeiras eleições democráticas desde a década de 1950 (HYUNG-A, 2004). A China de Deng Xiaoping que aprofundava o processo amplo de modernizações, contudo, sofreu com as sanções econômicas após os protestos na Praça Tiannamen (1989), acusada de estar violando os direitos humanos. Nesse contexto, observa-se a ampliação da relação entre os

interações políticas, econômicas, e outros processos entre os atores em um sistema internacional, sem uma mudança de hierarquia global de poder e prestígio no sistema (GILPIN, 1981, p. 40; SVARTMAN, 2013).

²⁴ Essa cláusula baseava-se na ideia de que nenhum dos dois países exerceriam uma hegemonia singular na região, e rechaça a ideia de hegemonia por potência extrarregionais. Essa cláusula é considerada um dos antecedentes remotos do princípio de hegemonia coletiva no Leste Asiático (KISSINGER, 2011).

desdobramentos securitários das diferentes regiões da Ásia. O aumento das tensões no Oriente Médio, especificamente no Irã e Afeganistão, influenciou – mesmo que indiretamente – no Leste Asiático (VISENTINI, 2014), especialmente em virtude dos impactos dessas crises sobre a geopolítica do petróleo e da interconexão entre as distintas regiões. As dificuldades no Oriente Médio levaram Japão e China a buscar uma aproximação autônoma²⁵.

A partir das duas crises do petróleo (1973 e 1979) o Japão entendeu que era vital superar a dependência energética²⁶ que o país possuía das fontes extrarregionais. Além disso, passou a procurar assegurar o abastecimento, a estabilidade das linhas comunicação marítimas. Assim, Tóquio passa a observar a estabilidade no sudeste da Ásia como parte integrante de seu entorno estratégico.

A atuação mais assertiva do Japão no sudeste asiático é reflexo também do processo de modernização chinesa. Desse modo, embora os dois países tenham fortalecido os laços diplomáticos durante a década de 1970, Tóquio passa a observar a China como um possível competidor no Sudeste Asiático (PRESSELO, 2014). À medida que Pequim foi avançando no processo de reinserção internacional, o Japão procurou alinhar uma estratégia de afirmação de um sistema regional centrado em Tóquio.

Esse processo gerou uma integração entre as dinâmicas político-securitárias do continente. Era um esboço da concepção da Ásia como um sistema integrado de “vasos comunicantes” – segundo o qual as alterações nos padrões de cooperação e conflito de determinado país ou região implicam em alterações na balança de poder do resto da Ásia (MARTINS et al., 2014). Pode-se observar outros eventos que conectam as subregiões. O Irã isolado após a Revolução Islâmica, por exemplo, contou com o apoio econômico do Japão e com o assessoramento militar da Coreia do Norte (VISENTINI, 2014).

As reformas lideradas por Deng Xiaoping inserem-se no rol de mudanças que vinham se aprofundando desde o início da decadência da ordem estabelecida desde o final da Segunda Guerra Mundial. Em especial, destaca-se a busca dos EUA para criar mecanismos de balanceamento a Moscou, o que só foi possível graças ao advento revolucionário da digitalização da guerra e do desenvolvimento das munições guiadas de precisão (MEARSHEIMER, 1982). Segundo Jabbour (2006), a aproximação entre China e Washington foi seguida de uma oferta de créditos no sistema financeiro internacional, o que propiciou uma alavancagem na economia do país.

²⁵ Inclusive, o Japão foi o primeiro país a romper com as sanções estabelecidas contra a China.

²⁶ Segundo Presselo (2014), o Japão importava cerca de 88% da energia que consumia.

Há fatores geopolíticos determinantes nessa alteração do perfil de inserção internacional de Pequim. Nesse contexto, destaca-se a alteração no padrão de atuação dos EUA a partir do governo de Ronald Reagan (1981-1989). A partir de então os EUA procuraram restabelecer a superioridade sobre a URSS. Interessante notar que a mudança de Washington é parte de uma estratégia de retomada imperial, na qual o país alia duas ofensivas conjugadas: geoeconômica (desestabilização da economia mundial, afetando principalmente Japão e Alemanha); geopolítica (estímulo a conflitos de baixa intensidade nas bordas do *heartland* e busca pela primazia nuclear).

A Nova Guerra Fria, que caracteriza a segunda fase de rupturas, foi um processo de reação conservadora à primeira ruptura que marca o fim da era de ouro do capitalismo pós-II Guerra Mundial. Para o Leste Asiático, isso representou a convergência de forças disruptivas e conjuntivas. Em termos sistêmicos, avançava a pressão sobre o fortalecimento dos países da região, mas o regionalismo estruturado a partir do Japão emergiu como elemento capaz de assegurar resistência frente à onda conservadora de Washington.

Segundo Thompson (1985), essa nova fase da Guerra Fria foi efeito de uma enorme desestabilização do capitalismo nas regiões periféricas e semi-industrializadas na esteira das crises econômicas da década de 1970. É nesse contexto que se observa a desarticulação do movimento terceiro-mundista. Assim, os Estados periféricos perderam a condição de procurar alternativas autônomas diante da bipolaridade. Para o Leste Asiático, essa nova conjuntura incide diretamente sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelos países da região – modelo no qual o Estado atuava como o efetivo propulsor do desenvolvimento nacional e da construção de capacidades de poder.

Os EUA materializaram essa nova geoestratégia através da *Strategic Defense Initiative* (SDI)²⁷, voltada a retirar a capacidade de segundo ataque da URSS, ou seja, privar Moscou do elemento que assegurava sua condição de Grande Potência. Cabe destacar que para a China e

²⁷ A SDI, também conhecida como Projeto Guerra nas Estrelas, era uma proposta para o desenvolvimento de um sistema de defesa missilística voltado a impedir um ataque de mísseis balísticos intercontinentais. Anunciado em 1983, o programa visava a acabar com a destruição mútua assegurada (MAD), a fiadora do equilíbrio internacional durante a Guerra Fria. A busca pela primazia nuclear caracterizava a busca pela unipolaridade, a afirmação da estratégia imperial. Embora o programa tenha sido abandonado posteriormente, foi um primeiro indicativo dessa nova perspectiva. Após a Guerra Fria, durante a chamada *Pax Americana*, esse objetivo foi materializado pelo Programa Nacional de Defesa Missilística (NMD). Principalmente após a saída dos EUA do Tratado sobre Mísseis Anti-Balísticos em 2002, observa-se uma escalada nesse projeto de erodir as capacidades alheias de segundo ataque. Em 2007, a OTAN declarou a intenção de estabelecer um escudo anti-míssil na Polônia e na República Tcheca, que limitaria a capacidades russas de segundo ataque. A esse projeto soma-se o Programa de Ataque Convencional Global (*Conventional Prompt Global Strike ou CPGS*) que permitiria aos Estados Unidos atacar alvos em qualquer lugar na Terra em um breve espaço de tempo. Em termos efetivos, essa capacidade seria viabilizada pela utilização dos veículos de propulsão hipersônica.

para a Coreia do Norte essa demonstração de força por parte dos Estados Unidos gerava implicações diretas, afinal a segurança desses países estava assentada na busca pela capacidade de dissuasão nuclear.

Em grande medida, o equilíbrio de poder desde o final da Segunda Guerra Mundial advém da distribuição de artefatos termonucleares e da capacidade de segundo ataque (capacidade de estabelecer retaliação crível em caso de sofrer ataque nuclear). A perspectiva da “Destruição Mútua Assegurada” (MAD) foi o fiador do equilíbrio entre as superpotências. A estruturação da ordem internacional dependia, além da posse dos armamentos termonucleares, da capacidade de segundo ataque que podia ser lançado a partir de distintas plataformas. É a capacidade de segundo ataque o fiador para a condição de grande potência. A importância da posse dos armamentos nucleares pode ser evidenciada pela própria composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), cujos assentos permanentes estão distribuídos entre potências nucleares. Em outros termos, dizia respeito à posse de uma tríade operacional: mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), mísseis balísticos lançados de submarino (SLBM) e bombardeiros estratégicos (ÁVILA, CEPIK e MARTINS, 2009). A Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) tinha como objetivo central desenvolver capacidades defensivas anti-balísticas. Embora o programa tenha sido abandonado posteriormente, foi um primeiro indicativo dessa nova perspectiva.

A esse processo, soma-se a pressão geoeconômica que Washington exerceu, principalmente, sobre o Japão. O Acordo de Plaza em 1985²⁸ e a desregulamentação financeira acabaram por afetar diretamente o desempenho econômico do Japão. O acordo e a subsequente valorização forçada do Iene representam o fim da excepcionalidade do desenvolvimento asiático. Em outros termos, as condições geopolíticas que permitiram que os governos asiáticos tivessem condições de estabelecer uma estratégia de desenvolvimento liderado pelo Estado chegavam ao óbice.

Cabe destacar que o nível de pressão sistêmica sobre o Leste Asiático nesse período recaiu sobre a economia dos países da região. Em contraste com outras regiões, onde o fomento de conflitos de baixa intensidade foi a estratégia principal, a desestabilização da Ásia atingia o modelo de desenvolvimento dos países da região.

²⁸ O Acordo de Plaza foi assinado em 1985, e envolveu EUA, Japão, França, Alemanha Ocidental e Reino Unido. A partir do Acordo, o dólar foi depreciado frente ao Marco alemão e Iene. Entre 1985 e 1987, o dólar se valorizou em 40% frente às duas moedas (FRANKEL, 2016).

2.2 O NORDESTE ASIÁTICO NO PÓS-GUERRA FRIA: DISSUASÃO, NÃO-PROLIFERAÇÃO COERCITIVA E DESAFIO NEOLIBERAL

O final da Guerra Fria gerou implicações diversas para o funcionamento do Sistema Internacional. De modo predominante, as principais alterações recaíram sobre a capacidade de agência das potências regionais, dado que os Estados Unidos aprofundam o processo de busca pela condição hegemônica. Assim, os EUA assumem uma condição imperial, na qual não possuem competidores geopolíticos, econômicos e securitários com condições críveis de ameaçar a posição hegemônica em um horizonte próximo. Portanto, esse período marca uma nova etapa nos processos de ruptura da ordem internacional.

2.2.1 A terceira fase de rupturas: globalização e unipolaridade

O período pós-Guerra Fria marca a terceira fase de rupturas que desestruturam a ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial. É a partir desse período que se observa um acirramento da política externa dos Estados Unidos para o Leste Asiático. Primeiramente, pois é a fase da consolidação do processo de condenação da “excepcionalidade asiática”. Segundo, a terceira crise no estreito de Taiwan (1995-1996)²⁹ foi resultado da aproximação do governo Clinton (1993-2001) com Taiwan, que incluiu a venda de 150 unidades do caça F-16, o apoio ao separatismo no Tibete e a adoção de sanções comerciais impostas pelos Estados Unidos (HUNTINGTON, 2010). Mais uma vez, a interferência dos Estados Unidos na crise, que incluiu a projeção de forças militares³⁰ até o estreito de Taiwan marcam essa fase de maior pressão hegemônica sobre o Leste Asiático. Além disso, a questão nuclear norte-coreana tornou-se prioridade na agenda política e securitária dos Estados Unidos para a região o que ampliou as tensões regionais.

²⁹ A terceira crise no estreito de Taiwan ocorreu entre 1995 e 1996 e resultou da mudança na política interna da ilha. A possibilidade de eleição de Lee Teng-hui em 1996, cuja pauta era a independência de Taiwan, e a possibilidade de mudança da política de uma só China por parte de Taiwan, fizeram Pequim reagir e a buscar influenciar as eleições na ilha ao realizar exercícios militares próximos ao estreito e testes nucleares entre 1995 e 1996.

³⁰ Os EUA responderam a essa questão com a demonstração de força mais agressiva desde a aproximação no governo Nixon. O governo Clinton enviou dois grupos de batalha de porta-aviões (incluindo *Nimitz* até o estreito de Taiwan).

A dissolução da URSS e a obtenção de posição de superpotência vencedora da Guerra Fria permitiu aos Estados Unidos adotarem uma postura mais assertiva no plano internacional. Assim, a partir do governo de George Bush (1989-1993), os EUA consolidaram uma Grande Estratégia assentada na busca pela primazia, ou seja, de hegemonia (MONTGOMERY, 2014; MARTINS e CEPIK, 2014). O conceito de Grande Estratégia aqui adotado diz respeito ao alinhamento entre os objetivos políticos de longo prazo de um país e as capacidades materiais efetivas para efetivar esse projeto (PORTER, 2013; MARTINS e CEPIK, 2014; MONTGOMERY, 2014). Na prática, isso representa a busca pela obtenção de uma capacidade não desafiável. Assim, a busca pela primazia estruturava-se – no imediato pós-Guerra Fria – através da dissuasão, da reafirmação (papel de fiador securitário de seus aliados e parceiros), da não-proliferação coercitiva (especialmente, a busca pelo impedimento da distribuição horizontal de armas nucleares) e da guerra preemptiva (através da promoção da democracia liberal) (PORTER, 2013; RONIS, 2013; MONTGOMERY, 2014). Através de uma presença militar global, estruturada através de uma rede de alianças permanentes e Estados-clientes, os EUA atuaram com vistas a materializar a condição hegemônica.

A esse contexto somaram-se transformações na esfera militar e no modo de empreender a guerra. Nesse sentido, a “Revolução nos Assuntos Militares” (RMA), o processo de digitalização da guerra e a doutrina de batalha aero-terrestre (*Airland Battle*) (SKINNER, 1988), cujo emprego fora observado na Guerra do Golfo (1991) configuraram-se como desafios às capacidades defensivas dos países do Nordeste Asiático (SKINNER, 1988). Especialmente para a China, cuja doutrina militar estava centrada na guerra popular e não estava adaptada à era da digitalização. Desse modo, a China passa a adotar uma postura de baixo perfil diplomático com vistas a manter a estabilidade regional e poder continuar seu processo de desenvolvimento econômico – base para uma modernização militar. A partir de então, a China passa a procurar a alteração de sua doutrina para “guerra limitada sob condições de alta tecnologia” (YAO, 1995).

A demonstração de poder incontestável que os EUA deram na vitória na Guerra do Golfo (1991) engendraram a possibilidade de que os EUA tivessem a condição de estruturar uma estratégia que oscilava entre a chantagem e a coerção em relação aos demais Estados. Essa postura foi assentada na construção de uma rede de regimes e instituições internacionais que buscavam disciplinar as demais unidades do sistema. Nesse sentido, destacam-se o regime de não-proliferação e o sistema econômico global. A pressão pela desestruturação de programas nucleares tornou-se um dos pilares da atuação dos EUA, o que gerou reflexos para o Leste Asiático especialmente na questão da Coreia do Norte. De outro lado, Washington defendeu a

adesão do neoliberalismo econômico como o bastião da governança e estabilidade globais. O mito da globalização e da pacificação pela interdependência se tornaram o conteúdo ético da liderança dos Estados Unidos. O início da década de 1990, desse modo, reforça a perspectiva de que a paz no Sistema Internacional é injusta, pois é fruto da imposição dos interesses de um Estado sobre os demais. O momento unipolar dos Estados Unidos gerou efeitos perversos sobre as regiões periféricas, com a desestruturação dos aparatos estatais e a desuniversalização dos direitos sociais.

Washington não priorizou o Leste Asiático em termos geoestratégicos, entretanto houve reflexos imediatos para o ordenamento regional. No caso do Leste Asiático, três eventos simbolizam a adoção desse novo perfil:

- a) *as negociações acerca do programa nuclear norte-coreano*³¹;
- b) *o enquadramento definitivo do Japão à estrutura hegemônica de Washington*; e
- c) *pressão sobre a China sob a bandeira da defesa dos direitos humanos*.

A Guerra do Golfo foi o episódio que marca essa nova conjuntura para o Japão e gerou o que costuma se denominar de “trauma japonês”. A Guerra do Golfo que iniciou com invasão iraquiana ao Kuwait em agosto de 1990 foi a primeira crise mais significativa após o fim da Guerra Fria. O primeiro-ministro Kaifu Toshiki reagiu impondo imediatamente sanções ao Iraque (HIROSHI, 2006). Entretanto, ao Japão faltou o entendimento de que o contexto internacional não era mais o de outras crises internacionais anteriores. Ou seja, o governo japonês acreditava que a intervenção da comunidade internacional seria indireta, conforme o padrão tradicional de interação durante a Guerra Fria. Porém, a reação veio através da estruturação de uma força multinacional de intervenção direta sob mandato da ONU³². Contudo, o declínio da União Soviética ocasionava uma nova situação no âmbito internacional, na qual o Japão passava a ser visto como uma ameaça econômica e não só um aliado contra a ameaça soviética. Assim, quando o Japão declarou a adoção de sanções, os Estados Unidos passaram a pressionar Tóquio para que auxiliasse em termos de transporte e suprimentos. Após a negativa japonesa, Washington declararam sua insatisfação com a postura japonesa – acusado de só visar seus interesses econômicos. Em resposta, o Japão anunciou uma contribuição de 1 bilhão de dólares para a coalizão. Entretanto, mais uma vez o Japão foi acusado de não estar comprometido com a estabilidade internacional. Assim, o Japão elevou sua contribuição para

³¹ As negociações e a questão do programa nuclear norte-coreano serão vistos mais detalhadamente no próximo capítulo.

³² Em novembro de 1990, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a resolução 678 que demandava que o Iraque saísse do Kuwait. A partir de então foi formada uma coalizão militar liderada pelos Estados Unidos e que contou com trinta e cinco (35) países.

aproximadamente 13 bilhões de dólares (DoD, 2018; HIROSHI, 2006; NAKANISHI, 2011). Com isso, o Japão arcou com cerca de 20% dos custos totais estimados da guerra que segundo estimativas gira em torno de US\$ 70 bilhões (DoD, 2018). Ou seja, o Japão foi, em grande medida, o fiador da guerra no oriente médio. Cabe destacar que a partir disso, o Japão aprovou uma lei permitindo a participação das Forças de Autodefesa do país em Operações de Paz da ONU. A primeira missão foi no Camboja em 1992 (AKIMOTO, 2013).

Todavia, o retorno desse investimento foi pouco significativo, pois foram os EUA que assumiram os benefícios do resultado da invasão – tanto materiais quanto ideacionais (afinal, essa guerra serviu como elemento de demonstração da supremacia militar e símbolo da unipolaridade). A esse processo soma-se a internacionalização progressiva da economia japonesa. Em grande medida, o êxito do funcionamento da economia japonesa estava assentado na atuação conjunta entre o PLD, o gabinete do primeiro-ministro e as elites financeiro-industriais na condução de decisões estratégicas. Entretanto, a partir do final da Guerra Fria, essa triangulação começou a se desestruturar, rompendo a aliança tácita entre o Estado promotor de desenvolvimento e as redes multinacionais japonesas (CASTELLS, 1999; VISENTINI, 2011). Assim, o Japão perdeu o poder de atuação mais efetiva no plano regional através das suas companhias, diminuindo o poder gravitacional (PAUTASSO, 2011) e favorecendo novas dinâmicas regionais que passaram paulatinamente a orbitar em torno da China.

Em relação à China, logo após o incidente da Praça da Paz Celestial, Washington e seus aliados aplicaram sanções que incluíam a suspensão de visitas oficiais de alto nível, de créditos de exportação e assistência para o desenvolvimento, bem como vendas de equipamentos militares (HARDING, 1990). Ademais, os EUA passaram a pressionar a China em virtude da questão do Tibete e a dar suporte mais efetivo ao governo de Taiwan, especialmente nas eleições de 1995-1996. O aumento da agressividade contra Pequim revestida de um discurso de legitimidade geraram reações na China e moldaram a política externa do país. Em uma dimensão, impulsionaram o crescimento vertiginoso dos gastos militares na RPC que aumentaram cerca de dez vezes ao longo da década de 1990, em virtude do acirramento da situação regional (LIFF e ERICKSON, 2013). Esse quadro favoreceu a ascensão do governo Jiang Zemin (1993-2003), cuja prioridade recaía sobre o desenvolvimento econômico e a busca por estabilizar o entorno regional. Como reação, em 1996, Pequim criou o grupo dos Cinco de Xangai³³, que reunia Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão. A aproximação entre

³³ A criação deu-se com a assinatura do Tratado sobre o Aprofundamento da Confiança Militar nas Regiões Fronteiriças.

China e Rússia representa o desenvolvimento de uma postura anti-hegemônica em um quadro de disseminação da pressão internacional sobre questões internas dos dois países – no caso da China, as já mencionadas situações de Taiwan, Tibete e Xinjiang; e no caso da Rússia, a Chechênia.

Ainda na esteira dos desafios geopolíticos enfrentados na década de 1990 pelos países asiáticos, a Guerra do Kosovo (1998-1999) também marca essa fase de fraturas nas relações do ocidente com os países asiáticos. A Guerra do Kosovo estava inserida na Guerra da Iugoslávia que ocorreu entre 1991 e 2001 e que sinaliza uma nova fase no uso da força no período pós-Guerra Fria. A intervenção alegadamente humanitária dos países europeus e, posteriormente, da OTAN no país balcânico simboliza essa nova ética da guerra, de uma nova forma de legitimar o exercício de poder por parte das potências ocidentais (BANDEIRA, 2014). Desse modo, pode ser entendida como um laboratório para as guerras híbridas, das revoluções coloridas, das intervenções promotoras de fragmentação territorial, assentadas na promoção da democracia e da liberdade. Especificamente para a Ásia, a Guerra do Kosovo ratificou a campanha de intimidação que Washington perpetrava contra a China.

Para Pequim e Moscou, a Guerra do Kosovo representava uma violação da soberania nacional iugoslava. Assim, os ataques da OTAN, sob liderança dos Estados Unidos, simbolizavam a perspectiva unipolar e de busca por supremacia por parte de Washington. Em grande medida, a agressão à Iugoslávia contribuiu para a articulação entre China e Rússia. Em termos pontuais, o ataque de um bombardeiro B-2 que destruiu a embaixada chinesa em Belgrado em 1999, foi ápice da crise entre China e EUA na década de 1990 (KISSINGER, 2011). Afinal, para a China foi uma violação direta à soberania do país. Para a Rússia, a intervenção no Kosovo, corroborada por um processo de expansão da OTAN para o Leste, era voltada ao estabelecimento de Estados frágeis e pequenos territorialmente que se configurassem como protetorados dos EUA – casos da Bósnia e Macedônia, além do Kosovo (ARBATOV, 2003; PICCOLLI, 2012). Portanto, tanto para Pequim e Moscou, a reação à intervenção era uma questão relativa à segurança nacional. Segundo Sakaguchi e Mayama (2001),

China e Rússia prestam atenção a dois aspectos da guerra no Kosovo a partir do ponto de vista militar. Primeiro, a guerra foi uma guerra assimétrica. Em outras palavras, uma forte aliança militar com poder militar esmagadoramente superior atacou um Estado soberano com muito menos poder militar. Os EUA e a OTAN aproveitaram as armas mais avançadas enquanto a Iugoslávia utilizava armamentos mais antigos. Além disso, a campanha aérea da OTAN causou enormes danos a seu adversário sem que suas próprias tropas sofressem sérios danos. [...] Em segundo lugar, esta guerra foi uma guerra sem contato. Embora a guerra no Kosovo tenha continuado por 78 dias, as forças terrestres de ambos os lados nunca se encontraram face a face ao longo da guerra. Apenas aeronaves e mísseis foram usados na guerra e a campanha aérea tornou-se um padrão de operação militar. Rússia reconheceu a importância da força

aérea novamente. China reconheceu que, quando os EUA ou os países ocidentais, intervêm militarmente em outros países, eles realizariam novamente a campanha aérea como a OTAN e os EUA fizeram no Kosovo. Em outras palavras, a China acredita que a campanha aérea com apenas aviões e mísseis se tornaria uma das principais tendências das operações militares no século XXI. (SAKAGUCHI e MAYAMA, 2001; p. 2, tradução nossa).³⁴

Desse modo, a soma desses eventos geopolíticos impulsionou uma mudança na perspectiva como a Rússia e China observam a realidade do final dos anos 1990 em quatro aspectos.

- a) interrompe um alinhamento automático da Rússia com os EUA – que vinha prevalecendo desde o final da Guerra Fria.
- b) estimula uma mudança no pensamento estratégico chinês, que passa a centrar seus esforços na modernização militar e na digitalização das suas forças armadas como resposta a esse formato de guerra.
- c) o emprego da guerra de propaganda, articulada com organizações não-governamentais, e respaldada pela defesa dos direitos humanos (revoluções coloridas) explicitou um novo modelo de preparação para intervenção militar e entendimento de que esse é um novo mecanismo para desestabilização de governos;
- d) propiciou a aproximação estratégica entre Moscou e Pequim. Por essa razão, a terceira fase de rupturas que ocorre nos anos 1990 se caracteriza pela implementação do projeto unipolar, porém altera o equilíbrio estratégico entre China, Rússia e Estados Unidos – lançando as bases para uma reação contra-hegemônica.

2.2.2 A quarta fase de rupturas e as alterações na geoeconomia global

A crise financeira asiática em 1997 inaugura a quarta fase desse processo de rupturas e alterações na ordem mundial. Durante essa década, à medida que os Estados Unidos se afirmavam como a superpotência vencedora da Guerra Fria e consolidavam um sistema

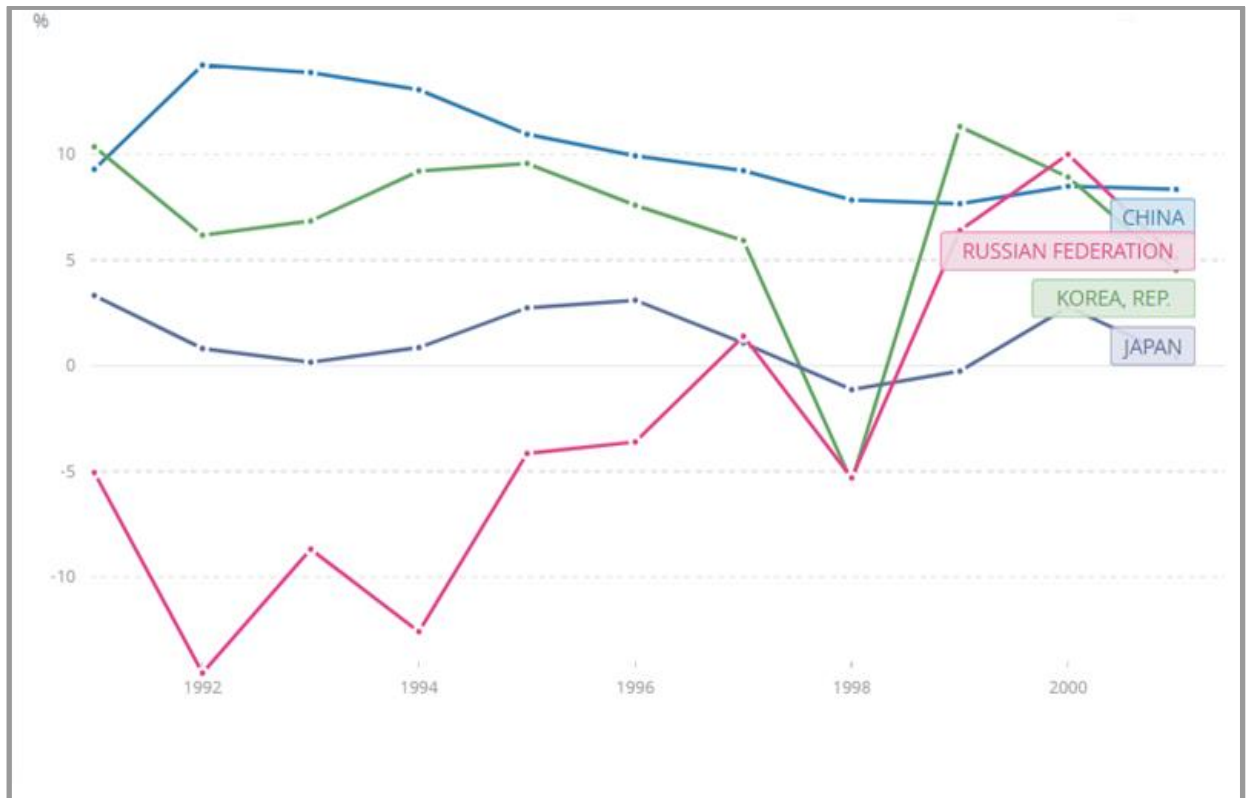
³⁴ No original: “China and Russia pay attention to two aspects of the war in Kosovo from the military viewpoint. First, the war was an asymmetrical war. In other words, a strong military alliance with overwhelmingly superior military power attacked a sovereign state with far less military power. The U.S. and NATO took advantage of advanced weapons while Yugoslavia opposed them with older weapons. In addition, NATO’s air campaign enormously damaged its opponent without serious damage to its own troops. [...] Second, this war was an uncontact war. Although the war in Kosovo continued for 78 days, the ground forces of both sides never met face to face throughout the war. Aircraft and missiles were solely used in the war and the air campaign became one military operation pattern. Russia recognized the importance of the air force again. China recognized that, when the U.S. or Western countries intervene militarily in other countries, they would carry out again the air campaign such as NATO and the U.S. did in Kosovo. In other words, China thinks that air campaign with solely aircraft and missiles would become a main trend of military operations in the 21st century.” (SAKAGUCHI; MAYAMA, 2001; p. 2).

hegemônico, a reação a esses processos crescia. Especialmente a partir da eclosão de uma série de sucessivas crises financeiras, avolumam-se críticas ao modelo neoliberal estabelecido no Consenso de Washington. As crises econômico-financeiras que se multiplicaram pelas regiões periféricas (América Latina, África e Ásia)³⁵ resultaram em graves crises cambiais e políticas. No caso da Ásia, os países mais afetados foram Coreia do Sul, Tailândia, Indonésia, Filipinas e Cingapura. Dentre esses países estavam aqueles mais integrados à economia dos EUA. A desvalorização das moedas locais, a fragilização do Estado nesses países aliada à desregulamentação abriu espaço para que o capital internacional tivesse condições de penetração nas economias asiáticas. Tendo em vista o modelo de desenvolvimento consolidado anteriormente, orientado pelo Estado, a crise tem um efeito geopolítico mais amplo do que apenas o efeito financeiro.

Em 1995, o modelo dos “gansos voadores”, responsável pela ascensão econômica da Ásia, entrou em declínio. Segundo Medeiros (2006, s/p), “a desvalorização do yen em relação ao dólar a partir de 1995 (cerca de 30% entre 1996-98) e a contração abrupta dos IDE japoneses vinculados às exportações asiáticas para terceiros mercados (principalmente os EUA) teve forte impacto na dinâmica regional”. Esses processos levaram à valorização das moedas dos países do sudeste asiático e a consequente perda de competitividade por parte dos países da ASEAN. A China, entretanto, cuja moeda (*yuan*) vinha se desvalorizando ocupou parte desse espaço e absorveu as exportações desses países.

³⁵ Dentre a série de crises financeiras que eclodiram em regiões periféricas na década de 1990, estão a do México (1994), Asiática (1997), Rússia (1998), Brasil (1999), Argentina (2001).

Gráfico 1 - Evolução do Produto Interno Bruto da República Popular da China, Japão, Coreia do Sul e Rússia (1991-2001)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do Banco Mundial (2018).

O Gráfico 1 apresenta a evolução do crescimento do Produto Interno Bruto na China, Rússia, Coreia do Sul e Japão entre 1991 e 2001. Observa-se que no ano de 1998 há taxa negativa de crescimento, próxima a zero no Japão, e mais aguda na Coreia do Sul e na Rússia – os dois países mais liberalizados dentre os quatro. Diante desse quadro os países da região adotaram medidas contracíclicas. A gravidade do impacto da crise, a percepção de que ocorrera em virtude da vulnerabilidade externa e que o alastramento pela região se deu pela interdependência econômica entre eles, conduziram à busca por uma solução conjunta. Esse quadro se reforçou dada à resistência dos Estados Unidos e do FMI em prestar socorro financeiro. Além disso, mesmo quando auxílio foi ofertado, tinha como pré-condições o abandono do modelo de crescimento econômico predominante na região, modelo centrado no papel do Estado na economia.

Desse modo, se gerou uma resposta regional aos desafios da globalização. Esse processo, que pode ser definido como “asianização da Ásia” ou “afirmação asiática” (FUNABASHI, 1993; HUNTINGTON, 1996; PAUTASSO, 2009). Assim, fóruns como o

ASEAN +3³⁶ (1997) e a Iniciativa Chiang-Mai (2000)³⁷ – acordo de cooperação financeira regional – indicaram avanço na *asianização* do continente. Em grande medida, esse processo de regionalização corresponde a endogeneização dos centros de decisão econômica nacionais (FURTADO, 1962) e reflete uma tendência regional centrípeta que se contrapõe às tendências fragmentadoras impostas pelas dinâmicas hegemônicas.

O final da década de 1990 é marcado pela convergência de emergentes projetos nacionais de resistência ao avanço da globalização e do neoliberalismo nas regiões periféricas globais. À medida que o capitalismo avança nessa fase de expansão do poder imperial dos EUA há uma crescente tendência de fragmentação dos processos organizados de resistência. Se na década de 1980 o primeiro efeito se deu sobre o movimento terceiro-mundista e o bloco socialista, ao longo da década de 1990 a pressão do modelo hegemônico ocorreu sobre modelos nacionais de desenvolvimento, e foi exercida por meio dos regimes internacionais e da articulação com elites nacionais desnacionalizantes. Nesse contexto, os movimentos sociais e políticos vinculados à esquerda foram marginalizados em muitos casos, estabelecendo uma hegemonia ideológica do neoliberalismo. Entretanto, os efeitos perversos da globalização, que na periferia implicaram no aumento do desemprego, desindustrialização e precarização das condições sociais, possibilitaram a alavancagem de processos políticos, cujo mote era a crítica à globalização. Assim, observa-se a ascensão de governos que adotam essa perspectiva em dimensões variadas³⁸, como é o caso do governo de Kim Dae Jung (1997-2003) na Coreia do Sul e Vladimir Putin na Rússia (2000).

O que se observa no início do século XXI é uma tendência de aumento dos processos de regionalização como mecanismo para incrementar a capacidade de agência das unidades do Sistema Internacional no âmbito sistêmico. No caso asiático, essa tendência se materializou através da aproximação entre o Nordeste Asiático e ASEAN. Desse modo, a organização do Sudeste Asiático emergia como principal foro de interlocução regional. Ademais, em 2001, a partir da entrada do Uzbequistão, o Grupo dos Cinco de Xangai transformou-se em Organização para Cooperação de Xangai (OCX), ampliando o escopo de atuação que inicialmente era voltada para a construção de confiança mútua e redução de presença militar fronteiriça, passava

³⁶ Fórum que reúne a ASEAN e a três principais economias do Nordeste Asiático (China, Coreia do Sul e Japão).

³⁷ Firmada em 2000, entre os países da ASEAN+3, a Iniciativa Chiang-Mai tinha como meta principal estabelecer mecanismos de cooperação financeira, facilitação de acesso à recursos de emergência, acordos de swap cambial, proteção à especulação financeira. A iniciativa marca o início de um processo de construção de uma arquitetura financeira regional voltada a diminuir a dependência dos organismos internacionais como o FMI.

³⁸ Igualmente, esse fenômeno é observado em outras regiões, como a América Latina e África. Em grande medida, a ascensão desses governos é subproduto do fracasso das promessas não cumpridas pela globalização.

agora a incluir temáticas como combate aos três males (terrorismo, separatismo e extremismo), ao tráfico de drogas e crimes transfronteiriços (SCO, 2018).

Segundo Kissinger (2011), a partir dos anos 2000, engendrou-se uma aliança entre China e Estados Unidos com vistas a combater o terrorismo logo após os ataques de 11 de setembro. No que tange ao Nordeste Asiático, a realização dos testes nucleares pela Coreia do Norte (2006, 2009 e 2013) colocaram a península coreana no centro das prioridades estratégicas das Grandes Potências (Estados Unidos, China e Rússia) para o Leste Asiático. Assim, a partir do governo Bush (2001-2009) observa-se uma guinada no lugar da Ásia na estratégia dos Estados Unidos. Se por um lado, ocorre uma articulação político-securitária com Pequim voltada ao combate ao terrorismo, por outro, Washington endureceu sua postura contra a Coreia do Norte, dificultando o processo de construção de confiança mútua na península que vinha avançando desde o estabelecimento da *Sunshine Policy*³⁹ pelo governo sul-coreano. Em 2002, o célebre discurso do presidente Bush ratificou a nova postura dos EUA e minou os esforços para uma solução pacífica e de curto prazo para a questão nuclear. Naquele momento, Washington incluiu a Coreia do Norte no denominado “eixo do mal”⁴⁰, alegando que Pyongyang agia como patrocinador do terrorismo e como uma ameaça à instabilidade internacional.

A resposta asiática a esse processo foi o estabelecimento das Negociações das Seis Partes⁴¹ a partir de 2003. A China assumiu papel de protagonismo nessas rodadas de negociação. Em grande medida é o reconhecimento do papel de liderança regional que Pequim passava a cumprir. Essa nova posição da China deriva do crescimento econômico contínuo e da busca de Pequim em se consolidar como uma liderança regional. Especialmente, a partir da chegada Hu Jintao (2003-2013)⁴² ao poder, Pequim passa a assumir uma postura mais global

³⁹ A *Sunshine Policy*, promovida por Seul, foi uma política de cooperação e reconciliação com o norte, e de apoio às iniciativas norte-coreanas de aproximação com Washington e Tóquio. Em um primeiro estágio, enviou auxílio alimentar (o norte ainda sofria com as consequências de catástrofes naturais que assolaram o país em meados da década de 1990), suspendeu as restrições de negócios entre o sul e o norte, e clamou pelo fim do embargo dos EUA à RDPC (CUMINGS, 2004). Além disso, Kim Dae Jung rejeitou a ideia de “unificação via absorção”, predominante nos governos sul-coreanos anteriores. O governo de Kim afirmou que a reunificação continuava sendo um objetivo nacional, todavia deveria ser entendida como um processo gradual, e que antes disso as Coreias passariam por uma fase de convivência pacífica e reconciliação.

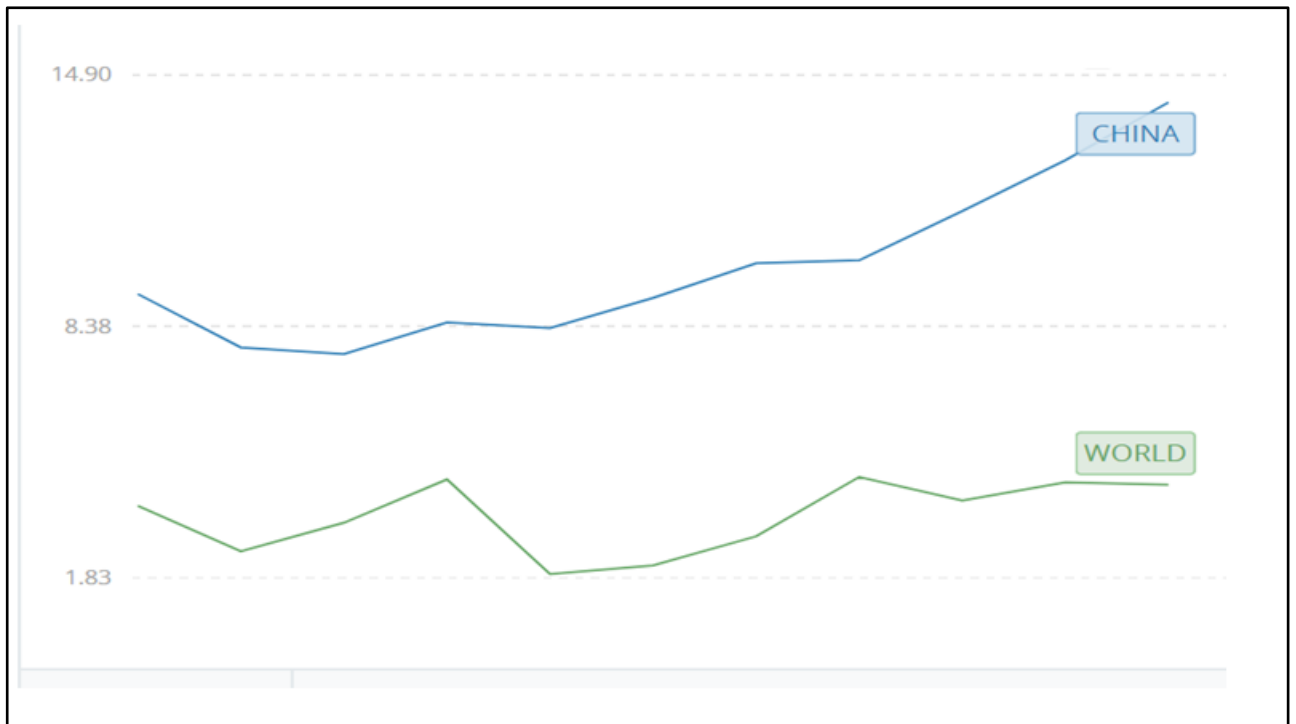
⁴⁰ O “eixo do mal” incluía, além da Coreia do Norte, o Irã e o Iraque.

⁴¹ Originalmente definida como *Six Party Talks*, as Negociações das Seis Partes eram um grupo voltado ao diálogo e cooperação acerca da questão nuclear na Coreia do Norte. O diálogo reúne as duas Coreias, Japão, EUA, China e Rússia.

⁴² Tanto Hu Jintao (Presidente da República, Secretário-Geral do Partido e Presidente das Comissões Militares do Estado e do Partido) quanto Wen Jiabao (Primeiro-Ministro no período) eram provenientes da Liga da Juventude Comunista, a ala reformista do Partido Comunista Chinês (PCCh). Internamente, representavam os ideais da distribuição mais equânime dos ganhos derivados do processo de crescimento econômico. Desse modo, estabeleceram uma série de políticas voltadas a alavancar o desenvolvimento econômico nas regiões centrais e

nas suas relações internacionais. A partir da entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 2001, o país procura ampliar os laços econômicos com outras regiões, especialmente América Latina e África (PIRES e SANTILLÁN, 2014). Como mote dessa efetiva internacionalização da economia chinesa, estava a ideia do “desenvolvimento pacífico”, da “ascensão pacífica”, ou seja, que a China era um país emergente, contudo procurava se estabelecer como potência responsável (ZHENG 2005)⁴³.

Gráfico 2 - Taxa de Crescimento Produto Interno Bruto (%) da China em Comparação com Crescimento do PIB Mundial (1997-2007)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Mundial (2018).

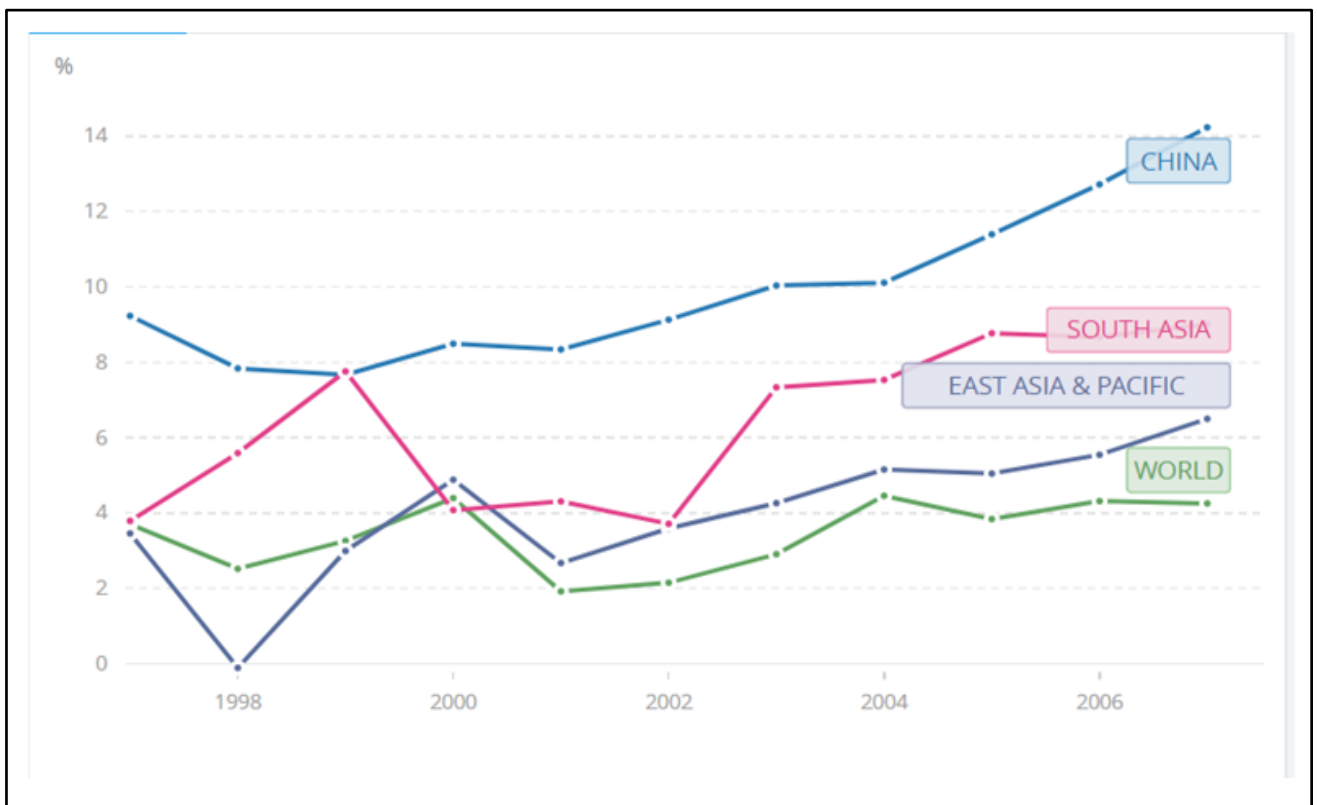
Como apresenta o Gráfico 2, a taxa de crescimento econômico chinês entre 1997 e 2007 foi um dos elementos centrais que alavancou o crescimento econômico mundial durante esse período. Mais do que isso, o processo de consolidação da ascensão chinesa redimensiona a geopolítica e a geoeconomia mundial. Esse é um fenômeno que ocorre de dentro para fora, do plano regional para o global, mais intenso no epicentro regional, mas com desdobramentos para

ocidentais do país (historicamente mais empobrecidas em relação às regiões litorâneas), bem como políticas sociais nas áreas de educação, saúde e emprego (OLIVEIRA, 2003).

⁴³ O crescimento chinês e os efeitos para as relações internacionais são analisados a partir de diferentes perspectivas teóricas. Embora não seja objeto desse trabalho, existe uma vasta literatura que procura discutir as consequências que a emergência da China trará para o equilíbrio de poder no Sistema Internacional. Dentre essas obras pode-se destacar Friedberg (1994), Acharya (2003), Kang (2003), Mearsheimer (2006), Khanna (2008), Yan (2011), Kissinger (2012).

o alinhamento das demais regiões que se amplificam ao longo dos anos. A transformação de Pequim em um núcleo dinâmico da economia global impulsiona os demais países asiáticos a orbitarem em torno dos interesses chineses e a procurarem ajustar sua inserção internacional às relações com o país. A afirmação de Pequim é um fenômeno nacional mais do que um fenômeno regional. Afinal, a taxa de crescimento econômico do país foi superior não somente à taxa de crescimento econômico global, mas também superior à do Leste Asiático e à do Sul da Ásia, como apresenta-se no Gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 - Taxa de Crescimento Produto Interno Bruto (%) da China em Comparação com Crescimento do PIB Mundial, Ásia Meridional e Leste Asiático e Pacífico (1997-2007)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Mundial (2018).

A partir desse cenário, Pequim em um primeiro momento buscou assegurar estabilidade no plano regional. Desse modo, o país aprofundou a aproximação com a ASEAN e procurou por concertação com a Coreia do Sul e com o Japão. Em 2002, China e ASEAN assinaram a Declaração de Condução das Partes no Mar do Sul da China, estabelecendo procedimentos sobre as reivindicações territoriais de cada um dos Estados da região. Nesse sentido, o distensionamento das relações no Sudeste Asiático servia como contrabalanço às tensões no

Leste Asiático – especialmente àquelas relacionadas a Taiwan⁴⁴. Aqui observa-se que o fenômeno chinês é o elemento que interconecta os distintos subsistemas regionais asiáticos.

Outro aspecto da nova posição chinesa é a busca pelo desenvolvimento de capacidades militares condizentes com a nova situação do país. O crescimento econômico, no pensamento estratégico chinês, não seria sustentável sem a edificação de capacidades críveis de defesa. Nesse sentido, em 2004, o governo Hu Jintao, estabeleceu quatro novos objetivos para as Forças Armadas da China:

- a) servir como uma importante fonte de força para o Partido Comunista consolidar sua posição política;
- b) fornecer sólidas garantias de segurança para sustentar o desenvolvimento econômico nacional;
- c) prover suporte estratégico para resguardar os interesses nacionais; e
- d) desempenhar um papel na promoção do desenvolvimento comum (ERIKSON; GOLDSTEIN; LORD, 2010; CORDESMAN; HAAS, 2013).

Assim, Pequim pôs em marcha um plano de modernização militar que procura ampliar a eficiência, a qualidade e a tecnologia do Exército de Libertação Popular (ELP). A modernização inclui a aquisição de capacidades de A2/AD (Antiacesso/Negação de Área)⁴⁵, desenvolvimento de mísseis balísticos, ampliação do alcance operacional, capacidades estratégicas e projeção de poder além de Taiwan.

A assimetria de poder (territorial, econômico e militar) entre a China e os demais países da região gera um reflexo duplo e paradoxal. De um lado, os vizinhos temem uma presença chinesa acentuada, com projeção de poder; cenário no qual Pequim procuraria se consolidar pela força como potência regional. De outro, se interessam pela presença acentuada da China como ator regional, pois o distanciamento em relação a Pequim poderia acarretar na perda das oportunidades econômicas, políticas e militares que a aproximação com o país oferece. Segundo

⁴⁴ Como parte da estratégia de construção de confiança mútua, entre 2002 e 2006, o Ministro da Defesa chinês, representantes do Exército de Libertação Popular, bem como líderes militares chineses de alta patente realizaram visitas a todos os dez Estados membros da ASEAN. Pequim também recebeu Ministros da Defesa e Oficiais de alta patente desses países. Ademais, a China estabeleceu diálogos de segurança com seis países membros da ASEAN - Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã - como com a própria organização, e vendeu equipamentos militares para seis países membros da ASEAN (Camboja, Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Vietnã) entre 2001 e 2006 (JING-DONG, 2006).

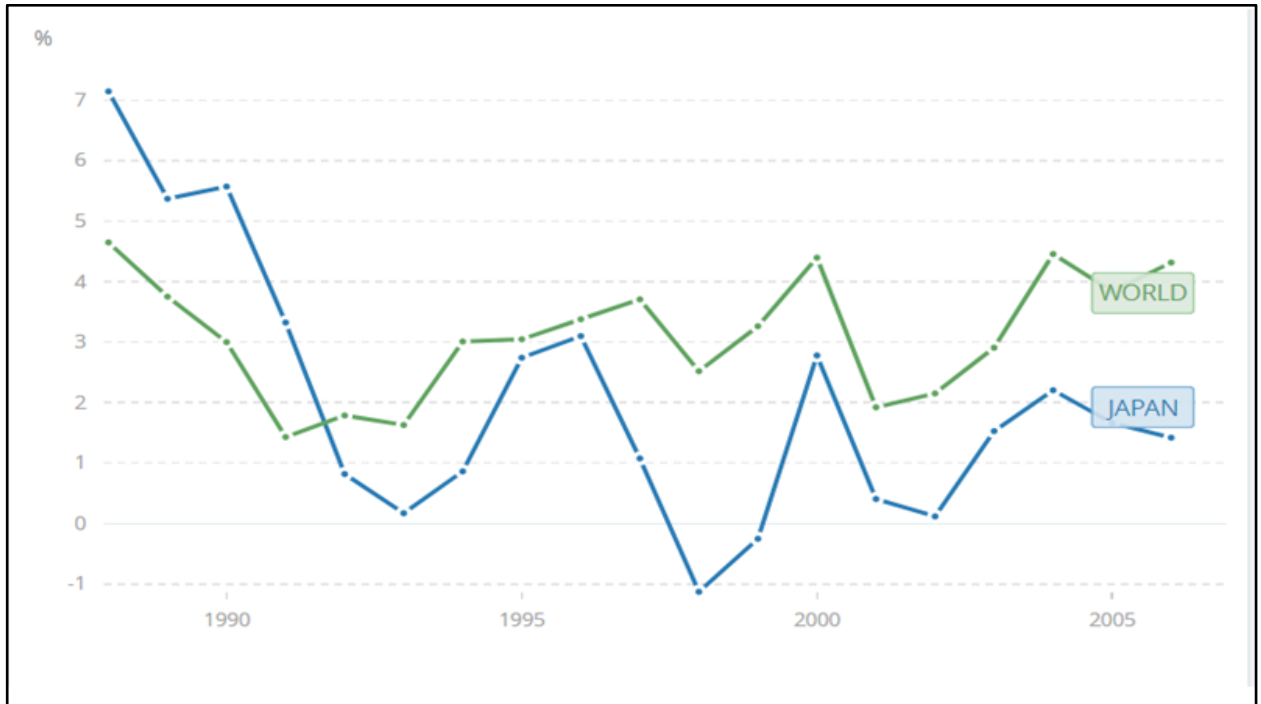
⁴⁵ As capacidades A2/AD são o conjunto de medidas e equipamentos que objetivam impedir que o inimigo penetre em determinada área operacional, tendo como alvo principal as forças aéreas e marítimas (longa distância). Além desse propósito, procuram, limitar a capacidade de atuação de forças inimigas em um teatro operacional específico (curto alcance) (KREPINEVICH, 2003).

Medeiros (2006), essa duplicidade resulta do impacto duplo que a ascensão chinesa traz para a geoeconomia asiática

Assim, se a China como produtor mundial de produtos da TI e bens de consumo industriais para os mercados ocidentais, o primeiro pólo deslocou produtores asiáticos, a China enquanto grande mercado interno em expansão, o segundo pólo tornou-se o principal magneto para o desenvolvimento asiático. Graças à manutenção de um extraordinário crescimento econômico e da estabilidade do yuan [...] a China, que se afirmou como um exportador líquido para os EUA e o Japão, transformou-se, simultaneamente, num importador líquido para a Ásia. Esta mudança no comércio regional começou por alterar a dinâmica do crescimento asiático centrada nos EUA como mercado final e fez da China uma máquina do crescimento regional e de sua estabilização. (MEDEIROS, 2006; s/p)

Esse quadro se acentua também em virtude da situação do Japão, que desde o final da década de 1980 perdeu o dinamismo de sua economia e capacidade relativa como polo regional. O Japão respondeu a esse novo quadro adotando uma postura de alinhamento automático com os Estados Unidos. A partir da eleição do primeiro-ministro Junichiro Koizumi (2001-2006), Tóquio adota uma abordagem “globalista” em sua política externa. Sob essa perspectiva, o Japão passa a considerar China e Coreia do Sul como concorrentes diretos do Japão em termos de produção industrial. Assim, procura assegurar uma relação especial com os Estados Unidos como mecanismo para compensar o acirramento do cenário regional. Essa nova postura japonesa tem como ideário político e econômico a defesa da globalização e do neoliberalismo. Nesse sentido, o governo Koizumi procurou adotar reformas estruturais profundas, voltadas a reduzir a dívida pública e diminuir o papel do Estado na economia (MULGAN, 2013). Contudo, o Japão não conseguiu alterar a tendência de estagnação que a economia vinha enfrentando desde o final da década de 1980. Como apresenta o Gráfico 4 abaixo, a partir de 1988, a economia japonesa apresentou uma tendência declinante. E, especialmente a partir de 1992, a economia japonesa passou a apresentar desempenho inferior ao da economia global. Assim, Tóquio perdeu a condição de centro dinâmico da economia asiática, que paulatinamente foi sendo suplantada pela posição chinesa.

Gráfico 4 - Taxa de Crescimento Produto Interno Bruto (%) do Japão em Comparação com Crescimento do PIB Mundial (1988-2006)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Mundial (2018).

Diante desse quadro de perda de proeminência regional, o Japão procurou se enquadrar na agenda de segurança dos EUA. Para tanto revisou sua doutrina de emprego de forças, o que levou o país a se comprometer com o envio de tropas para a Guerra no Iraque em 2003, auxiliar logisticamente as tropas no dos EUA no Afeganistão, bem como se colocou como guardião da segurança da Península Coreana para que Washington pudesse realocar efetivos para as guerras no Oriente Médio (SATO, 2004). Na trilha dessas mudanças que demandaram uma reinterpretação da constituição japonesa – que veda a possibilidade do uso da força extraterritorialmente, em 2010, o Ministério da Defesa japonês tornou públicas as novas Diretrizes do Programa de Defesa Nacional (NDPG⁴⁶). No NDPG, introduziu-se a perspectiva da “Forças de Defesa Dinâmicas”, com capacidades mais leves e móveis, capazes de promover “dissuasão dinâmica”, com capacidade de resposta mais rápida, além de defender a região sudoeste do país, onde se localizam as ilhas Senkaku – assim denominadas pelo Japão (MOD, 2017; SHOJI, 2011). Assim, Tóquio alterou a concepção de “Forças de Defesa Básicas” e de “dissuasão estática” que foram utilizadas ao longo da Guerra Fria, cujo objetivo era defender o país frente a uma possível invasão por parte da URSS e que priorizavam a quantidade de forças (SHOJI, 2011). Dentro de um contexto de orçamento de defesa reduzido e de percepção de que

⁴⁶ Em língua inglesa, *National Defence Program Guidelines*.

o Japão deveria melhorar suas capacidades de defesa, a mudança de doutrina surgiu como uma tentativa de otimizar os recursos, priorizando o aperfeiçoamento das forças por um ponto de vista qualitativo.

Apesar dessas mudanças, a visão globalista empreendida pelo governo Koizumi e mantida nos governos de Shinzo Abe (2006-2007), Yasuo Fukuda (2007-2008), Tarō Asō (2008-2009⁴⁷), não conseguiu alavancar a economia do país. Assim, em 2009, Yukio Hatoyama (2009-2010), do Partido Democrático do Japão (PDJ)⁴⁸, que defendia uma visão regionalista, voltada ao estabelecimento de um núcleo econômico integrado com a China, no qual o Japão seria o responsável pela produção de conhecimento, já que o país não conseguia mais competir em termos de produção industrial com o restante da Ásia, especialmente com a China.

Esse novo cenário propiciou uma aura integracionista no Nordeste Asiático. Em um cenário pós-crise de 2007-8, no qual o Japão foi profundamente afetado, a busca pela ampliação dos laços com os vizinhos reforça a perspectiva de que o regionalismo serve como mecanismo para a ampliação da capacidade de agência das unidades frente às dinâmicas globais. Em termos práticos, surgiram propostas de criação de um banco de fomento envolvendo Japão, Coreia do Sul e China; a constituição de uma Comunidade do Leste Asiático – que poderia vir a se integrar à ASEAN em um futuro próximo.

A possibilidade de aproximação entre China e Japão (duas das três maiores economias do planeta), em um contexto de crise das economias centrais, gerou reações hegemônicas a esse processo. A eventual estruturação de uma Comunidade do Leste Asiático atingiria diretamente a geopolítica global e desafiaria frontalmente os objetivos dos Estados Unidos, tanto na região, quanto de forma mais ampla no âmbito do capitalismo global. Desse modo, a partir do final dos 2010, observa-se uma tendência de ampliação da pressão hegemônica sobre a região. Esse quadro levou ao aumento das tensões regionais⁴⁹ e ao subsequente fracasso do processo de aproximação entre os vizinhos asiáticos.

⁴⁷ Todos os primeiros ministros eleitos durante esse período eram membros do Partido Liberal Democrata (PLD). Historicamente, esse é o principal partido do país e esteve no cerne do modelo de governança interna, o chamado “triângulo de ferro”, composto pelo PLD, empresariado e a burocracia. A partir dessa tríade, todas as decisões político-econômicas do país eram tomadas, o que garantia uma centralização política e a uma integração entre os interesses governamentais e os grandes conglomerados.

⁴⁸ O PDJ nasceu de um movimento anti-PLD que emergiu nos anos 1990. O PDJ tinha como uma das metas principais estabelecer um novo modelo de negócios na economia japonesa, no qual Tóquio deveria se aproximar dos vizinhos.

⁴⁹ Dentre esses eventos que marcam o acirramento das tensões destaca-se i) a eleição de Lee Myung-Bak (2008-2013) na Coreia do Sul, que defendia o fim da *Sunshine Policy* e uma política mais dura em relação à Coreia do Norte; ii) a manutenção da base estadunidense em Okinawa em 2010, o que levou à renúncia de Y. Hatoyama; iii) o afundamento da corveta sul-coreana Cheonan em 2010, que foi atribuído pelos EUA e Coreia do Sul à Coreia do Norte, enquanto Rússia e China concluíram que havia sido efeito de uma mina submarina da Guerra da Coreia; iv) as disputas pelas ilhas Senkaku/Diaoyu que levaram às manifestações anti-Japão na China.

A partir do governo Barack Obama (2009-2017), o Leste Asiático passa a ser prioridade na agenda de defesa dos Estados Unidos. Entretanto, Obama assumiu o governo em 2009, herdando como principal legado o envolvimento dos EUA na guerra do Afeganistão e na guerra do Iraque. Assim, em um primeiro momento, tendo em vista as dificuldades para desengajar o país desses conflitos, a prioridade de seu mandato em termos de política externa recaiu sobre o Oriente Médio e a Ásia Central. Em relação à Ásia, isso representou um distanciamento relativo, marcado pela chamada “diplomacia presidencial” (PECEQUILO, 2009). Assim, coube à então secretária de Estado Hillary Clinton o papel de conduzir mais diretamente os assuntos relativos à região. Do ponto de vista prático, a política externa e de segurança dos EUA para a região foi reativa. Portanto, foram mantidas as iniciativas principais que vinham sendo adotadas pelo governo Bush.

A reação imperial por parte dos Estados Unidos deriva de um quadro de avanço de processos de integração regional autônomos (América do Sul, Ásia e África), desvinculados de Washington, bem como o fortalecimento dos BRICS⁵⁰, dentre outras iniciativas que visavam a reforma da governança global, levaram a um questionamento acerca do equilíbrio internacional (se unipolar, bipolar ou multipolar) (CEPIK, 2013). Nesse contexto, a crise financeira iniciada em 2007 pode ser um elemento catalisador dessas rupturas e desequilíbrios.

A quarta fase de rupturas reforça a percepção de que esse é um processo cujos efeitos ainda são difusos e que se conecta com os eventos que se iniciaram ainda na década de 1970. A emergência da Ásia como polo de poder no Sistema Internacional, justificada pela condição de núcleo orgânico do capitalismo, é um processo que se vincula diretamente aos desdobramentos securitários, políticos, econômicos e sociais iniciados na primeira fase de rupturas. À medida que o Nordeste Asiático se estabeleceu como um centro do capitalismo, exportador de capital, obteve condições de se afirmar dentro do bloco hegemônico que compõe o rol das potências. Além disso, a afirmação econômica viabilizou o fortalecimento das capacidades materiais que dão sustentação à condição de Grande Potência, como no caso da China. É, nesse sentido, que há uma relação intrínseca entre o estabelecimento da região como um polo de poder e a ascensão capitalista por que passou nos últimos quarenta anos especialmente. Afinal, conforme afirma Paul Kennedy (1989), há uma relação umbilical entre tecnologia, poder e finanças e a condição de potência.

⁵⁰ Acrônimo que deu origem ao arranjo político entre Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul, cujo discurso esteve baseado na crítica à governança global liderada pelos Estados Unidos e na busca pela ampliação dos laços de cooperação sul-sul.

O conjunto de rupturas e alterações na ordem mundial observadas entre o pós II Guerra Mundial e a primeira década do século XXI, compõe um todo de estruturação e desestruturação da ordem estabelecida, bem como da transferência do núcleo capitalista para o Nordeste Asiático. Especialmente no período pós-Guerra Fria, a soma desses fenômenos resulta no estabelecimento de dinâmicas particulares, onde se sobrepõem estruturas pós-coloniais mal-definidas, dinâmicas mal-acabadas da Guerra Fria e das disputas típicas do processo de recomposição hegemônica em curso.

2.3 BALANÇO ANALÍTICO-CONCEITUAL DAS DINÂMICAS REGIONAIS NO NORDESTE ASIÁTICO: O PAPEL DA DISSUAÇÃO NUCLEAR E SEGURANÇA REGIONAL

O objetivo dessa seção é empreender um balanço analítico-conceitual do balanço das dinâmicas regionais no Nordeste Asiático desde o final da Guerra Fria. Esse balanço procura avaliar as dinâmicas de cooperação e conflito na região a partir da perspectiva da segurança regional e do papel da dissuasão nuclear. Por fim, a partir desse primeiro esforço analítico, procura estabelecer uma discussão acerca da questão da Coreia do Norte nesse contexto.

Em linhas gerais, o debate acerca das dinâmicas político-securitárias do Nordeste Asiático está centrado em duas grandes tendências. De um lado, os autores que buscam avaliar de que modo as dinâmicas regionais da sub-região se enquadram dentro da análise das mudanças no pós-Guerra Fria. Nessa linha, as obras de autores como Samuel Huntington (2010), Giovanni Arrighi (1998), Buzan e Waever (2003), Robert Kaplan (2013), Amitav Acharya (2008; 2014), Henry Kissinger (2014), procuram estabelecer uma análise dos processos político-securitários e econômicos típicos da região como espaço analítico particular. De outro lado, estão os autores que centram suas análises nos efeitos do processo de ascensão da China e seus reflexos para a região e para as relações com os Estados Unidos. Nessa vertente, pode-se incluir a obra de John Mearsheimer (2006; 2010), Mearsheimer e Walt (2016), Farred Zakaria (2008), C. Fred Bergsten et al. (2009), David Kang (2007), Yan Xuetong (2001; 2010; 2014), David Shambaugh (2013; 2016).

Embora existam divergências acerca das interpretações sobre os efeitos que o final da Guerra Fria trouxe para o Nordeste Asiático, todos os autores citados defendem que a queda da URSS trouxe reflexos efetivos para o funcionamento do Sistema Internacional e, por conseguinte, para as dinâmicas regionais do Nordeste Asiático. A análise da região se vincularia diretamente às transformações na inserção externa dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria e

das alterações na polaridade⁵¹ sistêmica. Assim, duas perspectivas correlatas emergem desse processo: i) o fim da bipolaridade acaba como o *overlay* securitário das superpotências; ii) abre-se espaço para maior autonomia de atuação dos atores regionais (BUZAN e WAEVER, 2003; KISSINGER, 2014).

A imposição da nova hierarquia internacional após o fim da Guerra Fria impulsionou processos de reação à perspectiva de unipolaridade que emergia nos anos 1990. No caso da Ásia, essas novas dinâmicas são especialmente sensíveis em virtude da ascensão chinesa. Por essa razão, as dinâmicas de cooperação-conflito no âmbito do Nordeste Asiático além de obedecerem a padrões históricos de relacionamentos entre esses atores, são majoritariamente, subprodutos das macrotransformações no capitalismo histórico (notadamente o deslocamento do eixo dinâmico da economia global do Atlântico Norte para a Ásia), do processo de rupturas na ordem hegemônica pós-Segunda Guerra Mundial (as quatro fases de rupturas discutidas na seção anterior) e da indefinição quanto à condição dos EUA no Sistema Internacional.

2.3.1 O Regionalismo e Sistema Internacional Pós-Guerra Fria

O final da Guerra Fria ensejou a necessidade de se estabelecer um novo arcabouço analítico para que se compreenda os padrões de cooperação e conflito na região. No Nordeste Asiático, especialmente, em virtude de uma configuração geopolítica única⁵², emergem padrões de interação bastante particulares, tanto nas relações entre as Grandes Potências que estão na região, quanto dessas com os demais países do Nordeste Asiático. Além disso, é uma região que apresenta um padrão de alta competitividade econômica, reunindo duas das três maiores economias mundiais (ARRIGHI, 1998); e profundamente articulada em termos produtivos e de investimento com as demais sub-regiões da Ásia. Do ponto de vista estratégico, o Nordeste Asiático concentra três países com arsenais nucleares (China, Rússia, e Coreia do Norte); duas potenciais potências nucleares (Coreia do Sul e Japão); bem como a presença do guarda-chuva

⁵¹ O conceito de polaridade aqui adotado compreende a capacidade do Estado em maximizar poder, abrangendo os meios de utilização da força na Política, e por polarização a distribuição de intenções, com impactos nas alianças estratégicas (WALTZ, 1979).

⁵² Essa configuração geopolítica única deriva da presença massiva de grandes potências no contexto regional, China, Rússia, Japão e EUA. Mesmo a Coreia do Sul, que não se enquadra em nenhuma definição de grande potência, é um país com grande potencial econômico e militar. Além desses países, temos a Coreia do Norte que é um país que detém armas nucleares. Além disso, as interações geográficas predominantemente marítimas implicam em características geopolíticas peculiares. As disputas por ilhas e indefinições acerca dos limites marítimos marcam a interação entre os países da região.

nuclear de Washington que abrange a região (BUZAN; WAEVER, 2003; CORDESMAN e HESS, 2013).

O final da Guerra Fria e as alterações estruturais decorrentes desse processo somaram-se às mudanças econômicas e políticas por que passam os países asiáticos especialmente a partir dos anos 1960. Assim, ao passo que se observa um aprofundamento da desestruturação da ordem mundial estabelecida no pós-II Guerra Mundial, verifica-se um fortalecimento dos países asiáticos. O processo de crescimento econômico observado nos países da região, especialmente na China nas últimas décadas, tem sido considerado o propulsor das mudanças geopolíticas que abalam o equilíbrio regional (ARRIGHI, 1998; TODD, 2003; KAPLAN, 2014; VISENTINI, 2011).

A transferência de capital do Ocidente para a Ásia impulsionou o estabelecimento de uma nova lógica regional, que nessa primeira fase esteve centrada no Japão atuando como dínamo da economia regional. O regionalismo foi a alternativa para que Tóquio conseguisse se reestruturar após a destruição sofrida na Segunda Guerra Mundial. Assim, a Ásia passou por um processo singular, no qual se sobrepunham os efeitos da luta anticolonial e da transferência crescente do eixo do capitalismo para a região. A estrutura das unidades que compunham esse sistema regional, assim, caracterizava-se por sua característica híbrida: de um lado, em sua maioria eram Estados pós-coloniais mal acabados, cujo processo de afirmação nacional ainda estava em disputa ou que sofreram com grave intervenção externa – geralmente, com grande centralização de poder –; de outro, em sua maioria, foram prematuramente inseridos no processo de subcontratação japonesa – sem que tenha havido a maturação de uma Revolução Nacional que viabilizasse um projeto nacional. Por essa razão, o regionalismo asiático foi sendo moldado pela interseção da soma desses processos típicos da região e das alterações na estrutura do Sistema Internacional.

Os sistemas regionais enquanto unidade de análise passaram a adquirir maior relevância após a Guerra Fria. Isso se deve, de um lado, ao declínio relativo das abordagens globalistas, tradicionalmente centradas nas ações da potência hegemônica em cada um dos subsistemas regionais, e a própria característica do Sistema Internacional a partir desse período, no qual se observou um incremento da formação de arranjos regionais. Nesse contexto, o que se observa é a ampliação de estudos que procuraram dar conta das dinâmicas de regiões tradicionalmente marginalizadas, como a África, Oriente Médio, América Latina e o Sudeste Asiático.

Em grande medida, a abordagem dos estudos regionais no período pós-Guerra Fria vincula-se a uma retomada da incorporação da geografia como fator explicativo das relações interestatais. A perspectiva de que as ameaças e as interações são mais sensíveis na curta

distância contribuem para o desenvolvimento de estudos que procuram responder aos desafios do entendimento de dinâmicas tipicamente regionais (LAKE e MORGAN, 1997; BUZAN e WAEVER, 2003). Cabe destacar que apenas a geografia não explica o funcionamento dos sistemas regionais, pois a definição de região transcende aspectos meramente geográficos. Importam os aspectos geopolíticos, a formação histórica e o próprio perfil da interação dos atores que compõem essas regiões.

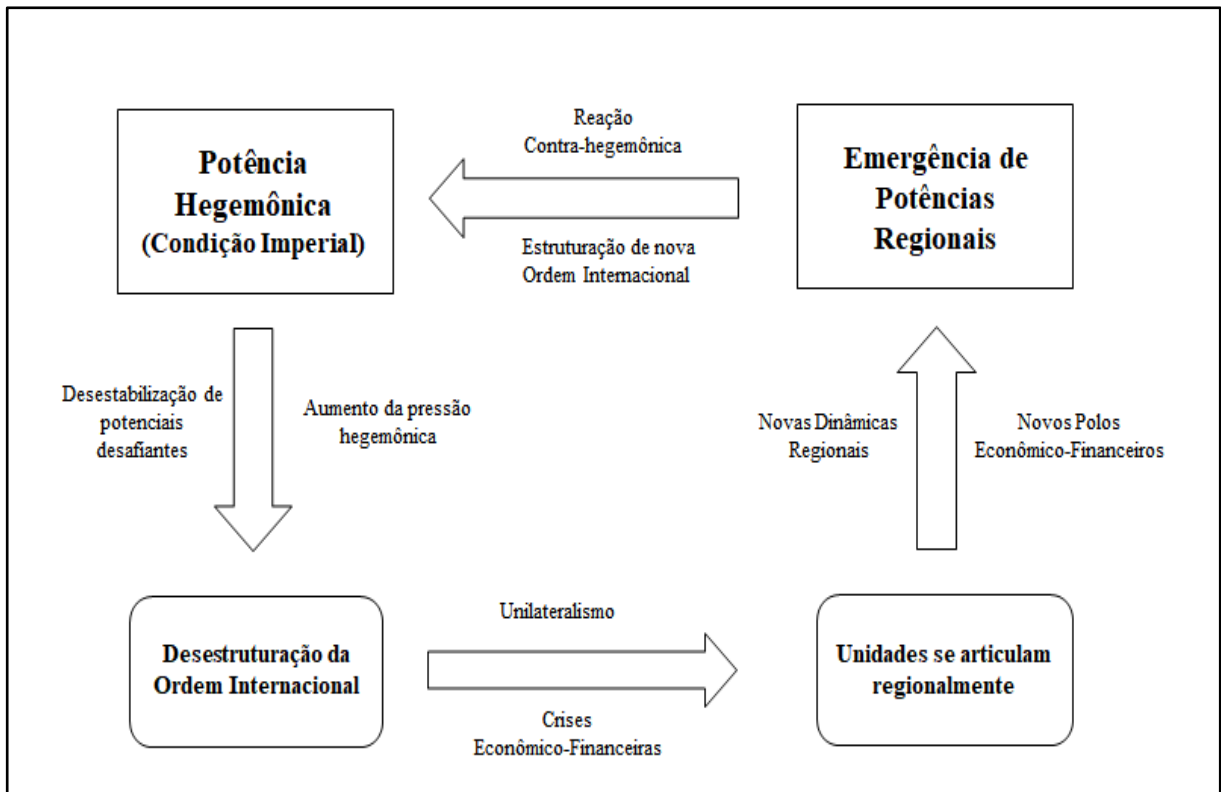
A esse retorno da geografia soma-se os fatores empíricos relativos à ampliação dos acordos regionais de cooperação em múltiplas dimensões (econômica, política, securitária, cultural). Por essa razão, uma parcela da literatura passa a considerar o regionalismo como o grande motor das relações internacionais a partir desse período (SÖDERBAUM; SHAW, 2003; FAWCETT, 2004; ACHARYA, 2007). Essa perspectiva encontra respaldo nas transformações mais sensíveis na política internacional ao longo dos anos 1990 e início do século XXI. No caso asiático, especialmente pelo fortalecimento e ampliação da ASEAN e a criação da OCX.

Em grande medida, pode-se identificar dois momentos relativos ao avanço desses processos de cooperação regional. A primeira fase do regionalismo, principalmente na primeira metade dos anos 1990, era voltada ao estabelecimento de acordos de livre comércio. Embora, em geral, os acordos estabelecidos não tivessem como objetivo aprofundar a cooperação econômica voltada ao fortalecimento das capacidades estatais, e sim meramente voltados ao incremento do comércio, tinham como objetivo melhorar a posição dos países envolvidos no quadro de expansão da globalização comercial. Ou seja, mesmo que com recorte limitado, havia o entendimento de que o agrupamento regional fortalece a posição de cada país no relacionamento frente à ordem unipolar. A segunda fase, principalmente a partir do início do século XXI, aprofunda o escopo dos processos de regionalização, que passam a adquirir um caráter estratégico, no qual o Estado direciona os esforços da cooperação como mecanismo para ampliar sua capacidade de agência no Sistema Internacional. Assim, pode-se entender o crescente processo de cooperação regional que se observa nessa fase como reação ao projeto hegemônico de Washington.

A Figura 2 abaixo procura apresentar a síntese das dinâmicas que marcam essa fase da política internacional. Se de um lado o projeto hegemônico dos Estados Unidos avança através da pressão pela adesão aos regimes internacionais, pela defesa da não-proliferação nuclear horizontal, pelo apoio às intervenções humanitárias (novo *ethos* da guerra) e pela imposição do neoliberalismo como receituário econômico; de outro, os Estados buscam se afirmar no plano regional através da estruturação de processos de cooperação e/ou integração regional para reagir à assimetria frente ao poder dos Estados Unidos. Assim, a busca pela consolidação de

articulações regionais impulsiona o fortalecimento de potências regionais que passam a discutir a ordem internacional, amplificando a perspectiva contra-hegemônica, gerando um processo de intensificação da reação hegemônica em uma espiral cíclica de acirramento das tendências à entropia.

Figura 2 - Dinâmicas Globais Pós-Guerra Fria (ação e reação à hegemonia)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse quadro, portanto, nasce do exercício da unipolaridade que se apresenta no período pós-Guerra Fria. A aproximação estratégica entre chineses e russos deriva dessa necessidade de contrabalançar a busca pela imposição da hegemonia e da primazia por parte dos EUA. Interessante notar que mais uma vez, como ocorrera na Guerra Fria, a definição do equilíbrio global migra para as regiões periféricas.

Assim, no pós-Guerra Fria, as regiões teriam adquirido uma dimensão estratégica para a compreensão das dinâmicas globais de segurança (FUCILLE e REZENDE, 2014; CEPIK, 2005; ACHARYA, 2007). Segundo Kelly (2007), do ponto de vista das teorias de Relações Internacionais, as regiões ganham autonomia como espaço de análise intermediário entre o nível global e o estatal. Isso se deve ao fato de que

Primeiro, as regiões são estruturalmente abertas à intervenção de cima. Os subsistemas regionais não são fechados como o sistema global é. Em segundo lugar, a densidade geográfica qualifica o dilema da segurança. As ameaças são desigualmente distribuídas geograficamente porque a maioria dos estados não possui as capacidades de projeção de poder das grandes potências. Questões de segurança localmente intensas criam dinâmicas regionais separáveis. Terceiro, uma massa crítica de estados fracos transforma o dilema da segurança regional para dentro. Muitos estados funcionam mal, e a guerra interestatal preocupa as elites menos do que a dissidência interna. As organizações regionais facilitam a repressão conjunta em vez da integração. (KELLY, 2007; p. 198).

Para Buzan e Waeber (2003), duas premissas permeiam essa perspectiva:

- a) a primeira é que o declínio da rivalidade entre as superpotências restringe a penetração do poder global no resto do mundo;
- b) além disso, para os autores, a maioria das Grandes Potências no período Pós-Guerra Fria abdicaram de uma atuação mais assertiva em termos securitários.

Desse modo, surge espaço para que as regiões desenvolvam dinâmicas mais autônomas em relação à agenda securitária das Grandes Potências. Assim, as regiões possuiriam posição analítica e mesmo ontológica particular, entretanto, não se configurariam como atores. Esses *clusters* regionais seriam marcados pela interdependência securitária entre os Estados que os compõem. Com o fim do *overlay* característico do período anterior, ou seja, o fim da sobreposição das agendas de segurança das duas superpotências⁵³ às dinâmicas regionais, abre-se espaço para que interações autônomas se estabeleçam nas regiões periféricas. Em outros termos, durante a Guerra Fria, a polaridade acabava por condicionar as relações intrarregionais das unidades que compunham os *clusters*.

Desse modo, segundo Buzan e Waeber (2003), seria possível traçar um paralelo entre o panorama da Ásia com o da Europa antes dos avanços na União Europeia, com o Japão ocupando a posição da Grã-Bretanha e a China a posição da Alemanha, por exemplo. Essa perspectiva seria centrada, inclusive, nas visões dos demais atores regionais acerca do processo de ascensão chinesa – que, tal como ocorrera com a Alemanha –, seria permeada pelo temor. Apesar dessas similaridades, estabelecer uma correlação direta entre o Concerto Europeu de Estados e o contexto asiático contemporâneo é arbitrário. Primeiro, pois, a Ásia é pautada pela existência de uma sociedade global – elemento condicionante das dinâmicas regionais – cujas

⁵³ Tendo em vista que há uma assimetria em termos de capacidades e de projeção de poder entre os Estados mais poderosos no pós-Guerra Fria, para os autores, é fundamental distinguir superpotências de grandes potências, e essas de potências regionais, pois é justamente na interface das relações entre essas três categorias de Estados que se pode avaliar os perfis de um CRS. Assim, grandes potências não necessariamente precisam possuir grandes capacidades em todos os setores, o que as define é o fato de serem relevantes o bastante para serem consideradas eventuais superpotências. Já as potências regionais são as que definem a polaridade dentro do CRS. Elas não entram no cálculo da polaridade sistêmica.

bases não foram gestadas endogenamente, e sim a partir do modelo ocidental. Segundo, porque a presença da superpotência gera constrangimentos aos atores regionais, algo que não ocorreu com a Europa. Além disso, ao contrário da Europa do século XIX, a dissuasão nuclear exerce papel central. Por fim, o contexto geográfico e geopolítico dos dois continentes é bastante distinto. A vasta extensão do continente asiático e o fato de grande parte das interações se darem por fronteiras marítimas estabelecem distintos padrões de relacionamento (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 95).

Para Kissinger (2014) o conceito de região na Ásia é algo construído muito recentemente do ponto de vista histórico. Por essa razão, a compreensão das dinâmicas regionais passa pela análise da evolução das formações estatais que compuseram o sistema asiático. Nesse contexto, o ordenamento asiático está estreitamente atrelado ao conceito de autoridade humana⁵⁴ que marca a história pré-capitalista dos Sistemas Tributários, e que tinha na China o núcleo de concentração de poder (AMIN, 2006; YAN, 2010). Embora o período de colonização tenha deixado marcas profundas na história asiática, pode-se dizer que as formas estatais asiáticas contemporâneas mantiveram, em grande medida, a identidade que marcava esses impérios no período pré-colonial (ANDERSON, 1991; VISENTINI, 2011; KISSINGER, 2011; 2014). Por essa razão, o entendimento do regionalismo como um fenômeno no continente asiático passa pela compreensão das alterações nas dinâmicas do Sistema Internacional em um sentido mais amplo e as características particulares das formações estatais pós-coloniais no continente.

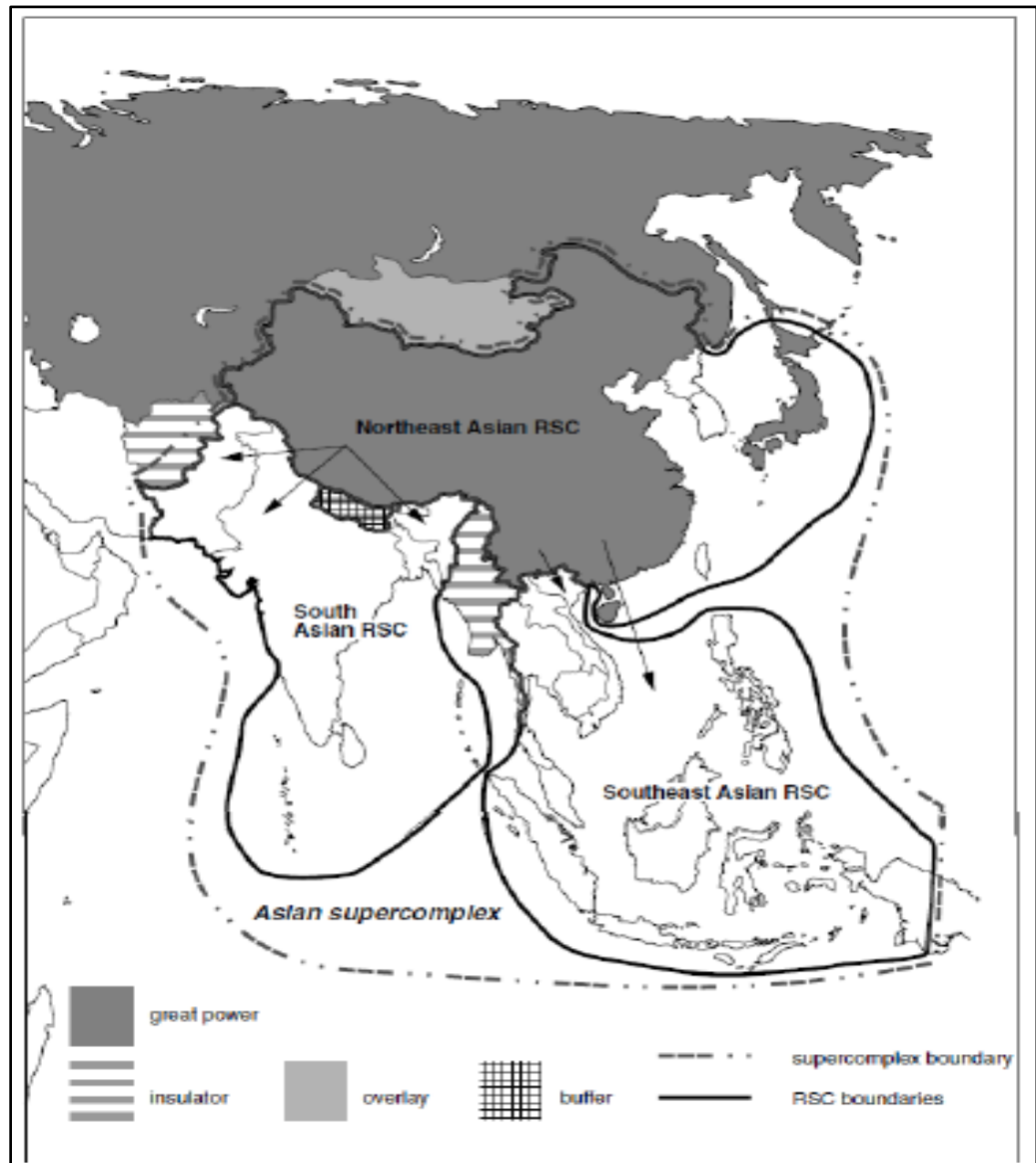
A partir da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, há três CRS na Ásia. Um CRS de grandes potências no Nordeste Asiático que passou a se consolidar no final do século XIX; e dois CRS padrões – no Sudeste e Sul da Ásia (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 96). Para os autores, a divisão em três CRS decorre em grande medida das características geográficas da região e da baixa capacidade de interação entre as sub-regiões. No Leste Asiático, observa-se um CRS de Grandes Potências que nasce da fusão entre o CRS do Nordeste Asiático e o CRS do Sudeste Asiático. Em termos gerais, complexos compostos por Grandes Potências geram impactos diretos no cálculo de poder global e causam transbordamentos (*spillover*) para as regiões adjacentes. Ademais, o CRS do Leste Asiático trata-se de um complexo que se depara com o *overlay* e com uma pesada penetração da superpotência e de Grandes Potências

⁵⁴ O conceito filosófico de “Autoridade Humana” remete à antiguidade chinesa. Basicamente, a “Autoridade Humana” representa uma concepção de equilíbrio regional estável. Ou seja, uma governança na qual a China exerceria liderança, mas teria de compartilhar essa liderança dentre um condomínio de potências, a partir de normas “justas”; a Harmonia, no plano político interno e o *ASEAN Way*, enquanto conteúdo ético da integração Asiática.

extrarregionais. A fusão entre o complexo do Nordeste e do Sudeste Asiático foi o grande evento transformador das relações regionais no pós-Guerra Fria. Além desses dois complexos, há o CRS do Sul da Ásia. Essa fusão derivou do fim da presença soviética e do desengajamento seletivo dos Estados Unidos. Desse modo, seja por questões geográficas particulares, como a predominância das interações marítimas, seja pelo número de polos regionais de poder, houve uma tendência de convergência entre as questões securitárias de cada um dos complexos.

As transformações estruturais no continente, portanto, estariam conduzindo à criação de um supercomplexo asiático (p. 172). Sob essa perspectiva, esse supercomplexo seria tripolar, com a Índia juntando-se a China e Japão. A definição se o avanço do supercomplexo asiático levará a uma formação mais conflitiva ou se desencadeará um regime de segurança pode ser, assim, decisivo para averiguar se a China se tornará uma superpotência ou não. O Mapa 4 abaixo apresenta a extensão dos diferentes Complexos Regionais de Segurança que se encontram na Ásia.

Mapa 4 - Os Complexos Regionais de Segurança no Continente Asiático



Fonte: Buzan e Waever (2003)

Em termos contemporâneos, a compreensão das dinâmicas que aproximam esses diferentes complexos no continente perpassa a compreensão dos desdobramentos do crescimento chinês. Afinal, esse fenômeno é o que tem interconectado a política regional. Nesse contexto, pode-se classificar os autores segundo as perspectivas acerca dos efeitos que o processo de ascensão chinesa trará para as relações regionais e para as relações com os Estados Unidos. Assim, de um lado, estão os autores que acreditam na inevitabilidade do conflito com os EUA, como por exemplo, Friedberg (1994) e Mearsheimer (2006). De outro, estão aqueles que defendem que a ascensão da China, embora traga riscos, pode trazer oportunidades de cooperação, como argumentam Kissinger (2011) e Xuetong (2010), por exemplo.

Em que pese a grande quantidade de estudos acerca da ascensão chinesa, poucos buscam enquadrar esse processo de ascensão no contexto regional. Não que os autores supracitados não considerem a situação do Nordeste Asiático e as relações com Japão e as duas Coreias. Porém, as análises privilegiam os aspectos internos da ascensão chinesa, as reações dos Estados Unidos e a construção de cenários para o século XXI, em detrimento de uma compreensão das dinâmicas regionais. Alguns estudos como o de Buzan e Waever (2003) e Akaha (2002), Armstrong et al. (2006), procuram delinear as dinâmicas regionais do Nordeste Asiático em si, com vistas a compreender os padrões de cooperação e conflito na região. Entretanto, a maioria dos estudos foca nos aspectos estruturais do Sistema Internacional, evidenciando que há uma tendência de enquadramento analítico dos processos no Nordeste Asiático prioritariamente nas discussões sobre aspectos estruturais das Relações Internacionais, e não enquanto espaço geopolítico autônomo, com dinâmicas próprias. Desse modo, a região aparece vinculada à análise sobre transformações na polaridade sistêmica no pós-Guerra Fria. Conjuguar as dimensões global, regional e nacional é, portanto, parte do esforço analítico aqui desenvolvido.

2.3.2 Segurança Regional e Dissuasão Nuclear Pós-Guerra Fria

As cerca de três décadas após o final da Guerra Fria apresentaram uma ampliação da instabilidade e dos conflitos nas regiões periféricas, no antigo Terceiro Mundo. Assim, mais uma vez o eixo da segurança internacional esteve distante geograficamente do centro hegemônico. Em grande medida, esse cenário deve-se a uma visão amplamente aceita entre formuladores de políticas e estudiosos de que a era pós-Guerra Fria tem estado marcada pelo surgimento e/ou ressurgimento de conflitos que foram congelados durante a Guerra Fria pela atuação das Grandes Potências.

Para Ayoob (2002), os estudos teóricos de Relações Internacionais não dão a devida importância a dois fatores preponderantes na explicação dos fatores que determinam a política e a segurança internacional nos cinquenta anos desde o final da Segunda Guerra Mundial.

O primeiro deles é o aumento sem precedentes no número de novos estados como resultado da rápida descolonização nos anos 1950 e 1960, repetida em menor escala no início dos anos 1990. O segundo fator é a tentativa contínua, por parte desses novos membros do sistema, de reproduzir a trajetória europeia de construção estatal e construção da nação em um cenário internacional muito diferente, onde os estados pós-coloniais são muito mais vulneráveis à intrusão física e normativa externa. Uma combinação desses dois fatores interrelacionados tem a chave para explicar o

comportamento da maioria dos estados, bem como as origens da maioria dos conflitos no sistema internacional. (AYOOB, 2002; p. 33, tradução nossa)⁵⁵

Essas dinâmicas apresentadas por Ayoob (2002) são muito mais sensíveis nas regiões periféricas. Acharya (1998) define que no final da Guerra Fria predominava a perspectiva de que se ampliaria a instabilidade no Sul Global devido há cinco fatores:

- a) retirada estratégica das superpotências, promovendo a alteração dos equilíbrios regionais de poder no Terceiro Mundo; o que seria agravado por Estados vizinhos com histórico de graves hostilidades;
- b) a saída das superpotências, implicando em cortes em seus programas de assistência militar aos países dessas regiões, levando à busca pela autossuficiência em termos militares, o que pode gerar uma corrida armamentista nas diversas regiões;
- c) um terceiro fator seria a instabilidade dos regimes autoritários que eram apoiados pelas duas superpotências e que tenderiam à instabilidade em virtude da perda de apoio externo mais robusto (como seriam, segundo o autor, os casos de Cuba, El Salvador, Nicarágua, Somália, Etiópia e Coreia do Norte);
- d) o aumento de rivalidades étnicas;
- e) o quinto e último fator seria o aumento de disputas territoriais.

Todavia, esses fatores por si só não explicam as dinâmicas securitárias nas regiões periféricas pós-Guerra Fria. De fato, a retirada estratégica das Grandes Potências promoveu o estabelecimento de novos padrões de interação ao redor das regiões periféricas. Em muitos casos, como no continente africano, por exemplo, a saída abrupta da União Soviética e a perda de qualquer interesse estratégico por parte dos EUA na região, somada a alguns processos inconclusos de luta pós-colonial pelo controle do Estado, contribuíram para agudização de alguns conflitos.

Por sua vez, a perspectiva de aumento de rivalidades étnicas, por exemplo, não parece ser um fator explicativo para um eventual aumento da instabilidade. Pelo contrário, a arguição de que os conflitos no Sul Global seriam derivados de questões étnicas é reducionista e se vincula a uma visão ocidental – que procura definir as disputas nas regiões periféricas como

⁵⁵ No original: “The first of these is the unprecedented increase in the number of new states as a result of rapid decolonization in the 1950s and 1960s, repeated in a smaller measure in the early 1990s. The second factor is the continuing attempt by these new members of the system to replicate the European trajectory of state making and nation building in a vastly different international setting where the postcolonial states are much more vulnerable to physical and normative intrusion from outside. A combination of these two interrelated factors holds the key to explaining the behavior of the majority of states, as well as the origins of the majority of conflicts in the international system” (AYOOB, 2002; p. 33).

irracionais e desconectadas de questões sistêmicas e dos efeitos do colonialismo. Além disso, a explicação étnica e religiosa não trata das dificuldades do processo de formação do Estado e ausência de desenvolvimento econômico por que passaram esses Estados, que levaram à falta de capacidade estatal, e que em muitos casos são os elementos centrais para as instabilidades nessas regiões (SILVA, 2017).

A tendência de pressão pela desestruturação do Estado como elemento da Nova Ordem Internacional neoliberal estabelecida aprofundou a crise social e política nos países do terceiro mundo. Em grande medida, esse é um fator central para a compreensão das dinâmicas securitárias regionais. Segundo Acharya (1998), nas regiões periféricas

[...] a correlação (efeito indireto) entre conflito interno e instabilidade regional sempre foi forte, em grande parte devido à tendência de estados fracos governados por regimes inseguros sucumbirem à tentação de consolidar sua posição doméstica no país. a despesa de seus vizinhos, cultivando atritos externos ou conflitos. (ACHARYA, 1998, p. 6, tradução nossa)⁵⁶

Ademais, a possibilidade de militarização acentuada não se verificou no período abordado. Na década de 1990, a pressão internacional para que as Forças Armadas nacionais fossem desarticuladas e fossem empregadas no combate às denominadas novas ameaças⁵⁷, aliada a um cenário de crise econômica na maioria das regiões periféricas contribuíram para que houvesse uma redução nos investimentos no setor de defesa. Entretanto, à medida que o século XXI avançou, observou-se que a possibilidade de ameaças tradicionais se mantinha, especialmente a partir da segunda década do século quando a eclosão de várias crises regionais mostrou que o cenário de ausência de conflitos que se imaginava no final da Guerra Fria não se confirmou. Além disso, a maioria dos países da África, América Latina e Ásia passaram por ciclos virtuosos de crescimento econômico durante esse período. Esse cenário levou a múltiplos processos de reaparelhamento das forças armadas, o que não se configura essencialmente como uma corrida armamentista, pois representa a superação de carências que haviam se aprofundado ao longo dos anos 1990.

A análise na quantidade dos conflitos no período abordado mostra que há duas fases marcadamente distintas. Os primeiros quinze anos após o final da Guerra Fria apresentaram uma tendência significativa na redução do número de conflitos armados (PINKER, 2011;

⁵⁶ No original: “[...] *the co-relation (spill-over effect) between internal strife and regional instability has always been strong, largely due to the tendency of weak states ruled by insecure regimes to succumb to the temptation to consolidate their domestic position at the expense of their neighbours by cultivating external frictions or conflicts.*” (ACHARYA, 1998; p. 6).

⁵⁷ Compõem o grupo de novas ameaças questões como terrorismo, crime transnacional, tráfico de drogas, crises ambientais, dentre outras.

GOLDSTEIN, 2011; PINKER e MACK, 2014) houve um declínio no número dos conflitos armados. Já a partir de meados da primeira década do século XXI, o que se observa é uma tendência de aumento no número de conflitos armados (PETTERSSON; WALLENSTEEN, 2015). Ou seja, dado que o incremento da tendência de conflitos se dá mais de uma década após o final da Guerra Fria, verifica-se que há uma convergência de vários processos que incidem sobre a estabilidade das regiões periféricas que vão muito além da questão da extinção da bipolaridade.

Duas inferências surgem desse cenário mais amplo. Para começar, as causas da instabilidade na periferia que são usualmente vinculadas ao efeito de descompressão são, efetivamente, parte de processos históricos mais profundos e de longo prazo que não podem ser avaliados apenas no âmbito da perspectiva temporal e geopolítica da Guerra Fria. Em segundo lugar, no que tange aos efeitos da polaridade e a relação com o aumento da tendência à entropia observada, especialmente a partir da segunda década do século XXI, deriva justamente do aumento da pressão sistêmica sobre os sistemas regionais. (ACHARYA, 1998; WILLIAMS, 2008). O fim da bipolaridade poderia ter vários efeitos positivos nas perspectivas de segurança dessas regiões. O fim da rivalidade estratégica entre Moscou e Washington poderia implicar no fim da tendência geral das potências tradicionais de considerar os conflitos no Sul global como aceitáveis. Afinal, abria-se espaço para que houvesse menos políticas intervencionistas nos subsistemas regionais.

À medida que os potenciais Estados-líderes regionais, como China, Índia, África do Sul, Nigéria, Brasil e Rússia, passaram a se fortalecer e/ou articular processos de cooperação em seus entornos estratégicos, isso desencadeou uma reação hegemônica que provocou um aumento da instabilidade nas regiões periféricas⁵⁸. Assim sendo, a perspectiva de que a potência hegemônica exerce apenas um papel estabilizador não encontra respaldo na análise da evolução da situação securitária desde o final da Guerra Fria. As tensões na África, Oriente Médio, Sul e Nordeste Asiático obedecem a uma lógica comum vinculada às dinâmicas típicas das disputas que se estabelecem à medida que a unipolaridade e a ordem hegemônica são contestadas.

Os conflitos nessas regiões, portanto, tendem a derivar não só da animosidade interestatal, de fatores tipicamente locais (pobreza, superpopulação, migrações de refugiados, escassez de recursos, degradação ambiental), mas também de intervenção externa. Afinal, esses

⁵⁸ Dentre as crises que marcam a instabilidade que se agudiza a partir do século XXI, pode-se citar a Guerra do Afeganistão (2001-presente), Guerra do Iraque (2003-2011; 2014-presente), Guerra da Geórgia (2008), Guerra na Síria (2011 - presente), Guerra na Líbia (2011 - presente), Crise na Venezuela (2013 - presente), Golpe de Estado na Tailândia (2014), Crise na Ucrânia (2013 - presente), Movimento Girassol em Taiwan (2014), Guerra no Iêmen (2015 - presente).

conflitos suscitam grande atenção e envolvimento geopolítico externo, no qual a bandeira humanitária emerge como o argumento que justifica a intervenção estrangeira, já que, em termos gerais, compreendem a esfera dos interesses estratégicos das grandes potências.

O continente asiático encontra-se em um espaço de interações securitárias intermediárias. Nesse sentido, conjuga as dinâmicas típicas de regiões periféricas e aquelas que caracterizam as compostas por Grandes Potências. Se, de um lado, o entendimento mais ortodoxo sobre as dinâmicas securitárias, centrado na salvaguarda do Estado das ameaças a seus valores primordiais, configura-se como elemento analítico importante para a compreensão da segurança no Nordeste Asiático; de outro, a incorporação dos elementos característicos da sociologia histórica para a compreensão da formação do Estado e evolução política e social da região é o que permite a compreensão das dinâmicas regionais. Especialmente, pois os Estados asiáticos apresentam similaridades quanto às questões geradoras das inseguranças e ameaças (passado atrelado ao colonialismo, desenvolvimento econômico em um mesmo patamar), fatores que excedem suas diferenças, o que define um panorama nos quais as ideias do que define ameaça, segurança e defesa são homogêneas.

2.3.3 Considerações sobre Dissuasão Nuclear no Século XXI

Além das discussões relativas ao ambiente regional estarem centradas na correlação da região com a polaridade sistêmica, poucos estudos procuram analisar os efeitos regionais que as mudanças na política externa norte-coreana exercem sobre as dinâmicas político-securitárias regionais. Nesse sentido, a Coreia do Norte é representada na literatura em duas grandes correntes⁵⁹. A primeira corrente de estudos, representada pelos trabalhos de Michishita (2003), Seung-Ho e Tae-Hwan (2007), O'Neill (2007), Mun-Suk (2011), Cordesmann e Hess (2013), é aquela relacionada aos estudos sobre a questão nuclear e os desafios da RPDC ao regime de não-proliferação. Nesse contexto, a saída da RPDC do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) em 2003 configura-se como um marco acerca das análises sobre a região. Desde o final da Guerra Fria a agenda de segurança dos Estados Unidos tem sido voltada para a consolidação da condição de primazia, assentada de um lado no controle da proliferação horizontal e, de outro, em restringir a capacidade de segundo ataque de Rússia e China (BROOKS;

⁵⁹ Não foram incluídos aqui os estudos, por não serem parte do escopo aqui privilegiado, que partem de uma perspectiva normativa acerca da questão coreana. Esses estudos estão centrados em avaliar as questões relativas aos regimes internacionais de não-proliferação, ao papel do regime de sanções e das perspectivas do direito internacional público.

IKENBERRY; WOHLFORTH, 2012). Sob esse ponto de vista, a emergência de uma Coreia do Norte nuclearizada representaria um desafio à segurança regional e ao regime de não-proliferação nuclear em um contexto mais amplo.

Esses estudos centram-se em avaliar em que medida a posse de armamentos nucleares condiciona a disposição defensiva dos países da região. Nesse sentido, a maior parte da literatura desta ala é focada em avaliar estruturação do perímetro defensivo dos aliados dos EUA na região, especialmente, as bases na Coreia do Sul e do Japão. Cabe destacar que a compreensão dessas dinâmicas se relaciona diretamente com as análises acerca do equilíbrio de forças entre EUA e China. Pois, mais contemporaneamente, as questões envolvendo o equilíbrio entre as três grandes potências nucleares (EUA, Rússia e China) têm passado pela discussão sobre a instalação de escudo antimísseis na Coreia do Sul. Ou seja, existem desdobramentos em curso na região, cujos efeitos ainda não são totalmente abarcados pela literatura existente.

O contexto estratégico do Nordeste Asiático relaciona-se diretamente com os próprios desafios do regime de não-proliferação. O processo de denúncia do TNP pela Coreia do Norte reflete as críticas ao regime, tendo em vista que o tratado tem se preocupado prioritariamente em proibir que novos Estados desenvolvam arsenais nucleares, em detrimento do desarmamento dos cinco membros originais do “clube nuclear”, conforme fora previamente estabelecido pelo TNP. Outra contestação que emerge nesse contexto é a de que, mesmo tendo sido feitas reduções nos arsenais dos Estados nucleares – conforme exigido no Tratado de Moscou⁶⁰, assinado em 2002 – este processo não foi realizado de forma nítida e inequívoca, dado que o SORT demanda a redução, contudo não prevê a destruição completa dos armamentos, do mesmo modo que não inclui a redução de armas táticas e não possui nenhum tipo de determinação para verificação (WILLIAMS, 2008). E mesmo considerando as reduções promovidas, as potências nucleares ainda estão longe de cumprir com a meta de desarmamento, conforme firmado no artigo VI do TNP.

Dado esse contexto, observa-se que prevalece uma situação dúbia. De um lado, no imediato pós-Guerra Fria, procurou-se ampliar o regime de não-proliferação, especialmente pelo avanço do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR)⁶¹, o estabelecimento do

⁶⁰ Esse tratado também é conhecido como Tratado sobre Redução de Ofensiva Estratégica. Original em inglês: *Strategic Offensive Reductions Treaty* (SORT).

⁶¹ Original em inglês: *Missile Technology Control Regime* (MTCR). O MTCR limita o alcance de mísseis a 300km e carga de 500kg. Originalmente desenhado em 1987, foi ampliado em 1992.

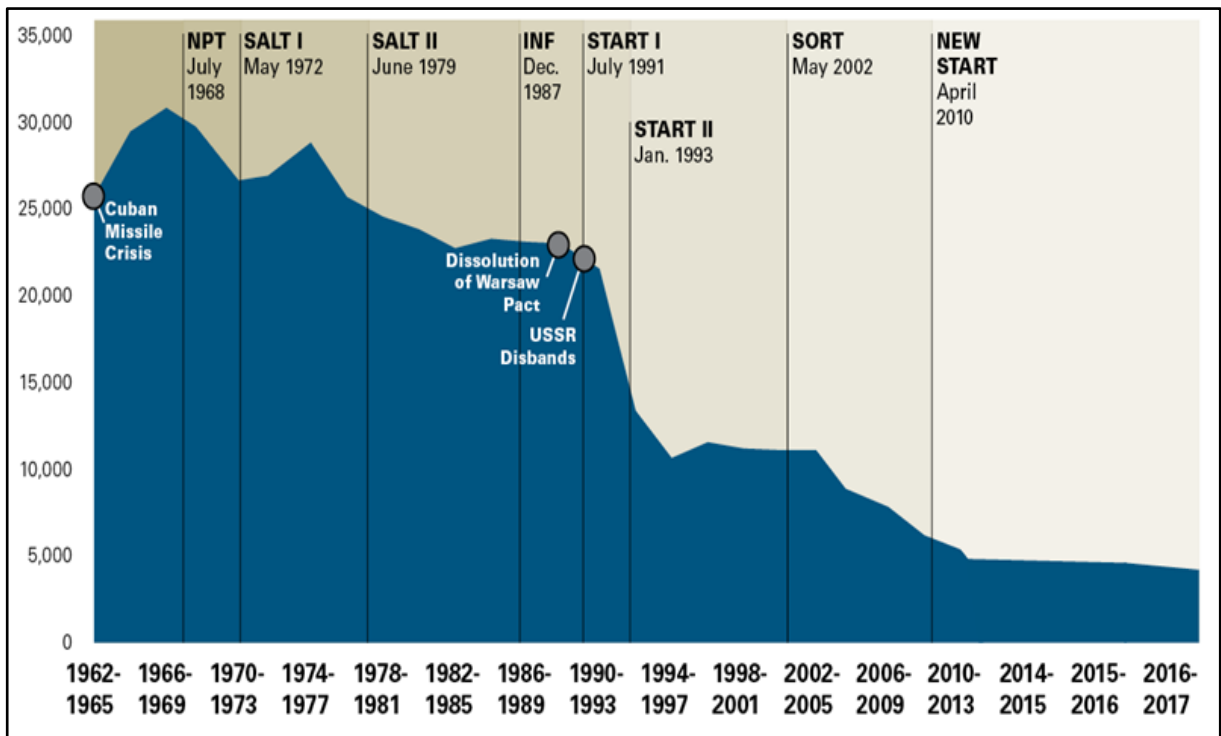
Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares⁶² (CTBT) e a instituição do Protocolo Adicional⁶³ da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). De outro, as Potências Nucleares mantiveram o desenvolvimento de seus arsenais nucleares, ampliando o desequilíbrio de capacidades em relação aos demais Estados. Por essa razão, o entendimento da busca de alguns Estados como Índia, Paquistão, Irã e Coreia do Norte em desenvolverem capacidades nucleares, a despeito dos regimes internacionais, passa pela percepção de que para esses Estados a adesão ao regime nuclear não assegurava a soberania do país.

Em outros termos, o contexto estratégico evidenciava que a dissuasão nuclear não perdera seu papel como fiadora do equilíbrio internacional no pós-Guerra Fria. A própria estratégia dos Estados Unidos reforça essa perspectiva, afinal Washington prosseguiu com a busca pela condição de primazia, assentada no desenvolvimento da NMD. A construção da Defesa Nacional Antimíssil, que vem avançando ao longo do século XXI, conjugada com o desenvolvimento tecnológico sustentado das capacidades nucleares de Washington, a fragilidade e o tamanho ainda reduzido dos arsenais chineses e a redução gradativa das anteriormente enormes capacidades russas evidenciam a perspectiva de que os Estados Unidos se aproximam da condição de primazia. (LIEBER e PRESS, 2006; ÁVILA, MARTINS e CEPIK, 2009). A esse processo soma-se o lançamento da Revisão da Postura Nuclear (NPR) dos EUA no início de 2018, na qual a administração Trump pôs fim à política de Barack Obama voltada à redução do armamento nuclear. Nesse sentido, a nova doutrina nuclear, combinada com o lançamento da nova Estratégia Nacional de Segurança em dezembro de 2017, parece indicar uma alteração na Grande Estratégia dos Estados Unidos, assentada na busca pela primazia e no abandono do liberalismo institucional no âmbito internacional. Por essa razão, observa-se que os EUA vêm procurando reafirmar uma posição de primazia na esfera nuclear. O Gráfico 5 abaixo apresenta a evolução do arsenal nuclear dos Estados Unidos nas últimas cinco décadas.

⁶² Original em inglês: *Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty* (CTBT). O CTBT, assinado em 1996, determina o banimento de todos os testes feitos a partir de explosões nucleares, tanto para fins civis quanto militares.

⁶³ O Protocolo Adicional amplia as ferramentas de verificação de instalações nucleares (civis e militares) por parte da AIEA. A partir da adesão ao Protocolo, os inspetores ganhavam muito mais poder de investigação. Poderiam visitar sem prévia programação, bem como tinham ampla liberdade para verificar qualquer instalação suspeita, mesmo aquelas não diretamente relacionadas às atividades nucleares (IAEA, 2018).

Gráfico 5 - Arsenal Nuclear dos Estados Unidos (1962-2017)



Fonte: Arms Control (2018).

Contudo, na última década, tanto Moscou quanto Pequim vêm procurando alternativas para restringir a ofensiva estratégica dos EUA, seja através do reposicionamento e ampliação da mobilidade dos arsenais nucleares, no caso russo⁶⁴; seja pelo estabelecimento de um amplo programa de modernização militar, no caso chinês. Diante desse quadro, segundo Delpech (2012), relatório de tendências globais para 2025 demonstra que o risco do uso de armas nucleares nos próximos anos, embora permaneça baixo, ampliou-se desde 2010, especialmente pela disseminação do interesse no desenvolvimento de armas nucleares por mais Estados e em virtude do aprofundamento de programas nucleares já consolidados. Esse cenário agrava-se tendo em vista o aumento das rivalidades entre Estados Unidos, Rússia e China, especialmente a partir da segunda década deste século. A busca dos EUA em erodir as capacidades de segundo ataque de China e Rússia, responsáveis por assegurar a condição de Grande Potência, tem condicionado as relações regionais, principalmente no Leste Europeu e no Leste Asiático.

No caso asiático, esse cenário é mais sensível à medida que as relações entre Estados Unidos e a China tendem a ser cada vez mais tensas do que cooperativa, não só em questões econômicas, mas sobretudo nas questões securitárias – principalmente no que tange a Taiwan,

⁶⁴ Em março de 2018, a Rússia realizou testes de um novo ICBM. O míssil termonuclear chamado de Sarmat ou Satã-2 deve entrar em serviço a partir de 2020. Estima-se que tenha o dobro da capacidade da classe Voyevoda, podendo conduzir entre 15 e 16 ogivas, enquanto a classe Voyevoda carregava 10 ogivas (GADY, 2018).

o Mar do Sul da China e a Península Coreana, que pode tornar o palco de um conflito nuclear entre as maiores potências com atuação na região. Ainda que os propósitos das modernizações nuclear e balística da China sejam defensivos, evidenciam essa tendência de militarização da região. Diante desse cenário, a ideia de que a confrontação nuclear é impossível, deixa de existir. Afinal, o fim da Guerra Fria não representou o fim das armas nucleares, pelo contrário, visto que cada vez mais países se interessam por sua aquisição (DELPECH, 2012; KILE e KRISTENSEN, 2017). Todavia, essa segunda era nuclear inclui a ascensão de novas potências nucleares, que, contrariadas com a ordem regional/internacional, procuram nas armas nucleares mecanismos para a modificação desta ordem, através da ameaça do uso efetivo das armas, ou pela coerção representada por sua posse.

O Quadro 1 abaixo apresenta um panorama da distribuição dos arsenais nucleares no mundo. Cabe destacar que os dados absolutos apresentados não consideram a capacidade de entrega dessas ogivas, nem o poder de destruição dessas ogivas.

Quadro 1 - Arsenais Nucleares por País (2017)

País	Arsenal (ogivas)
Estados Unidos da América	6800
Rússia	7000
República Popular da China	270
Reino Unido	215
França	300
Índia	120-130
Paquistão	130-140
Israel	80
Coreia do Norte	10-15⁶⁵

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de Kile e Kristensen (2017), SIPRI (2017) e Arms Control (2018).

Interessante notar que grande parte da literatura ao abordar o desenvolvimento de programas nucleares por Estados periféricos definem esses novos atores nucleares como uma ameaça em potencial à estabilidade internacional. Subjacente a esse discurso, prevalece a perspectiva de que existem, de um lado, Estados responsáveis e racionais (“adultos”) – aptos a

⁶⁵ Os dados aqui apresentados são estimativas. Não há evidências empíricas relativas ao tamanho do arsenal nuclear norte-coreano.

possuir arsenais nucleares e a manejar com esses artefatos prudentemente; e, de outro, Estados irracionais e inconsequentes (“infantis”) – cuja posse e desenvolvimento de programas nucleares põem em xeque a estabilidade internacional. Essa perspectiva contribui para que se atribua a esses Estados uma imagem de irracionalidade e vilania. Entretanto, essa posição, que reflete o caráter conservador do regime de não-proliferação, impede que se analise a racionalidade por trás da escolha pela via nuclear por esses atores. Especialmente, pois desconsidera que a opção pela via nuclear, além de encontrar respaldo no contexto estratégico pós-Guerra Fria, oferece um poder crível de dissuasão a um custo financeiro inferior do que através da constituição de forças convencionais modernas. Segundo Cimballa (2010),

[...] os principais estados da Ásia e do Oriente Médio [...] veem as armas nucleares e mísseis balísticos como potenciais trunfos. O apelo de armas nucleares e sistemas de entrega para esses estados é pelo menos triplo. Primeiro, eles permitem estratégias de "negação de acesso" contra potências estrangeiras que podem querer interferir em questões regionais. O sucesso militar americano no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003 apenas reforçou essa lógica de negação de acesso via Armas de Destruição em Massa por aspirantes a hegemonias regionais [...]. Em segundo lugar, as armas nucleares podem permitir que alguns estados possam coagir outros que não têm contramedidas na forma de dissuasão. Terceiro, as armas nucleares permitem que os Estados que não dispõem de recursos para sistemas militares convencionais de tecnologia avançada permaneçam no jogo das grandes potências declaradas. A Rússia é o exemplo mais óbvio desta síndrome. Sem o seu arsenal nuclear, a Rússia estaria vulnerável à chantagem nuclear, ou mesmo à agressão militar convencional, a partir de uma variedade de direções estratégicas. (CIMBALLA, 2010, p. 116, tradução nossa)⁶⁶.

O caso norte-coreano enquadra-se nessa perspectiva. A opção de Pyongyang pela via nuclear encontra respaldo nos interesses estratégicos do país. Esse tema tornou-se questão prioritária na agenda de segurança internacional, principalmente a partir do momento em que o país asiático utilizou ativamente a potencial ameaça de uso de armas nucleares como mecanismo de barganha internacional. Longe de ser a representação de irracionalidade ofensiva, a postura da Coreia do Norte é a de amplificar a percepção de ameaça propositadamente com vistas a manter a prioridade geoestratégica das Grandes Potências, especialmente dos EUA, centrada na península coreana. Assim, essa prática, definida como

⁶⁶ No original: “[...] major states in Asia, and in the Middle East [...] see nuclear weapons and ballistic missiles as potential trumps. The appeal of nuclear weapons and delivery systems for these states is at least threefold. First, they enable “denial of access” strategies against foreign powers which might want to interfere in regional issues. U.S. military success in Afghanistan in 2001 and in Iraq in 2003 only reinforced this rationale of access denial via WMD for aspiring regional hegemons [...]. Second, nuclear weapons might permit some states to coerce others which lack countermeasures in the form of deterrence. Third nuclear weapons permit states lacking the resources for advanced technology conventional military systems to stay in the game of declared major powers. Russia is the most obvious example of this syndrome. Without its nuclear arsenal, Russia would be vulnerable to nuclear blackmail, or even to conventional military aggression, from a variety of strategic directions.” (CIMBALLA, 2010; p. 116).

*brinkmanship*⁶⁷ pela literatura, amplia a securitização da região. Entretanto, cabe destacar que para os EUA a instrumentalização da questão norte-coreana como ameaça crível à segurança do país contribui para a adoção de medidas que visam à ampliação da presença militar de Washington na região e à construção de defesa antimísseis.

Em termos efetivos, as respostas securitárias dos EUA à Coreia do Norte são pautadas por uma política de punição-incentivo (do inglês, *stick-and-carrots*), derivada de abordagens construídas ainda na Guerra Fria (JERVIS, 1976; VAN EVERA, 2009). Desse modo, observa-se que a política externa dos EUA para o Nordeste Asiático não possui um planejamento efetivo para lidar com a questão nuclear da Coreia do Norte. Por isso, grande parte das pesquisas relativas à ação dos EUA na região, e que abrangem a questão coreana, acabam por demonstrar que os EUA possuem uma política externa reativa na região, muitas vezes definida como Paciência Estratégica (TODD, 2003; ARMACOST e OKIMOTO, 2004; PECEQUILO, 2011; ANDERSON, 2015; CHANLETT-AVERY et al., 2016).

A política interna da Coreia do Norte é pouco estudada quando comparamos a quantidade de publicações que focam na política interna de China, Coreia do Sul ou Japão, por exemplo⁶⁸. Essa relativa escassez deriva das dificuldades em se coletar dados fidedignos e também em virtude da existência de um discurso consolidado sobre o país, que implica na ausência de debates que apresentem distintas perspectivas. É, nesse sentido, que embora haja estudos consolidados sobre a situação na Coreia do Norte, poucos centram-se na compreensão das dinâmicas internas, do papel da liderança e das relações entre as instituições do país.

Em geral, os estudos sobre Coreia do Norte centram-se na posição que a situação do país ocupa na agenda das Grandes Potências. Uma segunda corrente de estudos sobre Coreia do Norte dedica-se a analisar as dinâmicas internas do país. Essa corrente se subdivide em duas, especialmente no que diz respeito aos resultados das análises:

- a) a primeira, predominante na literatura, considera que há uma tendência iminente de colapso do regime norte-coreano, em virtude da alegada ausência de uma economia sustentável e de um regime político estável. Nessa corrente, enquadram-se as obras de Victor Cha (2003; 2012), Cha e Kang (2003), Ford e Kwon (2008), dentre outras;

⁶⁷ *Brinkmanship* é um risco compartilhado de guerra em que cada lado empurra o outro para a beira de um desastre ou uma guerra cada vez mais estreita, a fim de forçar o outro lado a capitular no último segundo.

⁶⁸ Embora não haja uma estatística precisa acerca dessa distinção de quantidade de estudos sobre os países asiáticos. Se avaliarmos, como amostragem, as publicações em duas das principais revistas nacionais em relações internacionais como a Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) e a Contexto Internacional temos os seguintes dados. Na RBPI, uma procura simples pelo termo “China” traz cerca de 60 resultados enquanto o termo “Coreia do Norte” só traz 1 resultado. Na revista Contexto Internacional uma procura simples pelo termo “China” traz cerca de 20 resultados enquanto o termo “Coreia do Norte” não traz nenhum resultado.

- b) a segunda avalia que, em que pese as dificuldades que o país enfrenta, existem elementos que sustentam a hipótese de resiliência do país. Nesses estudos observa-se que a atuação externa do país é derivada de um cálculo político racional, orientado pelo Estado. Dentre essas obras, destacam-se os estudos de Cumings (2004); Lankov (2013); VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA (2015).

Cumings (2004) avalia que o isolamento a que se submeteu a Coreia do Norte no período pós-Guerra Fria resulta mais dos desdobramentos sistêmicos do que da escolha irracional dos líderes norte-coreanos. Dentre esses desdobramentos estaria a própria ascensão da China como fator de acirramento das tensões na região, a busca dos EUA por se afirmar como única potência remanescente – o que implicou na busca pela primazia nuclear e na estratégia de intervencionismo humanitário no pós-Guerra Fria. Todo esse quadro afetou o projeto de negociação internacional pretendido pela RPDC. O mais valioso na perspectiva de Cumings é a perspectiva que atribui racionalidade à decisão dos atores, e por isso a presente pesquisa se enquadra nessa visão. Principalmente, pois essas análises consideram a complexidade das formas estatais na Coreia do Norte.

A visão de que o colapso na Coreia do Norte é iminente é a visão predominante, especialmente junto aos formuladores da política externa dos Estados Unidos para a região. Por essa razão, a política dos EUA tem priorizado desde a década de 1990 a espera pelo colapso, o que afasta o país da busca por estabelecer negociações efetivas com a RPDC. Em grande medida, é essa perspectiva que permeia a maioria das análises relativas à Coreia do Norte, e estabelece-se uma limitação analítica que impede que se extraiam a relação entre interesses e ações, objetivos e inserção internacional.

VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA (2015) discutem o desenvolvimento do programa nuclear do país e a correlação entre a aquisição das armas nucleares e a busca por desenvolvimento econômico. Assim, a posse de artefatos nucleares seria uma pré-condição para que o país assegurasse sua autonomia e soberania – etapa fundamental para que se busque o desenvolvimento econômico. Conforme Lankov (2013), o país vem vivenciando um processo de transformação econômica, sustentado por incipientes mudanças no perfil de gerenciamento econômico do Estado. A política que atrela a modernização econômica ao desenvolvimento do programa nuclear, *byungjin*, consolidada no governo Kim Jong-Un, inaugura, portanto, uma nova etapa na evolução política e securitária da RDPC. Todavia, são raros ainda os estudos que procuram avaliar as mudanças que derivam da ascensão de Kim Jong-Un ao poder em 2011. Tendo em vista esse quadro, observa-se através do balanço dos estudos acerca da Coreia do Norte que são escassos os que procuram aplicar a Análise de Política Externa ao país asiático.

A Análise de Política Externa analisa os fenômenos de conflito e cooperação que extrapolam as fronteiras nacionais. De forma mais específica, possui como “objeto o estudo da política externa de governos específicos, considerando seus determinantes, objetivos, tomada de decisões e ações efetivamente realizadas” (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013, p. 40). Nesse sentido, raras pesquisas procuram sistematizar os padrões de conduta da RPDC no Nordeste Asiático e atribuir mecanismos capazes de medir e testar as ações do país. Ademais, combinar uma análise centrada em indicadores sobre o perfil de inserção do país aos efeitos que essa inserção gera sobre a dinâmica regional configura-se como elemento complementar às análises predominantes na literatura.

3 A ASCENSÃO DE KIM JONG-UN NA COREIA DO NORTE: *BYUNGJIN POLICY* E A DIPLOMACIA DA DISSUAÇÃO

Esse capítulo é voltado a avaliar e descrever os principais efeitos que a ascensão de Kim Jong-Un ao poder em 2011 gera no plano regional. A ascensão de Kim Jong-Un ao poder insere-se em um contexto de transformações na ordem internacional, com sérias implicações para o contexto regional marcado pela erosão dos processos de cooperação entre China e Japão. A prematura morte de Kim Jong-Il gerou várias incertezas acerca da estabilidade do regime comunista. As expectativas àquela época eram de que o regime de Pyongyang não sobreviveria a mais uma transição de poder em menos de duas décadas. Por essa razão, Kim Jong-Un enfrenta desde o início uma conjuntura adversa, na qual os Estados Unidos não têm interesse em estabelecer uma política voltada a normalizar as relações com a RPDC, apostando na queda do regime. Diante desse quadro, o governo de Kim Jong-Un procurou reafirmar a estabilidade do país através da demonstração de que manteria os programas de desenvolvimento nuclear. Tendo isso em vista, o capítulo centra-se no estabelecimento do *byungjin policy* e da *diplomacia da dissuasão* como elemento central para atuação internacional do país.

Neste capítulo, em um primeiro momento, discute-se as limitações e os aspectos conceituais que se relacionam com a política externa de um país periférico, considerado um Estado-pária e um *garrison state*, bem como o papel da dissuasão nuclear como ferramenta de inserção internacional para esses países. Em seguida, analisa-se o legado de Kim Il-Sung e Kim Jong-Il. Especificamente, avalia o papel da doutrina *Zuche*, o desenvolvimento do programa nuclear, o perfil das relações com os vizinhos, a doutrina *Songun*, a política do *Brinkmanship*, bem como a evolução dos testes militares. Por fim, a partir disso, procura-se operacionalizar os elementos de análise de política externa, principalmente o modelo de Charles Hermann (1991) – que trata de mudanças na política externa – para avaliar o que se altera com a chegada de Kim Jong-Un ao poder e o estabelecimento da *byungjin policy*.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE SEGURANÇA, DISSUAÇÃO NUCLEAR E POLÍTICA EXTERNA: LIMITAÇÕES E CONDICIONANTES NOS ESTADOS PERIFÉRICOS

A construção de conhecimento no campo das Relações Internacionais reflete a distribuição desigual de poder em termos de capacidades materiais entre os Estados. A desigualdade na esfera do conhecimento produz uma série de limitações quando se trata de estudos sobre Estados que não se enquadram dentro dos modelos analíticos pré-estabelecidos

pelas teorias de RI. Nesse sentido, pode-se afirmar que há um certo monopólio de narrativas acerca de determinados temas de política internacional que acaba por condicionar as interpretações dos acontecimentos, e tende a promover a reprodução dos discursos e políticas públicas.

Os estudos sobre Ásia nesse contexto se inserem nesse panorama onde há predomínio das visões ocidentais acerca dos padrões de relacionamento interestatal. Além dos problemas metodológicos que a mera transposição dos modelos analíticos traz para a compreensão das relações internacionais típicas da região, contribui para o estabelecimento de percepções estereotipadas do continente. No caso da Coreia do Norte essa questão é especialmente sensível. O isolamento do país e postura anti-hegemônica contribuem para que a maioria das análises sejam prioritariamente propagandísticas e pouco centradas na construção de estudos que avaliem a racionalidade que pauta a atuação externa do país.

A evolução dos Estudos Estratégicos e as perspectivas sobre segurança internacional emergiram como uma área do conhecimento voltado a compreender os dilemas que surgem a partir da bipolaridade sistêmica no pós-II Guerra Mundial (BUZAN; HANSEN, 2012). A essa preocupação somava-se a busca pelo entendimento acerca do papel das armas nucleares na relação entre as duas superpotências. Entretanto, os modelos teóricos ali produzidos negligenciavam o papel da formação de um sistema internacional pós-colonial. Mais do que isso, pouco estudos procuravam compreender as dinâmicas que impulsionavam os países que haviam atravessado períodos de colonização a desenvolver programas nucleares. A aquisição/desenvolvimento de armas nucleares por Estados periféricos em geral é observada pela perspectiva de ameaças à segurança internacional. (WILLIAMS, 2008; CIMBALA, 2010; DELPECH, 2012).

A multiplicação no número de Estados no Sistema Internacional e as variadas formas estatais híbridas que surgiram nesse processo complexificaram o entendimento das Relações Internacionais e estabeleceram novos padrões de cooperação e conflito. A indiferença das teorias predominantes em incorporar esses aspectos reflete a desigualdade na produção teórica em Relações Internacionais (AYOUB, 2002). Por essa razão, o presente trabalho procura avaliar a política internacional contemporânea a partir da convergência de três visões principais:

- a) validade das perspectivas realistas acerca do comportamento racional dos Estados e do uso do balanceamento como mecanismo lógico na busca por equilíbrio de poder;
- b) necessidade de se incorporar aspectos da sociologia histórica da Ásia e da análise das formações estatais no continente;

- c) as dinâmicas político-securitárias do terceiro-mundo funcionam a partir de lógicas distintas daquelas que caracterizam as predominantes entre as Grandes Potências¹.

Nesse contexto, as análises sobre o papel da dissuasão nuclear possuem centralidade. Durante a Guerra Fria, a estabilidade do Sistema Internacional esteve diretamente vinculada ao equilíbrio estratégico entre as superpotências. Conforme previamente analisado, as armas nucleares exerceram papel fundamental para a distribuição de poder entre os principais atores do sistema e condicionaram o perfil de interação entre eles. Assim, a dissuasão nuclear acabou tendo um papel central para que as disputas entre EUA e URSS fossem deslocadas da perspectiva de guerra central para a lógica da guerra *proxy*, marcadamente através de guerras locais que se multiplicaram durante o período. Ao invés de aumentar a instabilidade e a propensão à crise, o advento das armas nucleares assentou a polaridade sistêmica, reduzindo a propensão à conflagração central.

A utilização das armas nucleares contra o Japão no final da Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento dos programas nucleares da URSS no final dos anos 1940, bem como do Reino Unido (1952) e da França (1960), levaram à perspectiva de que a proliferação horizontal das armas nucleares seria bastante significativa ao longo da Guerra Fria. Apesar disso, a disseminação nuclear não foi na escala que se esperava. Isso se deveu em grande medida à construção do regime de não-proliferação (TNP) e da própria configuração bipolar do Sistema Internacional, segundo a qual as duas superpotências ficariam responsáveis por assegurar a estabilidade dentro de suas respectivas áreas de influência e restringiriam a disseminação descontrolada de programas nucleares efetivos.

Outro aspecto importante advém das lições que eventos como a Guerra da Coreia (1950-1953) deixaram para as relações entre EUA e URSS. Como já abordado, diante do impasse que se estabeleceu no conflito e a impossibilidade do uso de armas nucleares em virtude dos constrangimentos políticos, a posse dos artefatos não daria a capacidade de vitória. Conforme Brzezinski (1986), embora *prevalecer* representasse a vitória na Guerra Fria, a possibilidade de retaliação tornava os custos para a prevalência em um conflito nuclear inaceitáveis.

A perspectiva de “Destruição Mútua Assegurada” que marca o período relaciona-se intrinsecamente com a evolução dos veículos de entrega e das plataformas de lançamento. O uso de bombardeiros estratégicos, o desenvolvimento dos mísseis balísticos intercontinentais e dos submarinos como plataforma de lançamento, refletem a busca pela manutenção de capacidade crível de retaliação. Ou seja, não se pode avaliar o papel da dissuasão nuclear como

¹ Essas temáticas já foram abordadas de modo mais aprofundado em capítulo anterior.

elemento de manutenção do equilíbrio durante a Guerra Fria sem que se avalie esse conjunto de capacidades. A dissuasão nuclear na Guerra Fria acabou, assim, sendo pautada simultaneamente pela proliferação nuclear vertical e pelos avanços no desenvolvimento dos sistemas de entrega das diferentes plataformas. É, nesse sentido, que as capacidades materiais e a ordem internacional se relacionam diretamente.

Com o final da Guerra Fria, a discussão acerca do papel da dissuasão nuclear ganhou novo ímpeto. Em termos gerais, a preocupação com a estabilidade nuclear passa, portanto, a centrar-se em três aspectos principais:

- a) a existência de grandes arsenais nucleares da Rússia e dos EUA, e potencial crescente da China;
- b) o potencial para o desenvolvimento de novas tecnologias (armas convencionais com precisão na longa distância, defesas missilísticas, dentre outras);
- c) possibilidade de colapso e atrofia do regime de não-proliferação nuclear. Além disso, a ameaça do uso de armas nucleares por atores não-estatais passou a ser uma das preocupações principais.

Em termos práticos, os EUA passaram a adotar uma política de contenção da proliferação de programas nucleares. Desse modo, exerceu forte pressão sobre uma variada gama de Estados para que se enquadrassem no regime de não-proliferação nuclear. Países como Iraque, Síria, Brasil, Argentina, África do Sul, Líbia, Coreia do Norte, dentre outros, foram pressionados a restringir seus programas nucleares e a se adequarem às normas de regulação determinadas pela AIEA.

Essa ação externa mais assertiva por parte dos EUA está vinculada à perspectiva de que o país havia emergido como potência vencedora da Guerra Fria. Entretanto, em termos de distribuição de poder, o período pós-Guerra Fria pode ser definido como multipolar, apesar de desequilibrado (MEARSHEIMER, 2001). O desequilíbrio reflete a assimetria da tripolaridade que reúne EUA, Rússia e China. Essa assimetria é marcada pelas maiores capacidades dos EUA em relação aos outros dois países. Porém, em que pese a assimetria favorável aos EUA, os três Estados possuem as capacidades determinantes para o exercício de poder no século XXI: capacidades estratégicas de segundo ataque, o comando do espaço e a inexpugnabilidade frente a ataques convencionais (CEPIK, 2013). Diante desse quadro, os EUA têm orientado sua inserção internacional no sentido de renovar sua liderança em um mundo em crise e com maior difusão de poder (MONTGOMERY, 2014; MARTINS e CEPIK, 2014). Diante desse quadro, o Nordeste emerge como palco das disputas sistêmicas entre as potências majoritárias.

Por outro lado, o papel do programa nuclear para Estados pobres e pressionados como a Coreia do Norte incorpora outra dimensão. Países que em muitos contextos são considerados *Garrison States*² observaram no desenvolvimento de programas nucleares uma alternativa viável economicamente para assegurar capacidades dissuasórias. Mais do que isso, a dissuasão nuclear adquiriu uma dimensão estruturante na formulação de política externa. Assim, observa-se que as armas nucleares ampliam o espaço de manobra externo e oportunizam a esses países a condição de pautar a agenda de segurança internacional das potências. Adicionalmente, pode-se dizer que as armas nucleares podem servir como elemento para a coesão interna de Estados com fragilidades profundas. Não que em si a capacidade nuclear promova unidade no plano interno, mas pode simbolizar a ideia de um projeto nacional.

A análise de política externa nesses países precisa incorporar os debates sobre a dissuasão nuclear e adaptar os conceitos a esse contexto. Por essa razão, o presente trabalho procura operacionalizar o modelo para análise de mudança em política externa de Charles Hermann (1990), com vistas a avaliar as variações que ocorrem na inserção internacional da RPDC. A pesquisa de Hermann enquadra-se em um contexto de mudanças nas RI a partir do final da Guerra Fria. Para o autor, a mudança de uma política externa importa na medida em que afeta os interesses dos grupos internos e pode ter consequências para outros países. Seu principal objeto de análise são as mudanças profundas em uma política externa, a qual passa por uma significativa reorientação, geralmente acompanhada por uma mudança de regime. Entretanto, esse caso representaria a forma mais extrema de mudança, havendo também outros níveis menos intensos:

Quadro 2 - Níveis de Mudança em Política Externa em Charles Hermann

Ajustes	A mudança ocorre a nível de intensidade, portanto, tende a apresentar um caráter mais quantitativo. O que é feito, como é feito e os propósitos pelos quais é feito continuam os mesmos.
Mudanças de Programa	Mudanças são feitas nos métodos ou meios pelos quais o objetivo ou o problema é abarcado. Geralmente são qualitativas e envolvem novos instrumentos para a política de Estado (tal como buscar um objetivo através da diplomacia ao invés da força militar). Muda o que é feito e como é feito, mas os propósitos pelos quais é feito se mantêm os mesmos.
Alterações de Problema/Objetivo	O problema ou objetivo inicial que a política externa incorporava é substituído ou então simplesmente perdido. Nesse nível de mudança de política externa, os próprios propósitos mudam.

² Um *Garrison State* é um Estado que está obsessivamente preocupado com ameaças percebidas à sua existência e tal medo, real ou imaginário, se traduz não só em políticas de segurança convencionais, mas também adquire características culturais, sociais e econômicas que promovem a ideia de que os especialistas em violência são os mais qualificados para fornecer a liderança em todos os setores importantes da existência societal (AHMED, 2013).

<p>Mudanças de Orientação Internacional</p>	<p>A forma mais extrema de mudança de política externa envolve o redirecionamento de toda a orientação do país para suas relações com o mundo. Em contraste com formas menores de mudança, que concernem à abordagem do ator para uma única questão ou para outros atores específicos, a mudança de orientação envolve uma transformação no papel e nas atividades internacionais desse ator. Não apenas uma parte da política muda, e sim, simultaneamente, muda a maioria dos seus propósitos e ações.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Hermann (1990, p. 5, tradução nossa) (2018).

Ainda de acordo com Hermann (1990, p. 11, tradução nossa), resumidamente, há quatro tipos de agentes que induzem a mudança em uma política externa:

- a) *Direção do líder*: quando o líder impõe sua visão de política externa, redirecionando-a. O líder deve ter convicção, poder e energia para compelir o seu governo a mudar de curso.
- b) *Ação burocrática*: quando um grupo dentro da burocracia advoga pela mudança na política externa. Esse grupo deve estar bem posicionado para perceber a necessidade de mudança e tentar induzi-la.
- c) *Reestruturação doméstica*: quando um governo depende do apoio de um grupo da sociedade, esse grupo pode ser agente de mudança na política externa. Essas mudanças ocorrem quando elites poderosas mudam suas visões ou sua própria constituição para legitimar o governo.
- d) *Choques externos*: quando há um grande fenômeno internacional impossível de ser ignorado para a política externa de um país.

O presente estudo procura analisar as variações na inserção internacional da RPDC a partir da perspectiva do enquadramento analítico de Hermann (1990). Ou seja, procura compreender a racionalidade e o perfil das mudanças que ocorreram desde 1948. Assim, essa perspectiva parte do pressuposto de que a RPDC não se trata de um Estado monolítico, como usualmente trata a literatura. Pois, embora o regime seja unipartidário, militarizado, existem disputas internas e alternâncias no projeto de inserção internacional do país. Mais uma vez é necessário reforçar a perspectiva de que se trata de um Estado que sintetiza a confluência de diversas matizes históricas, políticas e filosóficas. Segundo Visentini, Pereira e Melchionna (2015, p. 18),

[...] a Coreia do Norte é conhecida entre nós de forma caricatural - “parque jurássico do stalinismo” e regime fechado, à beira do colapso, dinástico e irracional, oprimindo um povo faminto enquanto gasta milhões em um projeto nuclear e em um arquitetura megalomaniacos. Todavia, o Estado *eremita* ou *país do tranquilo amanhecer* constitui um regime socialista de matriz asiática, extremamente nacionalista, que mescla as influências do lendário imperador Jumong, de Confúcio, de Marx e Engels, de Lenin,

do Stalin e do general prussiano Clausewitz com a de Kim Il-Sung, o líder revolucionário.

O Estado norte-coreano é, portanto, uma formação social particular, única. Pois conjuga similaridades com os demais Estados pós-coloniais asiáticos, mas que nasce como resultado de uma experiência de violência social generalizada que advém de sucessivas agressões externas (colonialismo japonês e Guerra da Coreia) atrelada à transição abrupta da condição de Império tributário para a de Estado Moderno.

3.2 O GOVERNO DE KIM IL-SUNG (1948-1994) E A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA

O nascimento da República Popular Democrática da Coreia em 1948 é resultado da divisão da península coreana nas duas zonas de ocupação; americana no sul e soviética no norte. Assim, desde seu nascimento como país independente, a RDPC esteve diretamente condicionada pela interação entre as Grandes Potências. Afinal, a península é o único espaço geopolítico cercado apenas por potências globais (Rússia, China e Japão) e afetado pela projeção de poder da potência hegemônica (EUA) que se faz presente até hoje militarmente na região. Nesse sentido, a formação do país estabeleceu uma identidade baseada na busca por afirmação no plano regional, embora reconhecendo uma posição subalterna, e por um resgate das heranças culturais históricas que remontam à Dinastia Joseon (1392-1897).

Historicamente, a península coreana pertenceu ao Sistema Tributário Chinês. Essa relação com a China explica a influência do confucionismo na identidade do país que prevalece até os dias atuais. Tendo em vista que as relações no Sistema Tributário estão alicerçadas em aspectos políticos-ideológicos e não na dominação econômica, o império coreano mantinha autonomia frente ao império chinês (AMIN, 2006). Nesse sentido, pode-se observar que a Coreia reconhecia sua posição frágil frente aos vizinhos e optou por uma via de inserção alinhada com o império predominante na região.

Apesar de pertencer à esfera chinesa de influência, o Império Coreano tradicionalmente se manteve alheio às questões regionais, o “Império Eremita”. À exceção de expedições tributárias à China, os coreanos mantinham poucas relações políticas e econômicas com os vizinhos. Apenas com o avanço do Japão na Ásia é que a Coreia foi inserida tardiamente na lógica neocolonial do século XIX. Nesse quadro, três níveis de mudanças engendraram uma nova configuração do panorama regional: (i) os novos impulsos do capitalismo industrial que levaram à expansão imperialista das potências ocidentais em direção ao Leste Asiático; (ii) o

consequente desmantelamento progressivo do sistema tributário chinês; bem como (iii) a emergência dos Estados Unidos como potência regional na Ásia-Pacífico e a industrialização japonesa³. A conjunção desses níveis de mudança resultou em efeitos decisivos para a trajetória da Coreia, que acabou drasticamente inserida na dinâmica regional de segurança. Todos esses eventos estão intimamente interligados, e estão no âmago das mudanças estruturais que desestruturaram a ordem regional do Leste Asiático durante o século XIX (KISSINGER, 2014).

O processo de industrialização das potências europeias, aliado à adoção do ideário liberal, levou a práticas protecionistas e à busca pela expansão de mercados, bem como por recursos energéticos (HOBSBAWN, 2010; VISENTINI; PEREIRA, 2010). Ou seja, observa-se um processo de transição tecnológica, marcado pela passagem da Primeira Revolução Industrial (baseada no carvão e no ferro) para a Segunda (calculada no petróleo e no aço); aliado a transformações na polaridade sistêmica, especialmente através da emergência de novos polos regionais de poder que intensifica a competição por acesso a mercados e recursos energéticos (ARRIGHI, 1998; MARTINS, 2013). Nesse contexto, as potências ocidentais passaram a aumentar a busca por acesso a mercados e recursos energéticos e pela implementação de acordos de livre-comércio com países da periferia, especialmente na África e na Ásia. Na Ásia, esse processo foi intensificado a partir de meados do século XIX, e foi responsável pela reconfiguração das relações entre os países da região⁴. Essa nova fase do capitalismo, essencialmente expansionista, incide diretamente sobre a ordem regional no Leste Asiático. Assim, o reordenamento das relações na sub-região pode ser atribuído às mudanças sistêmicas no plano global.

A colonização japonesa, que oficialmente inicia em 1910, deixou marcas profundas no país e impulsionou as mudanças sociopolíticas que seriam determinantes para a cisão dos movimentos de independência. O movimento nacionalista na Coreia não tinha um projeto único, foi bastante heterogêneo, composto por diferentes correntes que defendiam distintos

³ O processo de industrialização japonês aproximou-se da chamada “via prussiana”, o que permitiu ao país se inserir na segunda revolução industrial. Após uma série de conflitos internos, o Xogunato foi eliminado, e foi promulgada uma restauração do poder imperial. O fim do Xogunato Tokugawa em 1868, dessa forma, fortaleceu o papel do imperador. A superação da antiga ordem semi-feudal vigente veio acompanhada da percepção de que o país necessitava de modernização, e que deveria se engajar ativamente no plano regional.

⁴ O contexto regional começou a mudar drasticamente, principalmente, a partir do estabelecimento do Tratado de Nanquim em 1842. A China que mantinha relações esporádicas com o Ocidente era um Estado centralizado e baseado em tradições culturais milenares (AMIN, 2006). Após o Tratado de Nanquim, a China acabou por ter de abrir-se ao Império inglês. O Tratado que se seguiu à derrota chinesa na I Guerra do Ópio (1839-42), estabeleceu, dentre outros pontos, que o Império Chinês cederia Hong Kong aos ingleses e abriria cinco portos ao comércio britânico. A imposição da abertura chinesa ao comércio com os britânicos, e os subsequentes acordos com franceses, alemães e estadunidenses, representaram a gênese do desmantelamento do sistema tributário chinês. Esse sistema, baseado em ideais confucianos, notabilizou-se pela manutenção de relações de semi-vassalagem com os Estados vizinhos, como a Coreia, a Mongólia e Birmânia, por exemplo.

objetivos políticos. Historicamente, o Império Coreano foi um espaço autônomo, que por cerca de um milênio manteve unidade étnica e cultural. Todavia, a dominação japonesa levou a uma divisão, que agravou as estratificações sociais existentes no âmago da sociedade e que ficavam encobertas sob o manto social do Império (CUMINGS, 2010). Assim, a partir da colonização japonesa, emergiram rivalidades entre as diversas camadas da sociedade coreana. A maioria da população era de camponeses, sendo muitos deles escravos. Contudo, o usufruto da terra ficava a cargo da aristocracia (*yangban*) que dominava a terra, o que favoreceu a instrumentalização das divisões internas pelos colonizadores e facilitou o controle japonês sobre a península.

Kim Il-Sung foi um dos líderes da Guerrilha Antijaponesa do Nordeste Asiático, grupo que reunia coreanos e chineses na luta contra a ocupação japonesa. A ocupação japonesa, portanto, impulsionou a aproximação dos movimentos de libertação da Coreia com os movimentos comunistas da região. Assim, quando a península foi ocupada pelas tropas aliadas, os líderes da resistência contra os japoneses (em sua maioria comunistas) representavam a ala política com maior suporte popular⁵.

O estabelecimento de um governo comunista no norte da península é, portanto, mais que símbolo da pretensão de uma revolução socialista, é símbolo da libertação nacional. Afinal, estamos tratando de um país que sai diretamente da condição de Império Tributário para se inserir no Sistema Internacional capitalista no pós-II Guerra Mundial como Estado independente.

As potências ocidentais foram indiferentes em relação à colonização japonesa e à situação na península até a eclosão da conflagração na Ásia. Apenas na Conferência do Cairo de 1943, na reunião dos líderes de EUA, Reino Unido, China⁶, entre outros, que a questão coreana foi debatida. A Conferência estabeleceu que “as supracitadas três grandes potências, conscientes da escravização do povo da Coreia, estão determinadas que no devido tempo a Coreia deverá se tornar livre e independente” (CAIRO CONFERENCE, 1943). Contudo, essa perspectiva de independência deveria se dar por meio de uma transição, através de um processo gradual de transferência de autonomia política (JONGSOO LEE, 2006). Como desdobramento da declaração de Cairo estabeleceu-se uma espécie de tutoria para a Coreia. Assim, essas

⁵ A atuação das guerrilhas coreanas foi central na luta anticolonial. Nesse contexto, Kim Il-Sung, que liderara uma das células guerrilheiras, se destacou, especialmente, após o episódio da batalha de *Ponch'onbo*, na qual a guerrilha conseguiu retomar o controle de uma cidade dominada pelos japoneses. Mesmo que se considere que existe a construção de uma aura mítica em torno de sua figura, com efeito, Kim Il-Sung teve papel relevante e legítimo no combate aos japoneses. Kim se juntou a um grupo marxista ainda em 1929, e permaneceu na luta anticolonialista até 1940, atuando também no âmbito do Exército Antijaponês do Nordeste da China (EAJNC).

⁶ Os líderes que representaram EUA, China e Rússia foram respectivamente Franklin Roosevelt, Roosevelt, Chiang Kai-shek e Winston Churchill.

dinâmicas externas se somaram às diversas disputas políticas internas, contexto que contribuiu para o acirramento das tensões que levaram à Guerra da Coreia uma década mais tarde.

A divisão do território coreano – estabelecida pela ocupação estadunidense e soviética – ocorreu de forma arbitrária, e a “fronteira” ficou definida sobre o paralelo 38. O Mapa 5 abaixo apresenta a divisão da península após o final da Segunda Guerra Mundial.

Mapa 5 - A Península Coreana em 1945



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa divisão obedeceu ao interesse de Washington de manter sob seu controle a capital Seul, a maior cidade coreana (MALKASIAN, 2001). O objetivo era impedir que o exército soviético tomasse toda a península, o que permitiria que Moscou utilizasse como plataforma de projeção soviética no Nordeste Asiático (PIKE, 2010). Para os soviéticos importava assegurar que a península não fosse utilizada como base para incursões ao território soviético, como já havia corrido ao longo da história. Desse modo, as tropas de Stalin ingressaram na Coreia logo ao final da II GM. Nesse momento, já existia uma aproximação entre os soviéticos e as guerrilhas coreanas de resistência aos japoneses, o que moldou o perfil das forças de ocupação do norte. O norte da península — zona de ocupação soviética — era maior em termos geográficos do que o espaço controlado pelos EUA. Mais do que isso, em virtude do perfil da ocupação japonesa, na porção norte estava a maior parte do complexo industrial instalado pelos japoneses. Enquanto isso, no sul estavam as terras agricultáveis. Em grande medida, essa divisão que era uma imposição oriunda da colonização japonesa, gerou efeitos para o

desenvolvimento econômico para as duas porções da península. Cabe destacar que essa divisão da Coreia se insere na lógica de descolonização (ou fim dos impérios coloniais) do pós-Segunda Guerra Mundial (PIKE, 2010).

Diante desse quadro, a evolução da transição estatal na Coreia do Norte foi um dos aspectos basilares da inserção internacional do país. O Partido Coreano dos Trabalhadores (PCT), nesse sentido, assume o papel de imperador, revelando o caráter confucionista da sociedade. O partido fundado em 1946 tinha como objetivo assegurar a “revolução democrática” nos termos de Kim Il-Sung (KIM, 1946). Esse processo de formação histórica da RPDC conduz a algumas características que marcam a atuação do país no plano externo. Assim, a primeira fase da inserção internacional da RPDC caracteriza-se pela busca da *afirmação nacional (1948-1989)*. Primeiro, é a necessidade da manutenção da autonomia mesmo em face ao alinhamento. Esse é um padrão cujas raízes históricas remontam ao período imperial e refletem a perspectiva de que o país possui uma posição geopolítica frágil no contexto regional, por isso não pode depender de terceiros para sua sobrevivência. Segundo, procura barganhar com os vizinhos, apesar da posição subalterna. A RPDC foi forjada na luta armada, primeiro contra os japoneses e depois contra a Coreia do Sul e Estados Unidos. Esse é um aspecto central para a análise da atuação externa do país. A síntese de descolonização, divisão interna da península, inserção na lógica da dualidade da Guerra Fria e herança neoconfucionista estabeleceu uma formação estatal muito particular. Por essa razão, os enquadramentos analíticos tipicamente construídos para as formações estatais ocidentais perdem a validade analítica no contexto asiático.

A Guerra da Coreia (1950-1953), nesse contexto, é um dos eventos formadores da inserção internacional do país. Ao final do conflito as duas Coreias estavam destruídas, e a quantidade de mortos era de cerca de 2,5 a 3 milhões, sendo que cerca de 50% eram de civis (MARTINS, 2008; CUMINGS, 2010). Os efeitos disruptivos que a campanha massiva de bombardeio aéreo promovida pelos EUA gerou sobre a sociedade norte-coreana são profundos. O objetivo era destruir todas as cidades norte-coreanas e acabar com toda a infraestrutura do país (LE MAY, 1970; CUMINGS, 2010). A quantidade de artefatos (napalm e bombas convencionais) lançados sobre o norte da península superaram o total da quantidade usada durante toda a II Guerra Mundial contra o Japão (CUMINGS, 2010). Além disso, há registros do uso de armas químicas e biológicas contra os norte-coreanos⁷. Por essa razão, a compreensão

⁷ Enquanto as forças lideradas por Washington bombardearam a Coreia do Norte, bombardearam barragens de hidrelétrica e ameaçaram ataques nucleares, sua ação mais polêmica foi o uso de armas bacteriológicas ou biológicas durante a guerra. A guerra biológica perpetrada contra a Coreia do Norte incluiu o uso de antraz,

da sociedade norte-coreana é indissociável do entendimento dos efeitos da Guerra da Coreia. A resiliência é um traço que marca o período de fundação do país que se estende de 1948 a 1953.

Logo após a determinação do armistício em 1953, a Coreia do Norte entrou em uma fase de reconstrução. A Conferência de Genebra, realizada em 1954, buscou definir um quadro que recolocasse no horizonte a hipótese de reunificação. Contudo, as negociações a esse respeito falharam e progressivamente a cultura coreana foi sendo sobreposta pela cultura da Guerra Fria (BLEIKER, 2005). Assim, em termos hierárquicos, a unificação deixou de ser o objetivo principal a ser atingido pela política externa. Embora tenha se mantido como um objetivo do país, a prioridade passou a ser o estabelecimento de um tratado de paz com os Estados Unidos (oficialmente determinando o fim da conflagração) – o que implicaria na normalização das relações da Coreia do Norte com a comunidade internacional. A esse objetivo, soma-se a necessidade de reconstrução do país após a escala de destruição desencadeada pelo conflito. Kim Il-Sung procurou ampliar os laços de cooperação com seus dois aliados principais, a União Soviética e a China. Os dois vizinhos passaram a exercer um papel central na reconstrução do país, especialmente no que diz respeito ao apoio a duas carências estruturais; o fornecimento de energia e de alimentos.

Na década de 1960, à medida que as rivalidades sino-soviéticas foram se aprofundando, o país teve de encontrar uma alternativa para não sucumbir diante das disputas internas do bloco. Foi diante desse contexto de cisão no bloco comunista que o país adotou a doutrina *Zuche*. O seu ideário é um dos elementos centrais da coesão social norte-coreana contra as ameaças externas, dado que, enquanto doutrina da “autoconfiança”, estabelece que o povo coreano é o senhor do destino e do desenvolvimento do país — além disso, serve como embasamento político para as ações do próprio governo (SCOBELL, 2005). Em outros termos, é o conceito adaptado do nacionalismo norte-coreano. O *Zuche* aproxima o país do movimento terceiro-mundista e estabelece um equilíbrio entre dependência e aliança com China e URSS e os interesses próprios do país. Em discurso de 1955, Kim Il-Sung apresentou assim a doutrina *Zuche*:

O que é *Zuche* no trabalho ideológico do nosso Partido? O que estamos fazendo? Não estamos envolvidos na revolução de nenhum outro país, mas unicamente na revolução coreana. Esta, a revolução coreana, determina a essência do *Zuche* no trabalho ideológico do nosso Partido. Portanto, todo trabalho ideológico deve ser subordinado aos interesses da revolução coreana. Quando estudamos a história do Partido Comunista da União Soviética, a história da revolução chinesa, ou a verdade universal do marxismo-leninismo, é inteiramente com o propósito de realizar corretamente nossa própria revolução. [...] Para fazer a revolução na Coreia, devemos conhecer a

peste, tifoide e cólera, disseminados através de diversos dispositivos e métodos diferentes, incluindo pulverização, bombas de porcelana, recipientes de papel autodestrutivos com paraquedas de papel e bombas de folhetos, dentre outros métodos (KAYE, 2018).

história e a geografia da Coreia, bem como os costumes do povo coreano. Só então é possível educar o nosso povo de uma forma que lhes agrade e inspire um amor ardente por sua terra natal e sua pátria. (KIM, 1955, s/p, tradução nossa)⁸

O núcleo central dessa doutrina está, portanto, baseado na independência política, na necessidade de estabelecer uma via autônoma de inserção internacional. Em termos práticos, diz respeito à capacidade de autossustentação econômica e à capacidade de se defender militarmente. Pode-se dizer que o *Zuche* estabelece uma base de relacionamento mais igualitária entre o país e os seus aliados.

Na esfera econômica, o governo de Kim Il-Sung buscou reconstruir a nação através dos investimentos em indústria pesada⁹ – em contraste com o modelo predominante na vizinha do sul, na qual os investimentos maiores foram em indústrias leves e na modernização agrícola. O interesse na formalização de uma aliança estratégica com China e URSS se intensificou à medida que os governos de Dwight Eisenhower e John F. Kennedy (1961-1963) adotaram uma política externa agressiva para a região. Além disso, dado o aumento das tensões sino-soviéticas, imperava que a Coreia do Norte obtivesse garantias de que os dois países continuariam a apoiá-la. Assim, em 1961, a Coreia do Norte obteve dois tratados estratégicos. Quase que simultaneamente assinou tratados com URSS e China, estabelecendo um sistema de aliança securitária similar ao obtido pela Coreia do Sul em relação aos EUA. Nesse sentido, o *Zuche* foi o elemento que permitiu ao país conservar sua condição de proximidade com URSS e China durante a Guerra Fria, mesmo em face das disputas entre os dois países.

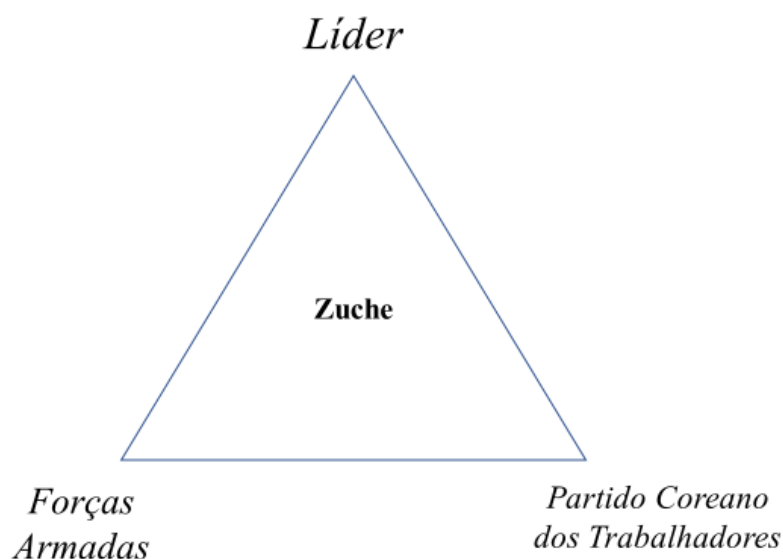
É nesse contexto que a RPDC se aproxima de países do terceiro-mundo como resposta. Em 1975, a RPDC adere ao movimento dos não-alinhados e consolida sua inserção autônoma através do *Zuche*. O país, assim, estabeleceu laços de cooperação com Vietnã do Norte, Cuba e com alguns países africanos (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015).

⁸ No original: “*What is Zuche in our Party’s ideological work? What are we doing? We are not engaged in any other country’s revolution, but solely in the Korean revolution. This, the Korean revolution, determines the essence of Zuche in the ideological work of our Party. Therefore, all ideological work must be subordinated to the interests of the Korean revolution. When we study the history of the Communist Party of the Soviet Union, the history of the Chinese revolution, or the universal truth of Marxism - Leninism, it is entirely for the purpose of correctly carrying out our own revolution. [...] To make revolution in Korea we must know Korean history and geography as well as the customs of the Korean people. Only then is it possible to educate our people in a way that suits them and to inspire in them an ardent love for their native place and their motherland.*”

⁹ Em 1958, a RDPC lançou o programa *Chollima* (cavalo voador), que buscava recuperar rapidamente o atraso econômico em relação aos países ocidentais – e inspirava-se no Grande Salto Adiante (Chinês) e na Coletivização de Stalin dos anos 1930. Entretanto, o resultado do plano foi desastroso. Apesar de um período inicial de crescimento significativo, que atingiu cerca de 35% nos primeiros quatro anos, os trabalhadores e os gestores das fazendas coletivas e das empresas estatais ficaram exauridos em suas capacidades; além disso, o planejamento central esgotou sua capacidade de reagir frente aos diversos gargalos econômicos (falta de terras aráveis, trabalho qualificado, energia, deficiências no sistema de transporte, desequilíbrios entre diferentes setores da economia).

Basicamente, se por um lado o *Zuche* reitera a necessidade de o país se manter alheio às cisões das potências extrarregionais, por outro estabelece um aparato sociológico que constitui a essência do mandato político da família Kim. O custo dessa estratégia foi um maior fechamento político e uma necessidade de ampliar a estabilidade política interna do país através do fortalecimento da liderança de Kim Il-Sung. Dessa forma, o culto à liderança teve papel crucial para embasar as decisões do líder e dar legitimidade ao regime político. A liderança de Kim Il-Sung caracterizou-se por ser carismática, centrada em sua personalidade emblemática, especialmente na resistência à colonização japonesa e, depois, durante os ataques dos EUA. Assim, o líder exerce papel fundamental nas relações exteriores do país. Desse modo, a formulação de política externa na RPDC tinha como principal agente o líder. Além do líder, a burocracia exerce papel central na condução da política do país. As duas principais instituições são o Partido Coreano dos Trabalhadores e o Exército Popular da Coreia. O arranjo entre essas duas instituições é fator determinante para inserção do país. Nesse sentido, as duas instituições se constituem como as elites aptas a exercer algum nível de influência na formulação de política externa. Durante a liderança de Kim Il-Sung, existia um equilíbrio entre as duas instituições o que permitia que a inserção internacional do país refletisse a procura mútua por desenvolvimento e segurança em um mesmo patamar, tendo como amálgama ideológico a doutrina *Zuche*. A Figura 3 abaixo sumariza a estrutura dos agentes que compõem a formulação de política externa.

Figura 3 - Estrutura dos Agentes de Política Externa na República Democrática da Coreia



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Em termos de choques externos que condicionaram a política externa da RPDC ao longo da Guerra Fria, dois movimentos se destacam em termos de importância e indicam padrões de conduta do país, que em grande medida se mantêm até hoje. O primeiro é a necessidade de conseguir ajustar sua estratégia de inserção internacional às mudanças na polarização regional. O segundo é o nível de pressão geoestratégica exercido pelos EUA que variou ao longo da Guerra Fria.

Em relação ao primeiro tópico, além da cisão sino-soviética, outro evento com grave impacto para a RPDC foi a aproximação entre China e Estados Unidos a partir da década de 1970. A aproximação diplomática formulada por Henry Kissinger e denominada “Diplomacia Pingue-Pongue”¹⁰ alterou a correlação de forças entre as superpotências e para a Coreia do Norte fortaleceu o isolamento do país. A aliança com a China, forjada ainda na luta contra a

¹⁰ O governo de Richard Nixon (1969-1974) nos EUA adotou a Doutrina Guam – que estabelecia um desengajamento norte-americano na Ásia – e assim, as pressões sistêmicas que restringiam a aproximação entre os países da Ásia diminuíram drasticamente. Dado esse novo contexto, os países asiáticos ampliaram o investimento em iniciativas regionais que acabaram por reformular a configuração do sistema interestatal asiático. A doutrina Nixon buscava estabelecer uma arquitetura regional que concedesse mais poder aos aliados dos EUA. Assim, a responsabilidade estadunidense de prover a defesa diminuiria e os EUA teriam menores custos de manutenção em relação aos que possuíam com a doutrina de contenção dos anos 1960. Em seu discurso, Nixon defendeu que os aliados regionais dos Estados Unidos assumissem um papel mais ativo no custeio de sua própria defesa. Assim, os EUA abriam mão de sua função de provedor da segurança dos seus aliados. Nesse contexto, os aliados regionais ampliaram sua possibilidade de desenvolver indústrias bélicas próprias, já que as empresas estadunidenses estavam atendendo às demandas oriundas das forças armadas que estavam atuando no Vietnã.

colonização japonesa, sofria mais um revés dada nova política externa chinesa. A partir disso, o governo de Kim Il-Sung procurou estabelecer um diálogo com os demais vizinhos da região, especialmente com a Coreia do Sul. Essa aproximação resultou, em 1972, em um acordo que lançava as bases e mecanismos conjuntos para o projeto futuro de reunificação (Comunicado Conjunto Norte-Sul). Segundo o Comunicado Conjunto Norte-Sul de 4 de julho (1972),

1. Os dois lados concordaram com os seguintes princípios como base para alcançar a unificação: primeiro, a unificação será realizada de forma independente, sem depender de potências estrangeiras e sem interferência externa. Segundo, a unificação será alcançada por meios pacíficos, sem que se recorra ao uso de força um contra o outro. Terceiro, uma grande unidade nacional como um só povo deve ser buscada primeiro, transcendendo as diferenças de ideias, ideologias e sistemas.
2. A fim de aliviar as tensões e fomentar uma atmosfera de confiança mútua entre o Sul e o Norte, os dois lados concordaram em não difamar ou difamar um ao outro, não realizar provocações militares, seja em grande ou pequena escala, e tomar medidas positivas para evitar incidentes militares inadvertidos.
3. A fim de restabelecer os laços nacionais, promover o entendimento mútuo e acelerar a unificação pacífica independente, os dois lados concordaram em realizar numerosos intercâmbios em vários campos.
4. Os dois lados concordaram em cooperar ativamente na busca do sucesso inicial das conversações da Cruz Vermelha do Sul, que estão atualmente em andamento com o fervoroso apoio de todo o povo da Coreia.
5. A fim de evitar a eclosão de incidentes militares inesperados e de lidar direta, pronta e precisamente com os problemas que surgem entre o Sul e o Norte, os dois lados concordaram em instalar uma linha telefônica direta entre Seul e Pyongyang.
6. A fim de implementar os itens acima, para resolver vários problemas existentes entre o Sul e o Norte, e para resolver o problema da unificação com base nos princípios acordados para a unificação, os dois lados concordaram em estabelecer e operar um Comitê de Coordenação Sul-Norte [...]
7. Firmemente convencido de que os itens de acordo acima correspondem às aspirações comuns de todo o povo coreano, todos ansiosos pela unificação, os dois lados comprometem-se solenemente perante todo o povo coreano a realizar fielmente esses itens acordados. (SOUTH-NORTH JOINT COMMUNIQUE, 1972; s/p, tradução nossa).¹¹

¹¹ No original: *1. The two sides agreed on the following principles as a basis of achieving unification: First, unification shall be achieved independently, without depending on foreign powers and without foreign interference. Second, unification shall be achieved through peaceful means, without resorting to the use of force against each other. Third, a great national unity as one people shall be sought first, transcending differences in ideas, ideologies, and systems. 2. In order to ease tensions and foster an atmosphere of mutual trust between the South and the North, the two sides have agreed not to slander or defame each other, not to undertake military provocations whether on a large or small scale, and to take positive measures to prevent inadvertent military incidents. 3. In order to restore severed national ties, promote mutual understanding and to expedite independent peaceful unification, the two sides have agreed to carry out numerous exchanges in various fields. 4. The two sides have agreed to actively cooperate in seeking the early success of the South North Red Cross talks, which are currently in progress with the fervent support of the entire people of Korea. 5. In order to prevent the outbreak of unexpected military incidents, and to deal directly, promptly, and accurately with problems arising between the South and the North, the two sides have agreed to install a direct telephone line between Seoul and Pyongyang. 6. In order to implement the above items, to solve various problems existing between the South and the North, and to settle the unification problem on the basis of the agreed principles for unification, the two sides have agreed to establish and operate a South-North Coordinating Committee [...]. 7. Firmly convinced that the above items of agreement correspond with the common aspirations of the entire Korean people, all of whom are anxious for an early unification, the two sides hereby solemnly pledge before the entire Korean people to faithfully carry out these agreed items.*

O país aproximou-se mais da URSS, que passou a ser o aliado preferencial até o final da Guerra Fria (JONG-DAE, 2012). Os eventos da década de 1970 evidenciaram os objetivos da política externa norte-coreana e o pragmatismo frente às oscilações na polarização regional.

Outro fator externo que condicionou o perfil de desenvolvimento e a inserção externa de Pyongyang é a pressão geoestratégica exercida pelo EUA. Logo após o final da Guerra da Coreia, os EUA alocaram armas nucleares¹² na península coreana apesar do armistício de 1953 proibir a nuclearização da península. A chantagem nuclear, assim, acabou por moldar os projetos estratégicos da RPDC, que teve que ajustar suas ações a esse contexto geoestratégico. Além da presença missilística, os EUA frequentemente sobrevoaram a Zona Desmilitarizada com bombardeiros estratégicos e/ou caças (F-4) armados com armas nucleares. Ou seja, todo o planejamento dos EUA para uma emergência na península estava centrado na utilização de armas nucleares. Esse quadro se agravou a partir da década de 1970, com o desenvolvimento da doutrina da “Batalha Aeroterrestre” pelos EUA (SKINNER, 1988). A “Batalha Aeroterrestre” incluiu elementos de preempção em caso de crise na península. Assim, incluía ataques profundos e rápidos no território inimigo, com a possibilidade de uso combinado com armas nucleares (CUMINGS, 2004).

Ao cenário regional adverso somou-se um quadro de dificuldades econômicas. Esse panorama abriu espaço para o desenvolvimento de uma política de desenvolvimento econômico autônomo que procurava aliar crescimento econômico ao desenvolvimento militar. Em 1962, o regime comunista havia lançado o programa: “Armas em uma mão, e o martelo e a foice na outra”. A partir de então, a Coreia do Norte militarizou-se – tal como ocorrera na Coreia do Sul. Em três anos, os gastos militares subiram de 6% para 30% do PIB (GLOBAL SECURITY, 2017). Todavia, nesse mesmo período, o governo de Nikita Krushev (1953-1964) diminuiu o apoio econômico a Pyongyang, fato que implicou em um período de estagnação econômica na Coreia do Norte. O objetivo era orientar o crescimento econômico a partir das demandas militares; porém a diminuição da ajuda soviética acabou dificultando a recuperação econômica. Além disso, o país enfrentava um contexto regional adverso, o que implicou em diversas ações militares ao longo do período de governo de Kim Il-Sung. Embora a média tenha sido de aproximadamente 3,6 ações militares ao longo do governo de Kim Il-Sung, entre 1966 e 1969, ocorreu uma ampliação significativa das ações militares, cuja média subiu para 14 ações/ano. Nesse período, ocorreu o Conflito na Zona Desmilitarizada coreana (também conhecida como

¹² Em 1958, os EUA instalaram um esquadrão de mísseis nucleares de classe Matador na Coreia. Os mísseis Matador possuíam 1100 quilômetros de alcance.

Segunda Guerra Coreana)¹³. O Gráfico 6 abaixo apresenta numericamente as ações militares do governo norte-coreano nesse período.

Gráfico 6 - Ações Militares durante o Governo Kim Il-Sung (1958-1994)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).¹⁴

Outro pilar dessa estratégia foi o desenvolvimento do programa nuclear. O programa que começou com auxílio e tecnologia soviética atendia tanto aos objetivos estratégicos de dissuasão quanto às necessidades energéticas do país. Na década de 1960, o programa nuclear norte-coreano iniciou com a construção de um grande centro de pesquisa em energia nuclear na cidade de *Yongbyon*, com suporte da URSS. Em 1965, um reator IRT-2M foi instalado no centro. Cabe destacar que o desenvolvimento do programa nuclear está no cerne da busca pelo estabelecimento da *diplomacia da dissuasão* que viria a ser a principal ferramenta de atuação internacional do país após o final da Guerra Fria. Nesse sentido, sob a perspectiva norte-coreana, não é possível dissociar a ideia de autonomia do desenvolvimento de um programa nuclear. Assim, a busca pelo desenvolvimento do programa é produto

a) da chantagem nuclear promovida pelos EUA;

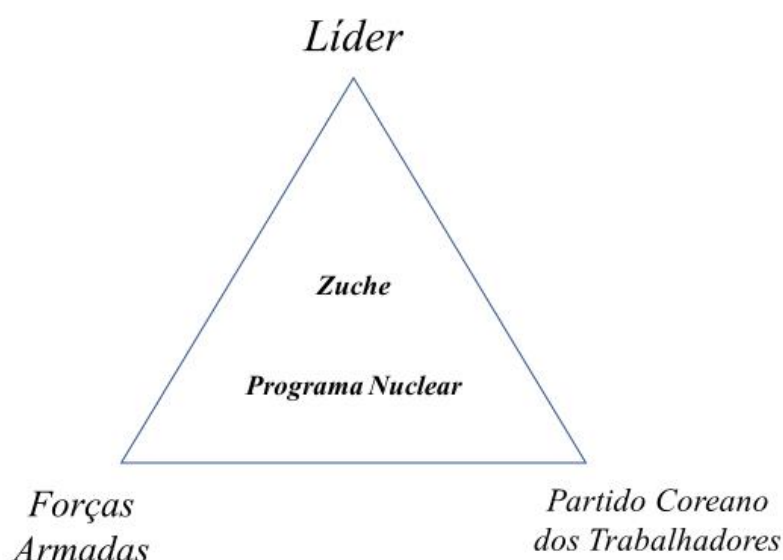
¹³ A denominada Segunda Guerra Coreana foi uma série de confrontos de baixa intensidade entre as forças norte-coreanas e as forças dos Estados Unidos e da Coreia do Sul. A Coreia do Norte utilizou de técnicas de insurgência contra a defesa em camadas de Coreia do Sul e EUA.

¹⁴ A relação completa de todas as “Ações militares” que serão comparadas entre os três governantes da Coreia do Norte está localizada no Anexo I a essa pesquisa.

b) necessidade de manter autonomia frente aos aliados.

Por essa razão, todos os esforços do país se voltam a assegurar o desenvolvimento do programa nuclear. Pode-se dizer que o programa nuclear é o elemento material que dá sustentação ao *Zuche*. Tendo em vista esse contexto advindo do programa nuclear, a Figura 4 abaixo procura sintetizar a estrutura dos agentes de política externa do país.

Figura 4 - Estrutura dos Agentes de Política Externa na República Democrática da Coreia a partir do Programa Nuclear



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Na década de 1980 inicia-se o processo de transição política na Coreia do Norte. Em termos internacionais, a nova conjuntura internacional marcada pela Segunda Guerra Fria trouxe um isolamento ainda mais significativo para o país. A pressão maior do governo Reagan (1981-1989) nos EUA sobre a União Soviética gerou uma mudança na atuação do país comunista com relação ao Leste Asiático que procurou, a partir da Perestroika, normalizar suas relações com a China e diminuir as tensões com a Coreia do Sul. Assim, a Coreia do Norte acabou ficando mais isolada e procurou compensar esse isolamento através de um maior engajamento no movimento dos não-alinhados. Porém nesse período o movimento terceiro-mundista enfraquecia e se fragmentava (SENNES, 2003). Em 1985, a RDPC adere ao Tratado de Não-Proliferação (TNP), mas não adere às salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

No plano interno, em 1980, ocorreu o sexto Congresso do Partido Coreano dos Trabalhadores. Nesse Congresso, Kim Jong-Il foi apontado como o sucessor de seu pai Kim Il-Sung. A partir de então, assumiu cargos diretivos em todas as instâncias políticas mais importantes do país: PCT, Comissão de Defesa Nacional e as Forças Armadas. A indicação de Kim Jong-Il já em 1980 mostra a busca por estabelecer um processo gradual de transição de liderança política, algo que, apesar de ter ocorrido de forma mais abrupta, na segunda transição política do país também se repetiu.

A preocupação com a transição reflete a importância do papel do líder na estrutura de governança do país. A tríade composta pelo líder, o PCT e as Forças Armadas é a estrutura de agência na política externa do país, sendo o líder o pivô que une as duas instituições e estabelece a interface com a sociedade em geral. Qualquer desequilíbrio nessa composição altera o padrão de conduta na política externa do país. Durante a Guerra Fria, a atuação externa da Coreia do Norte esteve assentada na busca por uma inserção autônoma e pragmática, voltada a obter espaço para barganhar junto às Grandes Potências. Com o declínio da URSS e a paulatina erosão da ordem internacional da Guerra Fria, a RPDC ajustou sua estratégia de inserção internacional. Assim, o país procurou se inserir na ordem internacional, tanto que em 1991, Pyongyang torna-se membro das Nações Unidas. A assinatura também em 1991 do “Acordo para Reconciliação, Não-Agressão, Cooperação e Intercâmbio entre Norte e Sul” com a Coreia do Sul marcou esse novo momento norte-coreano.

3.3 KIM JONG-IL E A MILITARIZAÇÃO DO ESTADO: *BRINKMANSHIP* COMO FERRAMENTA DE ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A ascensão de Kim Jong-Il ao poder em 1994 trouxe uma série de transformações para as relações exteriores da RPDC. O novo líder assume o poder em um momento que a política externa do país estava na fase da *sobrevivência e resiliência (1989-2011)*. Essa fase iniciou a partir de 1989, ano que marca o fim da Guerra Fria na Ásia. No plano externo, marcou uma ruptura no processo de aproximação que ocorria entre o país e os vizinhos, especialmente com a Coreia do Sul. No plano interno representou uma alteração no equilíbrio entre as principais instituições do país.

O fim da URSS foi um duro golpe na estratégia de inserção internacional norte-coreana. O principal agente de mudança na política exterior da RPDC foi esse choque externo. Moscou era o principal parceiro energético e alimentar da RPDC. Assim, a queda do regime soviético trouxe efeitos imediatos para a segurança energética e alimentar de Pyongyang. Por essa razão,

o país ainda sob o governo de Kim Il-Sung ajustou sua estratégia de barganha, passando a se aproximar da Coreia do Sul e abrindo um processo de negociações sobre o programa nuclear com os EUA. O ápice desse processo de aproximação se deu em 1992, quando as duas Coreias assinaram a “Declaração Conjunta para a Desnuclearização da Península”. Nesse período, a alternativa procurada pela Coreia do Norte era conseguir iniciar um processo de engajamento efetivo com a Coreia do Sul, com vistas a reunificar a península. Nesse sentido, Kim Il-Sung lança os *10 pontos para a Reunificação do País*, segundo o qual o objetivo deveria ser construir um Estado pan-nacional, que se declarasse neutro no plano regional – sem alianças vinculantes com as Grandes Potências (SUNG, 1993).

Em 1993, o governo de Pyongyang propôs a troca de todo seu programa nuclear com reator de grafite por um reator de água leve (RAL)¹⁵. Esses reatores, além de serem mais seguros em termos de produção de armamento nuclear, contribuiriam para resolução das carências energéticas da Coreia do Norte. Após essa primeira oferta, o governo de Kim Jong-Il definiu um conjunto de demandas com vistas a estabelecer um acordo com os Estados Unidos. Segundo Harrison (2002), esse conjunto de demandas incluía:

- a) declaração oficial de Washington de que não iria atacar a Coreia do Norte;
- b) plano para a melhoria das relações entre os dois países;
- c) suspensão dos exercícios *Team Spirit*¹⁶;
- d) permanência das inspeções das salvaguardas da AIEA;
- e) fim do antagonismo e das ameaças nucleares americanas contra a RPDC;
- f) e, por fim, o fornecimento dos novos reatores.

A partir disso, ainda em 1993, Coreia do Norte e EUA lançam um comunicado conjunto, segundo o qual se comprometiam com o não uso/ameaça de uso da força, com a não interferência em assuntos internos e com o apoio à reunificação das Coreias (DPRK-US JOINT STATEMENT, 1993). Àquela altura, o objetivo primário da RPDC era se inserir efetivamente na comunidade internacional. Por essa razão, o país unilateralmente decidiu interromper os procedimentos para se retirar do TNP e, em 1994, assinou o Acordo de Genebra¹⁷ com os

¹⁵ LWR – *Light-Water Reactor* – são reatores mais custosos financeiramente, porém com uma capacidade produtiva mais eficiente e mais segura no que tange ao uso para fins pacíficos.

¹⁶ O *Team Spirit* são exercícios militares de treinamento realizados entre as forças dos EUA e Coreia do Sul que ocorreram entre 1976 e 1993.

¹⁷ O acordo previa: (I) a substituição dos reatores de grafite por RAL's, que gerariam cerca de 2.000MW até 2003; (II) a criação de um consórcio internacional para financiar e abastecer o novo reator e (III) um acordo para a cooperação na área de energia nuclear para fins pacíficos. Mais do que isso, o acordo instituiu o fornecimento de petróleo dos EUA para Pyongyang (em um prazo de até três meses), e estabelecia a criação de um sistema de construção de confiança mútua nas esferas militar, econômica e nuclear (US-DPRK, 1994). A construção do

Estados Unidos. Entretanto, a morte de Kim Il-Sung em meio às negociações afetou diretamente o processo de normalização das relações com o Ocidente. Afinal, na estrutura da formulação de política externa na RPDC, o líder exerce papel central. Além dos choques externos que marcam o período, a mudança no perfil do líder incidiu diretamente sobre as relações externas do país nesse período.

Em termos de choques externos, a principal mudança foi o distanciamento estadunidense em relação à Coreia do Norte. O governo Clinton (1993-2001), diante da morte de Kim Il-Sung, passou a considerar que a hipótese de colapso do regime era iminente. A Coreia do Norte enfrentava severas restrições econômicas, energéticas e alimentares. Por essa razão a diplomacia americana passou adotar uma postura de desengajamento em relação a Pyongyang. Embora a não-proliferação nuclear horizontal se mantivesse como prioridade dos EUA, a crença àquela altura era de que o regime comunista não sobreviveria ao impacto da perda de Kim Il-Sung. Assim, os EUA deixam de cumprir com os acordos estabelecidos¹⁸.

Outro agente de mudança é a ascensão de Kim Jong-Il ao poder. Kim Il-Sung se caracterizou historicamente por ser um líder carismático, popular. O mito em torno da sua imagem de libertador nacional alimentou a unidade do regime e assegurou a estabilidade do país mesmo face às diversas adversidades enfrentadas pelo país desde sua fundação. Entretanto, Kim Jong-Il possuía um perfil de liderança distinto, menos centrado no carisma e na proximidade com a população (JAE-CHEON, 2009). A legitimidade de Kim Jong-Il como líder ao assumir não vinha das suas atividades em prol da defesa do país, mas sim da herança de seu pai. Em termos internos, embora ao que tudo indica não tenha havido grandes focos de resistência à sua ascensão com o líder do país, essa transição adiciona um elemento de instabilidade ao regime.

A principal mudança introduzida pela liderança de Kim Jong-Il foi a alteração no equilíbrio entre as instituições do país. A adoção da política do *Songun* (Forças Armadas em primeiro lugar) alterou o equilíbrio entre as instituições e oficializou a primazia do Exército Popular Coreano como a principal instituição. Segundo Ri Jong (2012),

novo reator ficou a cargo de um consórcio que reunia Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul, fundado em 1995, a KEDO (Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana).

¹⁸ A percepção de que um colapso se aproximava se intensificou, principalmente quando em 1995 uma catástrofe natural derivada de grandes enchentes acabou por desabrigar milhares de pessoas. Esse período de imensa dificuldade enfrentada pelos norte-coreanos é conhecido como a “Marcha Penosa”. O nível de destruição causada pelas enchentes, que foi seguida por uma grave seca, causou uma tragédia humana que levou a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) a instalar um escritório permanente na RPDC. Assim, uma onda de má nutrição se alastrou pelo país. Além disso, muitas doenças infectocontagiosas se disseminaram por causa das condições primárias de saneamento, o que gerou uma onda de refugiados que buscou migrar para a China.

A política *Songun* não só dá prioridade aos assuntos militares sobre todos os outros assuntos nacionais, mas também coloca o Exército Popular da Coreia como o sustentáculo e a principal força do país. Para elevar o Exército Popular da Coreia à condição de pilar, a principal força, é necessário exercer o comando sobre o exército, construir a base política com o exército como um núcleo, uma entidade modelo, e avançar com a construção socialista tendo o exército como o pilar. (RI JONG, 2012; p. 31, tradução nossa)¹⁹

A barganha nuclear tornou-se a prioridade estratégica do país. A perspectiva do estabelecimento de uma diplomacia de dissuasão tornou-se o objetivo primário do país. Cabe salientar que o *Zuche* não foi abandonado, mas foi reinterpretado sob a perspectiva do *Songun*. Nessa nova perspectiva o desenvolvimento militar tornava-se o elemento basilar da autonomia do país. Pode se interpretar essa mudança como um ajuste de política externa à conjuntura internacional dos anos 1990. Segundo Visentini, Pereira e Melchionna (2015, p. 147),

Sob certo ponto de vista, a política *Songun* serviu como um instrumento ideológico de grande importância para justificar, ainda em bases fortemente nacionalistas, a nova diplomacia norte-coreana, tendo como eixo a barganha nuclear. Baseava-se, portanto, na expansão das capacidades bélicas do regime como meio de lidar com as tensões regionais e como recurso de dissuasão em relação às potências.

Em termos práticos, a adoção do *Songun* significou a alocação de todos os recursos do país em prol do projeto de modernização militar. É, nesse contexto, que a RPDC procura ampliar a cooperação internacional para fins militares com vistas a desenvolver seu programa nuclear e missilístico²⁰. O estabelecimento de um Estado militarizado apoiou-se na utilização da prática do *brinkmanship*. O conceito duro de *brinkmanship* é um risco compartilhado de guerra em que cada lado empurra o outro para a beira de um desastre ou uma guerra cada vez mais estreita, a fim de forçar o outro lado a capitular no último segundo. No caso norte-coreano, o *brinkmanship* se materializa através de duas ações de atuação internacional:

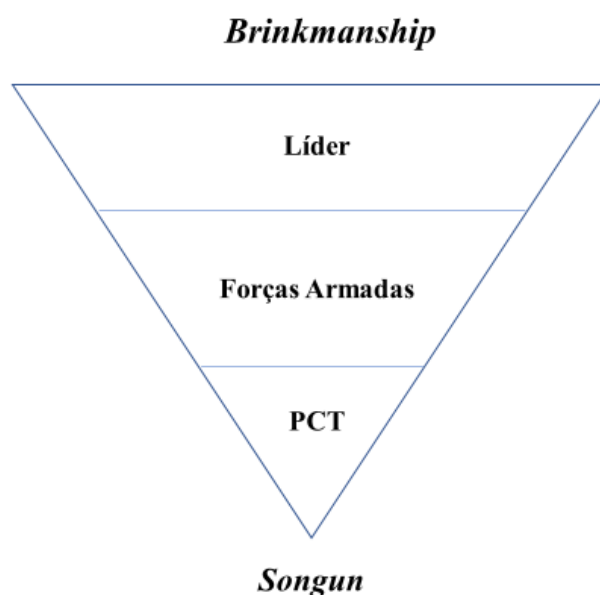
- a) Pyongyang passa a construir a imagem de que está sempre no limiar de um ataque militar aos vizinhos. Assim, as ameaças aos EUA e à Coreia do Sul e ao Japão se tornam mais frequentes e mais graves;
- b) ii) a RPDC adota um discurso de irracionalidade e imprevisibilidade. Assim, a perspectiva de que o país é imprevisível, irracional e que está disposto a escalar as tensões ao nível máximo torna-se o *modus operandis* da política exterior durante o

¹⁹ No original: “*Songun politics not only gives priority to military affairs over all other national affairs but also puts forward the Korean People's Army as the buttress and main force of the country. To raise the Korean People's Army as the mainstay, the main force, means to exercise command over the army, build up the political foundation with the army as a core, a model entity, and push ahead with socialist construction with the army as the mainstay.*”

²⁰ Nesse sentido, vários indícios apontam para a existência de cooperação nessas esferas com o Paquistão e o Irã.

governo Kim Jong-Il. Todavia, cabe destacar que há uma racionalidade subjacente nas atitudes e no discurso norte-coreano. Mais do que isso, a análise tanto dos discursos de ameaça quanto dos testes militares demonstra que eles ocorrem em resposta a algum evento externo que possa se configurar como ameaça ao país ou servem de ferramenta para pressionar os vizinhos.

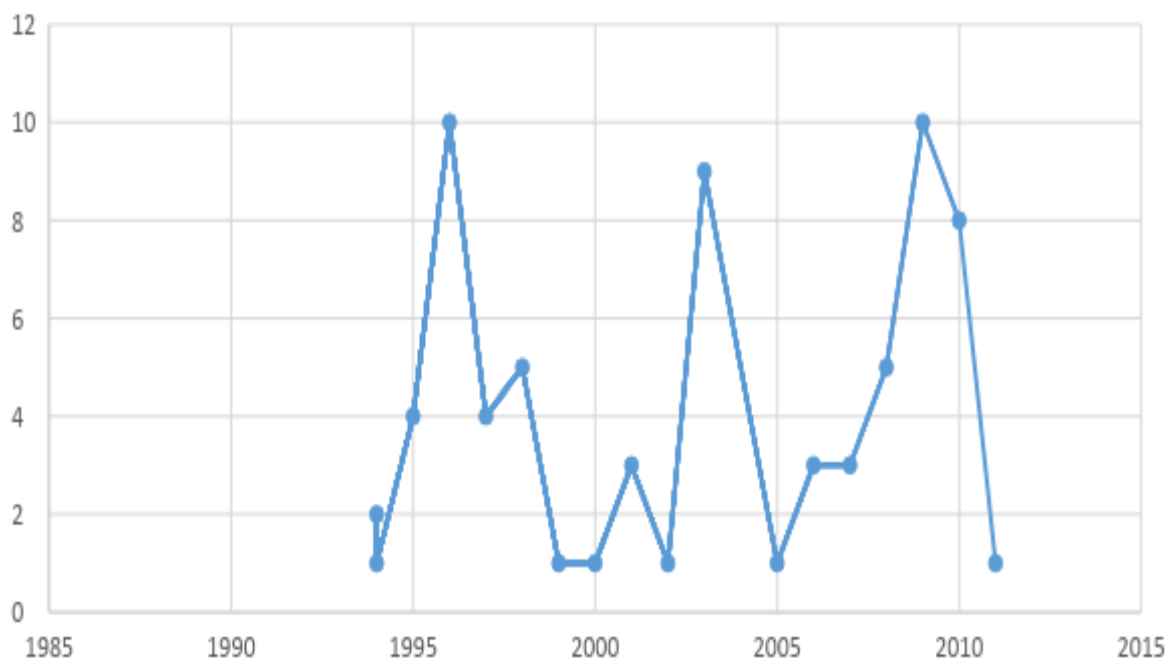
Figura 5 - Estrutura do Papel dos Agentes de Política Externa na República Democrática da Coreia no Governo Kim Jong-Il



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Apesar da alteração no balanço de forças interno, a implementação do *Songun* não pode ser compreendida fora do contexto regional e das pressões internacionais que o país enfrentava à época. Por essa razão, a mera perspectiva de algo próximo há um *garrison state* pós-colonial não deriva de uma escolha irracional, mas sim da necessidade de sobrevivência. No caso norte-coreano, especialmente nesse período, a ideia de sobrevivência não é um apenas exercício ontológico acerca da essência do Estado, trata-se de um cálculo imediato acerca dos desafios à subsistência no plano regional e das crises humanitárias internas. Como mostra o Gráfico 7 abaixo, o número médio de ações militares nas quais o país esteve envolvido durante o governo Kim Jong-Il não aumentou muito em relação a seu antecessor; saiu de 3,64 para 4,11 ações por ano. Observa-se que em poucos anos o número de ações foi maior que a média, com especial destaque para os anos de 1996, 2003 e 2009 onde houve uma maior incidência de ações militares.

Gráfico 7 - Ações Militares durante o Governo Kim Jong-II (1994-2011)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no CSIS (2017), Global Security (2017) e IISS (2018).

Em 1996, fatores internos e externos contribuíram para essa maior incidência de escaramuças fronteiriças. No plano interno, o país enfrentava a maior crise humanitária de sua história derivada de um período grave de enchentes ao qual se seguiu um grave período de seca. Dessa forma, o país atravessou uma séria crise em termos de segurança alimentar. Sem poder contar com sua principal aliada nessa esfera, a URSS, o país se viu diante de um quadro crítico para sua estabilidade social. Após a Guerra da Coreia, esse talvez tenha sido o momento mais grave em termos humanitários que o país enfrentou. No plano externo, a terceira crise no estreito de Taiwan e a reação dos Estados Unidos, que deslocaram para a região o maior efetivo de poder naval desde a Guerra do Vietnã, ampliaram a crise no Leste Asiático. Cabe ressaltar que a Coreia do Norte ainda estava em estado de guerra com os EUA, afinal o país não logrou estabelecer um tratado de paz com Washington. A esse quadro soma-se o panorama político interno na Coreia do Sul. As eleições legislativas no país, que ocorreram em meados de 1996, foram pautadas também pela questão norte-coreana. Nesse sentido, observa-se que as ações militares são um mecanismo para exercer influência sobre a política interna do vizinho.

Por outro lado, no período entre 1998 e 2001, o número de ações militares cai drasticamente. Essa mudança se relaciona com o estabelecimento da *Sunshine Policy* na Coreia do Sul a partir de 1998. A eleição de Kim Dae Jung (1997-2003) alterou a política externa do

sul em relação ao norte e abriu espaço para a ampliação dos canais de diálogo entre os vizinhos. Além de buscar uma política de aproximação e cooperação com o norte, Seul passou a apoiar as iniciativas norte-coreanas de diálogo com EUA e Japão (CUMINGS, 2004). Um dos principais efeitos da *Sunshine Policy* foi o aumento da cooperação econômica e a instalação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE)²¹. Em 2000, as duas Coreias lançaram a Declaração Conjunta Norte-Sul após o encontro entre os dois líderes em Pyongyang, onde afirmam que a questão da reunificação deveria ser conduzida pelos próprios coreanos, os senhores do destino do país (SOUTH-NORTH JOINT DECLARATION, 2000). Interessante observar que a declaração tem como base a autodeterminação da península e converge à perspectiva *Zuche*.

A partir da eleição de George Bush (2001-2009), entretanto, o panorama regional se alterou. Washington incluiu a Coreia do Norte na lista dos países que compunham o denominado “eixo do mal” e as relações do país com os EUA deterioraram gravemente. Assim, em 2003, a RPDC retirou-se do TNP e voltou a priorizar os avanços no programa nuclear que viria a culminar no primeiro teste em 2006. O programa nuclear é visto nesse contexto de acirramento da situação regional como um elemento capaz de assegurar efetiva capacidade de dissuasão. Ao longo desse período, o país reativa seus principais reatores e passa investir no desenvolvimento missilístico. As evidências acerca do processo de desenvolvimento missilístico são inconclusivas. Porém, segundo Pollack (2011) e McGrath e Wertz (2015), há indícios de cooperação com Irã, Paquistão e Síria para o desenvolvimento mútuo de programas nucleares e missilístico.

A decisão de investir no programa nuclear está inserida em um contexto mais amplo de aumento da pressão internacional dos EUA sobre países que não se enquadram dentro da lógica da globalização ou que desafiam a liderança de Washington em alguma medida. Nesse sentido, pode-se interpretar a invasão do Iraque em 2003, sob a perspectiva norte-coreana, como um indicativo de que o abandono do programa nuclear colocaria o país em uma posição vulnerável diante de uma eventual opção militar dos EUA. Assim, com o recrudescimento das relações com Washington, o país passa a priorizar o desenvolvimento militar do programa nuclear.

O processo de priorização do programa nuclear e a saída do TNP durante o governo Kim Jong-II tem de ser observado a partir de duas questões centrais. A primeira é a visão de que a manutenção da soberania do país passa pelo programa nuclear. Por essa via, o programa é mais do que uma ferramenta para fortalecer o país no plano externo, trata-se do fiador da

²¹ O estabelecimento das ZEEs insere-se em um contexto mais amplo de busca por reformas econômicas no governo Kim Jong-II. Segundo Visentini e Pereira (2014), o objetivo era aproximar-se do modelo chinês e tentar estabelecer uma espécie de “Perestroika à la Pyongyang”.

soberania do país. Essa visão decorre da segunda questão central, as mudanças no entendimento do país acerca da ordem internacional. A adesão do país ao TNP em 1986, em um contexto de enfraquecimento da URSS, implicitamente tinha como objetivo assegurar sob a perspectiva do direito internacional²² o fim da chantagem nuclear por parte dos EUA. Entretanto, apesar da adesão ao regime internacional de não-proliferação, os EUA mantiveram os exercícios militares junto às fronteiras norte-coreanas. Assim, a partir das visão norte-coreana, Washington estaria rompendo com o TNP. Por essa razão, o país baseia sua decisão de sair do TNP no artigo X do tratado que afirma

Cada uma das Partes, no exercício da sua soberania nacional, tem o direito de retirar-se do Tratado se decidir que acontecimentos extraordinários relacionados com o objeto do presente Tratado puseram em risco os interesses supremos do seu país. (UNODA, 2017, s/p).

Tendo em vista que o país é comumente acusado de confrontar as normas internacionais, é interessante notar a busca de Pyongyang em legitimar sua saída do TNP. A declaração da saída de país do tratado evidencia essa busca por fundamentar sua decisão a partir das normas internacionais e relaciona com o panorama das relações com Washington

O propósito do nosso país em entrar no TNP reside em remover a ameaça nuclear dos EUA e, mais importante, em contribuir para solucionar a questão energética do país através do uso da energia nuclear. [...] A base do TNP é que os países que possuem armas nucleares não devem ameaçar ou usar armas nucleares em outros países, não devem criar uma situação de emergência que põe em perigo os interesses básicos dos países não nucleares e devem empreender todos os esforços para evitar uma guerra nuclear. [...] Não há tal caso na história das recentes relações entre a RPDC e os EUA em que o presidente dos EUA, pessoalmente, faz uma ameaça agressiva aberta contra a nossa nação, um Estado independente e soberano, através de seu discurso político. Isto é, de fato, pouco menos do que declarar guerra contra nós. [...] Em particular, ao listar a RPDC como um alvo para seu ataque nuclear preemptivo, a administração Bush destruiu completamente as bases do *Agreed Framework*. Tal qual, violou flagrantemente o espírito básico do TNP.²³(KCNA, 2003, s/p, tradução nossa)

²² Segundo o UNODA (2017), o TNP estabelece que nenhum Estado detentor de armas nucleares pode ameaçar com seu arsenal estratégico um Estado não-nuclear.

²³ No original: “*Our country's purpose for entering the NPT lay in removing the US nuclear threat and importantly, in smoothly resolving the country's energy issue with nuclear power [haekdongnyok]. [...] The NPT's basic spirit notes that countries possessing nuclear weapons should not threaten or use nuclear weapons on other countries, should not create an emergency situation that endangers the basic interests of non-nuclear countries, and should exert all efforts to avoid a nuclear war. There is no such case in the history of recent DPRK-US relations as the US President personally making an open aggressive threat against our nation, an independent and sovereign state, through his policy speech. This is, in fact, little short of declaring war against us. [...] In particular, in listing the DPRK as a target for its nuclear preemptive attack, the Bush administration completely destroyed the basis of the Agreed Framework. As such, it flagrantly infringed on the basic spirit of the NPT.*”

No âmbito regional, esse novo contexto levou ao estabelecimento das “Negociações das Seis Partes” que reuniam as duas Coreias, EUA, China, Japão e Rússia. Essas negociações tinham como objetivo resolver a questão nuclear norte-coreana e refletiam a relevância da questão para o equilíbrio regional. Em 2005, os países lançaram a “Declaração Conjunta das Negociações das Seis Partes” que reafirmou o interesse da RPDC em abdicar de seu programa nuclear em troca de assistência econômica e humanitária, bem como por garantias de segurança. Por fim, decidiram continuar os esforços para aumentar o nível de cooperação regional e atingir a pacificação do Nordeste Asiático (JOINT STATEMENT, 2005).

No primeiro semestre de 2006, o Tesouro norte-americano pressionou para que bancos asiáticos decretassem o congelamento dos ativos norte-coreanos em Macau e em outros lugares (RENNACK, 2006). Em virtude disso, como retaliação, a RPDC não atendeu ao encontro das Seis Partes e procedeu com seu primeiro teste nuclear para fins bélicos. Ao se observar esse período, percebe-se que diante do recrudescimento do cenário regional, o país procurava agendar as relações regionais se colocando como epicentro securitário regional. Ou seja, a Coreia do Norte, diante das dificuldades econômicas, políticas e securitárias, adotou uma política de agressividade seletiva, ora optando por retrair-se, ora escolhendo endurecer a retórica e utilizar de ações militares limitadas.

Ou seja, o acirramento das tensões entre a RPDC e os EUA acabou por contribuir para o abandono da *Sunshine Policy*. A partir da eleição de Lee Myung Bak (2008-2013), Seul passa a adotar uma política de endurecimento frente ao norte e limita as opções externas de Pyongyang. É nesse contexto que o incremento das ações militares norte-coreanas de 2009 se insere. Ou seja, (i) necessidade de pressionar o governo Lee Myung Bak; ii) tentativa de agendar a política externa dos EUA para a região²⁴.

O governo Kim Jong-Il estabeleceu um ajuste na política externa do país. A adoção do *Songun* no plano interno e do *brinkmanship* no plano externo são as principais mudanças desse período, marcado pela predominância da manutenção dos objetivos estratégicos. Os principais fatores que contribuíram para esse ajuste são a mudança no perfil do líder, a reestruturação burocrática por que passa o país, com as forças armadas se tornando a instituição prioritária, e, principalmente os choques externos. Embora seja um Estado fechado, as mudanças na dinâmica da política externa no período entre 1994 e 2011 são muito dependentes das variações na polarização regional. Assim, os testes nucleares (2006 e 2009) são a concretização de um projeto voltado a viabilizar a capacidade de barganha do país no plano externo.

²⁴ O ano de 2009 marca o início do mandato de Barack Obama (2009-2017) nos EUA.

3.4 A ASCENSÃO DE KIM JONG-UN AO PODER NA COREIA DO NORTE: *BYUNGJIN POLICY* E A DIPLOMACIA DA DISSUAÇÃO

A morte de Kim Jong-Il em 2011 trouxe novas incertezas acerca da capacidade de resiliência do país face a mais uma transição política em menos de vinte anos. Kim Jong-Un foi confirmado como o novo líder do regime norte-coreano. O processo de sucessão na Coreia do Norte iniciou em 2009, quando o filho mais jovem do supremo líder foi designado como herdeiro político do regime através do título de “general de quatro estrelas”. Do ideário *Zuche* emerge a concepção de afirmação que marca as transições de poder no país. Nesse contexto, a afirmação de um novo líder passa pela afirmação no plano regional. Assim, essa seção procura avaliar o governo Kim Jong-Un e suas ações no Nordeste Asiático.

3.4.1 O Novo líder e a Atuação Externa da RPDC

Assim que chegou ao poder, Kim Jong-Un encontrou um cenário bastante adverso. Além do recrudescimento das relações regionais, com o crescente afastamento entre China e Japão, a ampliação da pressão dos Estados Unidos sobre a China, a postura anti-Coreia do Norte do governo de Lee Myung-Bak na Coreia do Sul, o novo governo teve de enfrentar uma mudança significativa na postura de militar de Washington quanto ao país.

Ainda em 2008, os Estados Unidos haviam estabelecido o Plano Operacional 5029 (OPLAN-5029), que estabelecia medidas em caso de colapso do regime norte-coreano. O OPLAN 5029 tinha como objetivos prioritários estabelecer medidas para atender ao fluxo de refugiados e ter controle sobre o programa nuclear em caso de falência das instituições norte-coreanas. Dentre as hipóteses avaliadas no 5029 estavam possibilidades como golpe de estado, revolução e deserções em larga escala (GLOBAL SECURITY, 2017). No mesmo ano, Estados Unidos e Coreia do Sul atualizaram o OPLAN 5027, voltado a conter um ataque deliberado da Coreia do Norte ao país vizinho. Segundo a Global Security (2017), o OPLAN 5027 apresentava assim um eventual cenário de guerra

A República Democrática Popular da Coreia possui forças maiores que o Iraque, e elas já estão posicionadas ao longo da fronteira da Coreia do Sul. Uma guerra poderia explodir depois de um aviso de apenas algumas horas ou dias, não semanas. Ao contrário do Golfo Pérsico, este ataque seria processado ao longo de uma estreita península em terreno montanhoso. Provavelmente seria acompanhado por fogo de artilharia, ataques de comando e armas químicas. Inicialmente, o campo de batalha principal teria apenas 125 quilômetros de largura e 100 quilômetros de profundidade. O ataque da RPDC seria conduzido contra forças bem preparadas da República da

Coreia em posições fortificadas e contra forças dos EUA maiores do que no Golfo Pérsico. Muito provavelmente, o ataque da RPDC visaria apoderar-se de Seul nas proximidades, avançando pelos corredores de Kaesong-Munsan, Kumwa e Chorwon. Se for bem-sucedida, as forças norte-coreanas também poderão tentar conquistar toda a península antes que grandes reforços dos EUA cheguem. (GLOBAL SECURITY, 2018, tradução nossa)²⁵.

Embora devamos considerar que o desenvolvimento de cenários de guerra em um contexto adverso como o da península seja normal, deve-se fazer duas ressalvas. A primeira é que oficialmente a península ainda está em Estado de Guerra. Portanto, o vazamento dessas medidas contribui para o estado de alarme e geram impactos psicossociais para a sociedade norte-coreana. A segunda ressalva é que as respostas programadas aos cenários de guerra foram aumentando em termos de violência e preempção. Tanto o OPLAN 5029 quanto o 5027 já apresentavam um caráter mais assertivo por parte dos EUA quanto à Coreia do Norte. Se considerarmos que, nesse mesmo período, as discussões das Negociações das Seis Partes ainda estavam em curso, o estabelecimento desses planos reforça a perspectiva de que Washington não apostava efetivamente na resolução pacífica e multilateral da situação na Coreia do Norte. Entretanto, é com o OPLAN 5015 que os EUA amplificam a pressão sobre Pyongyang. Segundo o OPLAN 5015, os EUA estabelecem medidas para ataques preemptivos, tanto às instalações militares e nucleares, quanto preveem o assassinato das lideranças norte-coreanas, incluindo Kim Jong-Un. Segundo o Plano Operacional, o assassinato da liderança poderia ocorrer através de ataques aéreos de precisão, ou mesmo através do uso de Forças Especiais (GLOBAL SECURITY, 2017).

Ou seja, Kim Jong-Un assume o poder diante de um quadro em que Seul e Washington estão avançando na construção de planos para intervir no país e sob a ameaça de assassinato. Diante desse quadro, logo ao assumir o país, Kim Jong-Un tratou de demonstrar que o regime mantinha sua força e, logo no início de 2012, iniciou uma série de novas provocações e ameaças. A RPDC lançou o foguete UNHA-3²⁶ e pôs em órbita um satélite em dezembro de 2012, e em

²⁵ No original: “*The Democratic People's Republic of Korea possesses larger forces than Iraq, and they are already deployed along South Korea's border. A war could explode after a warning of only a few hours or days, not weeks. Unlike in the Persian Gulf, this attack would be prosecuted along a narrow peninsula on mountainous terrain. It would probably be accompanied by massed artillery fire, commando raids, and chemical weapons. Initially, the primary battlefield would be only about 125 kilometers wide and 100 kilometers deep. The DPRK attack would be conducted against well-prepared ROK forces in fortified positions and against larger US forces than in the Persian Gulf. Most probably, the DPRK attack would aim at seizing nearby Seoul by advancing down the Kaesong-Munsan, Kumwa, and Chorwon corridors. If successful, North Korean forces might also try to conquer the entire peninsula before large US reinforcements arrive.*” (GLOBAL SECURITY, 2018)

²⁶ A maioria das nações do mundo condenou o lançamento, incluindo a China, que pela primeira vez condenou publicamente a Coreia do Norte. Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão alegaram que o lançamento foi de caráter militar de preparação para guerra, com único objetivo de ameaçá-los. Por sua vez, a Coreia do Norte declarou que o lançamento teve como objetivo colocar um satélite em órbita, negando se tratasse de um exercício militar.

fevereiro de 2013 realizou seu terceiro teste nuclear que, segundo estimativas, foi duas vezes mais potente que o de 2009 (CSIS, 2017).

Essa nova rodada de testes, marcada pela retomada dos testes nucleares, demonstraram a manutenção da capacidade norte-coreana em agendar as relações regionais. A realização do terceiro teste nuclear resultou em mais uma rodada de sanções por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A resposta internacional ao teste nuclear trouxe dois desdobramentos mais significativos para a política externa e de segurança da Coreia do Norte:

- a) a mudança da postura chinesa, que pela primeira vez aquiesceu à adoção de sanções mais rígidas sobre o regime norte-coreano; e,
- b) dificuldades econômicas para a Coreia do Norte, que teve grande parte dos seus ativos no exterior congelados, bem como a movimentação dos seus diplomatas no exterior restringida.

Apesar da manutenção do discurso agressivo no plano regional, no plano doméstico, a ascensão do novo líder representou uma inflexão. Em primeiro lugar, relativizou o *Songun*, dando mais espaço ao PCT. Em discurso na 8ª Conferência dos Trabalhadores Ideológicos do PCT em 2014, Kim Jong-Un reafirmou a importância do Partido na condução dos assuntos do país:

Devemos concentrar todos os esforços no trabalho ideológico do PTC em estabelecer firmemente o sistema monolítico de liderança do Partido. Imbuir o partido e as fileiras revolucionárias com uma ideologia - esta é a semente e o núcleo do esforço para estabelecer o sistema monolítico da liderança do partido. O objetivo da ofensiva ideológica revolucionária para estabelecer o sistema de liderança monolítico do Partido é fazer com que toda herança de Kim Il-Sung e Kim Jong-Il e sua encarnação, as linhas e políticas do Partido, seja um elemento de convicção inabalável das massas do povo. (KIM JONG-UN, 2014; s/p, tradução nossa)²⁷

Em grande medida, o novo líder redefiniu o equilíbrio entre as duas principais instituições do país. O elemento ideológico que restabelece esse equilíbrio é a *Byungjin Policy*. Nesse sentido, agora que o país havia consolidado sua condição de potência nuclear seria necessário estabelecer um processo de desenvolvimento econômico. Ou seja, rechaça a perspectiva de que a busca pela capacidade dissuasória no plano regional vai de encontro ao desenvolvimento econômico. Afinal, seria apenas com a segurança de que sua soberania estava

²⁷ No original: “We should concentrate all efforts in the Party's ideological work on firmly establishing the Party's monolithic leadership system. Imbuing the Party and revolutionary ranks with one ideology—this is the seed and core of the effort for establishing the Party's monolithic leadership system. The objective of the revolutionary ideological offensive for establishing the Party's monolithic leadership system is to make the great Kimilsungism-Kimjongilism and its embodiment, the Party's lines and policies, an element of unshakeable conviction of the masses of the people.”

assegurada que o país estaria pronto para buscar o desenvolvimento econômico. Segundo Kim Jong-Un (2013),

A linha do nosso partido em levar a cabo a construção econômica e a construção de forças armadas nucleares simultaneamente é uma linha estratégica para reforçar e desenvolver as forças armadas nucleares legadas pelo grande general de modo a reforçar as capacidades de defesa do país e canalizar grandes esforços para construção econômica. Construindo assim um estado poderoso [*kangso'nggukka*] onde o nosso povo desfruta da riqueza e da honra do socialismo no fundo de seu coração. Realizar simultaneamente a construção econômica e a construção de forças armadas nucleares é uma demanda essencial da situação prevalecente. Temos grandes dificuldades diante de nós, que tínhamos a intenção de concentrar nossos esforços na construção econômica, de modo a permitir que o povo desfrute da riqueza e da honra do socialismo sem ter que apertar os cintos por mais tempo em virtude dos esforços da guerra de autodefesa, à qual os grandes generalíssimos dedicaram suas vidas inteiras. Os Estados Unidos e seus aliados fabricaram uma resolução ilegítima no Conselho de Segurança da ONU, estabelecendo sanções em virtude do lançamento de satélites para fins pacíficos que foi realizado com êxito em dezembro do ano passado e cometeram o ato cruel e hostil de tornar ilegal o direito legítimo de um estado soberano lançar um satélite. (Kim Jong-Un, 2013; s/p, tradução nossa)²⁸

O discurso do novo líder demonstra que o país entra, portanto, em uma nova fase de inserção internacional. É um ajuste nas prioridades estratégicas do país, mas não representa uma ruptura com o *Zuche* ou com o *Songun*. Pelo contrário, pode se entender a *Byungjin* como uma síntese das duas doutrinas. Afinal, apesar de reforçar o papel do PCT, Kim Jong-Un reafirmou a importância do *Songun* como doutrina estruturante do país:

O Dia do *Songun*, quando o general Kim Jong-Il começou a liderar a revolução do *Songun*, é, juntamente com o dia da fundação do KPA (Exército Popular Coreano), um dia histórico em que um marco importante foi estabelecido para a história construção de nossas Forças Armadas revolucionárias e para a história de nosso país. Como aconteceu neste dia significativo, uma reviravolta histórica pode ser feita no desenvolvimento de nossas Forças Armadas revolucionárias e na implementação da causa da revolução *Zuche* e na história e tradições da nossa sagrada revolução do *Songun* que foi pioneira e desenvolvida pela força das armas, e ao alcançar a vitória, pode ser levada adiante continuamente. *Songun* é uma orgulhosa tradição da revolução coreana, que foi iniciada pelo camarada Kim Il-Sung e liderada por ele e

²⁸ No original: “*Our party's line on carrying out the economic construction and the building of nuclear armed forces simultaneously is a strategic line for reinforcing and developing the nuclear armed forces bequeathed by the great general so as to impregnably bolster the country's defense capabilities and channel greater efforts into the economic construction, thereby building a powerful state [kangso'nggukka] where our people enjoy the wealth and honor of socialism to their hearts' content. Carrying out the economic construction and the building of nuclear armed forces simultaneously is an essential demand of the prevailing situation. Great difficulties are prevailing before us, who had intended to concentrate our efforts on the economic construction so as to enable the people to enjoy the wealth and honor of socialism without having to tighten their belts any longer on the basis of the war deterrent for selfdefense, which the great generalissimos provided by dedicating their whole lives. The United States and its following forces fabricated a brigandish resolution on sanctions at the UN Security Council by taking issue with our satellite launch for peaceful purposes successfully carried out in December last year and committed the ruthless and evil hostile act of even outlawing the legitimate right of a sovereign state to launch a satellite.*”

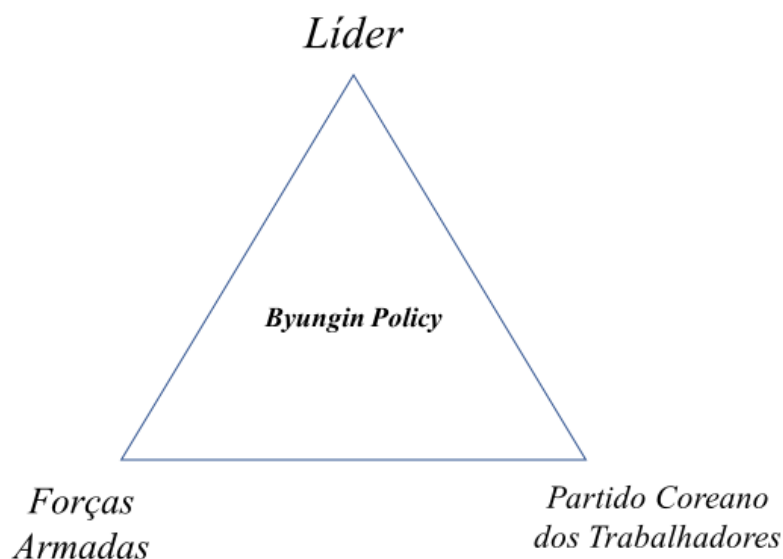
pelo camarada Kim Jong-Il e a bandeira da vitória e da glória. (KIM JONG-UN, 2013; s/p, tradução nossa)²⁹

A adoção de uma nova doutrina basilar gerou resistências internas. Para assegurar sua implementação, empreendeu uma realocação das mais altas posições de liderança dentro do Partido e do Exército. Nesse sentido, o novo líder comunista procurou estabelecer um círculo de poder fiel a ele. As mudanças das principais lideranças derivaram de três processos sucessivos e complementares, que antecederam, inclusive, a morte de Kim Jong-Il:

- a) a revisão da Constituição de 1998, a qual foi realizada ainda na primeira metade de 2009, e que fortaleceu a organização da Comissão de Defesa Nacional – principal órgão decisório do país. Essa revisão promoveu o general Jang Song-Taek, tio de Kim Jong-Un e um de seus principais apoiadores, ao cargo de vice-presidente. Cabe destacar que parte significativa da capacidade de coordenar as distintas correntes políticas do país advinha do poder de Jang Song-Taek. Além de ser o responsável por conduzir o processo sucessório e por construir uma base política para Kim Jong-Un, ele atuava como principal interlocutor entre o novo líder e as elites tradicionais vinculadas ao Partido e às Forças Armadas.
- b) A implementação de uma reforma monetária no final de 2009, que embora não tenha logrado êxito algum, acabou por diluir a influência dos militares; e
- c) o domínio de Kim Jong-Un sobre todo o sistema de inteligência norte-coreano, ainda em 2010;
- d) nesse sentido, tais processos propiciaram ao jovem líder ter controle sobre a elite governante do país.

²⁹ No original: “*The Day of Songun, when General Kim Jong-Il started his leadership of the Songun revolution, is, together with the day of the founding of the KPA (Korean People's Army), a historic day when an important milestone was set up for the history of building up our revolutionary armed forces and the history of our country. As there was this significant day, a historic turn could be brought about in developing our revolutionary armed forces and implementing the cause of the Juche revolution, and the history and traditions of our sacred Songun revolution that had been pioneered and developed by force of arms, achieving victory, could be carried forward continuously. Songun is a proud tradition of the Korean revolution which was pioneered by Comrade Kim Il-Sung and led by him and Comrade Kim Jong-Il and the banner of victory and glory.*”

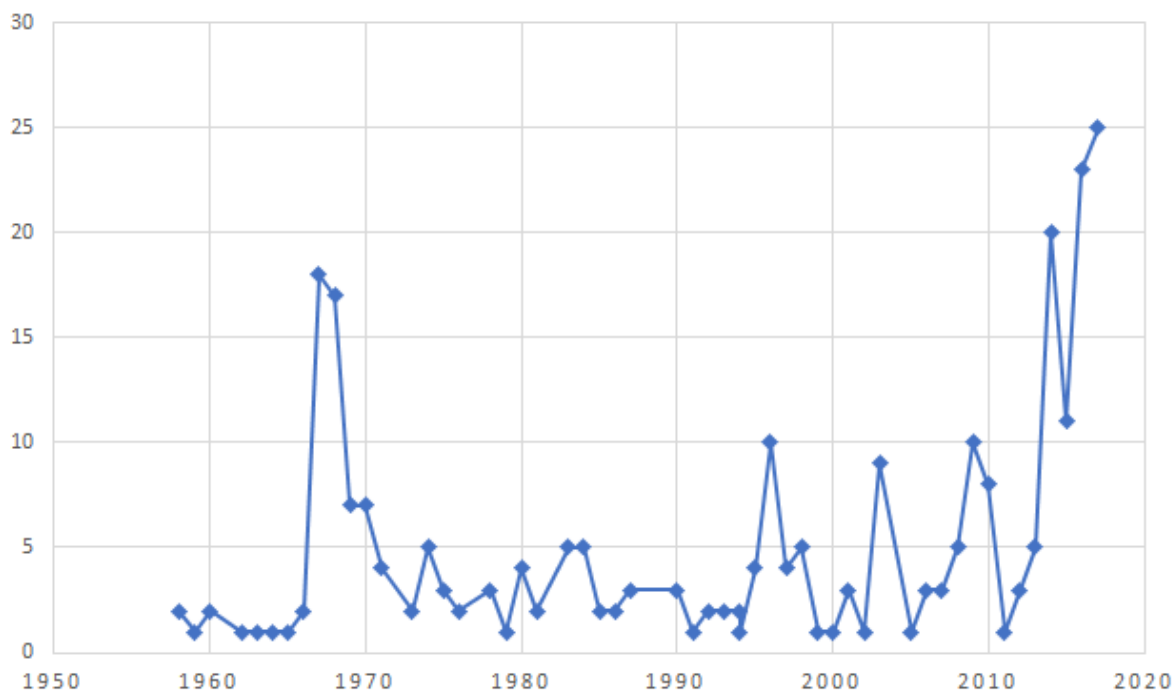
Figura 6 - Estrutura dos Agentes de Política Externa na República Democrática da Coreia a partir no governo Kim Jong-Un



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Como demonstra a Figura 6, a estrutura dos agentes externos que moldam a política externa no país se assemelha a do período Kim Il-Sung. Entretanto, tal qual no período Kim Jong-Il, a diplomacia da dissuasão nuclear exerce papel central para a inserção internacional do país. Os principais indicadores desse novo ajuste na atuação do país são o aprofundamento do uso do *brinkmanship* e a evolução do programa missilístico do país, como apresenta o Gráfico 8 abaixo.

Gráfico 8 - Ações Militares da Coreia do Norte (1958-2017)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do CSIS, IISS, Global Security e CRS (2018).

A análise desses dados evidencia que se mantém a tendência do comportamento de endurecimento-distensionamento que marca o *modus operandis* do país. Por isso, não se pode falar em mudança de programa ou de objetivos em termos de política externa. Entretanto, é um ajuste bastante significativo na história da RPDC. Afinal o nível de esforço empregado nas demonstrações de força é ampliado exponencialmente em relação aos governos anteriores. A média de ações militares, que historicamente era de 3,87/ano passa para 14,5/ano. É um aumento de mais de três vezes da média histórica. Além disso, cabe salientar que a predominância dessas ações é relativa a testes militares, especialmente testes de mísseis. Ou seja, qualificando esses dados se observa que não se trata apenas de uma transformação no perfil dessas ações militares, que no governo Kim Il-Sung, por exemplo, eram na sua grande maioria relativas a escaramuças com a Coreia do Sul. Isso representa que (i) há um amadurecimento do programa nuclear e missilístico, e (ii) o governo de Kim Jong-Un procura consolidar o país como uma potência nuclear com mínimo poder dissuasório.

A sequência de testes militares e dos nucleares (foram três durante a gestão de Kim Jong-Un) deu, não apenas um salto quantitativo, mas também um salto qualitativo. Os testes a partir de novas plataformas (submarinos, especialmente) refletem essa transformação do país. Em que pese o fato de que operacionalidade desses dispositivos ainda seja uma incógnita, não se pode negar que Pyongyang procura avançar no estabelecimento de condições próximas às

da tríade estratégica (ICBM, SLBM e ALCM³⁰) (LIEBER e PRESS, 2006) que seriam a base para a manutenção de capacidades retaliatórias contra as forças nucleares adversárias.

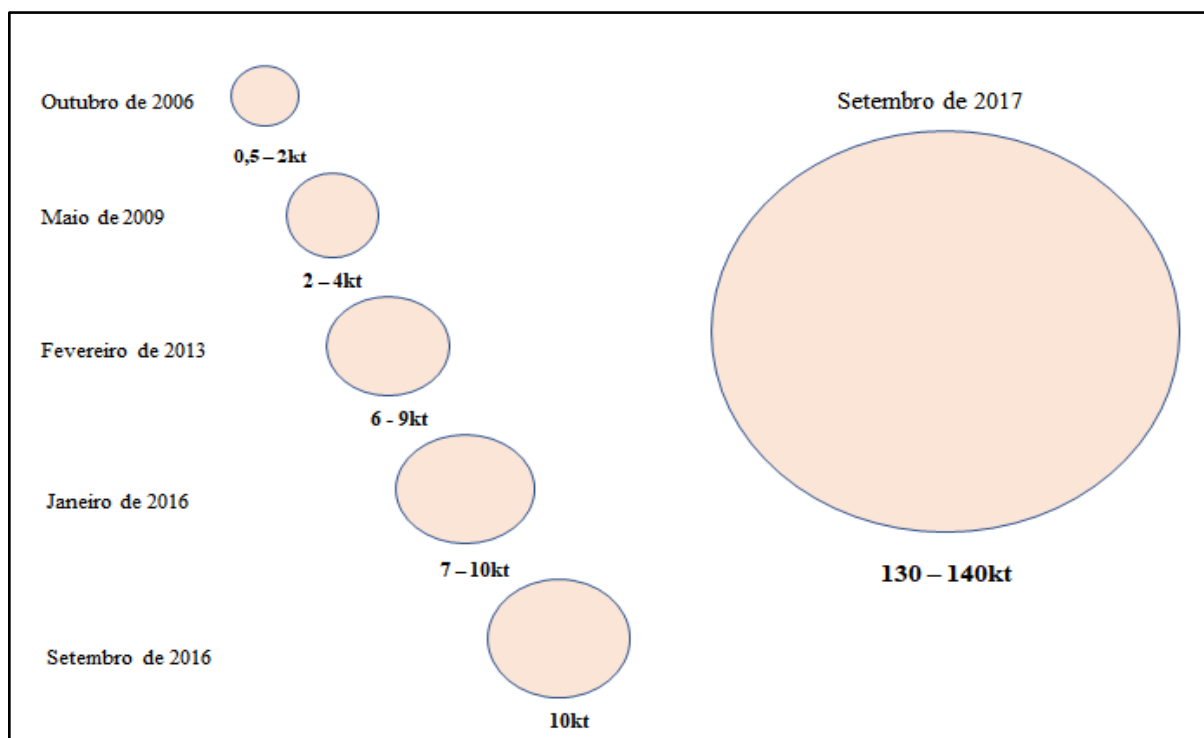
Em setembro de 2017, a Coreia do Norte realizou seu sexto teste nuclear. O teste de um dispositivo termonuclear apresentou um novo estágio do programa nuclear norte-coreano. O êxito no teste, somado ao desenvolvimento contínuo das capacidades balísticas através de variadas plataformas de lançamento, reforçam a perspectiva de que o pilar da dissuasão que embasa o *Byungjin* está em pleno processo de consolidação. Em 2016, Pyongyang alegou ter realizado com êxito o teste de uma bomba de hidrogênio. Mais do que a magnitude dos testes, tanto os de 2016, quanto o de 2017, parecem indicar que a Coreia do Norte avançou na capacidade de miniaturizar a ogiva, o que permitiria o emprego através dos mísseis³¹. Em termos comparativos, como demonstra a Figura 7 abaixo, esse teste foi cerca de dez vezes mais potente que último que havia sido empreendido em 2016³² (CSIS, 2017).

³⁰ Dentre as três plataformas descritas na tríade estratégica, o uso de bombardeiros estratégicos (ALCM) é a mais distante da realidade atual da RPDC.

³¹ Embora não haja evidências que comprovem esses avanços, a Agência de Inteligência de Defesa (DIA) - vinculada ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD) - tem uma avaliação que diz que a Coreia do Norte pode produzir armas nucleares pequenas o suficiente para caber em seus mísseis balísticos. Sobre esse tema: <https://www.npr.org/2017/08/08/542286036/north-korea-has-miniaturized-a-nuclear-warhead-u-s-intelligence-says>

³² Segundo Panda (2017), após a assinatura do CTBT, que ainda não entrou em vigor mais de vinte anos depois, apenas a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte realizaram testes nucleares. O último teste antes da assinatura do CTBT ocorreu em julho de 1996, quando a China testou um dispositivo de 3 a 12 quilotons em seu local de testes *Lop Nur*, buscando avançar seu projeto de armas nucleares antes que o tratado fosse assinado. O recente teste nuclear de Pyongyang, cuja magnitude estima-se que atingiu 140 quilotons, é definitivamente uma detonação relevante na história geral dos testes nucleares. Desde que os EUA testaram em 1986 um dispositivo que rendeu 119kt, apenas poucos outros testes ultrapassaram a marca de 100kts. Três desses testes foram realizados por Pequim e os demais pela França.

Figura 7 - Comparativo dos Testes Nucleares Norte-Coreanos em Quilotons



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do CSIS e Global Security (2018).

Em termos gerais, além da ampliação da escala dos testes, houve uma diversificação do perfil dos mísseis utilizados além dos testes nucleares. O Quadro 2 a seguir apresenta os testes militares feitos pela gestão Kim Jong-Un. A predominância é de testes de mísseis de médio (MRBM) e curto alcance (SRBM), mas destaca-se os testes com SLBM a partir de 2015 e os três testes nucleares (2013, dois em 2016 e um em 2017). O ano de 2017 continuou indicando uma tendência de crescimento nos testes militares.

Quadro 3 - Testes Militares da RPDC no Governo Kim Jong-Un (2012-2017)

Data	Dispositivo	Classificação
2012, 11 de janeiro	2 x KN-02	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2012, abril	Taepodong-2	ICBM (Míssil Balístico Intercontinental)
2012, 12 de dezembro	Taepodong-2	ICBM (Míssil Balístico Intercontinental)
2013, março	2 x KN-02	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2013, 18 de maio	3 x KN-02	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2013, 19 de maio	KN-02	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2013, 20 de maio	2 X KN-02	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2013, 12 de fevereiro	3º Teste Nuclear	Rendimento estimado de pelo menos 7 kt (CSIS, 2016)
2014, 27 de fevereiro	4 x Scud	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2014, 3 de março	2 x Scud	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)

Data	Dispositivo	Classificação
2014, 25 de março	<i>2 x No Dong 1</i>	MRBM (Míssil balístico de médio alcance)
2014, 26 de junho	<i>KN-02</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2014, 29 de junho	<i>2 x Scud variant</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2014, 9 de julho	<i>2 x Scud variant</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2014, 13 de julho	<i>2 x Scud variant</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2014, 26 de julho	<i>2 x Scud variant</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2014, 14 de agosto	<i>KN-02</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2014, 1º de setembro	<i>KN-02</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2014, 6 de setembro	<i>3 x KN-02</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2015, 7 de fevereiro	<i>Kh-35</i>	Míssil de Cruzeiro
2015, 8 de fevereiro	<i>5 x KN-02</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2015, 2 de março	<i>2 x Scud variant</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2015, 2 de abril	<i>KN-02</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2015, 3 de abril	<i>4 x KN-02</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2015, 9 de maio	<i>KN-11</i>	SLBM (Míssil balístico lançado de submarino)
2015, 14 de junho	<i>3 x KN-01</i>	Míssil Cruzeiro Antinavio
2015, 28 de novembro	<i>KN-11</i>	SLBM (Míssil balístico lançado de submarino)
2015, 21 de dezembro	<i>KN-11</i>	SLBM (Míssil balístico lançado de submarino)
2016, 06 janeiro	<i>4º teste nuclear</i>	Miniatura de bomba de hidrogênio
2016, 07 fevereiro	<i>Unha-4</i>	Veículo lançador de mísseis
2016, 10 março	<i>2 x Scud-C</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2016, 15 março	Simulação de reentrada em teste no solo	-
2016,16 março	<i>KN-11</i>	SLBM (Míssil balístico lançado de submarino)
2016, 18 março	<i>2 x No Dong 1</i>	MRBM (Míssil balístico de médio alcance)
2016, 24 março	Teste no solo de Motor movido a combustível sólido	-
2016, 15 abril	<i>Musudan</i>	IRBM (Míssil balístico de alcance intermediário)
2016, 09 abril	Teste no solo de Motor movido a combustível líquido	-
2016, 23 abril	<i>KN-11</i>	SLBM (Míssil balístico lançado de submarino)
2016, 28 abril	<i>2 x Musudan</i>	IRBM (Míssil balístico de alcance intermediário)
2016, 31 maio	<i>Musudan</i>	IRBM (Míssil balístico de alcance intermediário)
2016, 22 junho	<i>2 x Musudan</i>	IRBM (Míssil balístico de alcance intermediário)
2016, 9 julho	<i>KN-11</i>	SLBM (Míssil balístico lançado de submarino)
2016, 19 julho	<i>2 x NoDong + Scud-C</i>	MRBM e SRBM
2016, 3 agosto	<i>2 x NoDong</i>	MRBM (Míssil balístico de médio alcance)
2016, 24 agosto	<i>KN-11</i>	SLBM (Míssil balístico lançado de submarino)
2016, 5 de setembro	<i>3 x Scud ER</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)

Data	Dispositivo	Classificação
2016, 9 de setembro	5º teste nuclear	rendimento estimado cerca de 10 quilotons (CSIS, 2016)
2016, 20 de setembro	Teste no solo de Motor movido a combustível líquido	-
2016, 15 de outubro	<i>Musudan</i>	IRBM (Míssil balístico de alcance intermediário)
2016, 20 de outubro	<i>Musudan</i>	IRBM (Míssil balístico de alcance intermediário)
2017, 12 de fevereiro	<i>Pukkuksong-2 (KN-15)</i>	MRBM (Míssil balístico de médio alcance)
2017, 5 de março	<i>4 x Hwasong 7 (according to the CSIS, 2017)</i>	SRBM (Míssil balístico de curto alcance)
2017, 22 de março	Desconhecido	Desconhecido (Fonte: <i>Korea News</i>)
2017, 5 de abril	<i>Pukkuksong-2 (KN-15 - Global Security) or KN-17 (CSIS)</i>	MRBM (Míssil balístico de médio alcance)
2017, 16 de abril	<i>KN-17</i>	MRBM, SRBM
2017, 29 de abril	<i>KN-17</i>	MRBM, SRBM
2017, 13 de maio	<i>Hwasong-12</i>	IRBM
2017, 21 de maio	<i>KN-15</i>	MRBM
2017, 28 de maio	<i>KN-18</i>	MaRV Scud-variant (SRBM)
2017, 8 de junho	4 x <i>Kumsong-3</i>	ASCM
2017, 4 de julho	<i>Hwasong-14</i>	ICBM
2017, 28 de julho	<i>Hwasong-14</i>	ICBM
2017, 26 de agosto	3x <i>KN-21 Scud variant</i>	SRBM
2017, 29 de agosto	<i>Hwasong-12</i>	IRBM
2017, 3 de setembro	Teste Nuclear	100-140 kt
2017, 14 de setembro	<i>Hwasong-12</i>	IRBM
2017, 28 de novembro	<i>Hwasong-15</i>	ICBM

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do CSIS, IISS, Global Security e CRS (2018).

Figura 8 - Mísseis Balísticos Norte-Coreanos³³



Fonte: Council Foreign Relations (2018).

O ano de 2017 marca o amadurecimento do projeto de desenvolvimento militar. Dentre os testes desenvolvidos, o de 4 de julho de 2017 é bastante significativo. Pyongyang testou um ICBM, o *Hwasong-14*, o qual estima-se que pode chegar a um alcance de 10 mil quilômetros. Como apresenta a figura 8 acima, os mísseis testados em 2017 apresentam uma estimativa de alcance equivalente aos mísseis intercontinentais. Esse teste marca a possibilidade de que a Coreia do Norte atinja uma capacidade dissuasória crível, afinal, estando em operação o *Hwasong-14* poderia atingir a base de Guam por exemplo. Como resposta ao teste, o presidente dos EUA, Donald Trump, e o presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in, também solicitaram

³³ Cabe destacar que os dados relativos ao alcance dos mísseis tratam-se de uma estimativa. Esses dados podem ser, inclusive, superestimados, com vistas a legitimar um discurso de intervenção no país.

repetidamente que a China exerça mais pressão sobre a Coreia do Norte. No entanto, Pequim, ao invés de atender às expectativas dos dois países, reiterou sua proposta de que Pyongyang declare uma moratória nos testes nucleares e missilísticos, e em troca, Estados Unidos e Coreia do Sul suspenderiam suas operações conjuntas e exercícios militares em grande escala (DAEKWON, 2017).

Na realidade, essa ideia foi proposta inicialmente em março de 2017 pelo Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi. Todavia, Seul e Washington não aceitaram a proposta. Apesar da rejeição, Pequim continuou a defendê-la, mesmo após o lançamento do ICBM em Pyongyang. A proposta de Pequim, denominada "Congelamento Dual" (em chinês, 双暂停, ou seja, "suspensão temporária de ambas"), embasava a nova estratégia oficial do Partido Comunista da China (PCCh) em relação à questão norte-coreana. Na estratégia norte-coreana, a aliança com a China ocupa papel central. Afinal, embora o país procure manter a autonomia quanto à sua inserção internacional, as garantias para o estabelecimento de um processo de normalização das relações diplomáticas com os Estados Unidos (objetivo principal do país) passam pelo apoio de Pequim.

Em 22 de dezembro, após o lançamento de um ICBM em novembro, o *Hwasong-15*, o CSNU impôs de modo unânime uma nova rodada de sanções a Pyongyang. Em teoria, a resolução 2397 visava reduzir o acesso de Pyongyang às principais fontes de energia e rendimentos em moeda estrangeira, a fim de forçá-la de volta à mesa de negociações. Entretanto, duas questões devem ser consideradas nesse contexto. A primeira é que o objetivo da Coreia do Norte, conforme já mencionado, é obter uma oportunidade para negociações em patamar de menor assimetria com EUA, Coreia do Sul e Japão. Entretanto, a aplicação de sanções por parte das Nações Unidas não são através medidas que visem criar um espaço de aproximação com o país asiático. Mais do que isso, cabe destacar que as sanções acabam por gerar efeitos perversos sobre as condições de vida das populações dos países penalizados, como evidencia o histórico de baixa efetividade das sanções econômicas (BIERSTEKER et al, 2013).

A resolução procurava banir 89% das exportações petróleo refinado para a Coreia do Norte, o que equivaleria a cerca 500 mil barris por ano, abaixo do limite de 2 milhões de barris imposto por uma resolução anterior da CSNU³⁴. Mais do que isso, limita a oferta de petróleo

³⁴ Ainda em setembro de 2017, o CSNU adotou um conjunto de sanções, as quais incluem a proibição do fornecimento, venda ou transferência de gás natural, tanto na forma condensada quanto líquida, bem como a proibição de suas exportações de têxteis, como tecidos e produtos de vestuário. O CSNU decidiu também que todos os Estados-membros proibiriam o fornecimento, venda ou transferência direta ou indireta para a Pyongyang de “todos os produtos petrolíferos refinados superiores a 500.000 barris durante um período inicial de três meses - a partir de 1 de outubro de 2017 e terminando em 31 de dezembro de 2017” - e superior a dois milhões de barris por ano, “durante um período de 12 meses, com início em 1 de janeiro de 2018 e, anualmente,

bruto em 4 milhões de barris por ano, com potencial para novas reduções se o país realizar outro teste nuclear ou de mísseis. Ademais, a resolução proíbe as exportações para a Coreia do Norte de equipamentos industriais, máquinas, veículos de transporte e metais industriais e sujeita alguns indivíduos norte-coreanos e o Ministério das Forças Armadas Populares a uma proibição de viagens e congelamento global de ativos (ONU, 2018). Além disso, em novembro de 2017, o governo de Donald Trump voltou a incluir a RPDC na lista dos países que patrocinam o terrorismo, o que não acontecia desde 2008 (TRUMP..., 2017). Embora a efetividade dessa ação seja limitada, indicou um acirramento das relações bilaterais entre Washington e Pyongyang. Em grande medida, representou uma ruptura com a política de Paciência Estratégica que marcava a estratégia dos Estados Unidos em relação à Coreia do Norte³⁵.

Outro programa que compõe a tríade de programas de desenvolvimento militar é o cibernético (os outros dois são o nuclear e missilístico). Embora não existam estudos consolidados sobre o tema e o acesso às informações sobre a questão, alguns acontecimentos dão indícios sobre o avanço nesse programa. Os alegados casos³⁶ de ação cibernética do regime norte-coreano parecem indicar que existe o governo de Kim Jong-Un vem priorizando os avanços nesse tema.

Em uma primeira dimensão, o desenvolvimento do programa cibernético atende à perspectiva de que a estratégia norte-coreana considera cenários de guerra assimétrica e irregular. A desigualdade das forças da RPDC em relação à Coreia do Sul e aos Estados Unidos, que orientam suas operações militares pela integração das capacidades aéreas, terrestres e navais através do uso da rede e de *data link*, implicam na necessidade de que se estabeleça alguma capacidade de retaliação mesmo que mínima.

A RPDC opera com uma rede (intranet) própria, denominada *Kwangmyon*, que oferece serviço de *e-mail* e conecta as instituições o país. Segundo Chanlett-Avery et al (2017), as operações cibernéticas norte-coreanas estão sediadas no Gabinete Geral de Reconhecimento (EGR) e funcionam em articulação com o Exército Popular Coreano, e estima-se que as forças

a partir de então. Além disso, os Estados-Membros não forneceriam, venderiam ou transfeririam petróleo bruto para a Coreia do Norte além do que já havia sido fornecido nos últimos doze meses (UNITED NATIONS PRESS, 2017).

³⁵ A política externa e de segurança dos EUA para a região será analisada de forma mais aprofunda no próximo capítulo.

³⁶ Dentre esses casos, destaca-se o *Wanna Cry* (ataques através *phishing* e *ransomware*) que atingiu cerca de 300 mil pessoas em 150 países; o ataque ao Banco de Bangladesh que resultou na transferência de 81 milhões; o ataque à *Sony Pictures Entertainment* após o lançamento do filme “A Entrevista”, no qual Kim Jong é assassinado. Fundamental destacar que em nenhum dos casos o governo norte-coreano assumiu a autoria das ações ou houve comprovação de participação efetiva do país asiático. Existem apenas similaridades nos usos dos códigos entre os ataques, mas nada definitivo.

cibernéticas contem com efetivo entre três e cinco mil pessoas (MANSOUROV, 2014; JUN, LAFOY e SOHN, 2015; CHANLETT-AVERY et al, 2017).

Ao que tudo indica, Pyongyang está procurando desenvolver uma doutrina particular de ciberguerra. Segundo Mansourov (2014),

Os teóricos militares norte-coreanos diferenciam entre guerra cibernética (cy 버전), como um dos métodos da condução da guerra, e guerra cibernética (싸이버전쟁), como uma forma de afetar a vontade do inimigo e forçá-lo a fazer o que quiser. Eles distinguem a guerra cibernética (싸이버전) da guerra eletrônica tradicional (EW) (전자전) e *Signals Intelligence* (SIGINT) (신호정보). Em seu pensamento, a guerra cibernética inclui os elementos de guerra de inteligência eletrônica (전자정보전), guerra centrada na rede (NW) (컴퓨터네트워크전), guerra psicológica (심리전), desinformação militar e guerra de informação (IW) (정보전). Uma revisão das fontes abertas norte-coreanas indica que a cobertura da mídia de todas as formas de guerra mencionadas acima aumentou consideravelmente, a partir de 2009. Vale ressaltar que as referências a NW, IW e PsyOps estão agora incluídas em mais relatórios da mídia sobre ciberguerra, indicando que a guerra cibernética provavelmente engloba esses tipos de guerra. (MANSOUROV, 2014; p. 4, tradução nossa).³⁷

A evolução da ideia de guerra de informação, que prevalecia no governo Kim Jong-II, para o conceito de guerra cibernética amplia o escopo das ações desenvolvidas e insere o país em outro patamar. Afinal, em grande medida, todas as ações de *regime change* que vêm se multiplicando ao longo das últimas duas décadas passam pelo emprego da guerra da informação e do uso da internet. Nesse sentido, o fortalecimento das capacidades cibernéticas serve como elemento dissuasório³⁸.

Tendo em vista os avanços que os três projetos estruturantes do eixo militar da Política *Byungjin* apresentaram desde 2011, observa-se que a ascensão de Kim Jong-Un representou uma inflexão na condução da política externa da RPDC. A mudança no perfil de liderança do país foi, nesse sentido, o principal agente de mudança da inserção externa. Todo esse panorama reflete um projeto de modernização mais amplo, que abarca também a perspectiva de

³⁷ No original: North Korean military theoreticians differentiate between cyber warfare (싸이버전) as one of the methods of the conduct of war and cyber war (싸이버전쟁) as a way to affect the enemy's will and force him to do what one wants. They distinguish cyber warfare (싸이버전) from traditional electronic warfare (EW) (전자전) and signals intelligence (SIGINT) (신호정보). In their thinking, cyber warfare includes the elements of electronic intelligence warfare (전자정보전), computer network warfare (NW) (컴퓨터네트워크전), psychological warfare (심리전), military deception, and information warfare (IW) (정보전). A review of North Korean open sources indicates that media coverage of all of the above-mentioned forms of warfare increased considerably, starting from 2009. It is noteworthy that references to NW, IW, and PsyOps are now included in more general media reports on cyber warfare, indicating that cyber warfare probably encompasses these types of warfare.

³⁸ A Diretiva Presidencial nº 20 que trata da Política de Operações *Cyber* dos EUA define que o ciberataque trata-se de uma capacidade imprescindível para conter e derrotar Estados que confrontem os interesses de Washington tanto em tempos de paz quanto de guerra (USA, 2012).

modernização econômica. Se considerarmos que o programa nuclear era a materialização da consolidação da soberania, ao assegurar mínimas capacidades de dissuasão, o país já estaria em condições de buscar uma reinserção na comunidade internacional. Por essa razão, não é paradoxal a manutenção do desenvolvimento do programa nuclear e da busca por modernizar a economia. Tratam-se de projetos complementares. Cabe salientar que os objetivos primários de atuação internacional permanecem inalterados, afinal, no plano externo, ainda persistem as limitações que condicionam a inserção internacional do país.

3.4.2 A hipótese de reestruturação doméstica e modernização econômica na Coreia do Norte de Kim Jong-Un

O estudo de um Estado fechado como a Coreia do Norte implica em dificuldades metodológicas principalmente no que tange aos procedimentos adequados para a coleta de dados. Nesse sentido, a análise da outra face estruturante do *Byungijn Policy*, a modernização econômica, é um desafio. Especialmente, pois os dados econômicos e o acesso a fontes primárias são restritos. Por essa razão, tratamos essa seção sob a perspectiva de uma hipótese que alguns indícios apontam. Feitas essas considerações, analisa-se nessa seção os projetos de reestruturação econômica empreendidos por Kim Jong-Un.

Kim Jong-Un procurou consolidar o seu poder especialmente junto à elite urbana. Para tanto, vem procurando implementar alguns projetos como a construção de hospitais-maternidade, complexos de saúde, complexos de apartamentos e áreas de lazer. Segundo Powell (2012), todos esses projetos seriam indícios da busca do regime norte-coreano em mitigar as severas deficiências econômicas do país, de que estava buscando implementar uma política de abertura da economia norte-coreana e de busca por reinserção na comunidade internacional. Entretanto, mesmo que o novo líder tenha a intenção de reformular a economia, esse não é um processo simples. Principalmente porque a rigidez da estrutura política e econômica não permite que uma reforma seja implementada sem causar abalos na sustentação do regime político do país. Cha (2012) afirma que para as elites norte-coreanas o acordo ideal a ser estabelecido com os Estados Unidos, visando à reintegração à comunidade internacional, seria um acordo que permitisse o fluxo de investimentos no país. Mais do que isso, o acordo deveria garantir que o país não sofra agressões externas e assegure a manutenção do regime.

A Coreia do Norte enfrentaria um desafio: por um lado, precisava adotar um programa de reformas com vistas a evitar a deterioração das condições econômicas. Nesse contexto, a trajetória chinesa seria um exemplo a ser seguido. Porém, por outro lado, a adoção desse

processo de reformulação gera uma alteração no equilíbrio político de forças interno. O aumento de investimentos externos e a criação de Zonas Industriais, mesmo que apenas em áreas pré-determinadas, tendem a fortalecer novas elites econômicas, com interesses políticos próprios. Inicialmente, a principal iniciativa foi a utilização do exército nas obras de desenvolvimento econômico e na manutenção da ordem pública. Segundo Cordesman e Hess (2013), as tropas foram empregadas na execução de projetos como a construção de autopistas e plantas energéticas, bem como no trabalho em fazendas coletivas e inspeções governamentais. Dado que as forças armadas correspondem a cerca de um terço da população do país, a utilização destas otimiza a construção de obras públicas e garante emprego para boa parte da população. Além disso, por tratar-se de um Estado com tendências militarizantes, no qual todos os cidadãos são soldados em princípio e que boa parte dos recursos alimentares é destinada para as forças armadas, torna-se natural a sua utilização como mão de obra. Em certa medida, a resolução da crise econômica e a melhoria dos índices sociais estão no cerne da Política Externa e de Segurança do país.

O país já possui Zonas Econômicas Especiais (ZEE) que permitem o empreendedorismo privado. Dentre essas zonas, destaca-se a de Kaesong, administrada em parceria com a Coreia do Sul, que chegou a empregar mais de 25.000 norte-coreanos (VISENTINI, 2012). Ainda nesse sentido, existe o Plano Chang-Ji-Tu. Esse projeto que remonta ao Programa da Área do Rio Túmen de 1991, firmado entre a RPDC, China e Rússia, prevê a criação de ZEEs nas regiões de Changchun, Jilin e Tumen, localizadas no nordeste chinês, na fronteira com a Rússia e a Coreia do Norte (LIU, 2010). Ainda em 2012, Jong-Un adotou as chamadas “Medidas de Junho” que previam uma espécie de “reprivatização” da agricultura. A partir de 2013, a terra permaneceu sob jurisdição estatal, porém o produto agrícola passou a ser dividido entre o Estado e as famílias que trabalhassem na terra (proporção de 70:30, respectivamente. Após 2014, essa proporção ficou em 40:60, respectivamente) (LANKOV, 2014).

Essa mudança vem contribuindo para um incremento na produção agrícola. Em termos industriais, foram adotadas medidas que dão mais autonomia aos administradores no processo de contratação e investimentos. No plano financeiro, em 2015, o país criou um comitê de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de práticas terroristas, o que contribuiu para que se tornasse membro observador do Comitê Asiático Anti-lavagem de Dinheiro (APG) ainda em 2014 – o que representou uma conquista diplomática para o país. Além disso, cabe destacar a realização da Conferência da Indústria Financeira em dezembro de 2015. Essa conferência, que não ocorria desde 1990, teve como objetivo discutir a criação de mecanismos para dar

suporte ao aumento da circulação de moeda derivado do fortalecimento dos mercados não-oficiais (*Jangmadang*).

Embora a adoção desse conjunto de medidas represente uma alteração significativa na condução da economia e impliquem em alteração no arranjo das elites internas, é um processo que tem origem ainda no governo de Kim Jong-Il. As primeiras reformas econômicas foram anunciadas em meados de 2002, em um contexto de grave crise econômica – marcada pela estagnação industrial, pela grande escassez alimentícia, e, sobretudo, pela necessidade de obter ajuda externa. Segundo Visentini e Pereira (2014), a “*Perestroika à la Pyongyang*” “visava, primordialmente, a aumentar o nível de monetarização da economia, o que foi feito, inicialmente, através de mudanças nos preços, acabando com parte dos subsídios governamentais aos bens alimentícios básicos”. À época, a introdução dessas mudanças acabou não surtindo o efeito necessário e enfrentou muitas resistências internas por parte das alas mais conservadoras do país.

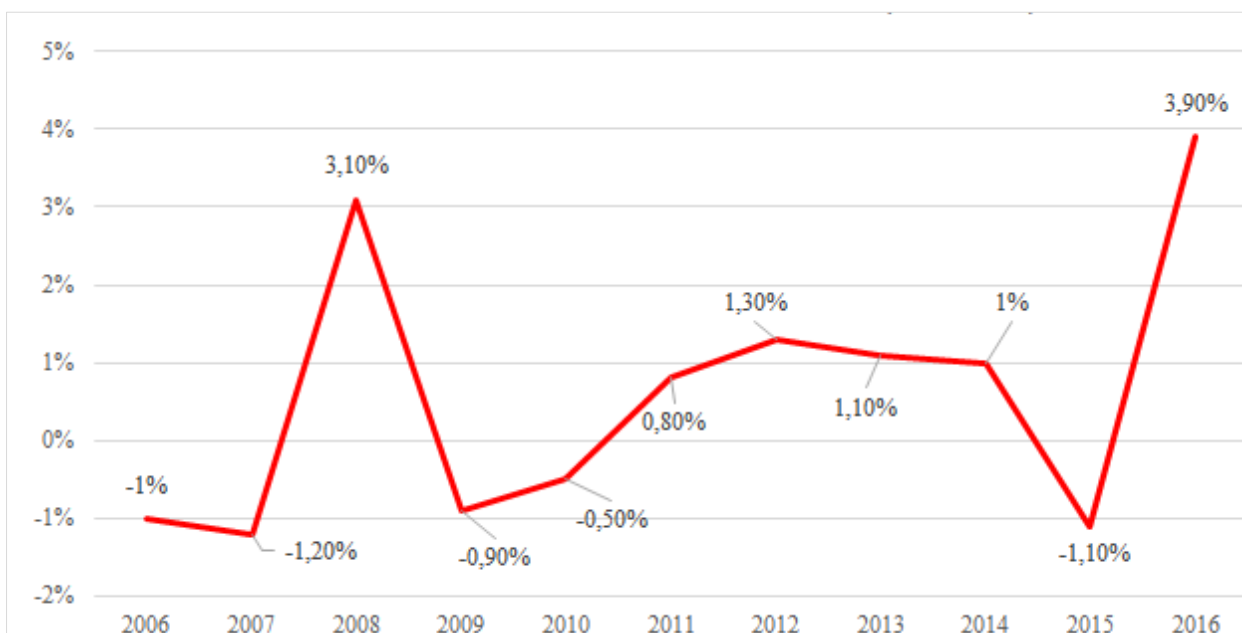
Embora tenha-se restringido as atividades privadas, elas ocorriam no âmbito da ilegalidade. Até 2012 e 2013, o governo norte-coreano negava a existência dessas atividades. Entretanto, ao que tudo indica, houve uma reorientação nesse sentido. A proliferação de cafeterias, restaurantes, do uso de celular, são alguns dos sintomas dessa mudança na condução da economia do país (LANKOV, 2016). Além disso, Kim Jong-Un apontou Pak Pong Ju como o responsável pela condução da economia. Pak foi o responsável pelas tentativas de reforma monetária em 2002 e 2003. A sua recondução ao governo é bastante emblemática e pode sinalizar a busca por assegurar um processo de modernização econômica. Segundo Lankov (2016), estima-se que cerca de 30 a 50% do PIB do país estava ligado a atividades do setor privado.

O crescimento da economia privada, juntamente com as mudanças no setor público e nas práticas agrícolas, ajudou a economia norte-coreana a se recuperar do choque da década de 1990. Enquanto a RPDC continua a ser um país muito pobre, registrou um crescimento econômico bastante estável nos últimos anos. As estimativas do nível real de crescimento anual variam, mas geralmente variam entre 1,5% e 5%. Em todo caso, ao contrário do que muitos estrangeiros acreditam, a Coreia do Norte não é mais um país assolado pela fome. [...] No geral, de acordo com várias estimativas, o setor privado responde por 30% a 50% do PIB do país e continua crescendo. Essencialmente, as mudanças ocorridas na RPDC nos anos 1990 podem ser referidas como uma privatização parcial. Ao contrário da evolução que ocorreu em outros países socialistas, essas mudanças foram em sua maioria espontâneas, embora as autoridades tenham concordado em silêncio com elas em muitos casos. Seria errado chamar a Coreia do Norte de um "parque temático stalinista". Enquanto a ideologia do Estado continua dominada por uma mistura de temas inspirados na União Soviética e nacionalismo coreano, a economia norte-coreana, impulsionada por uma

combinação de forças de mercado e política estatal, está muito longe do seu antigo modelo (LANKOV, 2016; p. 11, tradução nossa).³⁹

Segundo o Banco Central da Coreia do Sul, em 2013 e 2014, a economia da Coreia do Norte teria crescido 1,1% por ano, e em 2015, a economia teria caído cerca de 1,0% (BANK OF KOREA, 2017). Essa retração de 2015 se deu em virtude da queda dos preços globais do ferro e do carvão. Em 2016, contudo, segundo o Banco da Coreia, o PIB norte-coreano cresceu 3,9% (BBC, 2017; BANK OF KOREA, 2018). Esse crescimento foi impulsionado especialmente devido aos setores de mineração e energia. Se confirmado esses índices, torna-se o maior ano de expansão da economia do país desde 1999. O Gráfico 9 abaixo apresenta a evolução do PIB da Coreia do Norte entre 2006 e 2016. Destaca-se a tendência de crescimento que se apresenta desde 2011, ano em que Kim Jong-Un assume o poder.

Gráfico 9 - Taxa de Crescimento do PIB na Coreia do Norte (2006-2016)

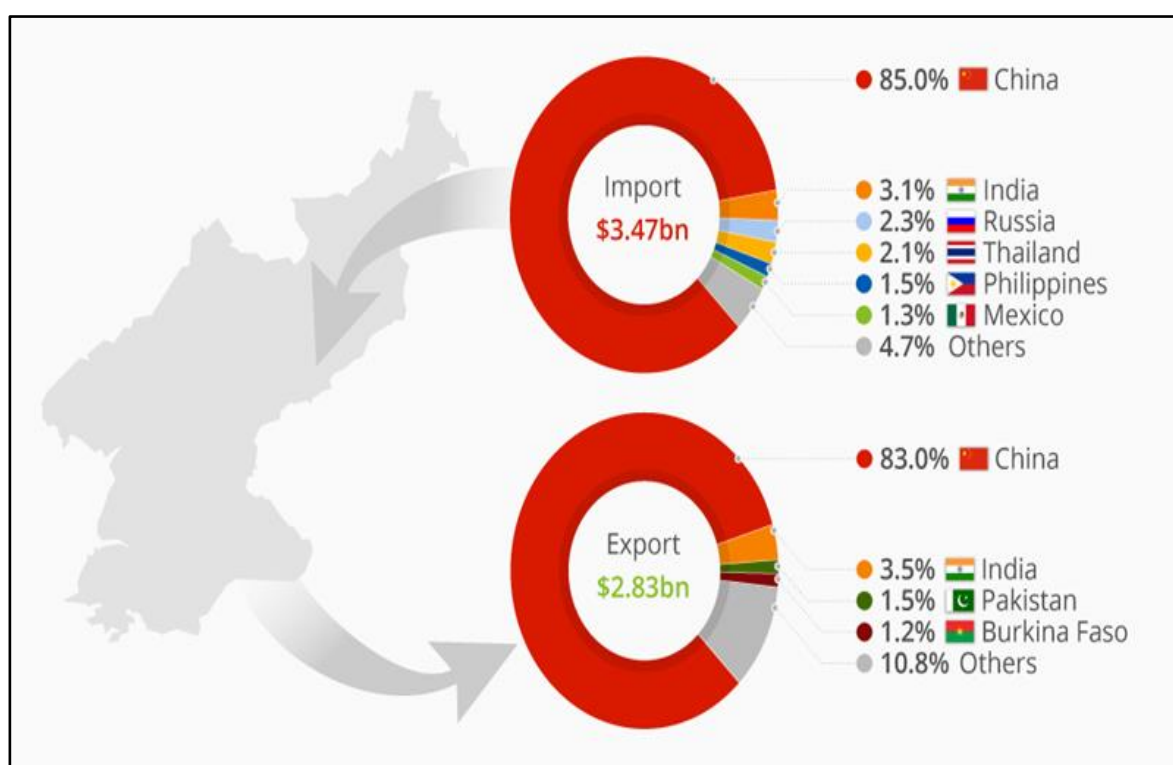


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Bank of Korea (2017).

³⁹ No original: “Growth of the private economy, along with changes in the public sector and agriculture practices, has helped the North Korean economy recover from the shock of the 1990s. While the DPRK remains a very poor country, it has enjoyed fairly stable economic growth in recent years. Estimates of the actual level of annual growth vary but generally range between 1.5 percent and 5 percent. In any event, contrary to what many foreigners believe, North Korea is no longer a country beset by famine. [...] On the whole, according to various estimates, the private sector accounts for 30–50 percent of the country’s GDP, and it continues to grow. Essentially, the changes that took place in the DPRK in the 1990s can be referred to as partial privatization. Unlike the evolution that occurred in other socialist countries, these changes were mostly spontaneous, although the authorities silently acquiesced to them in many instances. It would be wrong to call North Korea a “Stalinist theme park.” While state ideology remains dominated by a mixture of Soviet-inspired themes and Korean nationalism, the North Korean economy, propelled by a combination of market forces and state policy, has drifted very far from its old model.”

Como apresenta a Figura 9 abaixo, em 2015, o maior parceiro comercial da Coreia do Norte foi a China, responsável por 85% das importações e 83% das exportações em 2015 (BANCO DA COREIA, 2017; OEC, 2018). Entretanto, as relações econômicas externas da Coreia do Norte não se restringem à China. Segundo o *World Economic Forum* (2017), a Índia atendia a 3,5% das exportações da RPDC, em 2015, e a 3,1% das importações. Todavia, no início de 2017, o governo indiano afirmou que iria suspender o comércio com a Coreia do Norte, exceto no que tange a alimentos e remédios. Já o Paquistão representou um fluxo de comércio de cerca de US\$ 43 milhões das exportações norte-coreanas e Burkina Faso, outro destino relevante em termos de exportação, US\$ 32,8 milhões. Em termos de importação, a partir do mesmo ano-base, os maiores parceiros de importação da RPDC foram, à exceção de China e Índia, Rússia (US\$ 78,2 milhões), Tailândia (US\$ 73,8 milhões) e Filipinas (US\$ 53,2 milhões).

Figura 9 - Parceiros Comerciais da República Popular Democrática da Coreia (%)



Fonte: World Economic Forum (2017).

Cabe destacar que os dados acerca do crescimento econômico na RPDC são estimativas. Não há clareza a respeito desse processo de modernização econômica, portanto, não se pode afirmar que as reformas são um promotor das mudanças na inserção internacional do país. Entretanto, ao que tudo indica, há uma modernização orientada a reformas de mercado. A busca

por investimentos externos pode ser, nesse contexto, um indicador de que o país procura consolidar um processo de modernização econômica. Por essa razão, a observação do comportamento da RPDC no plano regional é elemento crucial para a observação da evolução desse projeto de reformas internas.

3.4.3 A Nova Fase na Estratégia de Inserção Internacional da República Popular Democrática da Coreia: cooperação e alinhamento

Diante desse contexto externo adverso, especialmente com o apoio de Rússia e China às sanções impostas, a política externa da Coreia do Norte entrou em uma nova fase. Se em 2017 Pyongyang procurou consolidar o avanço em seus programas militares, através da realização dos diversos testes, com a alteração do contexto regional e aumento da pressão internacional, o governo de Kim Jong-Un passou a priorizar o engajamento e a retomada das negociações em detrimento do tensionamento.

Essa alteração na postura externa do país deriva, portanto, de dois movimentos conjugados, um no plano internacional e outro no plano interno. No plano internacional, o aumento da pressão internacional sobre Pyongyang e, especialmente, a mudança de postura de China e Rússia que optaram por aderir às sanções estabelecidas pela CSNU, indicaram uma mudança no quadro regional. Nesse sentido, aumentou a preocupação de que uma eventual ampliação do isolamento no Nordeste Asiático pudesse afetar o desempenho econômico do país, que vem apresentando índices positivos nos últimos anos⁴⁰. No plano doméstico, o êxito crescente nos testes militares empreendidos, especialmente ao longo de 2017, deu base material para que o governo de Kim Jong-Un pudesse retomar a capacidade de barganha no plano externo. O avanço nos testes, principalmente, os nucleares, indica que o país tem capacidade de dissuasão mínima, o que favorece as negociações. A isso soma-se a chegada de Moon Jae-in (Partido Democrático) ao poder na Coreia do Sul em maio de 2017. O novo presidente é herdeiro da linha política do presidente Kim Dae Jung, responsável pelo estabelecimento da

⁴⁰ Cabe destacar que a Coreia do Norte tem procurado aprofundar laços com outras regiões além da Ásia. Segundo as Nações Unidas, uma fragata francesa capturou metralhadoras norte-coreanas que estavam se destinando à Somália em 2016. Embora países em todo o continente tenham estado vinculados a acordos de armas ilegais com Pyongyang, as relações com os países do Chifre da África têm sido mais marcantes. Dentre esses casos, a Eritreia e a Etiópia apresentam-se como possíveis parceiros militares da Coreia do Norte. Os laços diplomáticos e econômicos da Coreia do Norte com o Chifre da África podem ser explicados pelos legados de cooperação iniciados ainda na Guerra Fria, e que tornaram Pyongyang como um parceiro na esfera de defesa. Apesar de a Etiópia ter adotado recentemente medidas para refrear seus laços com a Coreia do Norte, o relativo isolamento do Chifre da África dos mercados internacionais de armas contribuiu para que a região continue sendo um espaço para cooperação com a Coreia do Norte (RAMANI, 2018).

Sunshine Policy nos anos 1990, portanto defensor de um engajamento com a Coreia do Norte baseado em negociações diplomáticas.

Já no discurso de ano novo, Kim Jong-Un fez um balanço desse novo cenário

O ano de 2017 foi um ano de luta heróica e grande vitória, um ano em que estabelecemos um marco indestrutível na história da construção de um poderoso país socialista com o espírito da autoconfiança e do auto desenvolvimento como a força dinâmica. [...] Nesta plataforma, há um ano tornei público, em nome do partido e do governo, que havíamos entrado na fase final de preparação para o lançamento de um míssil balístico intercontinental. No último ano, realizamos várias rodadas de lançamento de testes, visando implementar o programa de forma segura e transparente, provando assim perante os olhos do mundo o seu sucesso definitivo. [...] Ao também realizar testes de vários meios de fornecimento nuclear e armas termonucleares super-intensas, atingimos nossa orientação geral e meta estratégica com sucesso, e nossa República finalmente chegou a possuir um poder de dissuasão de guerra poderoso e confiável, que sem força e nada pode reverter. [...] As forças nucleares do nosso país são capazes de frustrar e combater as ameaças nucleares dos Estados Unidos, e constituem um poderoso elemento de dissuasão que impede que se inicie uma guerra aventureira. De maneira alguma os Estados Unidos ousariam desencadear uma guerra contra mim e nosso país. (KIM, 2018; s/p, tradução nossa)⁴¹

Além de valorizar os avanços militares que o país apresentou em 2017, Kim Jong-Un reforçou os aspectos da modernização econômica empreendida, destacando que a consolidação da indústria metalúrgica, de fábricas de indústria leve em setores como têxteis, calçados, malhas e indústrias alimentícias, e de obras de infraestrutura, ratificam a posição de fortalecimento do país e permitem a inserção um novo estágio da política externa.

Mais do que isso, segundo Kim Jong-Un (2018), a mudança na conjuntura internacional demandaria uma alteração na relação entre as duas Coreias

A situação prevalecente exige que agora o norte e o sul melhorem as relações entre si e tomem medidas decisivas para alcançar um avanço para a reunificação independente sem ficarem obcecados pelo passado. [...] Este ano é significativo tanto para o norte como para o sul, pois no norte o povo cumprimenta o 70º aniversário fundador de sua República como um grande evento auspicioso e no sul os Jogos Olímpicos de Inverno terão lugar. A fim de celebrar não apenas esses grandes eventos nacionais de maneira esplêndida, mas também demonstrar a dignidade e o espírito da nação no país e no exterior, devemos melhorar as congeladas relações inter-coreanas e glorificar este ano significativo como um acontecimento na história da nação. [...] Em primeiro lugar,

⁴¹ No original: “*The year 2017 was a year of heroic struggle and great victory, a year when we set up an indestructible milestone in the history of building a powerful socialist country with the spirit of self-reliance and self-development as the dynamic force. [...] On this platform one year ago I officially made public on behalf of the Party and government that we had entered the final stage of preparation for the test launch of an intercontinental ballistic missile. In the past one year we conducted several rounds of its test launch, aimed at implementing the programme, safely and transparently, thus proving before the eyes of the world its definite success. [...] By also conducting tests of various means of nuclear delivery and super-intense thermonuclear weapon, we attained our general orientation and strategic goal with success, and our Republic has at last come to possess a powerful and reliable war deterrent, which no force and nothing can reverse. [...] Our country's nuclear forces are capable of thwarting and countering any nuclear threats from the United States, and they constitute a powerful deterrent that prevents it from starting an adventurous war. In no way would the United States dare to ignite a war against me and our country.*”

devemos trabalhar juntos para aliviar a aguda tensão militar entre o norte e o sul e criar um ambiente pacífico na península coreana. (KIM, 2018; s/p, tradução nossa)⁴²

A Coreia do Norte passa a defender a necessidade de cooperar com a Coreia do Sul face a esse cenário. O objetivo era estabelecer uma espécie de *détente* entre as duas Coreias. A partir de então, a Coreia do Norte passa a advogar em prol da ampliação dos canais de diálogo intercoreano, inclusive se propôs a estabelecer contato com todos os partidos sul-coreanos.

Ainda em janeiro de 2018, pela primeira vez em dois anos, a *hotline* que conecta Seul e Pyongyang foi utilizada. Assim, a Coreia do Norte aderiu à proposta sul-coreana de iniciar um diálogo. Após essa rodada de negociações, Pyongyang decidiu enviar uma delegação aos Jogos Olímpicos de Inverno que foram realizados em Pyeongchang. O acordo representou um avanço diplomático após um período de crescentes tensões relativas ao programa nuclear norte-coreano e veio acompanhado da reabertura da linha militar direta. Em contrapartida, a Coreia do Sul suspendeu, temporariamente, as sanções estabelecidas para permitir que o Norte participasse dos Jogos Olímpicos. Além disso, os dois países definiram que iriam desfilar juntos na cerimônia de abertura.

Além dessa movimentação histórica, observou-se nos primeiros meses de 2018 uma série de eventos que marcaram essa nova fase das relações inter-coreanas. Em fevereiro, Kim Yo-Jong, irmã mais nova de Kim Jong-Un e Diretora do Departamento de Propaganda do Partido Coreano dos Trabalhadores, visitou Seul. Essa foi a primeira vez na qual um membro da família Kim viajou à Coreia do Sul desde a eclosão da Guerra da Coreia. À visita seguiu-se um encontro realizado na Coreia do Norte, entre uma comitiva liderada pelo Assessor de Segurança Nacional sul-coreano e Kim Jong-Un. Esta foi a primeira vez que autoridades sul-coreanas entraram na sede do PCT em Pyongyang (WORK, 2018)⁴³.

⁴² No original: “*The prevailing situation demands that now the north and the south improve the relations between themselves and take decisive measures for achieving a breakthrough for independent reunification without being obsessed by bygone days. [...] This year is significant both for the north and the south as in the north the people will greet the 70th founding anniversary of their Republic as a great, auspicious event and in the south the Winter Olympic Games will take place. In order to not only celebrate these great national events in a splendid manner but also demonstrate the dignity and spirit of the nation at home and abroad, we should improve the frozen inter-Korean relations and glorify this meaningful year as an eventful one noteworthy in the history of the nation. [...] First of all, we should work together to ease the acute military tension between the north and the south and create a peaceful environment on the Korean peninsula.*”

⁴³ A visita da delegação sul-coreana à sede de uma das duas instituições mais relevantes do país tem caráter inédito no histórico das relações bilaterais. Especialmente, pois rompe com a tradição de encontros anteriormente realizados no país, pois antes eram geralmente limitados e não incluíam esse perfil de visita.

A partir desse encontro nasceu o convite norte-coreano ao presidente Donald Trump para que ele realizasse uma visita a Pyongyang. O presidente Donald Trump aceitou o convite e o encontro continua previsto para ocorrer até o final de maio de 2018. Mais do que as questões pontuais envolvendo o possível encontro, o convite reflete o sentido estratégico que a busca por concertação com os Estados Unidos possui dentro da agenda de inserção internacional da Coreia do Norte. Tendo em vista que os Estados Unidos vinham em um processo de crescente pressão⁴⁴ sobre o governo Kim Jong-Un, a flexibilização da postura norte-coreana em relação aos EUA foi taticamente fundamental para que a fase de negociações com a Coreia do Sul pudesse avançar.

Além disso, de acordo com autoridades sul-coreanas, Kim Jong-Un expressou a disposição de estabelecer negociações com Washington sobre a questão da desnuclearização em troca de garantias de segurança. Interessante observar que com vistas a demonstrar a efetiva intenção de conduzir negociações, Pyongyang aceitou a realização dos exercícios militares conjuntas entre EUA e Coreia do Sul. Historicamente, a realização desses exercícios militares conjuntos (*Foal Eagle/Key Resolve*) que simulam uma guerra na Península Coreana foram objetos de disputa e de tensionamento na Península (GADY, 2018). Embora a realização do teste tenha se mantido, sua escala foi menor do que em anos anteriores⁴⁵.

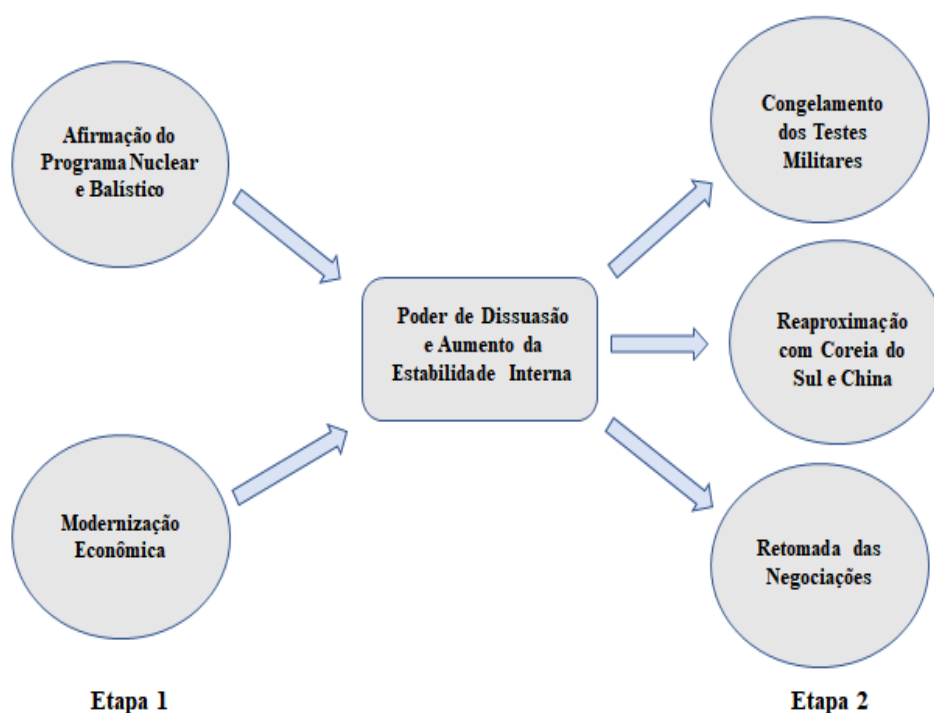
Mais do que isso, o governo norte-coreano sinalizou que suspenderia todos os testes nucleares e missilísticos enquanto as negociações estiverem em andamento. Cabe destacar que a busca pelo estabelecimento de negociações com os Estados Unidos e Coreia do Sul não representa, portanto, uma guinada na política externa norte-coreana. Na realidade, é mais uma etapa na fase de ***reinserção internacional*** que caracteriza o período de governo de Kim Jong-Un. Em contraste com a primeira fase, de ***afirmação nacional***, na qual ocorreu a formação do Estado norte-coreano e de sua política externa, e com a segunda, ***sobrevivência e resiliência***

⁴⁴ Dentre as medidas estabelecidas por Washington, ainda em fevereiro, o Departamento de Tesouro dos EUA anunciou uma nova rodada de sanções unilaterais contra a Coreia do Norte. Em comunicado, o departamento definiu a rodada como o maior conjunto de sanções relacionadas à Coreia do Norte adotado até então. As sanções estão enquadradas dentro da política de "pressão máxima" sobre o país (PANDA, 2018; US TREASURY, 2018). As medidas buscam dificultar comércio marítimo ilícito através de sanções a um indivíduo, vinte sete entidades e vinte oito embarcações localizadas, registradas ou com bandeira da Coreia do Norte, China, Singapura, Taiwan, Hong Kong, Ilhas Marshall, Tanzânia, Panamá e Comoros (US TREASURY, 2018). Além dessas sanções, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC), vinculado ao Tesouro, emitiu um comunicado de alcance global, em conjunto com o Departamento de Estado e a Guarda Costeira dos EUA para fazer valer as punições (PANDA, 2018; US TREASURY, 2018).

⁴⁵ O exercício sempre incluiu a utilização de Porta-Aviões, submarinos e bombardeiros. Por essa razão, em geral eram vistos como abertamente provocativos pela Coreia do Norte, já que seriam recursos militares fundamentais para os EUA na hipótese de um ataque preemptivo contra Pyongyang. Os exercícios de *Foal Eagle* terão a participação de cerca de 11.500 soldados dos EUA (31 mil em 2017) e aproximadamente 300.000 tropas de Seul e durarão cerca de quatro semanas, enquanto o exercício baseado em computador, *Key Resolve*, durará duas semanas e terá a participação de 12.200 soldados dos EUA e 10.000 soldados da Coreia do Sul (GADY, 2018).

(1989-2011), quando o país enfrentou um cenário externo adverso e não dispunha de capacidades materiais que o habilitassem a ter uma posição menos assimétrica nas rodadas de negociações; a terceira fase é a consolidação da reformulação econômica e da maturação dos programas militares e da retomada das negociações em outro patamar. A Figura 10 abaixo apresenta uma síntese atual dos objetivos prioritários que pautam a inserção internacional da Coreia do Norte e suas respectivas etapas sob o governo Kim Jong-Un.

Figura 10 - Quadro-desenho das Etapas de Ação do Governo Kim Jong-Un



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O governo Kim Jong-Un não teve a oportunidade efetiva de estabelecer negociações como ocorrera durante a liderança de Kim Il-Sung e de Kim Jong-Il. Portanto, o estabelecimento desses canais de diálogo torna-se prioritário para que o país consiga avançar no plano de modernização pretendido pelo atual líder.

No plano regional, a afirmação dessa estratégia de inserção internacional passa, nessa segunda etapa, pela articulação efetiva com Coreia do Sul e China. Em relação à Coreia do Sul, a aproximação permite o estabelecimento de um canal de diálogo indireto com os Estados Unidos. Além disso, sempre que a Coreia do Sul esteve ativamente engajada nos processos de negociação houve mais avanços. Em corroboração a essa perspectiva, no final de abril foi realizado a cúpula inter-coreana na Casa da Paz da Coreia do Sul (평화의 집). Esse diálogo foi

inédito⁴⁶, pois foi a primeira vez que um líder norte coreano pisou em território sul-coreano. O primeiro resultado da cúpula foi a Declaração de Panmunjon (2018), que dentre outros pontos estabelece que:

1. A Coreia do Sul e Norte reconectarão as relações de sangue [...] facilitando um avanço abrangente e inovador nas relações inter-coreanas. Melhorar e cultivar as relações inter-coreanas é o desejo predominante de toda a nação e o chamado urgente dos tempos que não podem mais ser retidos. 1) [...] afirmaram o princípio de determinar o destino da nação coreana por conta própria e concordaram em [...] implementando integralmente todos os acordos e declarações existentes entre os dois lados até agora.

Nos primeiros pontos da declaração, a afirmação da necessidade de autonomia frente a um contexto externo adverso evidencia uma convergência efetiva das políticas externas dos dois países. Em grande medida, a história coreana pós-Segunda Guerra Mundial insere-se no debate autonomia *versus* pressão sistêmica.

3) [...] concordaram em estabelecer um escritório de ligação conjunta com representantes residentes de ambos os lados na região de Kaeseong, a fim de facilitar uma estreita consulta entre as autoridades, bem como intercâmbios e cooperação entre os povos. 4) [...] concordaram em encorajar uma cooperação mais ativa, intercâmbios, visitas e contatos em todos os níveis, a fim de rejuvenescer o senso de reconciliação nacional e unidade. [...] os dois lados encorajarão a atmosfera de amizade e cooperação, organizando ativamente vários eventos conjuntos nas datas que possuem significado especial para a Coreia do Sul e do Norte, como 15 de junho, em que participantes de todos os níveis, incluindo e os governos locais, parlamentos, partidos políticos e organizações civis estarão envolvidos. Na frente internacional, os dois lados concordaram em demonstrar sua sabedoria coletiva, talentos e solidariedade, participando conjuntamente em eventos esportivos internacionais, como os Jogos Asiáticos de 2018. 5) [...] concordaram em resolver rapidamente as questões humanitárias que resultaram da divisão da nação, e convocar a Reunião da Cruz Vermelha Inter-Coreana para discutir e resolver várias questões, incluindo a reunião de famílias separadas. Nesse sentido, [...] concordaram em prosseguir com os programas de reunião das famílias separadas por ocasião do Dia da Libertação Nacional de 15 de agosto deste ano.

A retomada do complexo de Kaesong é uma das prioridades recentes para a Coreia do Norte. Especialmente, pois o país vem em uma trajetória ascendente em termos econômicos. A esse processo soma-se o objetivo de melhorar a imagem externa, o que é central para inserção na comunidade internacional. O gesto simbólico da participação conjunta nos eventos esportivos e a atitude humanitária favorecendo a reunião de famílias separadas pela guerra enquadram-se nessa perspectiva.

6) [...] implementar ativamente os projetos previamente acordados na Declaração de 4 de outubro de 2007, a fim de promover o crescimento econômico equilibrado e a co-prosperidade da nação. Como primeiro passo, os dois lados concordaram em adotar

⁴⁶ Além do estabelecimento dos diálogos formais, uma série de avanços na esfera de cooperação cultural ocorreu ao longo do primeiro quadrimestre de 2018 (TIEZZI, 2018).

medidas práticas para a conexão e modernização das ferrovias e estradas no corredor leste de transporte, bem como entre Seul e Sinuiju para sua utilização.

Aqui ressalta-se o alinhamento frente à construção de infraestrutura conjunta. Conforme será visto no capítulo subsequente, para a Coreia do Sul também se trata de uma prioridade o estabelecimento de uma rede de infraestrutura na península. Nesse sentido, desenvolvimento econômico está inserido dentro do projeto de resolução das questões securitárias.

2. A Coreia do Sul e do Norte farão esforços conjuntos para aliviar a aguda tensão militar e praticamente eliminar o perigo de guerra na península coreana. 1) [...] em cessar completamente todos os atos hostis uns contra os outros em todos os domínios, incluindo terra, ar e mar, que são a fonte de tensão e conflito militar. [...] transformar a zona desmilitarizada em uma zona de paz em um sentido genuíno, cessando em 2 de maio deste ano todos os atos hostis e eliminando seus meios, incluindo a transmissão através de alto-falantes e distribuição de folhetos, nas áreas ao longo Linha de Demarcação Militar. 3) [...] tomar várias medidas militares para garantir a cooperação mútua ativa, trocas, visitas e contatos. [...] realizar reuniões frequentes entre autoridades militares, incluindo a Reunião de Ministros da Defesa, para discutir e resolver imediatamente as questões militares que surgirem entre eles. [...] primeiro convocar conversações militares entre generais em maio. 3. [...] estabelecer um regime de paz permanente e sólido na Península Coreana. Acabar com o atual estado antinatural de armistício e estabelecer um robusto regime de paz na Península Coreana é uma missão histórica que não deve ser adiada mais. 1) [...] reafirmaram o Acordo de Não-Agressão que impede o uso da força de qualquer forma entre si e concordaram em aderir estritamente a este Acordo. 2) [...] realizar o desarmamento em fases, à medida que a tensão militar é aliviada e são feitos progressos substanciais na construção da confiança militar.

Nesse trecho, no qual são citadas as diversas medidas que serão adotadas para aumento da confiança mútua na esfera securitária. A suspensão dos testes militares insere-se nesse quadro. Entretanto, não fica claro se isso abrange a realização dos exercícios militares entre Seul e Washington que ocorrem ao menos duas vezes por ano.

3) [...] concordaram em realizar ativamente reuniões trilaterais envolvendo as duas Coreias e os Estados Unidos, ou reuniões quadrilaterais envolvendo as duas Coreias, os Estados Unidos e a China com vistas a declarando o fim da guerra e estabelecendo um regime de paz permanente e sólido. 4) [...] confirmaram o objetivo comum de tornar, através da desnuclearização completa, a península coreana livre de armas nucleares. [...] compartilhavam a opinião de que as medidas iniciadas pela Coreia do Norte são muito significativas e cruciais para a desnuclearização da península coreana e concordaram em desempenhar suas respectivas funções e responsabilidades nesse sentido.

Por fim, nesse último trecho, a declaração trata da questão nuclear. A reafirmação da necessidade da desnuclearização da península atende aos objetivos dos dois países, bem como da China. Interessante notar que se abre espaço para negociações trilaterais (com os EUA) e/ou quadrilaterais (+China). Ou seja, os EUA são vistos como imprescindíveis, o que se justifica pela questão de superação do armistício, mencionada no documento; e nem o Japão ou a Rússia

são colocados como atores essenciais ao processo de negociação. Esse processo pode indicar uma perda de relevância estratégica de Tóquio no contexto regional.

Não é possível afirmar quais serão os efetivos desdobramentos a partir da declaração. Entretanto, ela está enquadrada nas etapas de desenvolvimento da *byungjin*. Observa-se que para a Pyongyang essa aproximação com a Coreia do Sul insere-se em um projeto mais amplo de estabelecimento de negociações com os Estados Unidos. Esse cenário não implica, contudo, em dizer que a Coreia do Norte tem se afastado da China. Pequim ainda tem papel importante na estratégia norte-coreana.

A China é o aliado prioritário da Coreia do Norte na região e capaz de oferecer garantias securitárias para Pyongyang. A visita de Kim Jong-Un à China no final do mês de março de 2018, evidenciou a importância que Pequim tem para a estratégia de inserção internacional de Pyongyang. Afinal, ao que tudo indica, os contatos políticos de alto nível entre Coreia do Norte e China desde a ascensão de Kim Jong-Un não foram frequentes. A visita de Kim, dentro de um contexto no qual ele atinge um novo status após conseguir abrir canais de diálogo com os EUA, tem como objetivo reafirmar as relações bilaterais com Pequim.

Caso efetivadas as próximas cúpulas, que compreendem a possibilidade de uma reunião trilateral Washington-Seul-Pyongyang, que se seguiria ao encontro Kim-Trump, podem representar uma nova fase nas relações regionais do Nordeste Asiático. A substituição do Armistício de 1953 pela assinatura de um Tratado de Paz formal é a prioridade para a Coreia do Norte. O diálogo intercoreano a ser realizado no final de abril será seguido pela Cúpula Trilateral China-Japão-Coreia, que acontecerá na primeira quinzena de maio (WORK, 2018). Portanto, o primeiro semestre de 2018 configura-se como um período crucial para a estratégia de inserção internacional da Coreia do Norte. Interessante notar que diante de um quadro de acirramento regional, o governo de Kim Jong-Un implementa uma política anticíclica no plano externo, impulsionando o multilateralismo regional em um período de retorno da política de poder.

3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

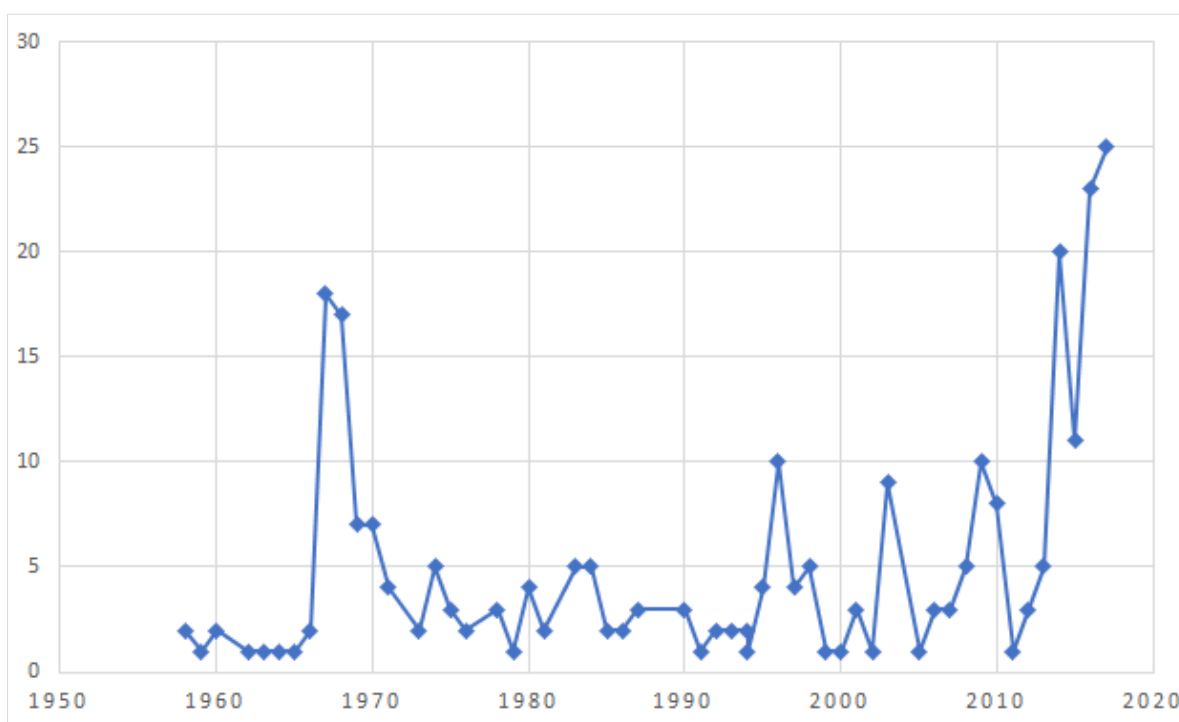
A análise da inserção internacional da RPDC desde sua fundação evidenciou que o país mantém, em grande medida, os mesmos padrões de conduta no plano externo desde sua fundação. Ainda nesse sentido, Pyongyang conserva seus objetivos primários de inserção internacional desde a formação do Estado. A fundação do país pode ser observada como uma reação antiimperialista, caráter que permeia as visões do país sobre o Sistema Internacional até

os dias atuais. Do ponto de vista dos atores que mais atuam na formulação de política externa, verificou-se que o líder exerce papel protagonista, mas não se trata de um Estado monolítico, afinal as forças armadas e o PCT compõem uma tríade.

Os governos de Kim Il-Sung e Kim Jong-Il estabeleceram um padrão de inserção internacional assentado em duas doutrinas principais, o *Zuche* e o *Songun*. Mais do que elementos ideológicos para a coesão interna, as duas doutrinas se estruturaram como base moral que dá sustentação à inserção internacional do país. Em termos materiais essas doutrinas se edificaram através do desenvolvimento do programa nuclear. Ou seja, o programa nuclear sob a perspectiva do país no pós-Guerra Fria é um elemento de dissuasão e o fiador da soberania do país.

Com a chegada de Kim Jong-Un ao poder em 2011, o país passou por um ajuste em sua política externa. Ou seja, não se altera os objetivos e nem os mecanismos de inserção internacional. Entretanto, se aprofundam as ações e os testes militares, como apresenta o Gráfico 10 que sintetiza os dados de cada um dos três líderes.

Gráfico 10 - Ações Militares da Coreia do Norte (1958-2017)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Embora possuam ênfases distintas, *Zuche* e *Songun*, acabaram sendo sintetizados pela *Byungjin Policy* implementada por Kim Jong-Un. A partir dessa nova perspectiva, o país passa

a assumir o desenvolvimento econômico como uma prioridade estratégica. Cabe destacar que durante o 7º Congresso do PCT – o primeiro em trinta seis anos – a Coreia do Norte deu importantes indícios do processo de modernização e de busca por normalização de suas relações internacionais. Nesse sentido, asseverou o *Byungjin*, defendeu a aproximação com o Sul e, mais relevante talvez, assegurou o “*no first use policy*”; ou seja, o país declarou seu compromisso de não usar armas nucleares de forma preventiva. Entretanto, apesar desses indicativos, esse é um processo cujos desdobramentos ainda são imprevisíveis. Assim, a evolução da recomposição política interna e o avanço da modernização econômica na Coreia do Norte são indicadores bastante relevantes para que se trace um cenário mais preciso da região.

Por fim, cabe destacar que o presente capítulo não avaliou os choques externos e os impactos que tiveram sobre o governo de Kim Jong-Un. O contexto regional será avaliado no capítulo subsequente. Apesar disso, é possível afirmar que o principal agente de promoção nas mudanças de política externa é o líder. E, no caso de Kim Jong-Un, essas mudanças vêm no sentido de buscar viabilizar a reinserção do país na comunidade internacional.

4 A COREIA DO NORTE E O CONTEXTO ASIÁTICO NO SÉCULO XXI: DISSUAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONFLITO E NOVAS DINÂMICAS REGIONAIS

O presente capítulo de encerramento analisa os impactos que a ascensão de Kim Jong-Un gera sobre a dinâmica regional, tendo como base o equilíbrio nuclear e os padrões de cooperação e conflito que prevalecem na região. Assim, tem como objetivo reunir os esforços analíticos anteriores procurando estabelecer um quadro analítico que avalie o contexto asiático no século XXI a partir da questão nuclear norte-coreana. Mais especificamente, procura avaliar o contexto regional desde 2011, com vistas a analisar os padrões de interação entre as demais unidades que compõem o subsistema regional, os efeitos para a Ásia de modo geral e o Sistema Internacional como um todo.

Esse quadro será avaliado a partir de três níveis analíticos:

- a) sub-regional – Nordeste Asiático (especificamente, as relações entre China, Rússia, Japão e Coreia do Sul);
- b) o contexto asiático mais amplo, avaliando em que medida as dinâmicas do nordeste asiático implicam em alterações nos padrões de cooperação e conflito de outras sub-regiões;
- c) por fim, avalia-se a questão norte-coreana no contexto global de reestruturação da ordem internacional, de crise sistêmica e de redimensionamento do papel da dissuasão nuclear no século XXI.

Parte-se da perspectiva que a polaridade sistêmica se manifesta em diferentes escalas em cada subsistema. Portanto, se constituem em espaços analíticos autônomos, o que não implica em dizer que essas dinâmicas subsistêmicas sejam independentes da estrutura do Sistema Internacional. Pelo contrário, a polaridade sistêmica afeta significativamente todo o sistema. Contudo, embora a maior parcela da literatura analise seus efeitos a partir do viés da potência hegemônica, ou do bloco hegemônico, quando se observa a estrutura do SI a partir da ótica regional a polaridade é irregular ou não-homogênea. Em outros termos, a polaridade não é algo dado, tanto no modo como ela se manifesta em cada região, quanto na percepção de polaridade que os demais atores apresentam. O próprio entendimento da sua constituição é uma arena de disputa, política e intelectual. A polaridade enquanto consenso e entendimento representa uma conformação de interesses, em outras palavras, é uma construção intelectual. Se nas Américas, por exemplo, o sistema se organiza de modo unipolar, e é percebido pelos atores nesse sentido; na Ásia, essa definição é, ao menos, discutível.

A partir desse cenário, esse capítulo está estruturado em três seções. A primeira analisa a tríade EUA-Japão-Coreia do Sul, considerando os objetivos estratégicos e as políticas implementadas para a região. Em um segundo momento, analisa as mudanças na Política Externa e de Segurança de China e Rússia para o Nordeste Asiático. Por fim, discute-se as dinâmicas regionais do Nordeste Asiático a partir das análises previamente realizadas. Desse modo, avalia-se as variações na distribuição de poder, a polarização regional e o entendimento acerca do subsistema asiático dentro da perspectiva de transformações da ordem internacional contemporânea.

4.1 A TRÍADE ESTADOS UNIDOS, COREIA DO SUL E JAPÃO: ENTRE A ALIANÇA ESTRATÉGICA E OS PROJETOS NACIONAIS

Essa seção tem como objetivo prioritário analisar os efeitos que a ascensão do governo Kim Jong-Un traz para a política externa e de segurança (PES) dos Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul. Nesse sentido, procura avaliar em que medida o governo Kim Jong-Un implicou em alterações no padrão de atuação desses países no plano regional. Embora Japão e Coreia do Sul sejam os pilares da estratégia dos EUA para a região, o que justifica o enquadramento analítico desta seção, isso não significa que não haja tendências centrífugas nas relações entre os três países.

Em relação aos EUA, avaliam-se os objetivos estratégicos de Washington para a Ásia desde 2011. Mais especificamente, a doutrina de paciência estratégica, que corresponde ao padrão de interação que prevaleceu desde o final da Guerra Fria, e a hipótese de doutrina de incerteza estratégica que pautaria o governo Trump em relação à questão norte-coreana. Assim, procura relacionar as mudanças recentes na política externa e de segurança do país com os desdobramentos na península coreana. A questão nuclear na Coreia do Norte tem sido a principal preocupação securitária no Nordeste Asiático e tem justificado a instalação de escudos antimísseis na região. Desse modo, procura-se analisar qual a correlação direta entre a *byungjin policy* e as variações mais recentes na PES dos EUA, dentro do contexto estratégico das relações sino-estadunidenses.

A seguir avalia-se a PES da Coreia do Sul para a Coreia do Norte. As relações entre os dois países oscilaram desde o final da Guerra Fria, mas desde o ocaso da *Sunshine Policy* o espaço para a cooperação diminuiu significativamente. Nesse sentido, procura-se avaliar as mudanças nas relações bilaterais na península durante o governo Kim Jong-Un e os efeitos

sobre as questões internas na Coreia do Sul, bem como sobre as relações de Seul com os vizinhos e os EUA.

Por fim, analisa-se os efeitos do governo Kim Jong-Un sobre a PES do Japão. Desde 2012, o governo de Shinzo Abe vem procurando reposicionar o país no contexto asiático, adotando uma postura nacionalista no plano externo. Essa alteração implica em mudanças na relação do país com os vizinhos e em uma revisão das relações com os Estados Unidos. Por essa razão, quando inserida no quadro mais amplo de mudanças no Nordeste Asiático, as mudanças na Coreia do Sul e no Japão apresentam um desafio à manutenção da tríade estratégica com os EUA. Assim, a questão nuclear norte-coreana serve como elemento para que a aliança estratégica liderada pelos EUA se mantenha sólida ou reforça os projetos nacionalistas de Coreia do Sul e Japão? A busca pela primazia nuclear no Nordeste Asiático é derivada das alterações na Grande Estratégia de Washington ou é uma resposta pontual à ameaça norte-coreana? Por fim, discute-se as possíveis implicações que o novo momento das relações intercoreanas a partir de 2018 pode ter sobre a inserção internacional desses três países.

4.1.1 A Estratégia dos Estados Unidos da América para o Nordeste Asiático

Os EUA se mantêm como maior potência global se considerarmos como base comparativa a maior parte dos indicadores de poder nacional. No entanto, se tomarmos os mesmos indicadores, observa-se não apenas o declínio relativo norte-americano, como também a emergência de novas Grandes Potências ou, no mínimo, potências regionais. Esse cenário é mais crítico na Ásia.

Essa pesquisa parte do pressuposto de que desde o final da Guerra Fria os EUA não definiram uma Grande Estratégia. Nesse sentido, a ausência de uma Grande Estratégia implica em uma posição reativa diante das macro-transformações que vêm ocorrendo no Sistema Internacional contemporâneo. No caso da Ásia, a ordem hegemônica estabelecida desde o final da Segunda Guerra Mundial vem enfrentando alterações. Principalmente, pois os arranjos que constituem esse ordenamento não espelham mais a distribuição de poder na região, em virtude do fortalecimento de atores relevantes no âmbito sub-regional. Além disso, mesmo a capacidade defensiva do país na região sofre ameaças devido à introdução de novas tecnologias e à modernização das Forças Armadas dos países do Leste Asiático –principalmente de Pequim.

Esta situação coloca os EUA perante o dilema de procurar manter capacidade de atuação direta sobre todas as regiões do globo. Por outro lado, a liderança que o país ainda mantém o credencia a liderar a transição para uma nova ordem global ou, ainda, para um novo tipo de

sistema internacional. Isto não significa que os Estados Unidos seguirão esse caminho, uma vez que, como observa-se a seguir, a Grande Estratégia do país no longo prazo poderá ser determinada pelo resultado de um forte embate político-ideológico, que se processa no interior das suas instituições políticas e mesmo entre elas. A Política Externa e de Segurança (PES) dos EUA caracteriza-se por uma dualidade bastante presente ao longo da história dos EUA. Para fins dessa pesquisa, a dualidade pode ser entendida como a atuação simultânea e perene – em outros termos, os choques entre essas duas perspectivas nunca se dissolvem em definitivo – de dois tipos ideais de conteúdos político-ideológicos diametralmente opostos sobre um determinado objeto, neste caso, a PES dos EUA. A dualidade estadunidense, nesse sentido, contrapõe a “Doutrina Monroe” – que representa os princípios do autogoverno, de promoção da cidadania e do exercício da liderança pelo exemplo – ao “Destino Manifesto”, que incorpora os preceitos da dominação civilizatória, assentada na perspectiva do excepcionalismo estadunidense (WALT, 2011; MARTINS, 2013). Segundo Cristina Pecequilo (2011), esses dois tipos ideais estão inseridos dentro dos dois grandes debates que marcam a continuidade histórica da inserção internacional dos EUA. O primeiro debate é entre o isolacionismo e o internacionalismo, enquanto o segundo debate opõe unilateralismo ao multilateralismo¹. Estes dois tipos ideais de conteúdos político-ideológicos podem, grosso modo, ser encontrados ao longo da história norte-americana. Os dois tipos são apenas abstrações da essência de dois modelos conflitivos de inserção internacional do país. Por isso, historicamente, há momentos em que esses conteúdos se intercambiam, se mimetizam ou, até mesmo, se confundem. Todavia, a análise apurada das inflexões na política externa e de segurança dos Estados Unidos demanda considerá-los.

O colapso da URSS engendrou a disseminação de debates sobre o papel que Washington passaria a desempenhar no Sistema Internacional. A ausência de competidores com capacidade crível de ameaçar os interesses dos EUA levou à crença – tanto no plano interno quanto no externo – de que o país havia obtido uma superioridade incontestada, uma condição de primazia sem precedentes históricos (POSEN, 2003; BROOKS; IKENBERRY; WOHLFORTH, 2012; ANDERSON, 2015).

Embora os EUA ainda mantenham uma posição de proeminência no Sistema Internacional, os desafios advindos da emergência de novas potências ou da reestruturação de velhos competidores geram discussões acerca de como essa hegemonia deve ser sustentada. Na

¹ Pecequilo (2011; p. 1-2) ainda apresenta como outros debates cíclicos ao longo da história ‘o declínio e renovação, referentes à definição do posicionamento americano no sistema, seus recursos de poder e sua relação com seus parceiros, adversários e organismos internacionais’.

prática, conforme Posen (2003), o debate sobre a Grande Estratégia dos EUA atualmente se dá acerca de qual variante da estratégia hegemônica do país deve ser priorizada. Os Estados Unidos possuem o chamado “Comando dos Comuns”. Ou seja, o país detém o comando do mar, do ar em altitudes acima de 10 mil pés, bem como do espaço (POSEN, 2003; CEPIK, 2013). Assim, uma característica intrínseca da hegemonia estadunidense desde a Segunda Guerra Mundial é a capacidade de projeção de poder para quase qualquer região do globo sem ter de enfrentar resistências (CORDESMAN e HESS, 2013; CEPIK, 2013). O final da Guerra Fria representou pouca alteração para as capacidades estadunidenses, pois parecia apenas ratificar a perspectiva de inquestionabilidade do poder americano.

Se considerarmos as capacidades econômicas e militares assimétricas que possuem os EUA sem considerar outros atuais fatores determinantes para a projeção de força, acabaríamos por prematuramente definir o Sistema Internacional contemporâneo como irrevogavelmente unipolar. Contudo, conforme Cepik (2013), esse entendimento só se mantém se desconsiderarmos prerrogativas determinantes para a viabilidade do uso da força na era digital: as capacidades nucleares de segundo ataque, o comando do espaço e a inexpugnabilidade² frente a ataques convencionais. A partir dessa perspectiva, o sistema atual poderia ser caracterizado como sendo um tripolar, em que pese a posição assimetricamente superior que os EUA possuem em relação às outras duas grandes potências, nomeadamente, Rússia e China (CEPIK, 2013).

Nesse contexto, a atual configuração do Sistema Internacional representa um desafio à postura militar de defesa avançada dos EUA que prevaleceu durante a Guerra Fria. É desse contexto que advêm os questionamentos quanto à atual estratégia do país (MONTGOMERY, 2014). Em outros termos: como os EUA vão reagir à ascensão da China?

Em termos práticos, o cerne dessa discussão tem estado na capacidade ou não de manutenção da postura militar tradicional do país, ou seja, na defesa avançada. Assim, a discussão acerca da Grande Estratégia não se trata apenas de medir as capacidades do país, mas também o seu interesse em alcançar esse objetivo.

No imediato pós-Guerra Fria, a busca pela primazia estruturava-se por meio da dissuasão, da reafirmação (papel de fiador securitário de seus aliados e parceiros), da não-proliferação coercitiva (especialmente, a busca pelo impedimento da distribuição horizontal de

² O conceito de inexpugnabilidade refere-se à capacidade de manter sua soberania frente a um ataque convencional estrangeiro. Em outros termos, capacidade de evitar ameaças efetivas ao seu território.

armas nucleares) e da guerra preemptiva (através da promoção da democracia liberal) (PORTER, 2013; RONIS, 2013; MONTGOMERY, 2014).

Segundo Fiori (2000),

Durante a década de 1990, o mundo esteve praticamente entregue ao arbítrio de uma só potência hegemônica, orientada pelo seu *commitment* liberal e pelo seu desejo de construir e sustentar uma ordem internacional baseada em regimes e instituições globais, no campo do desarmamento como no do comércio e dos investimentos. "Como propunha Kindleberger, os Estados Unidos, hoje, arbitram isoladamente o sistema monetário internacional, promovem ativamente a abertura e desregulação das economias nacionais e o livre comércio, têm incentivado a convergência das políticas macroeconômicas, têm atuado pelo menos em parte como *last resort lender* em todas as crises financeiras e detêm um poder incontestável no plano industrial, tecnológico, militar, financeiro e cultural" (Fiori, 1999:71). E no entanto, o capitalismo tem convivido com uma prolongada instabilidade sistêmica que acompanha o novo sistema cambial. Enquanto que as relações políticas entre os estados carecem de parâmetros ou referências, penderem apenas do "arbítrio da superpotência ou do seu "diretório político-militar" anglo-saxão (FIORI, 2000; s/p).

Essa postura foi estruturada através de uma presença militar global. Através de uma rede de alianças permanentes e Estados-clientes, Washington atuou com vistas a consubstanciar a condição hegemônica. Desde os anos 1970, os EUA passaram a buscar a primazia nuclear sobre a URSS; ou seja, acabar com a capacidade de segundo ataque dos soviéticos (MEARSHEIMER, 1982). O equilíbrio de poder desde o final da II Guerra Mundial assentou-se na distribuição de artefatos termonucleares e da capacidade de segundo ataque (capacidade de estabelecer retaliação crível em caso de sofrer ataque nuclear). A perspectiva da "Destruição Mútua Assegurada" (MAD) foi o fiador das relações entre as superpotências. O primeiro indício de que os EUA pretendiam romper com essa perspectiva foi a adoção da Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) ainda no governo Reagan e tinha como objetivo central desenvolver capacidades defensivas anti-balísticas. Embora o programa tenha sido abandonado posteriormente, foi um primeiro indicativo dessa nova perspectiva.

Após a Guerra Fria, durante a chamada *Pax Americana*, esse objetivo foi continuado através do Programa Nacional de Defesa Missilística (NMD). Principalmente após a saída dos EUA do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos em 2002, observa-se uma escalada nesse projeto de erodir as capacidades alheias de segundo ataque. Em 2007, a OTAN declarou a intenção de estabelecer um escudo antimíssil na Polônia e na República Tcheca, o que limitaria a capacidades russas de segundo ataque. A esse projeto soma-se o Programa de Ataque Convencional Global (*Conventional Prompt Global Strike* ou CPGS) que permitiria aos Estados Unidos atacar alvos em qualquer lugar na Terra em um breve espaço de tempo

(WOOLF, 2016). Em termos efetivos, essa capacidade seria viabilizada pela utilização dos veículos de propulsão hipersônica.

A discussão sobre o papel que os EUA devem exercer nesse cenário de tendência à multipolaridade oscila entre duas extremidades. De um lado, estão os teóricos que acreditam na necessidade de o país manter o engajamento profundo (*deep engagement*), segundo os quais os EUA deveriam manter sua capacidade de controle efetivo sobre as demais regiões e de apoio a seus aliados, inclusive com o incremento de ações preemptivas (LIEBER, 2010; BROOK, IKENBERRY e WOHLFORTH, 2012). De outro lado, encontram-se os teóricos que advogam em prol de uma estratégia de retraimento (*retrenchment*), os quais acreditam que, em virtude dos EUA terem vivenciado a pior crise financeira da história e contarem com uma alta dívida interna e déficit externo – fatores que se somam ao fortalecimento de potências regionais –, o país deveria retornar de suas bases avançadas e diminuir seu papel como fiador da segurança internacional (LAYNE, 2010; MONTGOMERY, 2014). No entanto, embora diverjam quanto à estratégia em si, ambas as correntes acreditam na primazia como prioridade. A disputa é sobre qual estratégia seria mais sustentável no médio e longo prazo.

Para sustentar a estratégia do engajamento profundo, o país teria de ampliar suas capacidades frente à modernização militar que vem sendo empreendida principalmente pela China (MONTGOMERY, 2014). Essa postura geraria custos políticos e financeiros bastante significativos para Washington. Mais do que isso, pode gerar uma escalada das tensões no Leste Asiático. Afinal, Rússia e China, em um cenário de ameaça de guerra preventiva e da busca americana por obter a primazia nuclear, podem sentir-se ameaçados, o que poderia levar a uma escalada da militarização na região.

Por outro lado, se os Estados Unidos decidirem pela política de desengajamento, ou de retraimento (*Offshore Balance*), poderia abrir espaço para o aumento das rivalidades regionais. Sob essa hipótese, Washington adotaria uma estratégia de “defesa reativa”, voltada a conter as ameaças somente na impossibilidade de que seus aliados o fizessem através de suas próprias capacidades. Todavia, segundo Montgomery (2014), atualmente o país não possui capacidades para exercer nenhuma das duas estratégias de modo satisfatório. Em um primeiro plano, pois ambas se baseiam na superioridade incontestada dos EUA. Porém, se consideradas as questões geográficas e geopolíticas, a vantagem de Washington não é tão abrangente quanto se poderia imaginar em um primeiro momento. Em caso de uma guerra na Ásia, a rede de suprimento dos EUA teria de ser extremamente complexa. Além disso, a modernização militar da China tem sido voltada para a construção de capacidades A2/AD (Anti-acesso e Negação de Área). Assim, a emergência do A2/AD gera um real empecilho para a mobilidade estratégica das forças

avançadas que, no caso do Leste Asiático, estão alocadas principalmente na Coreia do Sul e no Japão.

Uma terceira possibilidade para os EUA seria a estratégia da concertação que se situa entre os dois extremos (primazia e desengajamento), voltada para uma ação de compartilhamento de poder (PORTER, 2013). Se considerarmos que o mundo migra para algum arranjo multipolar, Washington atuaria como um *primus inter pares* (KISSINGER, 2011). Desse modo, os Estados Unidos não teriam de arcar com os custos políticos e financeiros da primazia, nem com o custo da inação diante dos desafios de segurança que poderiam afetar os interesses do país e de seus aliados³. Entretanto, essa possibilidade para a Grande Estratégia não parece ser mais viável no atual quadro da política externa do país.

Face à indefinição de qual Grande Estratégia adotar (primazia, desengajamento ou concertação), as ações de Washington têm sido resultado de políticas bem específicas e reativas conforme ocorrem alterações no ambiente regional. Tanto a primazia, quanto o isolamento ou a concertação não representam uma definição política acerca do perfil de inserção do país na conjuntura contemporânea. Assim sendo, a condução da política externa se sujeita a conceitos operacionais como o ASB⁴ (MARTINS e CEPIK, 2014). Em outros termos, trata-se da sujeição da esfera política à esfera militar. Ocorre uma inversão de valores. Dado que não existe uma definição política clara acerca do papel que os EUA devem exercer na conjuntura pós-Guerra Fria, o país tende a ficar refém das compras de armamentos, do *lobby* do complexo militar-industrial e de aspectos táticos e procedimentais.

O governo Obama deu sequência ao que já vinha sendo empreendido em governos anteriores. Em que pese o governo ter um perfil liberal-internacionalista⁵ – ou seja, tem dado mais valor para o peso da legitimidade internacional –, isso não representou uma alteração na tendência à busca pela primazia. Além da manutenção do NMD e do CPGS, o país continua

³ A estratégia da concertação incluiria vários desafios. Segundo Porter (2013; p. viii), “Estes incluem a dificuldade de conciliar o equilíbrio competitivo com concertos cooperativos, os limites do balanceamento sem uma capacidade militar avançada de longo alcance em terra, possíveis consequências inesperadas, como um aumento da concorrência entre potências regionais ou o surgimento de blocos (como um Leste da Ásia Chinês ou um Golfo Iraniano), e o desafio de sustentar o apoio político interno para uma estratégia que abdica voluntariamente da liderança mundial”. (PORTER, 2013; p. viii)

⁴ O conceito de Batalha Aeronaval, ou *AirSea Battle* (ASB), é definido pelos EUA pela proposição de um ataque efetuado em profundidade, integrando domínios cruzados (espaço, ar, mar). Desse modo, é operacionalizado com vistas a romper, destruir e derrotar a rede de radares, sensores, mísseis antiaéreos, capacidade antinavio, bem como as bases aéreas e navais do adversário (TOL; GUNZINGER; KREPINEVICH; THOMAS, 2010; MARTINS; CEPIK, 2014)

⁵ A vertente oposta, liberal-nacionalista, representada pelo governo George W. Bush (2001-2009), por sua vez acredita que a legitimidade importa menos do que as capacidades materiais. Entretanto, apesar da distinção na ênfase, ambas vertentes seguem a busca pela primazia

investindo no desenvolvimento dos caças F-35, cujo orçamento já ultrapassa meio trilhão de dólares (BERR, 2015).

Diante desse quadro, o governo de Donald Trump parece alterar os objetivos prioritários da inserção internacional do país. O símbolo desse processo foi o anúncio de uma nova política para o emprego de armas nucleares, a qual encerrou com a política de Barack Obama voltada à redução do armamento nuclear⁶. Mais do que denotar uma postura mais agressiva no âmbito estratégico, a nova política evidencia um abandono da ideia de liderança pelo exemplo e crença nas instituições como espaço máximo para o exercício da liderança global. A nova doutrina nuclear, combinada com o lançamento da nova Estratégia Nacional de Segurança em dezembro de 2017, parece indicar uma alteração na Grande Estratégia dos Estados Unidos, assentada na busca pela primazia e no abandono do liberalismo institucional no âmbito internacional.

A mudança na postura nuclear dos Estados Unidos foi justificada pela deterioração das ameaças globais. Segundo a NPR (2018), enquanto os EUA optaram pela redução dos estoques nucleares, Rússia e China caminhavam em sentido oposto. Desse modo, prevê a ampliação dos estoques nucleares e retomada de programas de desenvolvimento de armamentos estratégicos⁷. Cabe destacar que, tanto na NPR (2018) quanto na NSS (2017), Washington define claramente a Europa e o Leste Asiático como regiões prioritárias, espaços geoestratégicos das disputas com Rússia e China respectivamente. Segundo a Estratégia de Segurança Nacional (2017)

China e Rússia desafiam o poder, a influência, e interesses americanos, erodindo a segurança e a prosperidade americana. Eles estão determinados a tornar as economias menos livres e menos justas, a ampliar suas capacidades militares, e a controlar informações e dados para reprimir suas sociedades e expandir sua influência. [...] Essas competições exigem que os Estados Unidos repensem as políticas das duas últimas décadas - políticas baseadas na premissa de que o engajamento com os rivais e sua inclusão nas instituições internacionais e no comércio global os transformaria em atores benignos e parceiros confiáveis. Em grande medida, essa premissa revelou-se falsa (U.S., 2017; p.2-3, tradução nossa)⁸.

⁶ *Pentagon unveils new nuclear weapons strategy, ending Obama-era push to reduce U.S. arsenal.* <https://www.washingtonpost.com/world/national-security/pentagon-unveils-new-nuclear-weapons-strategy-ending-obama-era-push-to-reduce-us-arsenal/2018/02/02/fd72ad34-0839-11e8-ae28-e370b74ea9a7_story.html?utm_term=.f283fc48298b>.

⁷ Dentre esses projetos está a substituição dos Minuteman III até 2029, a retomada dos Mísseis de Cruzeiro lançado a partir de plataforma submarina (SLCM) e o desenvolvimento de uma nova geração de bombardeiros B-21.

⁸ No original: “*China and Russia challenge American power, influence, and interests, a emptying to erode American security and prosperity. They are determined to make economies less free and less fair, to grow their militaries, and to control information and data to repress their societies and expand their influence. [...] These competitions require the United States to rethink the policies of the past two decades—policies based on the assumption that engagement with rivals and their inclusion in international institutions and global commerce would turn them into benign actors and trustworthy partners. For the most part, this premise turned out to be false*” (U.S., 2017; p.2-3).

Esse quadro denota um acirramento sensível no contexto estratégico do Leste Asiático e deterioração da estabilidade no Nordeste Asiático. A postura mais agressiva dos EUA gera implicações para as interações entre os atores regionais e para as políticas de defesa dos países. Por essa razão, ao que tudo indica, o governo Trump opta pela estratégia do engajamento profundo.

4.1.2 A Política Externa dos Estados Unidos para o Leste Asiático

A postura norte-americana com relação ao Leste Asiático, na primeira metade dos anos 1990, priorizava as questões econômicas, como demonstrado pela criação da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC) e pelos atritos comerciais com o Japão⁹. Ademais, ainda no governo George H. W. Bush (1989-1993), os EUA lançaram um plano para reduzir os efetivos militares na região em três etapas até os anos 2000 (US DOD, 1990).

Por outro lado, o crescimento econômico da região levava os países asiáticos a se sentirem menos subordinados aos ocidentais e com mais autoconfiança nas suas próprias formas de pensamento e de organização social e política, o que Huntington (1997) definiu como “afirmação asiática”. Diante desse quadro, o Japão procurou engendrar um ambiente regional mais autocentrado e menos dependente em relação aos Estados Unidos. Nesse sentido, em 1994, ocorreu a publicação do relatório Higuchi¹⁰ e a criação do Fórum Regional da ASEAN (ADVISORY GROUP ON DEFENSE ISSUES, 1994).

Em resposta, em 1995, foi lançada a iniciativa Nye¹¹, segundo a qual Washington reafirmou sua presença na região e assumiu o compromisso de manter, no mínimo, 100 mil homens no Leste Asiático. A partir da iniciativa Nye, os laços dos EUA com Coreia do Sul e Japão foram reforçados, estabeleceram relações diplomáticas com o Vietnã e se aproximaram de Taiwan – o que reforçou a perspectiva de pressão sobre Pequim.

Inicialmente, George W. Bush reverteu a política norte-americana para o Leste Asiático. Em primeiro plano, aprofundou a postura de confrontação frente à China, como evidenciou o incidente da ilha de Hainan. Além disso, desestruturou os acordos estabelecidos com a Coreia

⁹ Os Estados Unidos protestavam contra o que consideravam como restrições a entrada de seus produtos no Japão (COOPER, 2013).

¹⁰ O “relatório Higuchi” foi um documento elaborado por um painel *ad hoc*, criado pelo governo japonês para pensar os desafios de segurança do Japão no pós-Guerra Fria. O relatório previa a necessidade de fortalecer as capacidades defensivas autônomas e assumir uma postura pró-ativa na ordem regional, especialmente pela criação de instâncias multilaterais de diálogo.

¹¹ Referência a Joseph S. Nye Jr., então Secretário-assistente de Defesa.

do Norte, incluindo o país no chamado “eixo do mal”, descumprindo as diretrizes do Acordo de Genebra (suspendeu o fornecimento de combustíveis e não completou a construção do RAL). Os atentados de 11 de setembro e a invasão ao Afeganistão mudaram significativamente a posição do governo Bush em relação ao Leste Asiático. O foco geoestratégico voltou-se para Oriente Médio e Ásia Central. Complementarmente, esse episódio possibilitou uma parceria pontual com China e Rússia na Guerra contra o Terror. Afinal, no âmbito da OCX, o combate ao terrorismo e ao extremismo são prioridades securitárias. Contudo, isto não significou uma mudança real na base da política externa, nem um rompimento com a busca pela primazia em relação a Moscou e Pequim. Pelo contrário, apesar da oportunidade de renovar sua liderança global, agindo cooperativamente em acórdância com as demais potências, o governo Bush optou pelo unilateralismo (BRIGAGÃO, 2011).

Nesse contexto, os EUA não alteraram sua política em relação à Coreia do Norte. Mantiveram a postura de pressão sobre Pyongyang, apostando no colapso do regime. Mesmo diante dos testes nucleares, os EUA não mudaram significativamente sua postura frente à RPDC. Diante desse quadro, a China passou a assumir um protagonismo na busca por conduzir as rodadas de negociações multilaterais. Em outro sentido, os testes nucleares favoreceram o projeto de construção de escudo antimísseis na região que iniciara ainda em 2003.

Nesse contexto, o Japão, então liderado pelo conservador Junichiro Koizumi, modificou sua postura regionalista estabelecida ao longo da década de 1990. Nesse sentido, procurou se afirmar como aliado preferencial de Washington, o gendarme dos EUA na região, e atuou no sentido de conter a ascensão chinesa (VISENTINI, 2012). Em termos econômicos, Koizumi adotou medidas liberalizantes na economia japonesa e buscou posicioná-la como competidora da China e da Coreia, especialmente no que tange às exportações ao mercado estadunidense. Ainda no contexto de pressão sobre a China, os EUA se aproximaram da Índia e do Vietnã.

O presidente Barack Obama assumiu o governo em 2009, recebendo como herança o envolvimento na guerra do Afeganistão e na guerra do Iraque. Desse modo, o objetivo principal foi desengajar o país desses conflitos, o que definiu o Oriente Médio e a Ásia Central como regiões estratégicas prioritárias. Em relação ao Leste Asiático, essa postura significou um maior distanciamento pessoal do presidente Obama, cuja atuação externa era marcada pela chamada “diplomacia presidencial” (PECEQUILO, 2009; CHOLLET, 2016). Assim, à então secretaria de Estado Hillary Clinton coube o papel de conduzir mais diretamente os assuntos relativos à região.

Essa primeira fase da PES dos EUA para a região foi reativa. Em termos empíricos, foram mantidas as iniciativas principais que já vinham sendo implementadas no governo Bush.

Somente a partir de 2010, o governo Obama estabelece uma política propositiva (ativa) para a região. Ainda em 2010, Robert Gates¹² e Hillary Clinton visitam Hanoi com vistas a ampliar as relações com o Vietnã. Essa rodada de visitas no continente asiático representa o marco inicial da política do “pivô asiático”, estabelecido para contrabalançar a ascensão chinesa (KURLANTZICK, 2015; CLINTON, 2011).

Essa visita simbólica para as relações bilaterais entre EUA e Vietnã foi sucedida pela realização de exercícios navais conjuntos entre 2010 e 2012. A aproximação de Washington com o Hanoi refletia a prioridade geopolítica que o Mar do Sul da China assumia na agenda de defesa dos EUA para a região. Conforme Clinton, durante o Fórum Regional da ASEAN,

[O]s Estados Unidos, como qualquer nação, tem um interesse nacional na livre navegação, no livre acesso às áreas marítimas comuns da Ásia e no respeito ao direito internacional no Mar do Sul da China. [...] [O]s Estados Unidos apoiam um processo diplomático colaborativo por parte de todos os requerentes para que se resolvam as várias disputas territoriais sem coerção. Nós nos opomos ao uso ou ameaça do uso da força por qualquer requerente” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2010).

Segundo Cordesman e Hess (2013), essa nova política de dissuasão ativa na Ásia estava assentada em cinco pilares estratégicos:

- a) fortalecimento de alianças;
- b) aprofundamento de parcerias com países emergentes;
- c) estabelecimento de um relacionamento construtivo com a China;
- d) fortalecimento das instituições regionais; e
- e) estabelecimento de uma arquitetura econômica para aumentar os benefícios do comércio e do crescimento para os países da região.

Assim, a estratégia do pivô americano para a Ásia pode ser caracterizada como uma política de contenção das ações chinesas na região. Essa contenção abrange as áreas securitária, política e econômica.

Essas novas diretrizes foram materializadas, no campo estratégico, pela busca em estabelecer ou fortalecer parcerias militares com países que compõem o entorno estratégico da China. Nesse sentido, destaca-se a aproximação com o Camboja em 2010 e a alteração da política de segurança para a península coreana. Em relação à situação na península, o país decidiu reafirmar os compromissos defensivos com a Coreia do Sul¹³ e suspender a

¹² Robert Gates ocupou o cargo de Secretário de Defesa entre 2006 e 2011.

¹³ Os dois países chegaram a quatro novos acordos de defesa: o Diálogo Integrado de Defesa entre EUA e Coreia do Sul; o primeiro plano bilateral de contenção de provocações conjunto; o Comitê Político de Dissuasão Estendida; e um Acordo de Cooperação Espacial Militar.

transferência programada do Comando Operacional da Península (OPCOM) para os aliados (ROSS, 2013). Desse modo, manteve sua presença ativa, afastando a possibilidade de desengajamento progressivo. Ainda nesse sentido, em 2010, quando a guarda costeira japonesa capturou o capitão de um barco pesqueiro chinês que navegava próximo às ilhas Senkaku/Diaoyu¹⁴, o governo de Washington ratificou seu compromisso com Tóquio e incluiu o apoio à reivindicação territorial japonesa dentro do escopo da aliança estratégica bilateral, afirmando que, segundo o entendimento norte-americano, essas ilhas estão sob controle administrativo efetivo japonês.

As maiores transformações introduzidas pelo governo Obama se deram na esfera militar. Já no campo econômico, o governo democrata manteve a busca pela diversificação dos laços comerciais e de investimento com diversos países na região. Nesse sentido, Washington procurou estruturar uma rede de acordos bilaterais de livre-comércio (Coreia do Sul, por exemplo) e avançou nas negociações para o estabelecimento da Parceria Trans-Pacífica (TPP) (MANYIN et al., 2012). Esse arcabouço de acordos econômicos e comerciais tinha como prioridade contrapor as iniciativas econômicas chinesas na região e diluir o poder gravitacional que a economia chinesa exerce na economia regional.

Em termos institucionais, os EUA procuraram esvaziar os fóruns liderados pela China. Assim, enquanto a China procurou fortalecer o Fórum Regional da ASEAN (ARF¹⁵, da sigla em inglês), os EUA investiram na Cúpula do Leste Asiático (EAS¹⁶, da sigla em inglês) como principal mecanismo para a resolução de questões securitárias no Leste Asiático. Todo esse processo reflete uma transição no nível de prioridade que a emergência da China possui na agenda externa dos EUA. Afinal, a oposição à emergência da China era parte do processo de reação aos efeitos da pior crise econômica de sua história. Nesse sentido, o aumento da pressão sobre o entorno estratégico chinês é um reflexo dessa necessidade de resposta diante da perda de competitividade dos EUA na região.

Segundo Cordesman e Hess (2015), até 2020, cerca de 60% da frota naval dos EUA estará no Pacífico. Esse processo reorientação estratégica foi oficializado a partir de 2011,

¹⁴ As ilhas Senkaku (nome japonês) ou Diaoyu (República Popular da China), estão no centro de uma disputa territorial entre Japão e China. Localizadas no Mar do Leste da China, as ilhas são inabitadas. Porém, com a partir da existência de reservas energéticas em suas águas territoriais, o controle das ilhas passou a ser mais incisivamente disputado.

¹⁵ Os membros da ARF são todos os membros da ASEAN, mais China, Coreia do Sul, Japão, Coreia do Norte, Austrália, Nova Zelândia, Índia, Canadá, Bangladesh, Paquistão, Mongólia, Papua Nova Guiné, Rússia, Sri Lanka, Timor-Leste, Estados Unidos e União Europeia.

¹⁶ Os membros da EAS são todos os membros da ASEAN, mais Austrália, China, Índia, Japão, Nova Zelândia, Rússia, Coreia do Sul e Estados Unidos.

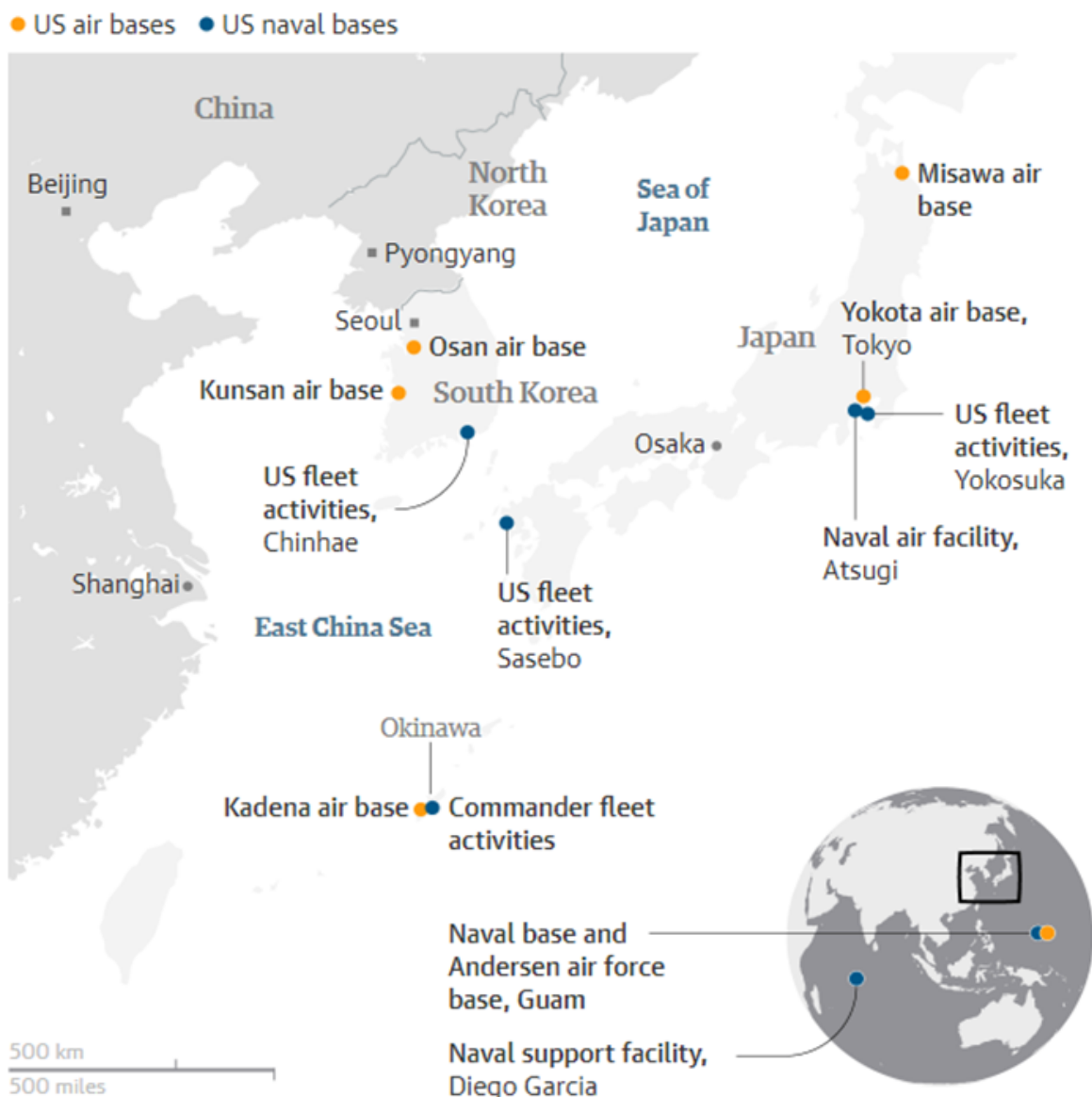
quando o presidente Barack Obama apresentou a nova política e estabeleceu acordos com a Austrália – que permitem a alocação de 2.500 marines na região de Darwin, no extremo norte do país. A Austrália passou, portanto, a ocupar a posição retaguarda no teatro asiático. O Mapa 6 abaixo ilustra as forças dos EUA no Leste Asiático e o Mapa XXX, a presença de bases navais e aéreas no Nordeste Asiático.

Mapa 6 - Presença Militar dos Estados Unidos no Leste Asiático



Fonte: CSIS (2017).

Mapa 7 - Bases Navais e Aéreas dos Estados Unidos no Nordeste Asiático



Fonte: The Guardian (2017).

O incremento da presença dos EUA na região da Ásia-Pacífico só foi possível em virtude do correspondente desengajamento do Oriente Médio. Esse processo deve-se à relativa estabilização da situação no Iraque e no Afeganistão. Por essa razão, observa-se que existe uma relação de dependência entre os desdobramentos políticos e securitários do Oriente Médio e o Extremo Oriente. Seja por aspectos ligados à geopolítica do petróleo e à geopolítica marítima, as dinâmicas sub-regionais apresentaram maiores interfaces nessa última década. Em grande medida, é a transformação geopolítica derivada da ascensão da China e da Índia o principal propulsor dessas mudanças. Desse modo, a política de balanceamento é o primeiro elemento material que vincula os dois teatros de modo mais efetivo no século XXI.

Em 2012, os EUA lançaram o *Strategic Guidance* no qual são anunciadas as bases para o estabelecimento do rebalanceamento. De modo complementar, a esse lançamento seguiu-se a publicização do *Joint Operational Access Concept* (JOAC), tendo o *AirSea Battle* (posteriormente definido como *Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons* (JAM-GC) como eixo estruturante. Segundo DoD (2012),

[...] O Acesso Operacional Conjunto (JAM-GC) é a contribuição da força conjunta para assegurar o acesso, a utilização nacional dos bens globais comuns, de territórios soberanos selecionados, das águas, do espaço aéreo e do ciberespaço sem impedimentos. Os bens comuns globais, por sua vez, são áreas de transporte aéreo, marítimo, espaço e ciberespaço que não pertencem a nenhum estado. Enquanto o acesso operacional é obtido através da projeção da força militar, o acesso assegurado é alcançado projetando todos os elementos do poder nacional (DoD, 2012, p. 1, tradução nossa).¹⁷

O JOAC tem como objetivo prioritário atuar na resposta às capacidades A2/AD desenvolvidas pela China. Em termos operacionais, esse conceito baseia-se na integração profunda das forças aeronavais. Assim, observa-se uma aproximação entre o estabelecimento do ASB e da NMD. Afinal, ambos estão centrados na utilização de capacidades aptas a desabilitar as condições defensivas da China (TOL et al., 2010). À época, o lançamento do JAM-GC gerou instabilidade na região, pois em termos retóricos Washington procurava aprofundar a aproximação estratégica com Pequim. Por isso, essa postura soou contraditória com os discursos de cooperação. Além disso, o documento afirma que a guerra está submetida aos objetivos políticos do país, ou seja, à Grande Estratégia. Não obstante, não determina a quais objetivos se refere.

A China, em resposta, passa a adotar uma postura mais assertiva na região. O governo Xi Jinping procura então fortalecer a presença militar do país no Mar do Sul da China, ampliar sua aproximação com Taiwan e pressionar mais fortemente a Coreia do Norte (YAN, 2014). Além disso, o país estabeleceu uma Zona de Identificação Aérea (ADIZ) cobrindo a maior parte do Mar do Leste da China, incluindo as ilhas Senkaku/Diaoyu (RINEHART e ELIAS, 2015)¹⁸.

¹⁷ No original: “Operational access is the joint force contribution to assured access, the unhindered national use of the global commons and select sovereign territory, waters, airspace and cyberspace. The global commons, in turn, are areas of air, sea, space, and cyberspace that belong to no one state. While operational access is achieved through the projection of military force, assured access is achieved by projecting all the elements of national power” (DoD, 2012, p. 1).

¹⁸ O estabelecimento da ADIZ será analisado mais detalhadamente a seguir. Entretanto, cabe destacar que o governo chinês decidiu unilateralmente estabelecer a ADIZ após o anúncio da nacionalização das Ilhas Senkaku pelo Japão e o subsequente apoio dado pelos EUA. Segundo o anúncio, Pequim se reserva o direito de usar a força contra qualquer aeronave que não esteja autorizada a sobrevoar a região. Todavia, interessante notar que, em termos operacionais, a China não tem condições de defender ou restringir o uso de a área

O estabelecimento da ADIZ ampliou o potencial de acirramento das tensões no Leste Asiático. Embora tenha atingido de modo mais direto as relações sino-japonesas, tem implicações profundas para as relações com os EUA. Cabe destacar que incidentes aéreos marcaram as relações entre Pequim e Washington no início do século XXI e contribuíram para o distanciamento das relações bilaterais à época. Os EUA adotaram uma postura crítica, segundo Green et al (2017)

Os secretários de defesa e Estado dos EUA criticaram a declaração de Pequim como "unilateral", "escalatória" e uma "tentativa desestabilizadora de alterar o status quo". A aplicabilidade do tratado de segurança EUA-Japão às Ilhas Senkaku e o direito dos Estados Unidos à liberdade de sobrevoos no espaço aéreo internacional foram reafirmados. Em particular, os líderes dos EUA rejeitaram o aparente esforço da China em "aplicar seus procedimentos ADIZ a aeronaves estrangeiras que não pretendem entrar em seu espaço aéreo nacional", mas somente operando dentro ou cruzando a zona. (GREEN ET AL, 2017; s/p, tradução nossa)¹⁹

Em virtude desse cenário de aumento das tensões na região, multiplicaram-se críticas ao desenvolvimento do ASB, um conceito puramente operacional. Assim, surgiram estratégias alternativas, como o conceito de *Offshore Control* (HAMMES, 2012; SANTOS, 2015), que parte da premissa que se deve elaborar uma estratégia para a confrontação militar com a China. Contudo, define que essa não pode ser a única solução para os eventuais desalinhamentos entre os dois países. O *Offshore Control* tinha como base operações voltadas a restringir as ações chinesas no Pacífico. Opera a partir do esforço militar combinado entre Washington e seus aliados na região. Desse modo, visava a aprofundar os laços securitários dos EUA na região; porém, minimiza a perspectiva agressiva do ASB, dado que se trata uma estratégia defensiva. Cabe destacar que ao adotarem o ASB, voltado à guerra preventiva, à supressão das forças de defesa chinesas, ao invés de reduzir a propensão ao confronto, aumentase a tendência de que ocorram enfrentamentos (HAMMES, 2012). Mais do que isso, segundo Mearsheimer e Walt (2016)

Ao adotar uma estratégia de "*offshore balancing*", Washington abandonaria esforços ambiciosos para refazer outras sociedades e se concentrar no que realmente importa: preservar o domínio americano no Hemisfério Ocidental e combater possíveis hegemons na Europa, no nordeste da Ásia e no Golfo Pérsico. Em vez de policiar o mundo, os Estados Unidos encorajariam outros países a liderar a fiscalização das potências emergentes, intervindo apenas quando necessário. Isso não significa

¹⁹ No original "The U.S. secretaries of defense and state criticized Beijing's declaration as "unilateral," "escalatory," and a "destabilizing attempt to alter the status quo." The applicability of the U.S.-Japan security treaty to the Senkaku Islands and the United States' right to freedom of overflight in international airspace were both reaffirmed. In particular, U.S. leaders rejected China's apparent effort "to apply its ADIZ procedures to foreign aircraft not intending to enter its national airspace" but only operating within or crossing the zone".

abandonar a posição dos Estados Unidos como a única superpotência mundial ou recuar para a "Fortaleza América". Em vez disso, ao revigorar a força dos EUA, o *offshore balancing* preservaria a primazia dos EUA no futuro e salvaguardaria a liberdade em casa. (MEARSHEIMER e WALT, 2016; s/p, tradução nossa)²⁰.

Uma vez que não há definição da Grande Estratégia, não há definição dos conceitos operacionais. Dado que não há determinação quanto aos objetivos de longo prazo, o cálculo de custos e oportunidades fica comprometido. Portanto, em que pese alguns avanços no campo bilateral das relações entre China e EUA durante o governo Obama – questões comerciais, ambientais, de segurança internacional –, não houve uma solidificação da posição dos EUA em relação à China. Assim, os períodos de tensão e arrefecimento se sobrepõem conforme as mudanças conjunturais. A situação na península coreana talvez seja o principal exemplo dos impactos desse cenário para as relações regionais.

4.1.3 A Política Externa e de Segurança dos EUA e a Península Coreana (2012-2018)

Em 2012, iniciou-se uma nova fase no *status quo* político e securitário na península coreana. Essas mudanças estão vinculadas ao avanço no processo de sucessão na Coreia do Norte, após a morte de Kim Jong-Il, e ao processo eleitoral na Coreia do Sul, com a aproximação do fim do mandato de Lee Myung-Bak.

A chegada de Obama ao poder não representou alterações no padrão de relações que os Estados Unidos mantinham com a Coreia do Norte. A política externa de Obama se caracterizou pela continuidade da política de seu antecessor, mantendo sua orientação de esperar pelo colapso norte-coreano. Entretanto, a capacidade de resiliência do país tem se mostrado mais profunda do que os analistas observavam.

Os EUA adotaram uma série de sanções contra o regime comunista. Porém, há uma notável falta de efetividade, já que apesar de todas as previsões contrárias o regime ainda se mantém. Em grande medida, a análise da política dos EUA para a Coreia do Norte evidencia uma falta de planejamento de longo prazo. As principais medidas têm sido aquelas derivadas de ações mais amplas, como a política de balanceamento à China.

²⁰ No original “*There is a better way. By pursuing a strategy of “offshore balancing,” Washington would forgo ambitious efforts to remake other societies and concentrate on what really matters: pre-serving U.S. dominance in the Western Hemisphere and countering potential hegemony in Europe, Northeast Asia, and the Persian Gulf. Instead of policing the world, the United States would encourage other countries to take the lead in checking rising powers, intervening itself only when necessary. This does not mean abandoning the United States’ position as the world’s sole superpower or retreating to “Fortress America.” Rather, by husbanding U.S. strength, offshore balancing would preserve U.S. primacy far into the future and safeguard liberty at home.*” (MEARSHEIMER; WALT, 2016; s/p).

A crise que eclodiu em março de 2013, após um novo teste nuclear, é oriunda desse processo que inicia ainda em 2011, com a morte de Kim Jong-Il. O agravamento da crise humanitária, decorrente das enchentes que assolaram o país em 2012, e da suspensão parcial da ajuda humanitária japonesa e sul-coreana, deixou a Coreia do Norte encurralada. Além disso, a nova rodada de sanções da ONU²¹, em março, após a realização de um novo teste nuclear, congelou ativos norte-coreanos e deixou o regime à beira do colapso segundo as perspectivas dos Estados Unidos.

Os testes balísticos²² e o teste nuclear realizados pelo país são resultado da busca por afirmação interna e por uma nova rodada de negociações com os Estados Unidos, oportunidade essa que Kim Jong-Un não teve desde que assumiu o controle político do país. Os Estados Unidos, diante desse cenário, mantiveram sua política de paciência estratégica em relação à Coreia do Norte (CHANLETT-AVERY, 2013; PECEQUILO, 2009). E, apesar da escalada iminente, empreenderam os exercícios militares *Key Resolve*²³ em conjunto com a Coreia do Sul. Esse fato elevou o nível de tensão na península, e após um acirramento da retórica agressiva, Pyongyang declarou como encerrado o Armistício de 1953²⁴.

Após o início da crise, a posição estadunidense foi ambígua. Por um lado, o governo de Obama manteve uma postura agressiva, exemplificada pelo teste com um bombardeiro estratégico (B-2) durante o ápice da crise; por outro, não abdicou das negociações diplomáticas, especialmente com a China, ação exemplificada pela postura do Secretário de Estado John Kerry (CHINA, 2013). Segundo Martins (2013)

As ações norte-americanas com relação à Península Coreana, no começo do ano de 2013, demonstraram, contudo, uma queda de braço entre a alta cúpula do Poder Executivo e o Comando do Pacífico (PACOM). Os primeiros buscavam aliviar as tensões e promover o diálogo, posição exemplificada pelo tom conciliador do secretário de Estado John Kerry em sua visita ao Leste Asiático. O PACOM, por sua vez, atuou na contramão, tendo, inclusive, enviado bombardeiros B-2 para sobrevoar a península coreana (MARTINS, 2013, p. 28).

²¹ Em 6 de março de 2013, o Conselho de Segurança das Nações Unidas implementou, unanimemente a quarta rodada de sanções contra a Coreia do Norte. A resolução 2094 aumentou o congelamento de ativos norte-coreanos, coibiu as atividades dos bancos norte-coreanos e restringiu, inclusive, a circulação de diplomatas do país (UNSC, 2013).

²² Em abril de 2012, a Coreia do Norte realizou um teste balístico com o objetivo de pôr um satélite em órbita, contudo o teste fracassou. Entretanto, em dezembro de 2012, a Coreia do Norte tornou-se o terceiro país do Leste Asiático (além de China e Japão) a conseguir colocar um satélite em órbita, através do foguete Unha-3 (NORTH, 2012).

²³ Os exercícios militares *Key Resolve*, entre Coreia do Sul e Estados Unidos reuniram cerca 3000 homens e iniciaram em março de 2013.

²⁴ A crise ainda teve outros desdobramentos, tais como a suposta declaração de Estado de Guerra por parte dos norte-coreanos, o fechamento (por parte da Coreia do Norte) do complexo industrial conjunto com os sul-coreanos, de Kaesong, entre outros.

Essa dualidade reflete uma ambiguidade intrínseca ao governo Obama: por um lado, busca formular uma diplomacia conciliadora, baseada na cooperação, na multilateralidade e em uma nova arquitetura de poder mundial, e por outro, a condução de uma política externa mais agressiva, baseado no unilateralismo (PECEQUILO, 2011).

A adoção da política de balanceamento da China trouxe efeitos diretos sobre a situação na península coreana. Em um primeiro plano, levou a um aprofundamento das relações com a Coreia do Sul. Nesse sentido, os exercícios militares conjuntos entre os dois países (*Key Resolve, Foal Eagle, Cobra Gold*) se ampliaram e passaram a focar na preparação para operações anfíbias conjuntas e na articulação dos centros de comando e controle. Ademais, a aproximação das relações entre Washington e Seul contribuiu para o fim definitivo da *Sunshine Policy*.

Para a Coreia do Sul, esse quadro representa um desafio. Especialmente no governo da presidente Park Geun-Hye (2013-2017), a Coreia do Sul buscou se aproximar da China. Ambos os países assinaram, em 2015, um acordo bilateral de livre-comércio. Cabe destacar que esse era um projeto antigo da Coreia do Sul, afinal o país sempre esteve afastado das principais negociações regionais, em detrimento de seus vizinhos mais pujantes – China e Japão. Assim, ao aprofundar os laços securitários com os EUA, o país pôs em xeque o processo de aproximação com Pequim. Mais do que isso, coloca-se geopoliticamente no cerne das disputas sino-americanas. Em termos práticos, na hipótese de uma guerra central entre China e EUA, a Coreia do Sul seria um dos alvos prioritários para os mísseis chineses (MARTINS e CEPIK, 2014).

Outro efeito da política de balanceamento é a instalação de um escudo antimíssil no Japão e na Coreia do Sul. A alegação dos EUA é de que a instalação desses sistemas na região seria voltada para a defesa dos aliados frente a um ataque da Coreia do Norte. No entanto, atinge diretamente a capacidade de segundo ataque chinesa, e até mesmo russa. É nesse contexto que se insere a discussão acerca da instalação do *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD) na Coreia do Sul, a qual levou ao início das negociações formais entre Washington e Seul acerca desse tema. Todavia, isso gerou uma forte reação de Pequim e Moscou que entendiam que a instalação desses sistemas acabaria minando suas capacidades defensivas e erodindo o equilíbrio de poder no nordeste asiático (CHINA, 2016). A questão é que a política de balanceamento assentada na busca pela primazia acaba aprofundando a crise na península, ao invés de servir como elemento efetivo de pressão sobre a Coreia do Norte. Ademais, essas

variações de engajamento, ora mais cooperativa, ora mais assertiva, derivam em última instância de uma indefinição mais profunda acerca dos objetivos prioritários dos EUA.

O governo Obama pode ser considerado um marco de inflexão na evolução da política externa e de segurança estadunidense. Grosso modo, podemos dizer que Obama abandonou a essência unilateralista que caracterizou o governo Bush filho. No que tange à Ásia, esse caráter predominantemente multilateralista se manifestou, apesar de as ações norte-americanas terem sido mais assertivas em alguns momentos. A instituição de uma rede de alianças na região, por um lado, e o fortalecimento de grandes acordos multilaterais, por outro, evidenciam essa estratégia abrangente para a região. Em outros termos, as ações do governo Obama eram voltadas ao reforço da liderança e, ao mesmo tempo, de tentar diluir os custos de gerenciamento das questões regionais.

A reação dos EUA à crise coreana demonstrou divergências políticas no âmbito interno. A incongruente atuação do PACOM e do Departamento de Estado evidencia que a política externa do país para a Ásia está em disputa, longe de ser algo consolidado. No segundo mandato do governo Obama, a partir da entrada de John Kerry no Departamento de Estado, os Estados Unidos adotaram uma postura mais voltada à concertação em relação à Ásia. Embora, predominante, as relações sino-americanas nesse período tenham sido marcadas por tensões no período Obama, o estabelecimento de alguns acordos, como o relativo à adesão dos dois países ao acordo de Paris em 2016²⁵ (LANDLER e PERLEZ, 2016), mostram essa tendência.

Resgatando a dualidade verificada anteriormente, pode-se afirmar que o governo de Barack Obama se aproximou do ideário da Doutrina Monroe. Em termos gerais, o governo democrata de Obama reforçou o multilateralismo e uma abordagem mais conciliadora. Fica claro, porém, que esse perfil de rompimento com a herança republicana não pode ser empreendido em sua plenitude durante o seu primeiro mandato, ao menos na Ásia. A busca pelo *New START*, em 2010 é um exemplo desse novo perfil. Contudo, essas mudanças estão inseridas dentro de disputas internas ao governo, e de modo mais amplo, dentro da sociedade americana. A própria eleição de Donald Trump em 2016 deixou isso claro.

O governo Trump ao assumir o poder alterou a política externa dos Estados Unidos. No que tange à Ásia, desde a campanha, a China foi representada como a principal ameaça aos interesses dos Estados Unidos. A publicação da revisão da nova NSS (2017) e da NPR (2018)

²⁵ O Acordo de Paris foi estabelecido dentro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*) que trata de temas relativos à mitigação, adaptação e financiamento de emissões de gases de efeito estufa a partir do ano 2020. O acordo foi negociado por representantes de 196 países na 21ª Conferência do Clima em Paris e adotado por consenso em 12 de dezembro de 2015

reforçou essa perspectiva. Em relação à Coreia do Norte, Trump declarou que a "paciência estratégica" da era Obama havia fracassado. Assim, os EUA passariam a adotar uma política menos regular, estabelecendo respostas conforme a situação específica e o cenário regional. Washington aderiu à política "pressão máxima e engajamento", engendrando incerteza estratégica no Nordeste Asiático. Outra medida que impactou as relações com a Ásia foi o abandono do TPP. Embora a saída do TPP tenha representado uma vitória para a China, evidenciou a postura focada no bilateralismo em detrimento das ações multilaterais. Portanto, Washington pavimentava a possibilidade de pressionar a China nas relações bilaterais²⁶.

A administração Trump buscou uma série de medidas para pressionar Pyongyang e Pequim. Dentre essas medidas, está a realização dos testes militares com Seul²⁷ e a adoção de uma retórica mais aberta em relação à Coreia do Norte, através da exposição dos recursos estratégicos do país na região (EASLEY, 2017). O ataque à Síria em abril ocorreu enquanto Trump se encontrava com Xi Jinping, na cúpula de Mar-a-Lago²⁸. Em maio de 2017, Washington empreendeu um teste bem-sucedido de seu sistema de defesa antimísseis baseado em terra em uma simulação contra um ICBM disposto conforme possivelmente a Coreia do Norte o empregasse. Em termos de esforços diplomáticos, o governo Trump reuniu-se com os diplomatas do CSNU para pressionar os membros a aplicarem plenamente as sanções existentes contra a Coreia do Norte (LYNCH; DE LUCE, 2017; EASLEY, 2017). Segundo Posen (2018),

Na Ásia, os Estados Unidos parecem estar mais ativos militarmente do que durante a administração Obama, que anunciou um "pivô" para a região. A principal preocupação de Trump é com o amadurecimento do programa de armas nucleares da Coreia do Norte - um foco em desacordo com suas reflexões de campanha sobre forças nucleares independentes para o Japão e a Coreia do Sul. Em um esforço para congelar e reverter o programa da Coreia do Norte, ele ameaçou o uso do poder militar, expressando em setembro passado, por exemplo: "Os Estados Unidos têm muita força e paciência, mas se for forçado a se defender ou a seus aliados, não teremos outra escolha senão destruir totalmente a Coreia do Norte." Embora seja difícil dizer se

²⁶ Essa tendência se confirmou em março de 2018, quando o governo Trump aplicou sanções comerciais à China, incluindo restrições ao investimento e tarifas sobre produtos no valor de US\$ 60 bilhões (THE GUARDIAN, 2018). A adoção dessas sanções marca o início de uma guerra comercial entre Pequim e Washington que se confirmou com a retaliação a produtos estadunidenses adotada pela China.

²⁷ No primeiro ano de mandato do presidente Trump, EUA e Coreia do Sul realizaram dois exercícios militares mais significativos (março, agosto e dezembro). Em março, o *Foal Eagle* reuniu cerca de 40 mil homens (THE GUARDIAN, 2017). Os exercícios de agosto, denominados *Ulchi-Freedom Guardian*, reuniram mais de 25 mil soldados que simularam manobras terrestres, navais e aéreas (GLOBAL SECURITY, 2018). O *Vigilant Ace*, realizado em dezembro, é voltado a exercícios aéreos e reuniu mais de 230 aeronaves dos dois países (REUTERS, 2017).

²⁸ A cúpula entre Estados Unidos realizada na Flórida, em abril de 2017, não implicou em muitos avanços nas relações bilaterais, mas foi o primeiro encontro presidencial desde que Trump assumiu o poder. Além disso, o encontro marca o estabelecimento de um novo mecanismo de alto nível diplomático, o Diálogo Abrangente EUA-China (GLASER e VLERS, 2017; ROMBERG, 2017).

Pyongyang leva essas ameaças a sério, a elite da política externa de Washington certamente leva, e muitos temem que a guerra por acidente ou projeto seja agora muito mais provável. O Pentágono apoiou essas ameaças com manobras militares mais frequentes, incluindo o envio de bombardeiros estratégicos de longo alcance em surtidas pela Península Coreana. (POSEN, 2018; s/p, tradução nossa)²⁹

A partir de então, os EUA passam a colocar a situação na península coreana no topo da agenda securitária do país no Nordeste Asiático. Mais do que isso, a questão norte-coreana tornou-se o eixo das relações bilaterais com Pequim, tornando esse tema o primeiro grande teste para as relações EUA-China. Outros temas bilaterais, como comércio, segurança cibernética, mar do Sul da China, Taiwan e direitos humanos, foram colocados em um patamar inferior.

A priorização da Coreia do Norte responde a questões específicas da política interna dos Estados Unidos. Em grande medida, a política da “incerteza estratégica” tem como objetivo minar a capacidade de previsibilidade por parte da Coreia do Norte, bem como dos demais atores regionais. Além disso, é convergente com a inclinação para a adoção do “iliberalismo hegemônico” (POSEN, 2018). Ou seja, os Estados Unidos passam a assumir uma posição bastante assertiva na região à margem dos arranjos multilaterais como havia sido priorizado durante o governo Obama.

Destaca-se que essa mudança de postura não deriva apenas das alterações na condução de política externa dos Estados Unidos. A evolução contínua do programa nuclear e balístico de Pyongyang é fator essencial para esse recrudescimento. Cabe lembrar que a Coreia do Norte tem como objetivo estabelecer o diálogo com os Estados Unidos, portanto, existe um cálculo estratégico envolvido na execução das ações militares por parte de Pyongyang. O estabelecimento da *byungjin policy* contribuiu para que os Estados Unidos alterassem seu padrão de reação à situação na península – que prevalecia desde o final da Guerra Fria.

As negociações entre as duas Coreias que evoluíram em 2018 representam um avanço nesse objetivo norte-coreano. Os Estados Unidos estão intimamente inseridos na articulação dessas negociações, seja dando o aval para que Seul avance no diálogo com Pyongyang, seja pela possibilidade da realização da cúpula Trump-Kim no final de maio. Esse cenário reforça

²⁹ No original “*In Asia, the United States appears, if anything, to be more militarily active than it was during the Obama administration, which announced a “pivot” to the region. Trump’s main preoccupation is with the maturation of North Korea’s nuclear weapons program—a focus at odds with his campaign musings about independent nuclear forces for Japan and South Korea. In an effort to freeze and ultimately reverse North Korea’s program, he has threatened the use of military force, saying last September, for example, “The United States has great strength and patience, but if it is forced to defend itself or its allies, we will have no choice but to totally destroy North Korea.” Although it is difficult to tell if Pyongyang takes such threats seriously, Washington’s foreign policy elite certainly does, and many fear that war by accident or design is now much more likely. The Pentagon has backed up these threats with more frequent military maneuvers, including sending long-range strategic bombers on sorties over the Korean Peninsula*” (POSEN, 2018; s/p).

que a política externa dos Estados Unidos se alterou a partir da chegada de Trump. Mais do que isso, a mudança não é apenas em relação ao governo Obama, a “incerteza estratégica” trata-se de uma inflexão na política externa do país para a Coreia do Norte empreendida desde o final da Guerra Fria.

4.1.4 A Política Externa da Coreia do Sul para o Nordeste Asiático (2011-2018)

Desde o final da Guerra Fria, a Coreia do Sul tem vivenciado um período de consolidação de seu crescimento econômico e da ampliação da sua importância política no contexto regional. Esse processo, que é derivado das reformas econômicas implementadas no país ainda na década de 1960³⁰, trouxe desafios para sua inserção internacional e para seu relacionamento com os vizinhos. Seul vem se tornando um ator cada vez mais atuante na dinâmica regional de segurança. Principalmente em virtude do plano de modernização militar adotado ainda no final da década de 1990, durante o governo de Kim Dae Jung, que elevou o *status* do país à condição de potência militar e com crescente potencial no plano regional.

A atuação da Coreia do Sul, no contexto regional, tem sido no sentido de estabelecer um balanço entre China e Japão. A assimetria em relação aos dois vizinhos força Seul a estabelecer uma estratégia de inserção internacional que assegure ao país estabilidade no plano securitário e econômico. Além disso, a inserção externa da Coreia do Sul é mediada pelas relações do país com os Estados Unidos. A aliança entre os dois países está na gênese do Estado sul-coreano. Mais do que isso, a Coreia do Sul não é plenamente autônoma em relação aos Estados Unidos, suas Forças Armadas estão sob comando de Washington. Portanto, é diante desse quadro, de assimetria frente aos vizinhos e dependência quanto aos EUA, que a Coreia do Sul procura estabelecer sua inserção internacional.

A aliança com os Estados Unidos ocupa papel central na inserção internacional do país desde sua fundação em 1948. Contudo, existe um debate constante na história do país entre

³⁰ Logo após chegar ao governo, o General Park Chung Hee anunciou um programa de desenvolvimento econômico quinquenal que tornaria a Coreia como uma plataforma de exportação. Esse processo iniciou a rápida industrialização e o desenvolvimento sul-coreano dos anos 1960, calcado na parceria entre governo e chaebols. Os chaebols aproxima-se aos Zaibatsus japoneses, eles caracterizavam-se por serem grandes conglomerados empresariais controlados por algumas famílias, e fortemente apoiados pelo governo. Essas empresas se capitalizavam através do uso de financiamentos públicos, por meio de bancos comerciais que foram nacionalizados por Park. Assim, estabeleceu-se uma espécie de alavancagem industrial. De um lado, os chaebol tinham facilidade de acesso a crédito, por outro se tornam mais sensíveis às demandas governamentais. (AMSDEN, 1989:16). Ou seja, se estabelece uma simbiose entre o Estado e os grandes conglomerados. Esse modelo de fomento e proteção à indústria é uma tipificação do excepcionalismo asiático: um Estado forte e protecionista alavancando a industrialização nacional.

duas perspectivas distintas acerca da parceria estratégica com os EUA. De um lado, pode-se colocar a perspectiva de que a aliança deve ser incondicional, cabendo à Coreia do Sul um papel coadjuvante dentro da estratégia de inserção dos EUA na Ásia. Mais recentemente, o governo de Lee Myung-Bak (2008-2013) representa essa vertente de atuação. De outro, há a visão de que a aliança com os EUA é fundamental para garantir a segurança do país no plano regional, por isso deve ser mantida, mas não deve impedir a busca por autonomia nas suas relações exteriores. O governo Park (2013-2017) e o governo Moon Jae-In (2017-) enquadra-se nessa segunda perspectiva. Por essa razão, o *impeachment* da presidente implica na possibilidade de alteração do equilíbrio regional recente, no qual Seul buscava aproximação com China, Japão e Rússia.

A eleição de Park Geun-Hye pelo Partido Saenuri em 2012 representou uma alteração na política globalista adotada pelo seu antecessor Lee Myung-Bak (2008-2013), cujo governo foi marcado por um alinhamento incontestado com os EUA. Lee Myung-Bak reverteu a política de aproximação que o país mantinha com a Coreia do Norte e procurou aprofundar as relações com os Estados Unidos. Sua vitória foi o retorno da agenda conservadora na política sul-coreana. Após um interregno de dez anos (1997-2007), os conservadores voltaram ao poder e determinaram o fim da *Sunshine Policy* e da prioridade dada ao engajamento com os vizinhos em detrimento da aliança com os Estados Unidos. Myung-Bak adotou uma agenda globalista, assentada na adoção de tratados bilaterais de livre-comércio e no engajamento do país em Operações de Paz das Nações Unidas. Assim, o país procurou atuar como o gendarme estadunidense no Leste Asiático, substituindo o Japão como aliado preferencial.

Lee manteve um relacionamento pouco ativo com os vizinhos. Esse perfil de inserção regional refletiu-se em ações desagregadoras frente aos processos de integração na região. Em 2009, quando avançavam as negociações para a formação da Comunidade do Leste Asiático entre China, Japão e Coreia do Sul, o país assumiu uma posição dúbia; apesar de ter assinado a formação da Comunidade, o país não se engajou de forma incisiva no processo de integração. Nesse sentido, o governo sul-coreano reagiu às pressões centrípetas do processo de integração regional estimulando a rivalidade com a Coreia do Norte e fomentando as divergências entre China e Japão, ampliando a presença dos EUA na região. O incidente com a Corveta Cheonan em 2010 é um indicativo dessa política. Apesar das divergências existentes quanto às causas do afundamento da corveta, o governo de Lee Myung-Bak imediatamente cortou as linhas de assistência humanitária que eram fornecidas à Coreia do Norte e adotou mais restrições no comércio entre os dois países. Assim, determinou o fim da política de aproximação e de construção de confiança mútua que prevalecia desde 1997, quando foi adotada pelo presidente

Kim Dae Jung. A partir de então, a Coreia do Sul passou a adotar uma abordagem cautelosa e defensiva em relação à Coreia do Norte.

A adoção de uma visão globalista na política externa da Coreia do Sul implicou, portanto, no enrijecimento das relações com os vizinhos. As relações da Coreia do Sul com a China e com o Japão foram pautadas por uma ambivalência: de um lado, ampliou-se a interdependência; por outro, aumentaram as rivalidades. Em relação à China, Pequim tornou-se o principal parceiro econômico da Coreia do Sul, pois segundo a perspectiva sul-coreana a China não é uma ameaça efetiva no que tange às suas pretensões territoriais. As relações com o Japão, por outro lado, recrudesceram significativamente durante esse período. Apesar dos dois países terem aumentado a coordenação política em relação à Coreia do Norte, a ampliação da rivalidade ocorreu em vários setores.

Em termos geopolíticos, Seul ampliou as reivindicações territoriais em relação às ilhas Dokdo/Takeshima localizadas no Mar do Japão (MANYIN et al., 2013). Em termos econômicos, a Coreia do Sul procurou adotar medidas para ampliar a competição comercial, o que se deu através da redução dos impostos para exportação. Isso permitiu ao país competir em vários mercados de tradicional inserção japonesa, como no Sudeste Asiático e no Oriente Médio. Ademais, os conglomerados sul-coreanos passaram a tentar adquirir empresas japonesas como um mecanismo para ampliar a verticalização do acesso a mercados.

Essa série de medidas foram estabelecidas com vistas a fortalecer sua busca por se consolidar como aliado preferencial dos Estados Unidos na região. Ainda no governo de Lee Myung-Bak que a Coreia do Sul ampliou sua participação em Operações de Paz da ONU, assim como seu engajamento na política global de Guerra ao Terror dos EUA³¹ (SNYDER, 2009). Segundo Manyin (2013), durante o governo de Lee Myung-Bak, a aliança entre EUA e Coreia do Sul assumiu caráter central na estratégia de Washington para a região, sendo considerada um pivô de estabilidade e segurança na região Ásia-Pacífico. O fortalecimento das relações com os EUA gerou duas implicações principais: (i) a prorrogação em 2010 do mandato do OPCOM (Controle Operacional sobre as Forças Armadas na Coreia do Sul) até 2015; (ii) e o ampliação do escopo do Acordo de Livre-Comércio entre a RDC e Estados Unidos em 2010.

A Coreia do Sul buscou participar ativamente do TPP, o que a colocava no centro da política econômica de balanceamento dos Estados Unidos em relação à China. A experiência de gestão corporativa que marca a experiência dos *chaebols* sul-coreanos – na qual esses

³¹ A Coreia do Sul enviou tropas para a guerra no Iraque, chegando a manter um contingente de cerca de 4.000 homens no Iraque.

conglomerados exercem funções de Estado em muitos temas, financiando pesquisa e desenvolvimento, educação e saúde, por exemplo – foi adotada como modelo para o perfil de gerenciamento do TPP³².

O governo de Lee Myung-Bak representou a consolidação do modelo neoconservador na política externa sul-coreana. Em termos gerais, as relações regionais se deterioraram, especialmente as com Tóquio. Entretanto, pode-se afirmar que no plano regional a atuação da Coreia do Sul nesse período foi ambivalente; de um lado, foram ampliados os laços econômicos e a interdependência em relação aos vizinhos; por outro, aumentaram as rivalidades securitárias e diminuiu o alinhamento entre os vizinhos no âmbito das instituições internacionais.

A eleição de Park Geun-Hye (2013-2017) reverteu a tendência globalista da política externa da Coreia do Sul implementada por Lee Myung-Bak. Embora pertencesse ao mesmo partido que seu antecessor, a presidente adotou um novo perfil de inserção internacional, assentado, justamente, na ambivalência que marcou o governo anterior. Ou seja, a partir de então, Seul passa a entender que há um “Paradoxo Asiático”. Esse paradoxo diz respeito à crescente interdependência econômica entre os países da região e ao aumento da desconfiança e das rivalidades no plano político-securitário (SNYDER, 2016).

O governo Park procurou consolidar o país como uma potência média, estruturando uma “diplomacia em rede” (*network diplomacy*), segundo a qual a Coreia do Sul passaria a ocupar posição central no multilateralismo asiático. O país seria, portanto, o elo entre as diversas potências da região. A consolidação dessa política externa visava alterar a condição de peão no tabuleiro geopolítico do Leste Asiático, elevando o país ao patamar de Estado-pivô.

O objetivo era estabelecer relações vantajosas com as potências vizinhas e com os EUA sem se tornar excessivamente dependente de nenhum destes. Em alguma medida, o espírito do não-alinhamento está no cerne dessa postura. Ainda durante a campanha, Park já defendia a *Trustpolitik*, cuja intenção era aumentar a aproximação com os vizinhos do Nordeste Asiático, através do engajamento em torno da situação na península coreana (LEE e BERGER, 2015). A *Trustpolitik* estava baseada em três áreas prioritárias de atuação geopolítica: península coreana, Nordeste Asiático e Eurásia. A atuação nesses distintos espaços seria, portanto, simultânea e contribuiria para a normalização das relações com a Coreia do Norte.

³² A Parceria Trans-Pacífica é baseada na gestão corporativa, segundo a qual as empresas adotam um papel preponderante sobre as economias nacionais. Sob a égide do TPP, as empresas transnacionais assumem funções legislativas quanto a questões ambientais, trabalhistas e comerciais. Assim, os Estados perderiam parte de sua soberania em detrimento das empresas transnacionais. A experiência sul-coreana com os *chaebols*, portanto, tornou-se crucial para o modelo de governança corporativa a ser implementado pelo TPP.

Em relação à península coreana, o governo Park alterou a racionalidade em torno da discussão do processo de reunificação. Muda o foco de questões econômicas, como ocorria no governo Lee Myung-Bak, para questões de identidade. Assim, em um primeiro momento, interrompe as discussões acerca do programa nuclear norte-coreano, diminui as restrições comerciais existentes, procura expandir o Complexo Industrial de Kaesong³³, e apresenta um plano de 96 projetos de cooperação em áreas como indústria da pesca, turismo, dentre outras (YONG 2014).

O governo sul-coreano adotou, assim, uma política de aproximação com a Coreia do Norte. Essa política de aproximação foi baseada em oito pontos:

- a) interrupção momentânea das discussões sobre programa nuclear norte-coreano;
- b) a assistência humanitária seria desvinculada do relacionamento diplomático e passaria a ter mais transparência quanto à destinação;
- c) as restrições comerciais entre os dois países que existem desde 2010 seriam diminuídas ou até mesmo eliminadas;
- d) restauração da cooperação na área de turismo;
- e) internacionalização e expansão do complexo industrial de Kaesong;
- f) retomada do fornecimento de assistência econômica em larga escala e fundos para projetos de reconstrução, conforme compromisso firmado pelo ex-presidente Roo Moo-Hyun (2003-2008) e Kim Jong-Il em 2007;
- g) construção de uma rede de transporte e energia que iria da Coreia do Norte para Coreia do Sul, China, Rússia e Eurásia;
- h) possibilidade de encontro entre os líderes dos dois países, caso houvesse avanço das relações entre os dois países.

Em 2013, após o terceiro teste nuclear norte-coreano, apesar das pressões conservadoras dentro do país, especialmente de setores das forças armadas, o governo optou por uma postura discreta, com vistas a evitar o recrudescimento da crise. Isso não representa, entretanto, que a política sul-coreana para a Coreia do Norte durante o Governo Park seja comparável ao período da *Sunshine Policy*. Entretanto, avançou em relação ao governo de Lee Myung-Bak. A política de articulação com o Norte estava inserida em um plano mais amplo de aproximação com os vizinhos. Em grande medida, o objetivo da política externa para o Nordeste Asiático era oferecer uma alternativa ao país no contexto do paradoxo asiático, marcado pelo

³³ O Complexo Industrial de Kaesong é uma região administrativa especial localizada na Coreia do Norte que abriga empresas sul-coreanas, na qual atuam trabalhadores dos dois países. Aberta em 2002, foi fechada em 2016 após uma crise securitária na península.

estabelecimento da estratégia de rebalanceamento da China promovida pelos EUA e acirramento das tensões entre China e Japão. A Iniciativa de Paz e Cooperação do Nordeste Asiático (NAPCI) foi o projeto mais ambicioso no sentido de colocar a Coreia do Sul no cerne do multilateralismo regional. Nesse sentido, em 2015, Seul recebeu a Cúpula China-Coreia-Japão, bem como fortaleceu o Secretariado de Cooperação Trilateral (TCS) - órgão voltado a estimular as relações entre os países. Na Cúpula de 2015, os três vizinhos lançaram, inclusive, uma Declaração Conjunta pela Paz e Cooperação no Nordeste Asiático (TIEZZI, 2015).

No plano regional, foi dado prioridade às relações com a China. Assim, a presidente buscou estabelecer relações mais amplas com o governo Xi Jinping. Em 2013, fez uma longa visita a Pequim na qual estabeleceu as bases para o acordo de livre-comércio entre os dois países que veio a ser firmado em 2015. Essa aproximação com a China alterou a geopolítica regional e deu a Pequim uma opção importante diante do quadro de tensionamento das relações sino-japonesas³⁴ e do aumento da rivalidade da China com os Estados Unidos na Ásia.

A cooperação com Pequim possibilitou que Seul aderisse ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) em 2015. O AIIB é considerado uma alternativa liderada pela China ao Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), responsáveis por direcionar os investimentos na Ásia-Pacífico e que são liderados pelos EUA e Japão. Os Estados Unidos se opuseram publicamente à entrada dos aliados na nova instituição. Todavia, a participação sul-coreana no AIIB atende à estratégia geoeconômica sul-coreana na região. Afinal, o governo Park tinha como um dos objetivos principais construir uma rede de infraestrutura que ligasse o país ao continente, especialmente através de projetos como a Ferrovia Transcoreana (TKR) e a Ferrovia Transiberiana (TSR).

A análise das relações entre Coreia do Sul e China durante o período analisado evidencia uma estratégia ambiciosa do governo Park de reverter a histórica desconfiança que existe entre os dois países. Mais do que isso, a aproximação com a China atende aos objetivos de uma estratégia autônoma de inserção internacional. No entanto, esse aumento dos laços com o governo Xi Jinping não representou uma reorientação em sua política externa.

Os EUA continuaram como parceiros prioritários. Desde a fundação do país em 1948, Washington se coloca como fiador da existência da Coreia do Sul como país independente. Os EUA foram os responsáveis por impedir a reunificação pretendida pelo norte na Guerra da

³⁴ As relações sino-japonesas foram deterioradas a partir das disputas envolvendo as ilhas Diaoyu-Senkaku que voltaram à pauta em 2012. A tentativa do governo japonês de comprar as ilhas gerou uma onda de protestos na China e culminaram no fim das tratativas diretas entre os dois governos. Além disso, em 2013, a China estabeleceu uma Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) sobre o Mar do Leste da China, que cobria, inclusive, as ilhas disputadas. Foi ápice da escalada de tensões entre os dois países.

Coreia, por auxiliar no surto de desenvolvimento econômico que o país vivenciou a partir dos anos 1960 e incluem a Coreia do Sul sob seu guarda-chuva nuclear. Seul não possui sequer autonomia plena sobre suas Forças Armadas, pois estão submetidas ao comando dos EUA desde 1950. Por tudo isso, não houve uma modificação do alinhamento prioritário e a simples transição da condição de subserviência com outro parceiro. Efetivamente, simboliza a busca por consolidar uma política externa diversificada no que tange aos parceiros estratégicos. Portanto, o que a Coreia do Sul passa a buscar em última instância no governo Park é a manutenção da estabilidade regional. Afinal, a crescente competitividade militar na região impede a condição do país de se estabelecer como elo entre as Grandes Potências, relegando o multilateralismo a um segundo plano. Para a Coreia do Sul, o cenário de aumento da competição e rivalidade securitária entre China e EUA é o mais drástico dos cenários, pois nesse contexto, Seul não tem espaço de manobra. Além disso, a aproximação com a China alavanca oportunidades de crescimento econômico. Cabe destacar que a economia sul-coreana é baseada nas exportações, em virtude disso a aproximação com os chineses é elemento crucial para que o país consiga recuperar a média de crescimento econômico que busca desde a crise financeira de 2007-8.

Em relação ao Japão, em uma primeira fase, houve um afastamento entre os dois governos, especialmente em virtude do reavivamento de rivalidades históricas como a questão das “*comfort women*”³⁵. Ainda durante a campanha eleitoral, Park já defendia a necessidade do Japão rever seu histórico colonialista. O governo Shinzo Abe (2012 -), por sua vez, adotou uma postura nacionalista no que tange às relações com os vizinhos, mantendo um discurso que negava as agressões ocorridas durante a II Guerra Mundial. Em dezembro de 2013, o primeiro-ministro japonês visitou o Santuário Yasukuni, dedicado à memória dos combatentes japoneses na II Grande Guerra. A visita gerou insatisfação nos vizinhos e provocou reações em Seul e Pequim; o que levou a que não houvessem encontros entre os chefes de estado da Coreia do Sul e do Japão entre 2012 e 2014.

A partir de 2014, o Japão passou a rever sua posição frente aos vizinhos, afinal o país havia promovido um auto-isolamento na região. A Coreia do Sul, por sua vez, tendo em vista a *Trustpolitik*, procurou restabelecer os laços com o vizinho. As relações bilaterais avançaram significativamente nesse ínterim e em dezembro de 2015 os dois governos anunciaram um

³⁵ “Mulheres de Conforto” ou “*comfort women*” era o nome dado às mulheres e meninas forçadas a um regime de escravidão sexual nos territórios ocupados pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial. Na Coreia do Sul, que foi colonizada e ocupado pelo Japão entre 1910 e 1945, a exploração sexual das mulheres coreanas foi uma tragédia humanitária que deixa marcas nas relações bilaterais até hoje.

acordo em relação às “*comfort women*”³⁶. Desse modo, a política externa de Park para China e Japão logrou ampliar os laços com os vizinhos. Essa aproximação, que iniciou de modo bilateral com Pequim e Tóquio, pavimentou o caminho para a retomada das relações trilaterais.

Em relação à Eurásia, a aproximação com Moscou foi o principal vetor da política de Park. Ainda em 2013, Vladimir Putin visitou Seul, quando os dois países acertaram a participação sul-coreana no consórcio da ferrovia russo-norte coreana Rason (RasonKonTrans). Apesar de a Rússia historicamente ter priorizado suas relações com a Europa em detrimento da Ásia, desde o acirramento das relações do país com a OTAN, especialmente após a crise na Ucrânia em 2014, o governo Putin vem procurando reafirmar o papel da Ásia na sua política externa. Tanto por meio de instituições regionais como a OCX, ou de relações bilaterais (destacadamente Coreia do Norte e China), o governo russo vem consolidando uma política externa mais asiática.

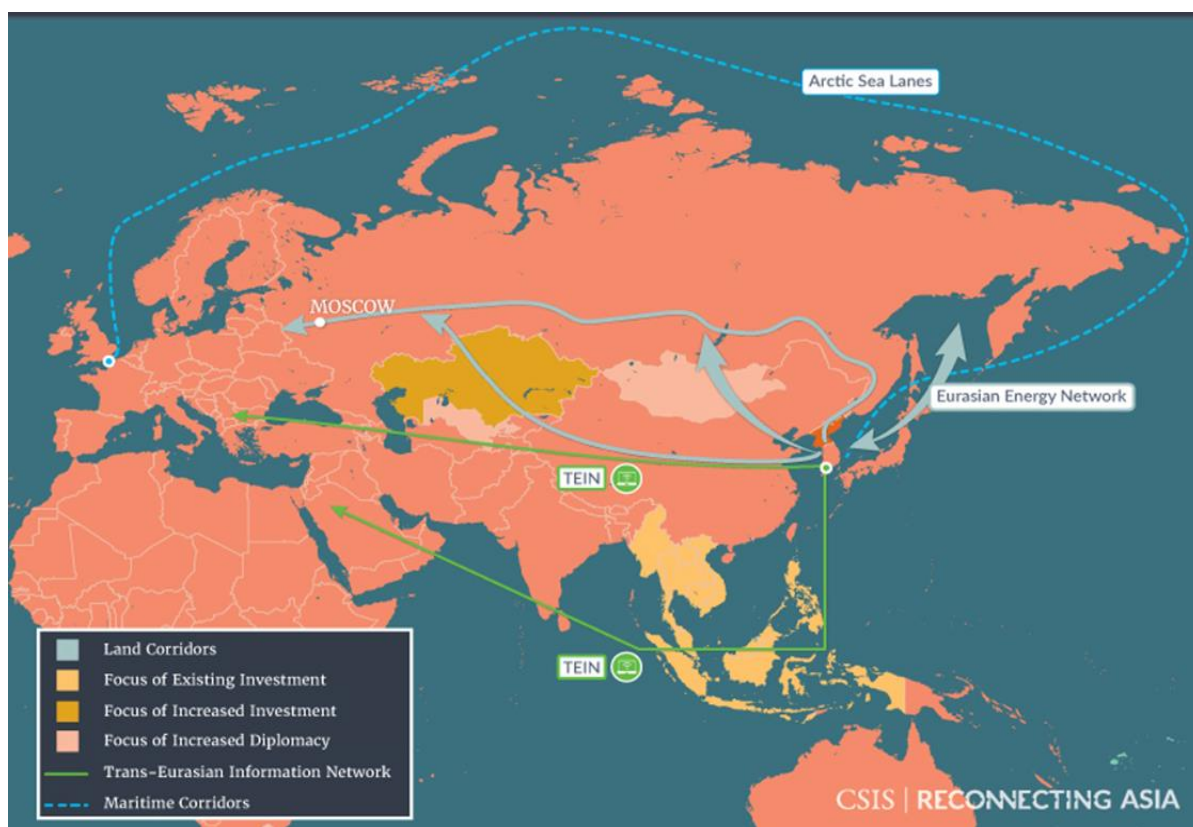
Para a Coreia do Sul, a aproximação com a Rússia obedece a dois objetivos principais.

- a) *Permite uma triangulação junto à Coreia do Norte.* A Rússia é um parceiro importante de Pyongyang desde a Guerra Fria e, após um período de afastamento durante a década de 1990, mantém relações econômicas ativas com o país. Entre 2012 e 2014, Moscou ampliou as exportações de recursos energéticos, alimentos e veículos para a Coreia do Norte (ZAKHAROVA, 2015). Portanto, a aproximação com a Rússia pode ser importante para pressionar a Coreia do Norte em caso de crise ou para ampliar os canais de diálogo com o vizinho.
- b) *Possibilidade de ampliação da cooperação energética.* A Rússia é um parceiro relevante em termos energéticos para a Coreia do Sul. A possibilidade de construção de um gasoduto no extremo oriente, bem como as exportações de gás natural liquefeito (GNL) são centrais para a manutenção da autonomia energética sul-coreana. A Coreia do Sul depende das importações para manter sua segurança energética. Dado que o cenário geopolítico do Mar do Sul da China é bastante complexo, com alto nível de competição entre diversos atores, e o país ainda não possui as capacidades militares para assegurar o fornecimento de energia que vem, principalmente, do Oriente Médio através das linhas de comunicação marítimas (SLOCs), a aproximação com a Rússia constitui-se como alternativa importante.

³⁶ O Japão reconheceu a dor das vítimas e se comprometeu com o pagamento de indenização para que se crie uma fundação de apoio às vítimas.

A Iniciativa Euroasiática lançada em 2013 visava a execução de projetos em energia, transporte e redes de comércio e atendia a essa perspectiva de se aproximar do continente euroasiático (KWON, 2014). O objetivo era estabelecer um laço entre a península e a Ásia Central, abrindo caminho para relações com a Europa também. Esse projeto tinha como efeito marginal auxiliar na aproximação com a Coreia do Norte, afinal a construção dessa rede de infraestrutura só seria viável caso Pyongyang fosse incluída. Como mostra o Mapa 8 abaixo, nesse contexto, a península coreana se integraria às iniciativas regionais de construção de infraestrutura, como a OBOR (*One Belt, One Road*) que é liderada pela China. A estruturação dessa *diplomacia em rede* que redimensiona o projeto geopolítico do país se trata de uma reorientação no plano regional, e rechaça a política globalista de seu antecessor. Em termos mais amplos, pode-se dizer que o objetivo era reformular a identidade de país pequeno – “um camarão entre baleias” – para se consolidar como eixo do multilateralismo Asiático.

Mapa 8 - As Redes de Infraestrutura sob a Perspectiva da Coreia do Sul



Fonte: Csis (2017).

As relações com os Estados Unidos são centrais para a Coreia do Sul. Ciente da importância da aliança estratégica com os EUA, a presidente Park fez sua primeira visita internacional ao país em 2013. Park deu suporte à estratégia de Obama no que tange à questão nuclear norte-coreana e reafirmou a importância da parceria para a economia do país. Ou seja,

a política externa sul-coreana procurou evitar que as iniciativas soassem como uma divergência em relação aos interesses dos EUA.

Apesar da dependência securitária em relação a Washington, a presidente Park defendeu durante sua campanha presidencial a retomada o comando das forças armadas sul-coreanas. Assim como o ex-primeiro ministro japonês Yukio Hatoyama (2009-2010), que prometera a retirada da base estadunidense de Okinawa durante sua campanha, a presidente não obteve êxito nas tratativas. O comando militar, ao invés de ser transferido para Seul, foi mantido com os EUA e a transição adiada por tempo indeterminado³⁷.

Em relação à aproximação da Coreia do Sul com China, outro ponto de possível tensão com Washington, o governo Park procurou conduzir o processo sem gerar desconfiças nos Estados Unidos. Segundo Snyder (2016), o corpo diplomático da Coreia do Sul procurou manter consultas constantes aos EUA durante o processo de aproximação com a China para evitar desconfiças mútuas.

À medida que as relações entre EUA e China se acirraram, com o estabelecimento do pivô asiático para a China, a posição sul-coreana ficou fragilizada. Diante desse quadro de pressão sobre a China, a posição estratégica sul-coreana ganhou relevância significativa para os EUA. Assim, a Coreia do Sul ficou diante de um dilema: atender às demandas da parceria estratégica com seu aliado preferencial ou assegurar a independência da sua estratégia de inserção internacional? Esse panorama ficou evidente com a discussão acerca da renovação dos caças da Coreia do Sul. A escolha final pela compra do F-35 em 2014³⁸, produzido pela *Lockheed Martin*, foi vital para que o projeto estadunidense saísse do papel e colocou em segundo plano o projeto de desenvolvimento autônomo de caças de quinta geração (GADY, 2017).

O maior obstáculo ao projeto autonomista da Coreia do Sul foi o projeto estadunidense de instalar escudos antimísseis na península coreana. O Terminal de Defesa Aérea de Grande Altitude (THAAD) trata-se de um escudo antimísseis voltado, alegadamente, a defender a Coreia do Sul da ameaça nuclear da Coreia do Norte. Em julho de 2016, Coreia do Sul e Estados Unidos acertaram a instalação do THAAD³⁹ no Condado de Seongju, no sudeste do país, após

³⁷ O projeto de transição no comando não era um consenso na Coreia do Sul. Havia muitas resistências dentre as elites políticas e militares do país quanto à mudança.

³⁸ Em 2017, a Coreia do Sul avançou no projeto de comprar mais 20 unidades do F-35. Essas 20 unidades se somariam às 40 unidades acordadas em 2014 (GADY, 2017).

³⁹ O sistema THAAD - que pode destruir ogivas de entrada acima da atmosfera - estará inserido em rede de defesa de mísseis em camadas, que também inclui sistemas de defesa aérea *Patriot* destinados a interceptar alvos em altitudes relativamente baixas. Além disso, a Coreia do Sul está desenvolvendo um sistema nacional de defesa

extensas discussões que começaram ainda em meados de 2014. Ambas as partes declararam que a implantação foi planejada como medida defensiva para assegurar Seul frente aos mísseis balísticos da Coreia do Norte. Todavia, China e Rússia se opuseram à implantação, atrasando-a devido às preocupações sul-coreanas acerca dos efeitos que a oposição de Pequim e Moscou poderia ter para o relacionamento bilateral desses países com a Coreia do Sul.

A partir da perspectiva russa e chinesa, a instalação do THAAD representa uma ameaça à capacidade de segundo ataque dos dois países. E, embora o argumento seja de que é voltado à Coreia do Norte, para Rússia e China o escudo tem o objetivo de assegurar a condição de primazia nuclear dos EUA no Leste Asiático. Cabe destacar que esse tipo de ação ocorreu em relação à Rússia no Leste Europeu, a partir da promessa de instalação de escudos antimísseis na República Tcheca e na Polônia. Reiteradamente, a China solicitou que não houvesse a instalação do THAAD. A dissuasão é um elemento estruturante para as relações entre as Grandes Potências desde a Guerra Fria. Por isso, ceifar China e Rússia das capacidades de segundo ataque afeta diretamente o equilíbrio internacional. Particularmente, o temor sul-coreano deveu-se às retaliações econômicas chinesas aplicadas a Seul. A instalação do THAAD evidenciou que os interesses geopolíticos dos EUA podem incidir diretamente sobre a política externa sul-coreana, que é dependente e condicionada pelas ações de Washington. Além disso, a partir da eclosão da crise política em Seul, após as denúncias de corrupção no governo Park que levaram ao seu *impeachment*⁴⁰, o país perdeu a condição de manter a altivez frente ao cenário externo conturbado.

Após o *impeachment*, Moon Jae-In (Partido Democrático) assumiu o poder na Coreia do Sul. Moon apoia a reunificação da península coreana e a reabertura do Complexo de Kaesong. Assim que assumiu a presidência, procurou adotar uma pauta de reforma dos *chaebols*, especialmente voltada ao aumento da transparência nas relações entre os conglomerados e o governo sul-coreano. No último trimestre de 2017, Moon buscou se

antimísseis, conhecido como L-SAM e equivalente ao THAAD, com entrada de serviço prevista para 2023-24 (KOIKE, 2017).

⁴⁰ As investigações que levaram ao impeachment partiram da análise da relação entre Park e Choi Soon-Si (filha do líder “espiritual” da Igreja da Vida Eterna e mentor da presidente, Cho Tae-min). As descobertas levaram ao entendimento de que havia uma estreita ligação entre as duas em outubro de 2016. A intensidade da relação entre Choi e Park era tamanha que a amiga da presidente influenciava desde o modo de se vestir até indicações políticas para cargos no governo. Contudo, segundo as conclusões, o mais agravante da situação teria sido o fato de que Choi teve acesso a informações e documentos oficiais da presidência, e que teria usado deles, e da influência sobre Park, para conseguir doações milionárias de grandes empresas sul-coreanas (Samsung, LG e Hyundai) para a criação de fundações e para enriquecimento pessoal. Há dúvida na sociedade acerca da real participação da presidente na história: enquanto uns acreditam que Park teria orientado Choi e seus assessores a arrecadar esse dinheiro; outros defendem que a presidente fora um mero “fantoche”. A soma de todas essas acusações culminou na abertura de um processo de impeachment em dezembro de 2016 (BBC 2017).

reaproximar de Pequim, com vistas a discutir o desenvolvimento das capacidades nucleares e balísticas de Pyongyang. Especialmente, pois Seul passou a investir na busca por políticas de segurança mais agressivas, que afetam as relações com China.

Uma das decisões que mais abalaram tais relações foi o aumento da cooperação militar com o Japão e com os EUA, o que implicou no aumento da presença americana na península coreana, o que ia contra os interesses chineses. A China, apesar de ter interesse na desnuclearização da Coreia do Norte, nos últimos anos tem estado mais preocupada com o alinhamento da Coreia do Sul com os EUA, que poderia vir a frear a crescente aproximação da China com Seul e restringir a condição de Pequim de atuar na contenção da escalada de conflitos entre as duas Coreias. Principalmente, pois os Estados Unidos passaram a sinalizar a possibilidade de ataques limitados à Coreia do Norte. Assim, apesar de tentarem aproximar suas relações e sua atuação no contexto regional, China e Coreia do Sul apresentam objetivos de segurança divergentes que colocam sua cooperação em xeque.

Mesmo que tenha optado pelo alinhamento com os EUA e o Japão para conter o avanço nuclear norte-coreano, a Coreia do Sul tem mantido seus esforços e compromissos nas negociações com a China. Em outubro de 2017, após reunião entre diplomatas chineses e sul-coreanos, o ministro das Relações Exteriores da Coreia do Sul, Kang Kyung-wha afirmou que não era uma pretensão de Seul a expansão do THAAD, assim como reiterou que a Coreia do Sul não se uniria à nenhuma rede de defesa antimísseis norte-americana, e que a cooperação securitária entre Coreia do Sul, EUA e Japão não se transformaria em uma aliança militar trilateral (PANDA, 2017).

Após esta reunião, foram comunicadas as intenções de Seul e Pequim de retomar as boas relações em um curto período, assim como as abstenções de Seul quanto à votação dos tópicos acima apresentados (expansão do THAAD, aliança ao sistema antimísseis dos EUA e aliança trilateral com EUA e Japão), ficando conhecidas como “os três nãos de Seul”. A China tomou estes “nãos” como compromissos consensuais da Coreia do Sul, embora não sejam especificadas as implicações para ambos os lados (MCGUIRE, 2018). Contudo, em dezembro de 2017, após novo encontro entre Xi Jinping e Moon Jae-in, os dois países chegaram a um acordo e estabeleceram os “quatro princípios para garantia da paz e da estabilidade na Península Coreana” que postulam que: (i) guerras na Península Coreana jamais serão toleradas; (ii) o princípio de desnuclearização da Península será firmemente mantido; (iii) todos os problemas, incluindo a questão da desnuclearização da Coreia do norte devem ser resolvidos de maneira pacífica, através do diálogo e de negociações; (iv) a melhora nas relações inter-coreanas será

bastante eficaz na resolução das questões que envolvem a Península Coreana (REPUBLIC OF CHINA, 2017).

Além de firmar tais princípios, as novas negociações com o Pequim contribuíram, em alguma medida, para o afastamento entre Seul e Tóquio, limitando o escopo dos acordos com o Japão apenas ao compartilhamento de inteligência militar relacionada à contenção dos programas nucleares e de mísseis da Coreia do Norte (ORCHARD, 2018). A reaproximação sino-coreana trata-se da retomada da tendência de convergência que vinha ocorrendo desde o governo de Park. Moon acredita que as duas nações devam reunir esforços para gerir as questões relativas à Coreia do Norte. A atuação coordenada diluiu as pretensões unilaterais dos Estados Unidos de perpetrar um ataque militar.

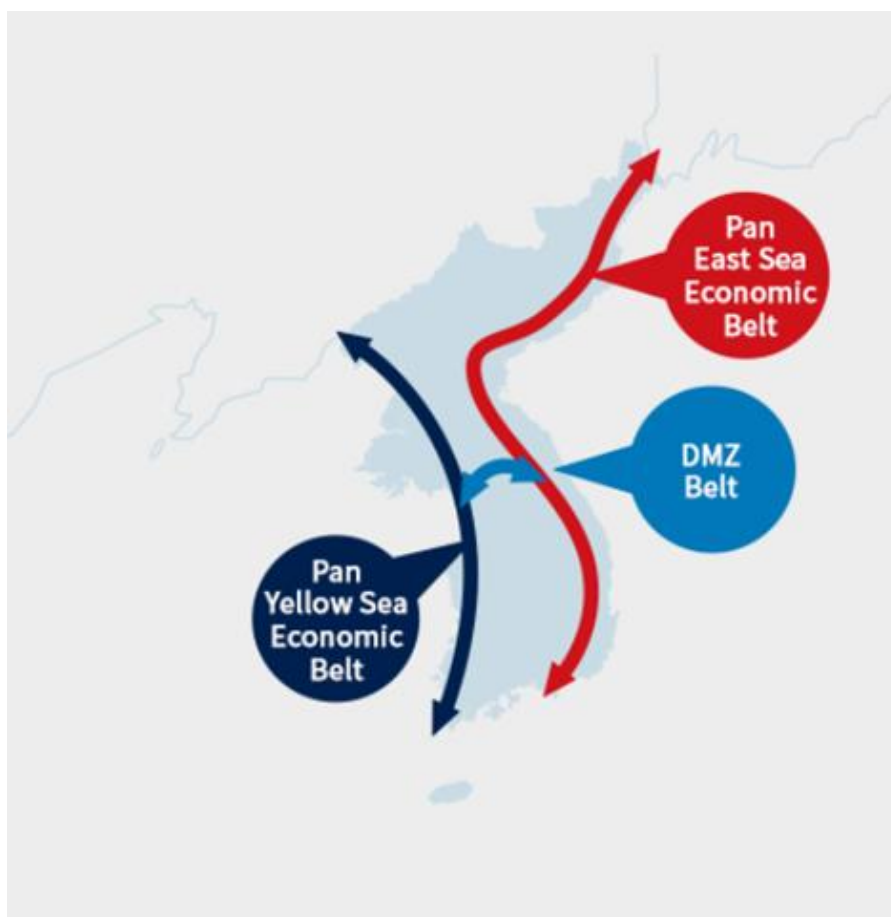
Interessante notar que a Coreia do Sul, no âmbito da terceira cúpula entre Moon e Xi, tratou de tranquilizar a China em relação a algumas de suas maiores preocupações no campo securitário, através de seus “três não” e dos quatro princípios firmados por Moon e Xi. Com isso, a Coreia do Sul demonstrou que prioriza as relações com a China, sem deixar de lado também o seu interesse na desnuclearização da Coreia do Norte. A postura de Seul permitiu que Pequim decidisse abrandar algumas das sanções que havia imposto à Coreia do Sul, e mudou sua posição irredutivelmente contrária ao THAAD (segunda a qual exigia sua remoção imediata), para uma pressão mais tênue que gira em torno de uma possível retirada (HE-SUK, 2017).

Mesmo que o governo de Moon Jae-in venha cumprindo as soluções propostas no acordo com a China, que implica no congelamento das questões nucleares atreladas à Coreia do Norte, ratificadas pelo encontro com Kim Jong-Un em abril, a situação das relações com Estados Unidos pode impactar sobre essa estratégia regional. Conforme afirma McGuire (2018), o sinal mais claro de que o governo sul-coreano segue alinhado com os EUA e comprometido com a pressão máxima à Coreia do Norte foi a presença de seu ministro das Relações Exteriores em um encontro multinacional realizado em Vancouver em janeiro de 2018, voltado a discutir mecanismos para aumentar a pressão diplomática e econômica sobre Pyongyang, do qual Rússia e China foram excluídas (REUTERS, 2018). No momento atual, o governo de Xi Jinping está apenas observando e esperando para ver até que ponto a Coreia do Sul manterá a estratégia alinhada com a Pequim, motivo pelo qual ainda não retirou por completo as sanções aplicadas à Seul, de modo a ainda exercer certo controle e influência sobre o país.

A realização da cúpula inter-coreana em *Panmunjon*, em abril de 2018, abre espaço para efetivo avanço nas negociações para estabilização da situação na península. Por essa razão, os

resultados efetivos do encontro entre Moon e Kim Jong-Un serão importantes para a avaliação do futuro das relações regionais. Os dois líderes ratificaram o compromisso com a desnuclearização da península e o interesse em aprofundar a construção de medidas para o aumento da confiança mútua. O governo de Moon Jae In procura inserir o avanço das relações inter-coreanas em um plano mais amplo de construção de infraestrutura na península e de integração com a região. Nesse sentido, observa-se que apesar de pertencerem a alas políticas distintas, o plano de Moon aproxima-se do plano de Park. A Figura 11 apresenta os cinturões econômicos pretendidos por Seoul.

Figura 11 - Cinturões Econômicos na Península Coreana (Moon Jae In)



Fonte: Korea Net (2018)

A proposta do cinturão do Mar Amarelo é um corredor industrial voltado à integração com a China, e conectaria Seul, Kaesong e Pyongyang. O cinturão do Mar do Leste é voltado à aproximação com a Rússia e centrado no transporte de recursos naturais e energéticos. Além disso, o cinturão da Zona Desmilitarizada seria baseado no turismo e na proteção ao meio ambiente. Esses projetos, portanto, se vinculam à política de engajamento com o norte. Por essa

razão, pode-se dizer que a política de aproximação não é ocasional por parte da Coreia do Sul e tem transcendido as políticas de governo.

4.1.5 A Política Externa do Japão no governo Shinzo Abe: entre o nacionalismo e o isolamento regional

Desde a chegada ao poder em 2012, o primeiro-ministro Shinzo Abe procurou alterar o perfil de atuação do país voltado à integração regional e concertação com a China. As mudanças implementadas pelo primeiro-ministro configuram uma revolução silenciosa na inserção internacional do país. O principal objetivo do primeiro-ministro tem sido revigorar o protagonismo japonês.

A partir da consolidação da ascensão chinesa, as análises sobre o papel do Japão na Ásia ficaram obliteradas. A situação se agravou pela situação de relativa estagnação econômica que o país vivencia desde a década de 1990. Entretanto, o Japão é ator fundamental para o concerto regional. O país chegou a ser considerado por autores como Paul Kennedy (1989) e Giovanni Arrighi (1994) como a potência capaz de desafiar a hegemonia dos Estados Unidos, contudo, não conseguiu superar o dilema representado pela Doutrina Yoshida, segundo a qual o Japão deveria centrar seus esforços no crescimento econômico, relegando sua segurança externa aos Estados Unidos. O país chegou a ocupar a posição de segunda maior economia do mundo por um longo período, entre os anos 1980 e meados da década de 2000, mas não teve meios para assegurar sua autonomia securitária.

A ascensão econômica japonesa após a Segunda Guerra Mundial está vinculada à importância que o país adquiriu na estratégia americana de contenção do comunismo no extremo Oriente. Paradoxalmente, o processo de estagnação deriva da concorrência intercapitalista promovida justamente pelos Estados Unidos e das transformações geopolíticas ocorridas com o final da Guerra Fria. Desde então, pode-se dizer que o país ainda visa encontrar uma Grande Estratégia adequada ao contexto pós-Guerra Fria.

Nessas últimas três décadas, o Japão oscilou entre afirmar-se como principal aliado dos Estados Unidos na Ásia ou aprofundar as relações com os demais atores regionais, especialmente com a China. É nesse quadro de incertezas que o governo de Shinzo Abe vem estabelecendo uma mudança de programa na política externa, ou seja, mantêm-se os objetivos, mas mudam-se os meios para atingi-los (HERMANN, 1990). A perspectiva de aliança prioritária com os Estados Unidos e a crença nas instituições multilaterais do sistema ONU se

mantêm, contudo Tóquio vem promovendo uma reinterpretação da sua constituição pacifista e diversificando seus parceiros globais.

O terremoto ocorrido no Japão em março de 2011 foi um ponto de inflexão na política japonesa. A partir do terremoto, desencadeou-se uma “crise tripla”: os efeitos do terremoto em si, o tsunami e o desastre nuclear. No momento em que o desastre aconteceu, o Partido Democrático do Japão (PDJ) encontrava-se no poder desde 2009. As crises provocadas pelo terremoto, somadas ao baixo desempenho econômico, à proposta de aumento de impostos e aos reveses na política externa, levaram a uma grande rejeição do PDJ. Mais do que isso, os efeitos trágicos, especialmente em Fukushima, levaram ao aumento de manifestações contra o uso da energia nuclear. Esse processo suscitou uma série de questionamentos no âmbito da sociedade japonesa acerca do modelo energético do país.

Diante desse cenário de crise interna, o governo do primeiro-ministro Yoshihiko Noda (2011-2012) procurou reforçar sua aliança com os EUA e assegurar apoio político interno através de um crescente conservadorismo no plano regional. Apesar da plataforma histórica do PDJ ser assentada na maior aproximação com a China, diante da instabilidade política a opção foi por asseverar o apoio de Washington. Apesar disso, o PDJ não conseguiu manter a maioria necessária para continuar governando. Esse processo levou ao retorno do PLD ao poder.

Nas eleições para a Câmara Baixa de 2012⁴¹, junto com o Novo Komeito, partido aliado, o PLD possuía a maioria necessária de dois terços para reformas constitucionais e para barrar vetos da Câmara Alta (no qual o PLD não possuía dois terços). Já o PDJ, principal partido de oposição, ficou com 57 parlamentares (NIPPON, 2012). A oposição ficou dividida e enfraquecida após essa eleição. Shinzo Abe, como líder do PLD, assumiu como primeiro-ministro em dezembro de 2012, cargo que já havia ocupado entre 2006 e 2007.

Ainda durante sua campanha de 2012 e no primeiro ano do segundo mandato (2013), Shinzo Abe já adotava uma retórica com forte tom nacionalista e a favor de uma maior proatividade japonesa na esfera regional. Entre os lemas destacam-se “o Japão está de volta” e “rejuvenescer o Japão”. Entre as principais bandeiras de Abe estava a busca por uma “normalização” do Japão, que deveria se livrar das amarras existentes desde a Segunda Guerra Mundial. No âmbito econômico, o plano “Abenomics” levaria a retomada do dinamismo na economia japonesa, a qual se encontra estagnada desde a década de 1990 e com tendências preocupantes, como a deflação e o envelhecimento da população (HARARI, 2013).

⁴¹ O Partido Liberal Democrata (PLD) obteve 294 dos 480 assentos, marcando uma grande virada eleitoral.

O plano de Abe estruturava-se em três pilares fundamentais:

- a) uma política monetária mais flexível, com a meta de inflação de 2%;
- b) uma política fiscal expansiva, aumentando os gastos do governo a fim de estimular o consumo no país – nesse campo se incluem também o aumento dos gastos militares e a realização das Olimpíadas de 2020; e
- c) reformas estruturais para garantir o crescimento e a competitividade da economia no longo prazo. Essas reformas econômicas, no entanto, não atingiram o efeito inicial desejado. Nos primeiros anos a inflação não atingiu 2% e a economia não cresceu significativamente, inclusive com queda do PIB em anos posteriores (STRATFOR, 2016). Abe também não conseguiu aprovar reformas significativas no campo econômico, pois o governo gastou seu capital político na política externa e em reformas securitárias aprovadas em 2015.

Durante o governo de Abe, houve um notável aumento das capacidades nacionais de defesa do Japão e um esforço por uma reforma securitária. Desde a Segunda Guerra Mundial, o Japão teve suas capacidades militares e de defesa limitadas pela Constituição, como, por exemplo, a incapacidade das Forças de Autodefesa do Japão de atuarem em favor de aliados. Assim, o PLD propôs uma reforma a fim de eliminar essa e outras limitações⁴², mesmo com enormes protestos populares.

Para acompanhar as reformas, foi lançado em 2013 um plano que contava com um forte aumento do orçamento militar para os anos seguintes e de desenvolvimento nacional de novos armamentos. A política externa do governo de Abe também contou com forte nacionalismo e uma busca pela retomada de importância regional e global do Japão. Para isso, buscou um aprofundamento da aliança militar com os Estados Unidos e com outros países, como Índia e Austrália. O restabelecimento do Encontro Quadrilateral sobre Cooperação Regional entre EUA-Japão-Índia-Austrália, que envolve questões militares, inclusive com a realização de exercícios militares conjuntos, é um dos símbolos desse processo (PANDA, 2017).

Um dos principais objetivos era o isolamento e o cercamento da China, que aos olhos do Japão representa uma ameaça tanto econômica quanto militar. Nesse contexto, Tóquio forneceu equipamento militar e apoio financeiro a partir da reforma da política oficial de auxílio financeiro ao exterior (*Official Development Assistance – ODA*), o que permitiu sua utilização estratégica em países com divergências com Pequim, como Filipinas e Vietnã.

⁴² Destaca-se como exemplo a proibição de exportar armamentos para países em conflito.

A questão nuclear na Coreia do Norte manteve-se como uma das prioridades securitárias para Tóquio. A aposta na aquisição e desenvolvimento de sistemas de defesa antimísseis foi uma prioridade na esfera da defesa. No campo geopolítico, interessava ao Japão assegurar um papel relevante na estratégia dos EUA de contenção da ameaça norte-coreana. Principalmente, pois a coordenação entre Seul e Pequim foi crescendo ao longo do mandato de Abe.

O primeiro-ministro japonês visitou quase cinquenta países em seus dois primeiros anos de mandato, um número bastante alto em comparação aos seus antecessores (PANDA, 2014). Essas viagens tinham como objetivo a abertura de mercados para empresas japonesas, o apoio político para seu maior engajamento regional e global, assim como para suas reformas militares, e o isolamento chinês. O Japão manteve distância de dois vizinhos importantes: a Coreia do Sul e a China. O primeiro-ministro Shinzo Abe não se encontrou com as lideranças da Coreia do Sul durante todo o seu segundo mandato e ficou sem se reunir com o presidente chinês Xi Jinping por quase dois anos. A relação entre Japão e seus dois vizinhos foi ainda prejudicada pela retomada por Tóquio de um discurso que negava agressões ocorridas durante as ocupações japonesas da Coreia e da China no século XX.

Um dos pontos de maior tensão do governo de Abe foi a disputa com a China pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, que ficam no mar do Leste da China. Tanto Tóquio, que controla efetivamente as ilhas, quanto a China, disputam a soberania sobre as ilhas há décadas. Porém, em 2012, o governo Noda adquiriu as ilhas de um proprietário privado, causando graves reações do governo e da população chinesa. Pequim protestou diplomaticamente e contestou a aquisição, enquanto diversos protestos anti-nipônicos aconteceram pelo país. Desde então as tensões escalaram na região, com ambos os países realizando operações militares provocativas e aumentando a presença de efetivos na região⁴³. Essas tensões tiveram repercussões na economia, com uma significativa queda do comércio bilateral e dos investimentos japoneses na China.

As relações sino-japonesas, que já estavam deterioradas desde 2012 devido à questão das ilhas Senkaku/Diaoyu, ficaram ainda piores quando a China decidiu estabelecer, em novembro de 2013, a ADIZ no Mar do Leste da China. A ADIZ estabelecida pela China abrangia as ilhas disputadas entre os dois países, bem como uma região de interesse da Coreia

⁴³ As sondagens chinesas em torno das ilhas Senkaku/Diaoyu aumentaram no início de agosto de 2016, quando mais de 300 barcos de pesca chineses – que segundo os serviços de inteligência de defesa do Japão compõem uma milícia marítima irregular – receberam apoio dos navios da Guarda Costeira da China enquanto realizavam uma série de incursões na zona econômica exclusiva do Japão em torno das ilhas, aumentando os temores em Tóquio de que Pequim estava promovendo uma campanha de guerra híbrida destinada a corroer o controle japonês dos recursos. Além disso, aviões militares chineses abordaram o espaço aéreo japonês em número recorde (571 vezes entre 2015 e 2016), de acordo com o Ministério da Defesa em Tóquio (IISS, 2018).

do Sul e Taiwan (RINEHART; ELIAS, 2015). Em termos mais amplos, a adoção da ADIZ pela China reflete uma transformação na perspectiva do país em relação ao contexto regional. O Japão, que já vinha se afastando da China mesmo antes da chegada de Abe ao poder, ampliou sua retórica nacionalista diante desse quadro. Um exemplo disso é a visita do primeiro-ministro ao Santuário de Yasukuni, em 2013, que homenageia os soldados japoneses da Segunda Guerra Mundial, gerando reações por parte da China e Coreia do Sul, pois remonta ao passado colonialista do Japão. Essa postura de distanciamento da China advém do fracasso no avanço do processo de cooperação regional e do apoio político dos nacionalistas ao primeiro-ministro. A corrente anti-China, historicamente presente, era a essa altura (e ainda é) predominante dentro do governo do PLD. Por isso, a construção do argumento de renascimento do Japão passa pelo estabelecimento de uma postura de autoafirmação diante dos vizinhos. Porém, essa reorientação nacionalista, no que diz respeito às relações bilaterais com a China, mostra-se problemática para o Japão. Em primeiro lugar, a China é um dos principais parceiros econômicos do Japão. Não é simples para a economia do país substituir o papel que a China exerce em termos de absorção dos produtos japoneses. Especialmente para um país cuja economia não consegue crescer de modo significativo desde os anos 1990. Em segundo lugar, do ponto de vista geopolítico, a política de acirramento com a China deixava o Japão em uma posição de isolamento. Isso pôde ser observado, principalmente, quando a Coreia do Sul procurou aproximar-se da China no governo da presidente Park Geun-Hye, a partir de 2013. Outro ponto no qual se afasta da governança regional pode ser observado com a não participação japonesa nas discussões sobre a questão na península coreana que ocorreram nos últimos anos.

Em termos de política interna, entretanto, a postura nacionalista parece ser o pilar capaz de dar certa coesão para o PLD após anos de fraturas internas no partido, especialmente na medida em que a tendência nacionalista no país vinha se fortalecendo mesmo no governo anterior do PDJ. Ainda no governo Yoshihiko Noda, o país reforçou os laços com os EUA, aproximou-se do TPP e anunciou a compra dos caças F-35. A soma dessas iniciativas afastou o país da China e agradaram aos setores conservadores nacionalistas (AUSLIN, 2016).

O reforço do nacionalismo na China e no Japão se retroalimentavam. À medida que a China reagia ao nacionalismo japonês com mais assertividade, a pauta anti-China era reforçada, em uma espiral de acirramento. Além desse cenário, a postura mais agressiva da China no Mar do Sul chinês fortalecia a perspectiva japonesa de romper com suas restrições militares constitucionais para poder lidar com esse novo quadro. É nesse contexto que o Japão se afasta da visão mais institucionalista da ordem internacional e passa a adotar uma postura mais pragmática. O país, desde o final da Guerra Fria, assentou sua atuação internacional nos fóruns

multilaterais e na crença no sistema ONU como principal mecanismo de governança. Entretanto, a mudança de conjuntura regional ensejou uma alteração nessa perspectiva. De um lado, procurou reforçar a capacidade econômica do país através das reformas internas e pela diversificação dos parceiros econômicos. Assim, o Japão diminuiu sua taxa de juros, assinou o TPP em 2015, e procurou estabelecer acordos bilaterais com países aliados do Sudeste Asiático, como as Filipinas. De outro lado, passou a adotar uma série de medidas com vistas a se tornar um ator geopolítico e securitário relevante. Para tanto, criou, em 2013, o Conselho Segurança Nacional, flexibilizando as leis para exportação de armamentos com vistas a reforçar a base industrial japonesa de defesa, ampliar a militarização das ilhas, dentre outras medidas. Em 2015, o parlamento japonês aprovou legislação sobre segurança que permite que Tóquio exerça o direito de autodefesa coletiva. A aprovação dessas leis gerou uma série de manifestações contrárias às alterações na constituição. A partir de então, o governo do primeiro-ministro Shinzo Abe procurou, em 2016, consolidar sua posição em questões de segurança, antes de considerar implementar outras reformas mais profundas.

Essas medidas nacionalistas, em um primeiro momento, acabaram por gerar certo isolamento do país. Afinal, a China possui uma presença global mais significativa e tem uma liderança regional mais consolidada. Desse modo, o país observou uma convergência crescente dos interesses de China, Rússia e Coreia do Sul, agravada pela prioridade dada pelos EUA a outras regiões que não o Nordeste Asiático. Diante desse quadro, Abe parecia estar diante de um dilema: recuar na sua postura mais assertiva frente à China ou aumentar a aposta na nova postura de contrabalanço a Pequim.

Em 2016, durante a cúpula do G7, o governo japonês procurou evitar controvérsias sobre política externa – ou questões relacionadas à história colonial – que poderiam minar a posição do primeiro-ministro e afetar o apoio eleitoral interno. O governo trabalhou para melhorar as relações com a Coreia do Sul, o que permitiu a assinatura de um acordo sobre a questão das "*comfort women*". Ainda na busca por melhorar as relações regionais, Abe buscou se reunir com Xi Jinping à margem das cúpulas internacionais e diminuiu o ritmo da realocação da base dos Fuzileiros Navais dos EUA, localizada em Futenma. Além disso, diplomatas japoneses organizaram a visita do presidente dos EUA, Barack Obama, a Hiroshima após a Cúpula do G-7, gerando significativo prestígio doméstico e internacional para Abe e mostrando a força dos laços entre EUA e Japão (JAPAN TIMES, 2016).

O cenário regional, portanto, foi bastante adverso para o Japão. Frente a esse quadro, a resposta foi dupla: de um lado, procurou amenizar a retórica anti-China, mas de outro, procurou estabelecer uma mudança de programa de sua política externa. Assim, desde o final de 2015, o

Japão vem procurando consolidar essa nova perspectiva. Essa mudança de programa está baseada no incremento do pragmatismo na escolha dos parceiros, na dissociação das pautas econômicas e políticas no âmbito externo e na busca por ampliar o *status* de ator relevante em termos de segurança internacional. O êxito na estratégia de Abe passa pela solidificação das relações com os Estados Unidos. Isso não significa que o país busque uma posição de subserviência plena em relação a seu parceiro histórico, mas sim que há o entendimento de que a condição, ao menos no momento, para se estruturar como uma potência de efetivo alcance global passa pela manutenção da aliança estratégica com os EUA.

É a partir dessas perspectivas que se justificam as discussões sobre em que medida as transformações promovidas por Abe representam uma revolução na política externa japonesa. As iniciativas mais significativas em termos de política internacional do governo Abe talvez estejam na busca pelo estabelecimento de uma versão nipônica do “Going Global” chinês. Essa estratégia refere-se à busca por diversificação de parcerias e de investimentos, bem como ao encorajamento das empresas nacionais à internacionalização para regiões estratégicas do globo. O número elevado de viagens internacionais realizadas pelo primeiro-ministro simboliza esse processo. Dentre as regiões estratégicas destaca-se o avanço da aproximação com o continente africano e, especialmente, com Índia e Rússia. Em relação à África, não é de hoje que o continente tem sido alvo das disputas de interesses das grandes potências. Entretanto, para o Japão, isso tem se intensificado apenas recentemente, como estratégia para evitar o isolamento oriundo das políticas nacionalistas. O estabelecimento de um pivô japonês para a África tem como marco a realização da Sexta Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD), no Quênia, em agosto de 2016. Cabe destacar que essa foi a primeira TICAD realizada na África e não no Japão⁴⁴ (BERKSHIRE MILLER, 2016). Essa assertividade em relação à África marca uma transformação na atuação japonesa, com o abandono de uma visão assistencialista e a adoção de relações baseadas no comércio. Ademais, as iniciativas transcendem a esfera estritamente governamental e passam a incluir o setor privado⁴⁵. Além do objetivo de diversificar suas parcerias globais, a parceria com o continente

⁴⁴ Shinzo Abe foi ao Quênia e prometeu mais de US\$ 30 bilhões em investimentos em infraestrutura no continente para os próximos três anos

⁴⁵ O Japão, nessa oportunidade, adotou um discurso de parceiro econômico e não de doador, como ocorria tradicionalmente. Mais de uma centena de empresários acompanharam o primeiro-ministro na viagem ao Quênia. Os maiores parceiros japoneses no continente são África do Sul, Nigéria e Egito. Em termos comparativos com a China, a presença japonesa ainda é tímida, porém, apresenta uma tendência crescente.

africano⁴⁶ justifica-se pela necessidade de segurança no abastecimento energético, uma vez que o custo da energia no país elevou-se após o acidente de Fukushima. Nesse sentido, cabe destacar que, com a reinterpretação da constituição pacifista, o país possa ampliar seu envolvimento militar em outras regiões.

Em relação à Índia, o país possui boas relações com o governo de Narendra Modi. Inclusive, em novembro de 2016, os dois países assinaram um acordo de cooperação nuclear. Embora tenha gerado reações dos grupos contrários ao uso da energia nuclear, principalmente no Japão, o acordo insere-se na perspectiva de balanceamento geopolítico da China. Não se trata de uma estratégia confrontacionista em relação à China, mas de uma tentativa de consolidar uma aliança com vistas a equilibrar a balança regional a seu favor e de colocar o Japão em condições de disputar os mercados da ASEAN e do sul da Ásia. Afinal, essas são regiões que estão no centro da geoeconomia asiática atual, e intrinsecamente vinculadas às dinâmicas político-securitárias que caracterizam as relações triangulares entre China, Japão e Índia.

Dentro dessa estratégia japonesa multidimensional, a aproximação com a Rússia vem ganhando importância estratégica. Desde o recrudescimento das relações da Rússia com o Ocidente, o governo de Putin procurou ampliar a inserção do país na Ásia. Especialmente após a eclosão da crise na Ucrânia em 2014, o país buscou amenizar seu isolamento internacional através de uma maior aproximação da China. Assim, as relações sino-russas aprofundaram-se à medida que os EUA aumentaram a pressão sobre os dois países. Sob a perspectiva japonesa, essa aproximação configura-se como fator de ameaça para a posição geopolítica do país no extremo oriente. Entretanto, a aproximação com a Rússia era um tema de difícil solução para a política externa japonesa. Afinal, além de o governo Putin estar sob as ameaças do ocidente, Japão e Rússia possuem disputas territoriais históricas sobre as Ilhas Curilas, as quais remontam à Segunda Guerra Mundial. Historicamente, a plataforma de política externa do Japão era baseada na indissociabilidade entre questões econômicas e políticas. Ou seja, o país nipônico não estabeleceria cooperação comercial com a Rússia enquanto não se resolvessem as questões territoriais. O governo Abe, todavia, vem procurando estabelecer uma nova abordagem nas relações bilaterais com o governo Putin (BROWN e KOZINETS, 2016) através de uma postura mais pragmática. Abe visitou a Rússia quatro vezes no intuito de ampliar o grau de aproximação entre os dois países. Embora haja um receio por parte do setor privado japonês em investir na

⁴⁶ Outra característica dessa presença japonesa no continente é sua atuação em missões de paz. O caso mais significativo é na Missão de Paz das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) onde o país tem ampliado sua participação ao longo de 2016 (IGHOBOR, 2016).

Rússia devido às sanções do G7, o governo vem tentando compensar isso com iniciativas baseadas no Banco para Cooperação Internacional do Japão (JBIC). A aproximação russo-japonesa é uma das principais apostas e reviravoltas estabelecidas por Shinzo Abe no extremo oriente. Além de abrir espaço para o estabelecimento de um tratado de paz entre os dois países, atende aos anseios da Rússia, afetada pelas sanções ocidentais, e gera um balanço em relação à aproximação entre Rússia e China. Apesar disso, ainda é cedo para que se possa afirmar se a estratégia japonesa irá surtir efeito.

O que se pode observar na atual conjuntura, contudo, é que a despeito dessa busca por ajustar sua política externa, o Japão foi progressivamente tornando-se o ator mais frágil no que tange à resolução da principal questão securitária do Nordeste Asiático. A Cúpula de Panmunjon, por exemplo, foi realizada alheia à participação japonesa. Em um primeiro momento, Tóquio observou as recentes aproximações com desconfiança. Apenas com a efetivação da cúpula o Japão assumiu que ela possa representar um real avanço na busca por estabilização das relações inter-coreanas (JAPAN TIMES, 2018). Embora seja exagerado afirmar que o Japão perdeu importância estratégica, pode-se dizer que em termos relativos a política nacionalista tem promovido um auto-isolamento no plano regional.

O Japão, ao que tudo indica, não tem muito espaço de manobra nas relações regionais. Entretanto, tem atuado visando o longo prazo. O objetivo é assegurar que no futuro o país não esteja mais nessa situação. É por isso que o Japão tem liderado os esforços para lançar as bases para uma estrutura de defesa regional mais institucionalizada, ancorada pela Austrália e pela Índia, ao mesmo tempo em que intensificou o apoio em termos de segurança e assistência econômica a Estados da ASEAN envolvidos em disputas territoriais com a China. Paralelamente, o Japão também tem sido a força motriz por trás do renascimento do TPP, apesar da saída de Washington no início de 2017 (ORCHARD, 2018). Todas essas ações em política externa somam-se às mudanças na legislação interna e propiciam que o país se reafirme no plano regional em um prazo não tão distante.

A transformação da política externa de Shinzo Abe, cabe destacar, ainda está longe de ser um processo concretizado. Por isso, essas mudanças não constituem necessariamente uma revolução silenciosa, mas indicam transformações significativas na polarização regional do Nordeste Asiático. As alternativas que o Japão vem buscando para relativizar seu isolamento e para diminuir a tendência de crescimento econômico anêmico se deparam com o contexto regional e global em um período de incertezas. Dentre essas incertezas, pode-se destacar a própria postura chinesa, que tem se tornado mais assertiva nos últimos tempos. A questão diz respeito a saber de que modo o Japão vai lidar com a China. Afinal, existe uma simbiose

profunda entre os interesses dos dois países, e as dinâmicas de cooperação e conflito da região passam pela interação entre China e Japão.

Além disso, é muito prematuro afirmar se a estratégia japonesa de balanceamento da China através da parceria com países como Rússia, Índia e Coreia do Sul surtirá o efeito que se busca. No caso da Rússia e da Índia, isso se deve ao fato de que são dois países que têm interesses particulares na região muito consolidados. Embora vejam com bons olhos os investimentos japoneses, ao que tudo indica, não há uma tendência de que assumam um distanciamento em relação aos chineses.

No plano interno, a falta de consenso quanto ao projeto japonês impede que se tenha clareza sobre o futuro das transformações promovidas pelo primeiro-ministro. Afinal, a política interna japonesa encontra-se fragmentada e a participação popular tem sido cada vez menor nos processos eleitorais. Portanto, a soma desse cenário interno à conjuntura global de crise redimensiona a posição geopolítica do país no Nordeste Asiático.

4.2 AS RELAÇÕES NORTE-COREANAS COM RÚSSIA E CHINA: ENTRE O ALINHAMENTO E A AUTONOMIA

Nessa seção, analisa-se as relações de Rússia e China com a Coreia do Norte. O recorte analítico que reúne Rússia e China deriva da predominância de padrões de cooperação desses Estados com o país comunista. Além disso, quando se avalia o cenário estratégico da região observa-se que possuem tendência de alinhamento quanto à questão norte-coreana. Nesse sentido, o objetivo é verificar em que medida a atuação da Coreia do Norte condiciona a atuação de Rússia e China no Nordeste Asiático.

No que tange à Rússia, antes do final da URSS, as relações bilaterais eram bastante significativas, sendo Moscou o principal parceiro econômico de Pyongyang durante a Guerra Fria. Após a Guerra Fria, essas relações diminuíram abruptamente, sendo um fator que contribuiu para o agravamento da crise econômica na Coreia do Norte. Mais contemporaneamente, o isolamento de Moscou do Ocidente abriu espaço para uma asianização da política externa russa e, conseqüentemente, para uma aproximação com a Coreia do Norte. Desse modo, essa seção procura avaliar de que modo a ascensão de Kim Jong-Un gera efeitos para as relações do país com Moscou.

A seguir, avalia-se os efeitos dessa transição de liderança para as relações sino-norte-coreanas. Embora a China seja o principal parceiro norte-coreano, isso não representa que haja uma relação subalterna de Pyongyang frente a Pequim. Nesse sentido, o desenvolvimento do

programa nuclear na Coreia do Norte gera efeitos diversos para a China. Por um lado, ao que tudo indica, não parece interessante à China que o regime norte-coreano colapsasse, especialmente por tratar-se de uma região central para a segurança do país. Porém, por outro lado, a questão nuclear na Coreia do Norte legitima o discurso de militarização e de adoção de medidas antimissilísticas na região por parte dos EUA. Por fim, avalia-se se é possível pensar nas relações esses atores a partir de uma perspectiva triangular, na qual as interações entre dois atores afetam o terceiro vértice da relação.

4.2.1 A Política Externa da República Popular da China para o Nordeste Asiático no governo Xi Jinping

O projeto de inserção internacional chinesa tem sido alvo de inúmeros debates e corresponde a um processo ainda inconcluso de afirmação no cenário regional e de busca por maior participação nos processos decisórios globais. Pode-se dizer que o substrato que alicerça essa busca pela ampliação do protagonismo no plano internacional decorre do objetivo de manter o crescimento econômico e ampliar a estabilidade política e securitária do país⁴⁷. Assim, essa seção parte de uma breve análise histórica dos elementos formadores dos objetivos estratégicos do país, finalizando com uma análise da sua inserção internacional na segunda década do século XXI.

Após a ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC) ao poder em 1949, o país entrou em uma nova fase de sua inserção internacional, e assim procurou reverter o quadro de atraso econômico que prevalecia. Imediatamente, a China procurou se industrializar e ampliar suas capacidades produtivas com vistas a estabelecer um nível de desenvolvimento econômico capaz de dar sustentabilidade ao novo regime político.

Ao longo da Guerra Fria, a ameaça do uso de armas nucleares⁴⁸ contra o país marcou a história da China no que tange à percepção das relações regionais e internacionais do país e

⁴⁷ Não há como avaliar a inserção internacional da China sem que se considere os traumas históricos sofridos pelo país ao longo do período convencionalmente chamado de “século da humilhação”. Esse período que tem como marco inicial a eclosão da Guerra do Ópio, em 1839, e estende-se até o advento da Revolução Comunista, em 1949, ficou caracterizado pelo aprofundamento da desordem interna, do baixo nível de desenvolvimento econômico e pelas dificuldades em proteger o país de ataques de nações estrangeiras. Cabe destacar que esse cenário se deu em um contexto de grave enfraquecimento do poder central chinês (KISSINGER, 2011; SILVA, 2015).

⁴⁸ A chantagem nuclear ocorreu em ao menos três episódios decisivos: na Guerra da Coreia (1950-1953), nas duas Crises do Estreito (1954 e 1958) pelos EUA, e, em 1969, pela União Soviética (ROBERTS, 2012; VISENTINI, 2013). A ameaça do uso de armas nucleares levaria o país a iniciar a construção de uma rede túneis e procurar a desenvolver capacidades militares mais avançadas.

influenciaram no perfil de modernização militar que vem empreendendo até hoje. Essa percepção de necessidade defensiva crescente se ampliou após as crises no Estreito de Taiwan. Primeiramente, porque ao contrário do que ocorrera na Guerra da Coreia, no caso da crise do estreito, essa ameaça se dava em virtude de uma questão interna da China e não como reação a inserção internacional do país (VISENTINI, 2013). Ou seja, a China passava a temer um ataque nuclear dos EUA, em um contexto no qual, provavelmente, não poderia contar com a proteção soviética já que se trataria de um assunto interno chinês. Não é por acaso que o programa nuclear chinês inicia logo após a I Crise do Estreito⁴⁹ em 1954. Essa situação se agravou na II Crise do Estreito em 1958, durante a qual, novamente, os EUA fizeram uso da ameaça nuclear para intimidar a China. Durante a Segunda Crise, a URSS deu um apoio muito tímido à China, o que reforçou a necessidade de buscar mecanismos para desenvolver capacidades defensivas autônomas⁵⁰. Especialmente, em 1969, durante os atritos fronteiriços entre URSS e China, os soviéticos ameaçaram nuclearmente a RPC. Assim, pode-se dizer que a noção de isolamento internacional, somada à vulnerabilidade defensiva do país, fortaleceram as correntes progressistas dentro do PCCh e acabaram por impulsionar as reformas pragmáticas que seriam adotadas a partir dos anos 1970 (KISSINGER, 2011; ROBERTS; 2012; VISENTINI; 2013).

Em virtude da Guerra da Coreia (1950-1953), das crises no Estreito de Taiwan (1955 e 1958) e do fracasso do Grande Salto Adiante⁵¹ (1958), o projeto de rápida industrialização não obteve êxito suficiente para reverter o quadro de subdesenvolvimento e muito menos para consolidar a modernização do país (ROBERTS, 2012; DAMAS, 2014). Na década de 1970, iniciaram as tratativas entre Pequim e Washington, segundo as quais China e Estados Unidos buscavam ganhos mútuos em um contexto de acirramento da Guerra Fria. Para os Estados Unidos, a aproximação com a China fazia parte de um processo mais amplo de reestruturação

⁴⁹ Em 1954, Jiang Jieshi ordenou o envio de 73 mil homens para as ilhas de Jinmen (Kinmen ou Quemoy) e Mazu (Matsu) e a RPC, em resposta, bombardeou as ilhas (PIKE, 2010; SILVA, 2015). Em dezembro do mesmo ano, Taipei e Washington assinaram um Tratado de Defesa Mútua, em caso de ataque de Pequim às ilhas de Taiwan e Penghu, localizada ao sul. Assim, o ataque das forças continentais a Jinmen e Mazu prosseguiu no início de 1955. Entretanto, com a ameaça de uso de armas nucleares e, diante da falta de apoio soviético, a China optou por recuar (VISENTINI, 2013; PIKE, 2010).

⁵⁰ Segundo Visentini (2013), essa foi uma das principais razões que motivaram a adoção do plano de modernização do Grande Salto Adiante (1958). Assim, buscava-se implementar um modelo de industrialização acelerada que pudesse atender às demandas estratégicas do país.

⁵¹ O Grande Salto Adiante tinha como objetivo principal mobilizar grandes contingentes de mão de obra do setor agrícola para o setor industrial, no intuito de criar comunas industriais rurais. Essas comunas agiram no sentido de ampliar em um prazo muito curto e de forma muito acentuada a produção nacional de ferro e aço – basicamente, a meta anunciada era alcançar a produção de aço do Reino Unido em um prazo de 15 anos. Entretanto, o plano fracassou profundamente apesar de ter contribuído para certo aumento da produção de ferro e aço. Estima-se que cerca o saldo tenha sido entre 16 e 27 milhões de mortos.

da sua estratégia de inserção internacional, que havia começado ainda em 1969, com o lançamento da Doutrina Guam.

As mudanças no contexto regional acabaram por impactar a inserção internacional chinesa, que a partir dessa nova conjuntura passa a se aproximar do Japão com vistas a fortalecer seu projeto de modernização, que ganharia força a partir da era pós-Mao Tsé-Tung. Em 1976, Deng Xiaoping (1978-1992) chegou ao poder na China e iniciou o projeto de modernização econômica defendido pela ala reformista (ROBERTS, 2012), alicerçado em reformas estruturais⁵². Cabe destacar que na visão de Deng, havia uma ligação inexpugnável entre segurança e desenvolvimento nacional. Por isso, o desenvolvimento econômico adquiriu um caráter estratégico para a defesa do país (KISSINGER, 2011). A partir de então, a China passou a vivenciar um período de vertiginoso crescimento econômico que refletiu em um processo de modernização militar. Não obstante, esse processo não ocorreu de forma equânime, nem entre os distintos setores econômicos, nem entre as regiões do país – especialmente, pois a região litorânea obteve um crescimento econômico muito mais acentuado em comparação às regiões do oeste do país (Xinjiang e Tibete, por exemplo).

O país passou a impulsionar uma reestruturação gradual da sua economia, possibilitando aquisições de propriedades, bem como o surgimento de um setor empresarial privado, a liberalização do comércio e a abertura ao exterior, através da importação de maquinário e tecnologia e a atração de investimentos externos (DAMAS, 2014; SILVA, 2015). Cabe destacar que esse processo de modernização foi conduzido e gerenciado pelo Estado que mantinha o controle do planejamento da economia. No campo industrial, o projeto de modernização buscava alicerçar-se no estabelecimento de *joint-ventures* nas Zonas Econômicas Especiais⁵³, nas quais haveria espaço para entrada de fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) (ZENG, 2011).

A China não teria avançado no modelo de crescimento liderado pelas exportações sem resolver primeiro os gargalos no abastecimento alimentar, a partir do final dos anos 1970⁵⁴, no governo Deng. O mesmo pode ser dito em relação às ZEE's, as quais foram constituídas

⁵² Quatro setores foram considerados estratégicos para o projeto de desenvolvimento do país: agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa.

⁵³ Em 1978, foi anunciada a “Política de Portas Abertas”, que culminou, em 1980, na formação de Zonas Econômicas Especiais nas províncias de Guangdong e Fujian. As ZEEs eram locus com condições privilegiadas para a realização de comércio internacional e para a atração de investimentos externos.

⁵⁴ Em 1979 inicia-se a reforma agrícola, através de contratos de responsabilidade entre o Estado e as famílias. Os incentivos materiais fizeram aumentar muito o volume de produção de cereais, resolvendo o problema de subsistência alimentar de 1 bilhão de habitantes, além do país tornar-se exportador excedentes alimentícios (JABBOUR, 2006).

inicialmente no litoral sul e depois foram interiorizadas através do Rio Yangtzé e na região norte. Tanto para a questão agrícola, quanto em relação às ZEE', foi fundamental a instalação de uma infraestrutura moderna. Dessa forma, iniciou-se um processo no qual os recursos investidos no litoral possibilitaram transferências para o interior, formando uma economia continental crescentemente integrada e inserida na economia mundial (MAMIGONIAN, 2006). Foi assim que os excedentes populacionais voltaram suas atividades para setores ligados à indústria rural – as empresas de cantão e povoado (ECPs). As ECPs, pequenas e médias empresas de caráter coletivo, foram as grandes responsáveis pela disseminação de produtos *made in China* na segunda metade da década de 1980.

A consequência dessa política de expansão da produção agrícola, de mercantilização dos excedentes e do dinamismo exportador das ECPs foi uma transformação nos padrões de consumo da sociedade chinesa. Sobretudo, isso é resultado de uma estratégia de desenvolvimento que priorizava investimentos em setores industriais nos quais um pequeno capital inicial geraria grandes rendimentos, bem como aumentava extraordinariamente o nível de emprego (JABBOUR, 2006). Portanto, houve um planejamento equilibrado entre grandes construções de infraestrutura desde os anos 1990, importações de equipamentos de alta tecnologia e implantação de indústria mecânica pesada de ponta, através de *joint-ventures* com multinacionais do ramo. Conforme foram se estabelecendo novos polos industriais dispersos por todo o país, a partir das primeiras ZEE's, a busca por integração de transportes e de segurança energética em grande escala tornou-se essencial (MAMIGONIAN, 2006). A crise econômica asiática de 1997 obrigou o Estado a aumentar o investimento público em infraestrutura a fim de estimular o crescimento econômico nacional sem precisar recorrer à desvalorização cambial.

A ação estatal concentrou-se no estímulo à agricultura familiar, em maciços investimentos em infra-estrutura e na utilização das empresas públicas como âncora para a constituição de grandes conglomerados industriais. Tudo isso foi acompanhado de uma cuidadosa transição do sistema de preços da antiga economia de comando para a nova economia de mercado (BELLUZZO, 2006, p. 12).

Podemos determinar a continuidade do acelerado crescimento econômico chinês, basicamente, a três fatores:

- a) investimentos públicos em infraestrutura;
- b) incorporação do progresso tecnológico através de *joint-ventures*;
- c) política macroeconômica e cambial. Contudo, para que a China possa se estabelecer definitivamente como uma economia desenvolvida, bem como para garantir a

segurança territorial, é crucial que seja dada ênfase na integração da região oeste, a fim de constituir uma economia continental, tal como os Estados Unidos⁵⁵.

Apesar de ter propiciado um incremento significativo nas taxas de crescimento econômico do país, as reformas de Deng não permitiram um desenvolvimento balanceado no país. Em termos geográficos, houve um crescimento do fluxo migratório de populações do interior do país em direção às regiões litorâneas, onde se localizavam as ZEEs (DAMAS, 2014). Esse processo acabou corroborando o aumento da discrepância no que tange ao desenvolvimento econômico entre o litoral e o interior do país. Cabe destacar que até os dias atuais a busca por reduzir as assimetrias entre as distintas regiões do país orienta em grande medida as ações do governo comunista.

O final da Guerra Fria gerou uma pressão sobre o modelo de desenvolvimento chinês orientado pelo Estado. A perspectiva da manutenção de um “consenso de Pequim”, embasado por um crescimento orientado pelos investimentos, sofreu pressões intensas nessa nova conjuntura. Em grande medida, o acirramento de tensões regionais⁵⁶ ampliou a necessidade do país de ampliar a sua assertividade no plano regional. Assim, procura ampliar sua participação nos fóruns regionais. Em termos securitários, alterou gradualmente sua posição na região, participando do Fórum Regional da ASEAN e comprometendo-se com as restrições ao uso da força nas disputas do Mar do Sul da China (ASEAN, 2018). O país também aumentou sua cooperação com a ASEAN, a Coreia do Sul e o Japão, o que resultou no ASEAN+3 (1997), na primeira reunião de líderes de China, Coreia do Sul e Japão (1999) e na Iniciativa de Chiang Mai (foi assinada em 2000 e entrou em vigor em 2010). Ou seja, diante de um quadro de ampliação da atuação dos Estados Unidos e aumento da pressão dos organismos internacionais para uma adequação ao receituário neoliberal, a China buscava se apoiar nos aliados regionais

⁵⁵ O desenvolvimento do oeste da China é um fator estratégico para o governo central e a manutenção da estabilidade social através do aumento do consumo das massas camponesas. As assimetrias regionais também são herança do século XIX, devido às políticas imperialistas de Japão e Inglaterra, as quais concentraram a indústria nascente no litoral (JABBOUR, 2006; ROBERTS, 2012). Ao longo da Era Maoísta, o isolamento diplomático chinês, somado ao rompimento com a URSS em 1962, impulsionou o governo a transferir as indústrias para o interior a fim de diminuir a vulnerabilidade a ataques do exterior. Nesse processo estava inerente a necessidade de autossuficiência regional, tal como as comunas soviéticas, segundo a qual no mesmo locus teria lugar a terra, a indústria, a escola, o hospital, etc. A fim de superar esse gargalo estrutural, a China passou a apostar na complementaridade regional. O litoral chinês é rico no âmbito comercial e financeiro, contudo, é pobre em recursos energéticos. Já o interior oeste é rico em recursos energéticos – detém 52% das fontes energéticas do país, incluindo aí o 2º maior potencial hidrelétrico do mundo (JABBOUR, 2006). Além disso, na medida em que se desenvolve a região oeste, impulsiona-se o caminho para Ásia Central, Oriente Médio e Europa.

⁵⁶ Tais como a terceira crise do estreito de Taiwan entre 1995 e 1996 e a emergência da questão nuclear norte-coreana.

para contrabalançar essa mudança desfavorável. Nesse contexto insere-se ainda a criação da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) em 2001.

A constituição da OCX em 2001 marca uma nova fase das relações da China com a Rússia e aproxima a RPC de uma política direcionada à Ásia Central e ao Oriente Médio. A OCX representa, por um lado, um novo episódio de balanceamento nas relações tripolares entre EUA, Rússia e China; e, por outro, reflete a intenção chinesa de consolidar iniciativas que fortaleçam o controle do país sobre regiões ainda não plenamente inseridas no projeto nacional de desenvolvimento no oeste do país⁵⁷. O aprofundamento da aproximação entre China e Rússia que vinha avançando desde meados dos anos 1990, decorreu da postura do governo George W. Bush com relação ao Leste Asiático. Em primeiro lugar, adotou uma postura de confrontação contra a China, simbolizada pelo incidente da ilha de Hainan⁵⁸. Em segundo lugar, deteriorou as relações com a Coreia do Norte incluindo o país no chamado eixo do mal – o que levou a uma ampliação da tensão na península.

No plano global, governo de Jiang Zemin (1993-2003) deixou como legado uma ampliação da participação da China nas organizações e iniciativas multilaterais. O grande marco foi o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Em 2002, a ascensão de Hu Jintao e Wen Jiabao à liderança na China representou uma inflexão na inserção internacional do país. O crescimento chinês em termos econômicos, políticos e militares gerou a necessidade de se adequar a perspectiva de inserção internacional, bem como seu papel internacional. Todavia, esse processo estabeleceu uma presença global da China (*going global*), o que gerou uma percepção de “ameaça chinesa”. Assim, exigia-se que a RPC atuasse enquanto “sócio responsável” do sistema internacional.

Com as mudanças na conjuntura internacional a partir dos atentados de 11 de setembro, o Grande Oriente Médio e a contenção dos grupos fundamentalistas terroristas tornaram-se prioridade geopolítica na agenda securitária dos EUA (PECEQUILO, 2011). É nesse contexto que se pode dizer que houve uma aproximação ocasional entre China, Estados Unidos e Rússia em torno de um inimigo comum. Já no governo Hu Jintao, a China deu prioridade para a construção de um ambiente regional mais estável, focando na ideia de desenvolvimento pacífico⁵⁹, segundo o qual governo chinês passou a priorizar reduzir a percepção de que o país

⁵⁷Essas regiões, especialmente Xinjiang e o Tibete, convivem com movimentos separatistas, sendo que em Xinjiang trata-se de movimento ligado ao fundamentalismo islâmico.

⁵⁸ Incidente na ilha de Hainan, em que um avião norte-americano de coleta de dados se chocou contra um caça J-8 chinês.

⁵⁹ O conceito de desenvolvimento pacífico foi desenvolvido por Hu e Wen Jiabao (premiê chinês) para contrapor a ideia de ascensão defendida por vários autores e que levava a expectativa de uma postura confrontacionista.

tinha como objetivo central contestar a posição dos EUA. Assim, surgiu o conceito de “ascensão pacífica” depois transformado em “desenvolvimento pacífico”, que estabelece que o desenvolvimento da China teria como compensação a contribuição ativa para o desenvolvimento, a prosperidade e estabilidade da Ásia e do mundo (ZHENG, 2005). O “desenvolvimento científico” seria o ajuste do modelo de desenvolvimento da China convertendo-o em um processo mais abrangente e equilibrado, contrapondo a perspectiva de crescimento a qualquer custo (CHAN, 2010; ZHOU, 2011).

Nessa fase, a RPC focou na defesa da multipolaridade. O país orientou seus esforços em duas grandes linhas de ação. A primeira procurava ampliar a participação do país em fóruns e arranjos multilaterais, como, por exemplo, a negociação das Seis Partes (que tratou da questão nuclear norte-coreana), os BRICS, o Fórum Regional da ASEAN (ARF) dentre outras iniciativas (ZHANG, 2010). Em outro esforço simultâneo, o país procurava avançar na construção de uma rede acordos de cooperação bilaterais com os vizinhos do sul e do sudeste asiático. Assim, Pequim procurou assegurar que seu entorno estratégico estivesse estabilizado ao passo que centrava seus esforços na manutenção de seu crescimento econômico.

Outro aspecto fundamental da inserção chinesa diz respeito à sua segurança energética. Para a China, que se integra cada vez mais à economia global e depende do fornecimento externo de recursos naturais – especialmente energéticos – para manter o seu ritmo de crescimento que ainda se mantém em aproximadamente 6% ao ano (BANCO MUNDIAL, 2018), se vê diante de duas opções principais. A primeira é garantir o seu acesso às linhas marítimas de comunicação (SLOCs). Para tanto, a China precisa assegurar que os estreitos do Sudeste Asiático, como o de Malaca, não sejam bloqueados às suas embarcações. A segunda diz respeito à construção de vias terrestres. Além dos gasodutos e oleodutos originários em grande parte da Ásia Central, o país tem construído rodovias e ferrovias que ligarão o leste ao oeste do país e aos países vizinhos (KARIMOV, 2013). A última é uma mistura das duas primeiras, na medida em que o transporte marítimo é realizado até alguma região anterior (a Oeste) do Sudeste Asiático e, posteriormente, os recursos sejam transportados por dutos – como aqueles que cruzam Paquistão e Mianmar – até a China. Em relação à primeira alternativa, a China lança mão de uma dupla estratégia. Através da intensificação do comércio e da participação nas instituições regionais, aumenta a interdependência com os países do Sudeste Asiático. A partir da entrada em vigor do Acordo de Livre-Comércio ASEAN-China, em 2010, a China se consolidou como principal parceiro comercial dos países do bloco (ASEAN, 2016).

A segunda possibilidade é simbolizada pelo que se convencionou chamar de moderna rota da seda. A refundação da Rota da Seda tem sido identificada como um modo de

contextualizar as novas relações entre China, Rússia e Estados Unidos com os países da Grande Ásia Central (GAC)⁶⁰. A participação chinesa no desenvolvimento de uma nova rota da seda está ligada diretamente ao desenvolvimento do interior do país, uma vez que demanda a criação de *hubs* comerciais e mesmo industriais serve para que parte da produção chinesa seja transferida para essas regiões mais afastadas do litoral. Além disso, auxilia na preocupação dos chineses em combater os três males, o separatismo, o terrorismo e o extremismo.

Em termos de perfil de forças, a China prioriza o desenvolvimento de capacidades assimétricas de combate. A partir desse contexto, a China iniciou um processo de modernização militar que procura aumentar a eficiência, a qualidade e a tecnologia do ELP. Basicamente, vem solidificando um projeto de construção de capacidades A2/AD (antiacesso/negação de área) com vistas a viabilizar capacidades defensivas para o país em dois teatros fundamentais: o estreito de Taiwan e a península coreana. A modernização inclui além do desenvolvimento de capacidades de A2/AD, o desenvolvimento de mísseis balísticos, a ampliação do alcance operacional, capacidades estratégicas e projeção de poder além de Taiwan. Com o desenvolvimento de aeronaves com mísseis balísticos antinavio e tecnologia *stealth*, a modernização da sua marinha – inclusive dos submarinos e dos navios de escolta – e a ocupação e o estabelecimento de bases militares em ilhas disputadas, o país vem avançando na construção de meios para agir igualmente no Sudeste Asiático (MCDEVITT, 2010). O desenvolvimento militar proposto está claramente vinculado à aquisição de capacidades militares de alta tecnologia, estando a Marinha no cerne desse processo de modernização. Em 2004, foram definidas as novas missões para as Forças Armadas da China:

- a) servir como uma importante fonte de força para o Partido Comunista consolidar sua posição política;
- b) fornecer sólidas garantias de segurança para sustentar o desenvolvimento econômico nacional;
- c) prover suporte estratégico para resguardar os interesses nacionais; e
- d) desempenhar um papel na promoção do desenvolvimento comum (ERIKSON, GOLDSTEIN e LORD, 2010; CORDESMAN e HESS, 2013).

Segundo Cordesman e Hess (2013), em termos empíricos, esse processo refletiu-se nas seguintes mudanças em cada uma das Forças:

⁶⁰ O conceito de Grande Ásia Central abrange também o Cáucaso Sul, Paquistão, Irã, Afeganistão, Turquia e Xinjiang (MENON, 2003).

- a) exército – desenvolvimento de unidades digitalizadas; mecanização das unidades motorizadas; melhoria dos sistemas de combate, com forças de assalto embarcadas anfíbias pesadas e leves; artilharia tem desenvolvido novos tipos de armas e munições, o que permite o desenvolvimento de capacidades para operações de precisão que integram funções de reconhecimento, controle, ataque e capacidades de acesso;
- b) aeronáutica – novos tipos de radares; sistemas de informações de comando; mísseis de média e alta altitude terra-ar; artilharia e mísseis antiaéreos; as aeronaves deixaram de ser basicamente orientadas para o apoio às tropas terrestres e passaram a ser a principal força de assalto; helicópteros de transporte e serviços e aumento das capacidades de ataque aéreo, de projeção de forças e de apoio;
- c) marinha: aumento das capacidades de dissuasão estratégica e contra-ataque; ampliação do alcance da capacidade de combate (marinha de águas azuis) e capacidade de lutar contra ameaças não-convencionais; em termos de sistemas, o desenvolvimento de submarinos, fragatas, aviação antinavio, grandes vasos de superfície para apoio logístico (PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2011).

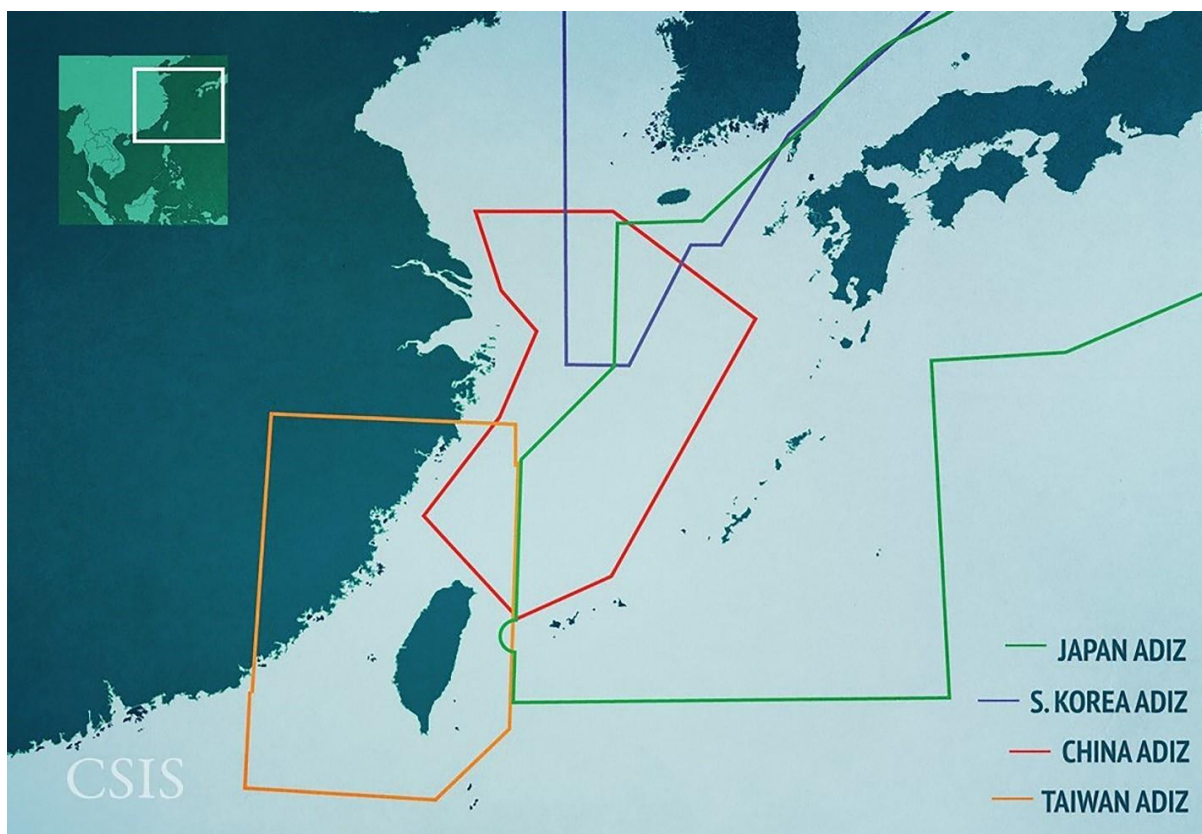
A chegada de Xi Jinping (2013) ao poder na China representou uma inflexão na inserção externa do país. Em um primeiro plano, as mudanças decorridas da crise financeira de 2008 e do lançamento do pivô estadunidense para Ásia – que previam a ampliação da presença dos EUA na região – implicaram na adoção de um perfil mais ativo na região. Segundo Yan Xuetong (2014), tendo em vista que o processo de ascensão gera uma percepção de ameaça, especialmente nos EUA, à China caberia buscar evitar um enfraquecimento de sua posição. Ainda segundo Yan (2014), o governo de Xi Jinping, diante desse quadro, vem buscando ampliar uma rede de laços políticos e securitários que garantissem mais estabilidade em seu entorno estratégico. Assim, a nova perspectiva de inserção internacional da China seria baseada não mais na manutenção de um perfil discreto de atuação, mas sim no conceito de *striving for achievement*⁶¹, que diz respeito a uma maior assertividade do país no plano internacional (YAN, 2014). Nesse contexto, os países do entorno chinês emergem como foco principal das ações externas chinesas em detrimento de parcerias extrarregionais.

O primeiro sintoma dessa mudança na atuação chinesa foi o estabelecimento da Zona de Identificação Aérea (ADIZ). Em maio de 2013, as Forças Armadas enviaram uma proposta

⁶¹ Embora não exista uma tradução para o conceito, pode-se relacionar com uma busca, um empenho pela construção de empreendimentos regionais e/ou globais.

formal para o estabelecimento de uma ADIZ do Mar da China Oriental. A proposta foi aprovada pelo comitê central do PCCh. A motivação seria a “tendência dos Estados vizinhos em avançar na defesa de fronteiras marítimas desfavoráveis” ao país (GREEN et al, 2017). A nacionalização das Ilhas Senkaku em 2012, promovida por Noda, levou os líderes chineses a buscar maneiras de reagir às ações japonesas. O Mapa 9 abaixo apresenta a área coberta pela ADIZ chinesa.

Mapa 9 - A Zona de Identificação Aérea Chinesa no Contexto Regional



Fonte: CSIS (2018).

No plano financeiro, um sintoma da busca por maior protagonismo tem sido a busca por internacionalização do Renminbi (RMB). A crítica ao dólar como moeda predominante, baseia-se na crença de que os moldes do Sistema Monetário atual não refletem a estrutura econômica contemporânea, e que, portanto, seria necessária uma reformulação. A busca por tornar o RMB uma moeda capaz de lastrear as relações econômicas do país no exterior vem se ampliando. Esse processo pode ser entendido como um mecanismo para aumentar a capacidade do país de se defender de crises financeiras e diminuir a dependência do dólar. Nesse contexto, cabe destacar a relação existente entre as reservas chinesas e os déficits estadunidenses. A China detém cerca de US\$ 3 trilhões acumulados em divisas, possuindo assim as maiores reservas

internacionais (TOVA e NOR, 2018)⁶². Grande parte dessas reservas está em dólar e títulos da dívida americana. Nesse sentido, pode-se observar que há uma certa interdependência entre os dois países. Assim, não é de se esperar uma transição nas reservas chinesas para outras moedas no curto prazo sem que haja um impacto significativo sobre a economia chinesa. Em outros termos, o processo de internacionalização do RMB ainda enfrenta muitas dificuldades para se tornar efetivo. Em que pese os entraves para uma ação mais assertiva da China no plano internacional, pode-se dizer que a atual fase de inserção internacional do país reflete uma transição na percepção quanto ao seu papel no Sistema Internacional e acerca do melhor modelo que possibilite a manutenção do desenvolvimento em bases mais sólidas. Nesse processo, o fortalecimento de iniciativas multilaterais tem se ampliado. Projetos como o Fundo para Infraestrutura da Rota da Seda, o Banco dos BRICS e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), são sintomas dessa busca por maior protagonismo. Apesar disso, a China mantém sua política de evitar ações que promovam uma confrontação direta com os EUA.

Ainda em 2009, na sequência da crise financeira de 2007, o Banco Central Chinês declarou a necessidade de que o dólar deixar de ser a única moeda dominante em âmbito mundial⁶³. Segundo Zhou (2009), a crise financeira levou a China a se enquadrar na discussão acerca do perfil ideal da moeda-reserva internacional para que se possa assegurar a estabilidade financeira global. Assim, tendo em vista que o euro, considerado por muitos autores como um desafiante do dólar, perde força após a crise, deve-se considerar que paradoxalmente a crise poderia ser entendida como um evento catalisador da posição do dólar. Assim, a China procurou consolidar uma posição assertiva na discussão sobre o Sistema Monetário Internacional.

Assim, pode-se dizer que a crise internacional impulsionou Pequim a buscar alternativas às instituições financeiras multilaterais tradicionais., tanto no âmbito da cooperação sul-sul, quanto na esfera regional. Em 2014, os BRICS criaram o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), com o objetivo de ampliar as fontes de financiamento em infraestrutura nesses países. Ao banco, com capital inicial de US\$ 50 bilhões, soma-se à criação de um Arranjo Contingente de Reservas (CRA), com montante inicial de US\$ 100 bilhões⁶⁴ (COOPER; FAROOQ, 2015). Embora o estabelecimento do CRA denote essa busca por alternativas, observa-se que um dos

⁶² O tamanho dessas reservas tem oscilado nos últimos dois anos. Em janeiro de 2018, as reservas do país atingiram US\$ 3,16 trilhões, o maior volume de reservas desde setembro de 2016 (REUTERS, 2018).

⁶³ Segundo Zhou (2009), o objetivo seria criar uma moeda-reserva internacional desvinculada de apenas uma nação e capaz de se manter estável no longo prazo. A declaração chinesa reafirma a necessidade de reforma do Sistema Monetário Internacional e questiona a eficácia das instituições tradicionais. É nesse contexto, portanto, que Pequim se insere nos questionamentos acerca do dólar.

⁶⁴ À China coube o aporte de US\$ 41 bilhões, enquanto Rússia, Brasil e Índia comprometem-se com US\$ 18 bilhões cada; e a África do Sul com US\$ 5 bilhões (COOPER e FAROOQ, 2015).

requisitos para a utilização dos fundos é a manutenção de programa de apoio financeiro, em caso de crise, junto ao FMI. Ou seja, apesar do caráter crítico às instituições de Bretton Woods, não há um rompimento. Além disso, destaca-se a proeminência do papel chinês na solidez financeira dos acordos. A maior relevância da contribuição chinesa para o CRA revela a disparidade de peso geoeconômico entre a China e os demais membros do grupo.

No plano regional, a principal iniciativa é a criação do AIIB em outubro de 2014. Liderado pela China, representou uma nova etapa no processo de afirmação chinesa no continente asiático. Essa iniciativa multilateral, apoiada inicialmente por mais de vinte países⁶⁵, tinha como propósito inicial gerar um impulso financeiro aos projetos de infraestrutura na região, os quais ainda sofrem com uma significativa lacuna de investimentos. Segundo o Banco de Desenvolvimento Asiático, entre 2010 e 2020, a Ásia precisaria investir um montante de aproximadamente oito trilhões de dólares em projetos de infraestrutura nacionais para poder manter as taxas médias de crescimento econômico (ADB, 2009). Além disso, seriam necessários mais cerca de 290 bilhões de dólares em projetos de infraestrutura regionais (especialmente, em transporte e energia) (ADB, 2009)⁶⁶. Diante desse contexto, a criação do banco surgiu, primordialmente, como um mecanismo com vistas a alavancar a construção de infraestrutura na região.

O capital integralizado inicial do AIIB era de 50 bilhões de dólares e havia um capital autorizado de 100 bilhões de dólares (JUNIO, 2014). O impacto econômico da proposta incide diretamente sobre a capacidade competitiva dos países beneficiados, já que os investimentos previstos pelo ADB nos próximos anos giram em torno de 13 bilhões de dólares, portanto um nível de financiamento bem inferior aos demandados (PARAMESWARAN, 2014). Nesse sentido, a proposta de criação do AIIB articula-se com a perspectiva chinesa de ampliar o nível de investimentos em infraestrutura – que já ocorrem em grande medida no plano nacional – no plano regional.

Segundo o Banco Mundial (2017), a taxa de formação bruta de capital na China correspondeu a aproximadamente 50 % do PIB do país entre 2010 e 2015. Desse modo, pode-se dizer que em grande medida o crescimento chinês nos últimos anos se deve à manutenção de um nível bastante alto em termos de investimento interno. Dentro dessa perspectiva, os investimentos em infraestrutura (energia, transportes e comunicações) têm sido responsáveis

⁶⁵ Bangladesh, Brunei, Camboja, Índia, Indonésia, Cazaquistão, Kuwait, Laos, Malásia, Mongólia, Mianmar, Nepal, Omã, Paquistão, Filipinas, Qatar, Singapura, Sri Lanka, Tailândia, Uzbequistão e Vietnã.

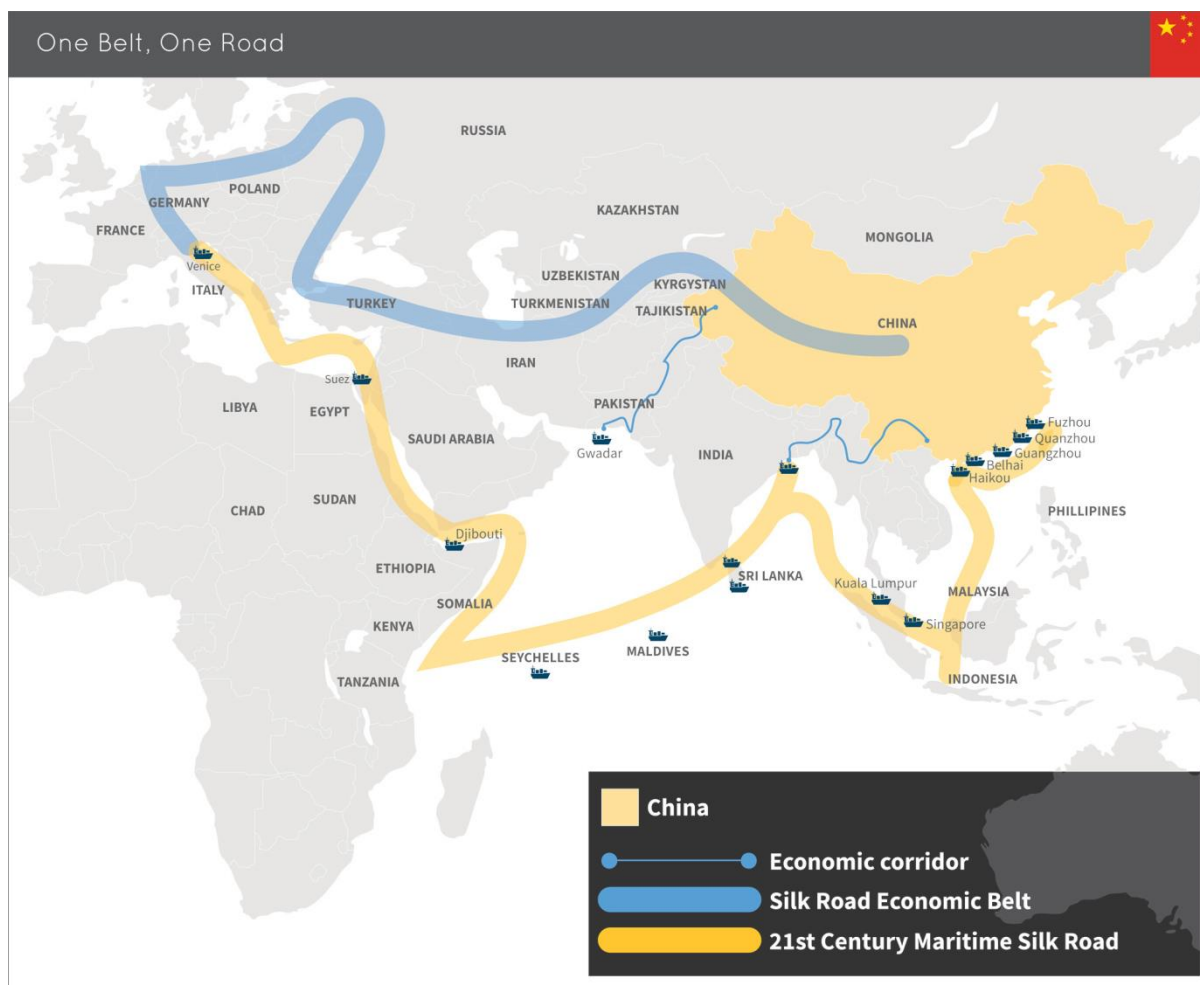
⁶⁶ O nível de investimento necessário em infraestrutura segundo o ADB representaria um financiamento anual na ordem de 750 bilhões de dólares anuais nesse período de onze anos.

por compensar em grande medida as dificuldades para ampliar os níveis de consumo. Tendo em vista que existe um cenário de diminuição das taxas de crescimento econômico do país, a iniciativa por transbordar essa rede de infraestrutura para a região atende à busca por alavancar a capacidade de crescimento nas próximas décadas ao mesmo que passo que atende aos objetivos estratégicos do país. Assim, pode-se dizer que a criação do AIIB é complementar à política econômica interna da China.

Mais do que isso, a criação do AIIB vai ao encontro do projeto chinês de consolidar um entorno estratégico mais estável e no qual o país possa obter maior espaço político de ação. Tendo em perspectiva de que o país vem abandonando uma inserção internacional alicerçada em postura mais discreta e reativa no plano regional, o projeto do AIIB parece se inserir no processo chinês que visa vertebrar iniciativas multilaterais na Ásia. Ademais, a China não detém dentro do ADB a condição de direcionar os investimentos regionais em infraestrutura⁶⁷. Então, pode-se dizer que a constituição do AIIB tem um objetivo prático de garantir ao país maior capacidade de gestão regional dos recursos. Especialmente quando se considera que um dos pilares da inserção internacional chinesa é o projeto de estabelecimento da chamada “Nova Rota da Seda”, que demandaria um maciço fluxo de investimentos para obras de infraestrutura marítimas e terrestres – incluindo rodovias, portos, oleodutos e gasodutos principalmente. No Mapa 10 abaixo observa-se a proposta chinesa para estruturação de uma “Nova Rota da Seda”.

⁶⁷Os países da OCDE possuem mais de 60% dos direitos de voto, destacando o papel central de EUA, Japão e, em um segundo plano, a União Europeia (ADB, 2009).

Mapa 10 - O projeto para a Nova Rota da Seda



Fonte: Bruce-Lockhart (2017).

A criação do AIIB, além das questões apresentadas, deriva em grande medida dos questionamentos acerca do papel desempenhado pelas instituições globais. Embora a China tenha mantido um perfil de “sócio responsável” no Sistema Internacional, a nova posição do país tem implicado em uma disposição para rediscutir a estruturação da governança global, bem como tem fomentado uma atuação mais crítica quanto à imobilidade das instituições tradicionais, especialmente àquelas vinculadas à gestão econômica e financeira. Assim, é bastante significativo o processo de alargamento do AIIB que ocorreu em 2015, com a entrada de cerca de mais trinta países, dentre esses, aliados tradicionais dos Estados Unidos como Coreia do Sul, Reino Unido, Alemanha, França e Austrália, por exemplo, e outras potências emergentes, como Rússia e Brasil (NABILI, 2015). Dessa forma, o AIIB ampliou o escopo de atuação e suscitou debates acerca de uma possível redefinição da ordem financeira mundial.

O AIIB enquadra-se também na busca por consolidar a *Belt and Road Initiative* (OBOR). Basicamente, a OBOR é composta de dois pilares: a construção de conexões terrestres

com a Eurásia (Cinturão Econômico da Rota da Seda – CERS) e o estabelecimento de um aparato infraestrutural marítimo (Rota da Seda Marítima – RSM). A OBOR foi lançada em 2013 pelo presidente Xi Jinping, marcando sua viagem por vários países da Ásia Central quando assinou vários acordos de cooperação energética (BRUCE-LOCKHART, 2017). O CERS prevê a construção de uma rede de gasodutos e oleodutos, bem como de estradas e ferrovias, integrando a China à região do Mar Cáspio e colocando o país no cerne das disputas geopolíticas pelo controle da massa continental eurásiana – *heartland*. A RSM, por sua vez, tem como objetivo estabelecer uma vasta rede de portos e infraestrutura marítima com vistas a ampliar a conectividade entre os países da região (NATARAJ, 2015). Nesse sentido, a nova Rota da Seda Marítima procura, por um lado, diminuir a dependência da RPC do trânsito no Mar do Sul da China, à medida que esses portos localizados no sul e no sudeste da Ásia se vinculariam às redes de abastecimento do país pelo interior do continente. Por outro, a RSM procura ampliar a integração das províncias mais a oeste à dinâmica econômico-produtiva do país, cujo centro geoeconômico localiza-se na costa leste. Nessa iniciativa, ainda há de se considerar a construção do Corredor Econômico China-Paquistão (CECP) que integraria o extremo oeste da China ao porto de Gwadar, no oeste do Paquistão. Esse é um exemplo de transbordamento da função primária de um projeto de construção de infraestrutura. Ao passo que integra os centros produtivos da região, configura-se como elemento de estabilização nas relações bilaterais entre a China e seus vizinhos.

Os Estados Unidos, diante desse quadro, procuraram dissuadir seus aliados de aderirem ao banco. Entretanto, as tentativas foram em vão. Mas essa vitória diplomática da China não representa a busca por uma confrontação direta com os EUA. A própria busca por dialogar com membros da OCDE representa a tentativa de prover legitimidade a suas iniciativas. O AIIB seguirá os mesmos padrões internacionais vigentes nas principais instituições financeiras internacionais, como o próprio ADB. Dessa forma, é prematuro afirmar que se trata de uma tentativa de transformação na ordem monetária mundial já que não muda as regras do jogo financeiro internacional e se adequa aos padrões basilares das instituições tradicionais. Entretanto, pode-se considerar que o AIIB representa um desafio à governança financeira global, visto que amplia a participação e o poder decisório dos países asiáticos na estrutura financeira institucional⁶⁸.

⁶⁸ Além disso, o conteúdo ético que embasa a criação do banco orienta-se pelo estabelecimento de uma estrutura decisória mais democrática (AIIB, 2017). Nesse sentido, o AIIB impacta sobre a gerência do Sistema financeiro mundial, à medida que apresenta uma alternativa ao modelo consolidado em Bretton Woods. Em relação ao papel do dólar, inicialmente, a tendência é que seja utilizado como a moeda referência (HUANG, 2015). Entretanto, há a expectativa de que paulatinamente se estabeleça uma convergência em direção ao

No contexto regional, a criação do AIIB relativiza o peso do Japão no direcionamento dos investimentos em infraestrutura e fortalece a posição chinesa na Ásia. Em grande medida, contribui para aproximar a Coreia do Sul e se integrar na rede projetos de infraestrutura que compõem a soma de iniciativas pela resolução da questão norte-coreana. Conforme observado anteriormente, as iniciativas sul-coreanas para consolidação do processo de normalização das relações com Pyongyang passa pelo estabelecimento de uma série de projetos de infraestrutura. O AIIB pode ser, nesse sentido, um mecanismo capaz de viabilizar essas iniciativas.

Tendo em vista que as relações entre China e Coreia do Sul enfrentam dificuldades desde a queda de Park, a busca pela retomada da aproximação torna-se prioridade. O cerne das discordâncias entre Seul e Pequim esteve vinculado às estratégias de ambos governos com relação à Coreia do Norte, mais precisamente, no tocante à sua questão nuclear. Antes do avanço recente nas negociações, Seul avançou na busca por políticas de segurança mais agressivas, que abalam as estruturas de suas relações com China. Enquadram-se nesse processo a cooperação militar com o Japão e com os EUA, que aumentaram a presença na península coreana, indo contra os interesses chineses (MCGUIRE, 2018).

A península coreana é um dos focos de tensão no Nordeste Asiático. Tal como demonstrou a Guerra da Coreia, os acontecimentos envolvendo as Coreias podem envolver China e Estados Unidos, seja por questões geopolíticas, seja pela vinculação através dos tratados. Historicamente, a região foi utilizada como cabeça de ponte para a invasão da China. Em que pese os vínculos China-RPDC e EUA-RDC, as relações entre China e Coreia do Norte envolvem uma série de tensões políticas. A condenação chinesa ao teste nuclear de 2013 foi um claro indicativo de que a postura agressiva do regime comunista coreano em alguns momentos não condizia com os interesses chineses. Embora os dois países tenham assinado o “Tratado Sino-Norte-Coreano de Cooperação, Amizade e Ajuda Mútua” em 1961 e tenham relações que remontam ao período pré-Segunda Guerra Mundial, as ameaças e provocações norte-coreanas acabam gerando certa exasperação no governo de Pequim. Essa exasperação deriva do fato de

estabelecimento de uma cesta de moedas, onde o yuan poderia exercer um protagonismo maior. Caso essa tendência se confirme, cria-se um quadro de busca por relativização da proeminência do dólar. Nesse caso, a profundidade do desafio representado pelo estabelecimento do AIIB teria de ser reavaliada. Contudo, é pouco provável que haja um processo de ruptura em relação à preponderância do dólar no curto e médio prazo, mesmo tendo em perspectiva apenas esse arranjo regional. Mesmo que se analise sob perspectiva de uma crise da hegemonia dos Estados Unidos, a discrepância do dólar em relação às demais moedas nacionais ainda é bastante grande. Apesar disso, não se pode deixar de avaliar que existe uma procura, reforçada pela perspectiva de intervenção do Banco Central Chinês, por fortalecer o yuan enquanto moeda internacional. Como sintomas desse processo pode-se destacar as medidas de desvalorização da moeda chinesa e tendência de ampliação das reservas estabelecidas na moeda nacional. Sob essa perspectiva, considera-se o estabelecimento do AIIB como indício de uma disputa financeira mais ampla. Porém, esse processo ainda é incipiente.

que a postura agressiva do governo da RDPC acaba interferindo nos interesses chineses no Leste Asiático, basicamente porque serve como justificativa para uma presença estadunidense mais ostensiva na região, especialmente através das parcerias estratégicas com Coreia do Sul e Japão. Nesse sentido, a Coreia do Norte com posse de artefatos nucleares serve como alegação para a manutenção das bases estadunidenses nesses dois países, tais como a base de Okinawa (Japão) ou Osan e Kunsan (Coreia do Sul).

A China é responsável por cerca de 60% do comércio exterior da Coreia do Norte e o único grande aliado do país desde a queda da URSS em 1991 (CHANLETT-AVERY; RINEHART, 2014; BAJORIA; XU, 2013). Embora, em termos regionais, a dependência da China seja o cerne da sustentação do regime norte-coreano, a estabilidade deste é igualmente central para a política externa e de segurança da China para o Leste Asiático. Essencialmente, a manutenção do regime norte-coreano serve como uma zona-tampão entre a fronteira chinesa e a presença militar estadunidense e sul-coreana. Além disso, um eventual colapso do regime norte-coreano implicaria em um grande fluxo de refugiados em direção à fronteira chinesa, fator desestabilizador para a região nordeste do país. Outra eventual decorrência de um colapso norte-coreano que afetaria a política chinesa para a região é a possibilidade de uma Coreia unificada – especialmente se for sob o jugo sul-coreano. Nesse caso, a China aumentaria seu isolamento no Leste Asiático e estaria diretamente ameaçada na fronteira nordeste. A China vem procurando nesses últimos anos manter seu processo de ascensão econômica, política e militar. Dessa forma, busca incrementar suas capacidades relativas de poder vis-à-vis com os demais países da região.

O rebalanceamento estadunidense para a Ásia, ou o pivô asiático, manifestou-se pela via estratégica, com a adoção da *Joint Operational Access Concept* (JOAC) e, do ponto de vista econômico, pela proposta da Parceria Transpacífica (TPP), até a chegada de Trump ao poder (posteriormente, isso tem se dado pela via da guerra comercial). A renovada presença norte-americana na região, principalmente nos termos propostos, coloca a China numa situação complicada. A doutrina defensiva do país baseia-se na noção da “maça assassina”, o que analistas estadunidenses vieram a chamar de “antiacesso” e “negação de área” (A2/AD) (KREPINEVICH, 2003).

Em outros termos, os chineses desenvolvem capacidades assimétricas que visam dissuadir o atacante ao propor um confronto excessivamente custoso. A partir desse contexto, a China iniciou um processo de modernização militar que procura aumentar a eficiência, a qualidade e a tecnologia do ELP. A modernização inclui a aquisição de capacidades de A2/AD, desenvolvimento de mísseis balísticos, ampliação do alcance operacional, capacidades

estratégicas e projeção de poder além de Taiwan. Nesse sentido, em 2016, o ELP promoveu reformulação na sua estrutura de organização. Dentre as principais mudanças foi a reorganização da estrutura de comando operacional do ELP e a transição de sete "regiões militares" para cinco "Teatros de Comando", denominadas Zhanqu (战区) (FINKELSTEIN, 2016). Todavia, a mudança mais fundamental é que cada comando do teatro agora não é apenas responsável pelas fronteiras imediatas e pelas águas territoriais da China. Em vez disso, eles são estruturados para apoiar "novas missões históricas" do país. Assim, o ELP assume a posição de assegurar os interesses chineses mesmo além do território chinês (FINKELSTEIN, 2016; TIEZZI, 2016).

Esse processo de modernização é orientado, em grande medida, para a instabilidade na península coreana. Basicamente, essa estratégia é pautada pela rivalidade com os Estados Unidos. Por isso, a sobrevivência do Estado norte-coreano é central para a segurança do nordeste chinês. Nesse sentido, os avanços contínuos dos testes militares norte-coreanos, sob a perspectiva chinesa, trazem instabilidade para a região e justificam o aumento da presença dos EUA.

Portanto, é lógica a atitude chinesa de condenar a postura norte-coreana nas últimas crises. A ascensão da China tem gerado uma reconfiguração das relações internacionais no Leste Asiático. Dado esse contexto, tem procurado estabelecer uma rede de alianças multilaterais que permitam que a inserção internacional do país não fomente rivalidades regionais. Por outro lado, tem desenvolvido um processo de modernização militar que possa lhe prover capacidades dissuasórias em relação

- a) à presença dos EUA na Ásia;
- b) ao estreito de Taiwan;
- c) à península coreana; e d) ao cinturão de tensões políticas no Sudeste Asiático. Em certa medida, todas essas ameaças articulam-se.

A presença dos EUA baliza a inserção internacional dos países asiáticos, como pode ser visto pelas divergências internas existentes dentro dos países da ASEAN com relação à ascensão chinesa. Já com relação a Taiwan e à península coreana, parece configurar – dado o perfil de desenvolvimento militar que o país vem adotando – os principais focos de atenção da estratégia securitária do país, como mostram o desenvolvimento das capacidades aeronavais e de tanques e artilharia auto-propulsada de grande poder de fogo (CORDESMAN e HESS, 2013).

Ou seja, pode-se dizer que a efetivação de um processo de reformulação econômica e política na RDPC incide diretamente sobre a PES da China para a região. Em um primeiro

plano, pode permitir a ampliação das relações bilaterais com a Coreia do Norte, a partir de uma inserção maior das empresas chinesas no país que poderiam utilizar a mão de obra norte-coreana de baixíssimo custo e alavancar um novo ciclo de crescimento econômico. Em um segundo nível, a estabilização da RPDC pode alavancar um aprofundamento ainda mais amplo das relações com a Coreia do Sul. Nesse caso, o Japão ficaria mais isolado na região e se veria forçado a ter de se aproximar dos vizinhos. Portanto, isso reforçaria a hipótese de uma estruturação de uma Comunidade do Leste Asiático. Cabe destacar que o Leste Asiático é região prioritária para a China nesse momento. As tensões na própria península e as disputas sobre as ilhas Senkaku/Dyaoyu com o Japão tornam a região prioritária em termos securitários. Além, é claro, da relevância econômica que a região tem para o país. No terceiro e último nível, levando-se em consideração que hoje o sistema interestatal asiático funciona em um regime de “vasos comunicantes”, não se pode descartar a hipótese de que a estabilização da situação na península coreana venha a ser fundamental para a capacidade chinesa de dispensar maior atenção a outras regiões de seu entorno estratégico.

A China possui um cinturão de instabilidade em seu entorno. Esse cinturão abrange desde a Ásia Central (problemas como separatismo), passando pelas disputas fronteiriças com a Índia, instabilidade política nos vizinhos (Mianmar, Tailândia, Vietnã) e chegando a Taiwan, Península Coreana e Japão. Ou seja, o país enfrenta um cenário externo bastante complexo. Em virtude disso, o país vem buscando alternar entre demonstrações de força e assertividade na região e busca pelo diálogo. A instabilidade na RPDC, nesse sentido, configura-se como uma questão central para segurança do país, não só pela iminência de crise, como também pela centralidade geopolítica, a proximidade aos grandes centros industriais do país e a maior presença dos EUA naquela região. Assim, preliminarmente, cabe afirmar que à China interessa sobremaneira o avanço do processo de abertura e reforma na RPDC. Por essa razão, o governo chinês vem buscando ampliar os investimentos financeiros no país e procurando viabilizar a reinserção do vizinho no sistema político regional. A possibilidade de incluir a RDPC no AIIB insere-se nesse contexto e pode vir a ser elemento fulcral para o sucesso do processo de reforma de Kim Jong-Un. Ressalta-se que embora a sobrevivência da RPDC dependa em grande medida das relações bilaterais com a China, isso não significa que exista uma relação de dominação por parte da China em relação à Coreia do Norte.

Em um primeiro momento, o governo de Xi Jinping manteve-se firme em sua não adesão à cooperação com os EUA para conter os avanços do programa nuclear norte-coreano, mesmo sob as pressões de Donald Trump. Snyder (2017) afirma, entretanto, que mesmo que a configuração do poder chinês no curto prazo tenha congelado toda e qualquer possível aliança

com os EUA para contenção de Pyongyang, isso não significa que a China não tenha os seus interesses próprios em negociar com Kim Jong-Un uma redução em relação à sua produção nuclear, de modo a assegurar a estabilidade das relações na península coreana. A estabilidade na península supera a desnuclearização como principal objetivo da China na região, uma vez que por meio da garantia da paz e da estabilidade da península, a China aumenta seu poder de influência entre as Coreias, e abre um leque de novas possibilidades de cooperação, afastando a propagação do poder norte-americano na Ásia.

A questão da Coreia do Norte vai muito além da corrida nuclear (ou corrida pela desnuclearização). É uma luta que se vincula à luta pela hegemonia no nordeste da Ásia. A pressão que os EUA exercem sobre a China para uma cooperação que confronte a Coreia do Norte tem mais a ver com o interesse dos EUA de se inserir como potência naquela região – de modo a conter o avanço da China como uma Grande Potência Global-Regional – do que com a questão da Coreia do Norte em si. O poder sobre a Coreia do Norte é o que falta para Washington concretizar sua penetração no Nordeste Asiático, uma vez que já tem a Coreia do Sul como sua aliada. Por este motivo, o governo Xi Jinping se mostra tão contrário à cooperação com os Estados Unidos, pois compreende que os interesses geopolíticos norte-americanos acabariam por ferir os próprios interesses da China enquanto Grande Potência (SNYDER, 2017).

O governo de Xi Jinping, apesar de manter uma postura que aparenta a intenção de aproximação/cooperação com a Coreia do Norte⁶⁹, mantém seu objetivo de reafirmar o compromisso com a liderança no âmbito regional (para o qual o domínio da península coreana é elemento estrategicamente fundamental). Nos círculos acadêmicos chineses, a Coreia do Norte é vista mais como uma *responsabilidade estratégica* do que como um *ativo estratégico* para o desenvolvimento do poderio regional chinês (SNYDER, 2017). Essa baixa aceitação da proximidade com a Coreia do Norte faz com que Xi Jinping tema um estreitamento de laços mais efetivo que possa desafiar a legitimidade doméstica do PCCh.

⁶⁹ Os interesses econômicos da China na península coreana incluem a expectativa de reabertura gradual das rotas de abastecimento costeiras (hoje bloqueadas pela Coreia do Norte). Pequim tem investido muito em projetos de infraestrutura, turismo, jogos e manufatura conjunta nas fronteiras com a Coreia, de modo a fazer com que recursos financeiros passem a circular em território norte-coreano. Os resultados oriundos do comércio transfronteiriço Pequim-Pyongyang podem não ter caráter oficial, mas podem ser vistos na forma como os preços das mercadorias se mantiveram estáveis dentro da Coreia do Norte, mesmo com as sanções que Pyongyang tem enfrentado. As províncias chinesas situadas ao nordeste, próximas à fronteira com a Coreia do Norte acolhem muito bem as negociações com os vizinhos norte-coreanos, ainda que não por decisão governamental. Os próprios fornecedores locais veem no território norte-coreano um mercado em potencial para suas trocas comerciais. Assim, ainda que Pequim decidisse pelo apoio aos esforços internacionais de isolar a Coreia do Norte, sempre haveriam estes fornecedores locais dispostos a assumir os riscos e benefícios de manter as relações com a Coreia do Norte.

Em seu discurso durante o 19º Congresso Nacional do PCCh, Xi anunciou o início da intitulada “nova era do socialismo com características chinesas”, remetendo às modificações realizadas por Deng no que tange à economia de mercado da China, e que estão na base do desenvolvimento econômico chinês. O governo de Xi Jinping, nesse sentido, procura promover o crescimento das indústrias chinesas que foram deixadas de lado na primeira fase de alavancagem do crescimento econômico, que priorizou o desenvolvimento do mercado de *commodities* e no fomento da mão de obra barata. Xi pretende manter em parte esta política, todavia, procura priorizar a inovação tecnológica e a queda de barreiras comerciais em âmbito internacional, a fim de que a China atraia mais capital de investidores internacionais, e ao mesmo tempo fortaleça suas capacidades internas relacionadas às áreas de tecnologia digital, engenharia, genética, aeroespacial, ciberespacial e inteligência (DAEKWON, 2017). Outro projeto central para a política de afirmação de Xi Jinping é a luta contra a corrupção⁷⁰. Em outros termos, trazer o “império da lei” para o Estado chinês. Contudo, a ideia de Estado de Direito apresentada por Xi difere um pouco da perspectiva ocidental – sendo possível defini-lo como “estado de direito com características chinesas”, segundo o qual o PCCh é o principal executor das leis, sendo vetada qualquer confrontação ao partido (DAEKWON, 2017; BROWN, 2018).

Desde a transição da liderança na China no final de 2012 houve mudanças significativas na política externa chinesa. Em particular, sob a liderança de Xi Jinping, Pequim tornou-se ainda mais proativa, se não assertiva, nos assuntos internacionais do que nas décadas anteriores. Portanto trata-se de um dos períodos mais ativos para a política externa chinesa. A postura diplomática da China no governo de Xi Jinping reflete uma nova fase da política externa chinesa, que segundo Zhang (2015) poderia ser definida como “Ascensão Pacífica 2.0”.

Por “Ascensão Pacífica 2.0”, Zhang (2015) entende que enquanto Pequim ainda adere à sua política declarada de “desenvolvimento pacífico” visando manter um ambiente externo estável para o desenvolvimento econômico interno, a maneira pela qual busca fazê-lo é bem diferente das décadas passadas. Em termos gerais, a “Ascensão Pacífica 2.0” pauta-se por uma postura mais assertiva dos interesses nacionais chineses, ao mesmo passo em que procura manter um ambiente externo pacífico. Além disso, cabe destacar que o governo de Xi Jinping enfrenta um contexto internacional mais atribulado do que seus antecessores. Em termos

⁷⁰ O perfil de liderança e as reformas instituídas por Xi desafiaram muitas das regras formais e informais da política de elite chinesa. Isso levou alguns setores a argumentarem que ele quebrou a norma tradicional de liderança coletiva estabelecida por Deng Xiaoping. A autoridade coletada pessoalmente por Xi, e essa revisão ou abandono dessas regras informais, levaram alguns a argumentar que a política das elites chinesas está sendo desinstitucionalizada (WANG e ZENG, 2016).

práticos, apesar de seu crescente poder econômico e estratégico, a capacidade da China de moldar o ambiente de segurança da Ásia-Pacífico a seu favor ainda é limitada.

Segundo Qi (2013), acelera-se o processo de transição para a multipolaridade. Assim, a China fica diante de um dilema: necessidade de aprofundar suas capacidades militares e, simultaneamente, assegurar que as crises regionais não escalem. Nesse contexto, ainda cabe ressaltar que não se pode abandonar o binômio segurança e desenvolvimento, defendido por Deng Xiaoping. Apesar do contexto de dificuldades, por outro lado, a China vem se aproximando de países como o Paquistão e a própria Índia (ambos que recentemente ingressaram na OCX), em uma ação que atende aos objetivos de segurança energética, desenvolvimento do interior do país e alinhamento regional. Claramente, a ascensão chinesa tem provocado uma reconfiguração das relações internacionais asiáticas. Dado esse contexto, a China tem procurado estabelecer uma rede de alianças multilaterais que permitam que a inserção internacional do país não fomente rivalidades regionais.

A posição chinesa no contexto de transformações no Sistema Internacional é essencialmente desafiadora, principalmente porque o país não detém capacidades materiais suficientes para forçar que seus interesses prevaleçam no plano regional. Além disso, a Ásia está no topo das prioridades dos EUA, fator que amplia a competitividade na região.

No que tange à península coreana, é perceptível que Pyongyang entende que dispõe de posição geopolítica especial na agenda securitária de Pequim. Por essa razão que a simplificação da questão nuclear da Coreia Norte, atribuindo à China uma espécie de escolha moral – condenar ou não –, não encontra respaldo na análise efetiva dos impactos que o enfraquecimento de Pyongyang teria sobre a segurança da China. Em outros termos, mesmo que o governo Xi Jinping esteja adotando um perfil mais assertivo no plano regional desafiando a tradição da política externa chinesa, é limitada a capacidade de Pequim de atuar como patrono da política externa norte-coreana.

4.2.2 Os Interesses Estratégicos da Rússia no Leste Asiático

A derrocada da URSS no início dos anos 1990 levou Moscou a perder grande parcela de sua capacidade de influência no continente asiático, principalmente no Oriente. A ascensão do presidente Boris Yeltsin (1991-1999) ao poder transformou a inserção internacional do país. Assim, na década de 1990, a Rússia procurou se inserir na nova ordem internacional, aderiu aos regimes internacionais e adotou medidas liberalizantes no plano econômico. Esse quadro levou

à deterioração da estabilidade econômica, dos índices desemprego, do crescimento econômico e da pobreza. Segundo Stiglitz (2003),

A mudança do comunismo para o capitalismo na Rússia depois de 1991 deveria trazer prosperidade sem precedentes. Isso não aconteceu. Na época da crise do rublo de agosto de 1998, a produção havia caído quase pela metade e a pobreza havia aumentado de 2% da população para mais de 40%. O desempenho da Rússia desde então tem sido impressionante, mas seu produto interno bruto permanece quase 30% abaixo do que era em 1990. Com um crescimento de 4% ao ano, a economia russa levará mais uma década para voltar ao ponto em que o comunismo entrou em colapso (STIGLITZ, 2003; s/p, tradução nossa)⁷¹.

A esse quadro de crise econômica somou-se a instabilidade geopolítica no entorno estratégico do país. A I Guerra da Chechênia (1994-1996), o avanço da Guerra na Iugoslávia e a expansão da OTAN no Leste Europeu se configuraram como elementos que aprofundaram decisivamente a percepção de cercamento que Moscou vivenciava àquela altura. O país perdeu, com a queda da URSS, cerca de 140 milhões de habitantes e 5 milhões de km². Além disso, apesar de toda aderência da Rússia à ordem internacional, o país não recebeu nenhum auxílio das potências ocidentais, o que reconfigurou o quadro político interno e promoveu a ascensão de Vladimir Putin ao poder em 2000 (FIORI, 2017).

Esse panorama apenas contribuiu para que as relações russas com todos os países do Leste Asiático se deteriorassem significativamente. Isso se deve principalmente ao fato de que Moscou durante a década de 1990 aprofundou a ênfase europeizada na política externa do país (ROZMAN, TOGO e FERGUSON, 2006)⁷². Nesse contexto, as relações com o Japão pioraram após o cancelamento de uma visita do presidente russo a Tóquio⁷³ e com eleições para a Dieta que ampliaram o sentimento anti-Rússia no âmbito da política japonesa⁷⁴. Já as relações da Rússia com a Coreia do Sul deterioraram quando Moscou não conseguiu pagar juros de

⁷¹ No original “*The move from communism to capitalism in Russia after 1991 was supposed to bring unprecedented prosperity. It did not. By the time of the rouble crisis of August 1998, output had fallen by almost half and poverty had increased from 2% of the population to over 40%. Russia's performance since then has been impressive, yet its gross domestic product remains almost 30% below what it was in 1990. At 4% growth per annum, it will take Russia's economy another decade to get back to where it was when communism collapsed*”.

⁷² A priorização da Europa na inserção internacional da Rússia tem suas origens ainda no reinado de Pedro, o Grande, no século XVIII. Desde então, em termos gerais, a Rússia adotou a Europa como região preferencial em termos geoestratégicos.

⁷³ Em ambos os países, reivindicações sobre um grupo de ilhas pouco povoadas na cadeia das Curilas, ao norte do Japão, haviam se transformado em questões acaloradas de honra nacional, dificultando qualquer compromisso e qualquer chance de uma visita significativa de Yeltsin. O aumento do acirramento impediu qualquer chance de a Rússia receber mais assistência econômica direta ou investimento do Japão. Pois Tóquio matinha sua política de não dissociar questões econômicas de questões securitárias (SCHMEMANN, 1992).

⁷⁴ Japão e Rússia possuem disputas territoriais indefinidas, como é o caso das ilhas Curilas e das Sacalinas.

empréstimos concedidos por Seul à URSS. Como alternativa ao pagamento, a Rússia ofereceu transferir armamentos e declarou que os sul-coreanos eram os maiores parceiros do país na região (ROZMAN, TOGO e FERGUSON, 2006). Entretanto, a oferta russa gerou insatisfação tanto no Japão quanto na Coreia do Norte, a qual tinha na URSS sua principal parceira durante a Guerra Fria.

As relações sino-russas não recrudesceram na mesma escala do que houve com o Japão e Coreia do Norte. Apesar disso, ocorreram diversos incidentes na fronteira dos dois países que prejudicaram a posição da Rússia na região e dificultaram a concertação bilateral, especialmente no primeiro mandato de Yeltsin. No segundo mandato, Yeltsin tentou revigorar as relações bilaterais. Esse processo levou ao estabelecimento de uma parceria estratégica com a China, bem como se deu início ao grupo dos “Cinco de Xangai” (*Shanghai Five*) para lidar com assuntos fronteiriços na Ásia Central. Em relação ao Japão, nesse segundo mandato, firmou-se um acordo sobre pesca e até se cogitou a assinatura de um tratado de paz entre os dois países sobre as disputas territoriais derivadas da II Guerra Mundial. No que tange à península coreana, a Rússia declarou apoio à *Sunshine Policy* em visita de Kim Dae-Jung a Moscou (ROZMAN, TOGO e FERGUSON, 2006). Yeltsin também deu início a tratativas para um acordo de cooperação com Pyongyang, mas que só veio a se concretizar na década seguinte, após o término de seu mandato. Apesar desse avanço, o Leste da Ásia permaneceu como uma região de baixa prioridade na agenda de política externa russa, cujas iniciativas lançadas careciam de coordenação e continuidade (ROZMAN, TOGO e FERGUSON, 2006).

No século XXI, sob as presidências de Vladimir Putin (2000-2008; 2012 -) e Medvedev (2008-2012), a Rússia optou, já no primeiro governo, entre 2000 e 2004, por resgatar o nacionalismo russo e retomar a reconstrução da economia a partir do reforço da liderança estatal. Foi adotada uma política de recuperação econômica e de fomento ao desenvolvimento para reverter os efeitos das crises ocorridas nos anos 1990. Assim, o país passou a buscar o aumento do poder, da efetividade e da centralização do Estado. Ambos os governos mantiveram a opção russa dos anos 1990, por uma economia capitalista, mas “reorganizaram o Estado central e seu complexo militar-industrial, e estatizaram a maior parte de suas gigantescas empresas de exploração e exportação de petróleo e gás” (FIORI, 2017; p. 3).

No plano externo, Moscou procurou retomar uma política externa mais assertiva, com vistas a recuperar a influência perdida nos anos anteriores (SHUBIN, 2013). A política externa russa se tornou mais diversificada e seletiva (YUN, 2009). Os projetos defendidos externamente pela Rússia, por exemplo, os de integração regional, devem servir de apoio aos imperativos de consolidação do Estado russo. Sob essa ótica, a política russa para o Leste Asiático passou a

conter três orientações básicas: eurasionismo, economia e multipolaridade (RANGSIMAPORN, 2009).

O eurasionismo está vinculado à construção da identidade russa, segundo Rangsimaporn (2009) e Jahn (2012). Ela justifica a existência de interesses russos tanto na Europa quanto na Ásia e por isso o país deveria se fazer presente como ator relevante na governança regional dos dois continentes. Ademais, o eurasionismo contribui para distinguir Moscou das potências ocidentais, facilitando o diálogo com países do Leste Asiático; bem como para configurar a Rússia como ponte metafórica e literal entre Ocidente e Oriente. O território conecta geograficamente as duas regiões e a identidade russa serviria como mediação.

A integração da Rússia ao Leste Asiático serviria especialmente para desenvolver as províncias do seu extremo oriente e da Sibéria, bem como para fortalecer o Estado russo como um todo. A ocupação russa no extremo oriente é um desafio que persiste. A baixa densidade geográfica e a baixa presença do Estado impeliram Moscou a procurar estabelecer uma política externa voltada a fortalecer o caráter asiático do país e a soberania sobre essas regiões (YUN, 2009).

Em termos econômicos, a política para a região incluiu a venda de armamentos, que não apenas rende lucros ao país, bem como amplia a influência russa na região. Mais do que isso, o caráter econômico dessa política refere-se também ao fornecimento de energia, gás e petróleo, para os países do Leste Asiático. Nesse sentido, a cooperação na esfera da energia serviria como mecanismo para aproximar Moscou de iniciativas de integração de infraestrutura regional (RANGSIMAPORN, 2009).

A defesa da multipolaridade se manifesta na política externa russa de três modos.

- a) preferência pela manutenção do *status quo* à desestabilização da região. Por isso, a Rússia procura ter relações amistosas com todos os atores regionais, mantendo canais abertos com todos e assim aumentando sua flexibilidade (LUKYANOV, 2013).
- b) gerenciamento da balança de poder. Nesse contexto, para que a estabilidade seja mantida, a Rússia tenta equilibrar as potências regionais sempre que uma se sobressair (RANGSIMAPORN, 2009).
- c) Moscou tenta manter a balança de poder regional e conter as potências envolvidas através de fóruns e instituições multilaterais, tais como foram as Negociações das Seis Partes e o ARF. Em outros termos, o país procura descentralizar o poder no âmbito regional.

Através dessas iniciativas, a Rússia também é capaz de se tornar um ator importante nos concertos de segurança do Leste Asiático. A política externa russa para o Leste da Ásia está

fortemente ligada às necessidades e projetos russos no seu extremo oriente e Sibéria. Desse modo, Eurasianismo, economia e multipolaridade se conjugam para desenvolver e consolidar a Rússia internamente. Integração física, busca por novos mercados e estabilidade estão, então, no topo das prioridades russas na região. Por isso, a Rússia vem tentando recobrar a sua influência na região através de diversas iniciativas. Apesar de se mostrar cautelosa em negociações sobre liberalização comercial na região, Moscou impulsiona principalmente as iniciativas que dizem respeito a investimentos em infraestrutura energética e de transporte (YUN, 2009).

A agenda securitária da Rússia inclui a prevenção de conflitos interestatais na região e o combate à proliferação nuclear (PUTIN, 2012). A Rússia vem adotando uma política de engajamento responsável com a Coreia do Norte, auxiliando o país e estabelecendo projetos de cooperação energética⁷⁵ que permitam que a RDPC se reinsira na comunidade internacional⁷⁶. Assim, a Rússia condena as atitudes norte-coreanas, mas com certas ressalvas. O país apoiou as últimas decisões do Conselho de Segurança em relação à Coreia do Norte, contudo tem defendido a busca de um diálogo sobre a questão do programa nuclear.

À medida que a expansão da OTAN se consolida no Leste Europeu ao longo do século XXI, em um processo que se vincula à busca pela primazia dos Estados Unidos, Moscou procurou estabelecer alternativas geoestratégicas para assegurar sua capacidade de projeção de poder e de segundo ataque⁷⁷. Após o acordo com a Polônia, a OTAN avançou na construção de escudos antimísseis Romênia em 2016. A soma desses processos restringiu a capacidade russa de assegurar a estabilidade de seu entorno estratégico em seu *front* ocidental, o que impulsionou

⁷⁵ Em 2013, Moscou finalizou-se a construção de uma conexão ferroviária de 54 km entre a Rússia e a Coreia do Norte. A ferrovia liga a cidade russa de Kazan ao porto de Rajin, recentemente renovado, na Coreia do Norte. Isso serve para proporcionar uma maior interação econômica de Pyongyang com Moscou e possivelmente com o restante do Leste Asiático, uma vez que se concretize a conexão ferroviária planejada por Putin entre Coreia do Norte e Coreia do Sul. Esta transformaria a própria Rússia em um país de trânsito para o comércio europeu e do Leste Asiático, visto que essa malha ferroviária estaria conectada à Ferrovia Transiberiana.

⁷⁶ O engajamento russo resultou em uma série de iniciativas voltadas à Coreia do Norte. Logo após a ascensão de Kim Jong-Un ao poder, Moscou discutiu a possibilidade de perdão da dívida norte-coreana, bem como retomou projetos voltados à interconexão das malhas ferroviárias dos dois países e da construção de oleodutos e gasodutos. Empresários russos visam a transformar a Coreia do Norte em um hub regional econômico e energético para transporte de bens à Coreia do Sul e outros países da Ásia-Pacífico (WEITZ, 2012). Em 2012, Moscou concordou em perdoar a dívida norte-coreana em 90% que ainda restava da época da União Soviética, que somava 11 bilhões de dólares (ALPERT, 2012). O US\$ 1 bi restante foi reestruturado em um programa de pagamento ao longo de 20 anos em troca de ajuda russa (KECK, 2013). Esse acordo permitiu que Pyongyang voltasse a receber financiamentos de Moscou.

⁷⁷ O acordo entre EUA e Polônia para instalação de um escudo antimísseis no país em 2008 afetou os interesses estratégicos da Rússia. Segundo Moscou, a instalação do escudo seria uma medida de Washington para superar as limitações do START. Alegadamente, a instalação serviria para proteger de uma eventual ameaça missilística iraniana (RTP, 2008).

o país a procurar se afirmar em outros espaços estratégicos de seu entorno, como é o caso do extremo oriente e do Ártico.

A pressão geopolítica que a Rússia enfrenta por parte dos Estados Unidos, o longo período de distanciamento da Europa e a aparente pequena possibilidade de construir um bloco próprio no antigo espaço soviético, impulsionam Moscou em direção ao Nordeste Asiático. Ao mesmo tempo, Moscou precisa lidar com o avanço chinês para o oeste, o que amplia a influência de Pequim nas ex-fronteiras soviéticas da Ásia Central, do Cáucaso meridional e da Europa Oriental (TRENIN, 2016). Os acordos energéticos entre os dois países em 2015 indicam essa tendência por estabelecer relações harmoniosas com a China.

Essas mudanças geopolíticas e ascensão da Ásia levaram a Rússia a dar mais atenção ao oriente. Moscou tem priorizado projetos de energia e infraestrutura, como oleodutos e gasodutos, GNL, ferrovias (modernização da Transiberiana) e novas linhas oceânicas, como a Rota do Mar do Norte (TRENIN, 2013). A dificuldade de Moscou é que tem pouco a oferecer além de suprimentos de energia e armas. As rotas de trânsito para a Europa, seja através da Sibéria por via férrea ou através do Ártico por via marítima, não têm condições efetivas de uso em escala mais ampla.

A ascensão da China gerou a necessidade do país de estabelecer uma concertação com Pequim. O governo Putin, assim, estabeleceu uma série de avanços nas relações bilaterais. Em 2008, os dois países assinaram um acordo fronteiriço, delimitando regiões de disputas que duravam cerca de quatro décadas (LI, 2008). Além disso, China e Rússia estabeleceram uma aliança diplomática no cenário global, adotando posições semelhantes sobre questões como soberania nacional, integridade territorial e não-interferência nos assuntos internos de outros países. Seja no âmbito dos BRICS ou CSNU, Pequim e Moscou têm alinhado suas posições. Ambos se opuseram ao uso da força pela OTAN contra a Iugoslávia em 1999, e à Síria em 2013. Moscou adotou uma linha mais dura no Iraque e Pequim se absteve, mas na Líbia em 2011 e nas questões relativas ao Irã e à Coreia do Norte os dois países têm assumido posição coordenadas (TRENIN, 2013).

No âmbito do multilateralismo asiático, Moscou prioriza a OCX sobre a EAS, mais voltada à segurança, e a qual aderiu em 2012. Embora tenha buscado a participação na EAS, a Rússia tem sido pouco atuante, o que se deve ao baixo interesse do país em se posicionar em contenciosos geopolíticos na Ásia-Pacífico. Em relação ao TPP, a Rússia manteve distanciamento estratégico, o que deriva da ausência de fortes motivações domésticas para uma atuação mais assertiva a favor ou contrária à integração econômica regional. O objetivo principal é manter certa aproximação que permita se certificar que essas atividades não afetem

os principais interesses de Moscou e garantir certa concertação com a China, quando necessário, em questões regionais.

Ao mesmo tempo, a Rússia vem procurando ampliar e fortalecer os arranjos institucionais regionais liderados pelo país, como é o caso da Organização do Tratado de Segurança Coletiva⁷⁸ (CSTO) para a segurança, e a União Econômica Eurasiática (EEU)⁷⁹ para a integração econômica. Pequim procura, por sua vez, evitar atingir os objetivos estratégicos de Moscou, uma presença militar nos Estados da Ásia Central e alianças políticas com eles, por exemplo – enquanto a Rússia aceitou tacitamente o crescimento da influência econômica e política da China na região, que discretamente desloca a influência residual de poder russa (TRENIN, 2016).

Em relação ao Japão, a busca por uma aproximação mais significativa representa a possibilidade de obter mais investimentos e transferência de tecnologia, particularmente para ajudar a desenvolver as regiões do extremo oriente. A opção de Abe por distinguir os interesses político-securitários das questões econômicas abre espaço para que mesmo sem uma resolução efetiva das disputas territoriais seja possível avançar nas relações econômicas. Mais do que isso, Japão e Rússia são os atores com menor peso na resolução da questão norte-coreana. Portanto, uma aproximação entre Tóquio e Moscou pode aumentar o poder relativo desses Estados na região.

Os interesses da Rússia na região não compõem uma estratégia geopolítica mais ampla voltada ao continente asiático de modo integrado. As interações variam de acordo com cada Estado. Segundo Rozman (2014),

Os objetivos da Rússia em se reposicionar no nordeste da Ásia são três. Primeiro, há uma necessidade de ganhar legitimidade doméstica afirmando a capacidade do Estado e solidificando o controle sobre o Extremo Oriente russo aparentemente vulnerável. Em segundo lugar, as memórias da era soviética, assim como do Império Russo, pressionam os líderes de hoje a reafirmar a hegemonia, se não o controle, sobre os territórios anteriormente sob o controle russo. Finalmente, a lógica da balança de poder impõe a busca de parcerias direcionadas contra a maximização do poder por outros estados, embora visões contrastantes sobre o poder dos EUA e da China compliquem qualquer estratégia de balanceamento (ROZMAN, 2014; p. 64, tradução nossa)⁸⁰.

⁷⁸ Estabelecida originalmente ainda em 1992, a organização foi aprofundada a partir dos anos 2000. Os membros que compõem a organização são a Rússia, Cazaquistão, Bielorrússia, Quirguistão, Tadjiquistão, Armênia, Afeganistão e Sérvia. O Irã é considerado um membro em potencial da organização (CSTO, 2018).

⁷⁹ A EEU prevê a livre circulação de mercadorias, serviços, capital e trabalho entre os Estados-membros que são Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e a Federação Russa (EAEU, 2018).

⁸⁰ No original: “Russia’s aims in repositioning in Northeast Asia are three-fold. First, there is a need to gain domestic legitimacy by asserting state capacity and solidifying control over the seemingly vulnerable Russian Far East. Second, memories of the Soviet era, as well as the Russian Empire, push today’s leaders to reassert hegemony, if not control, over territories formerly under Russian control. Finally, traditional balance of power

Desse modo, observa-se que a própria estabilidade interna da Rússia está vinculada à capacidade do país em direcionar sua estratégia para outras regiões prioritárias em termos geopolíticos. Em grande medida, esse processo vincula-se à condição de Moscou manter seu *status* de Grande Potência. Afinal, desde a desestruturação da URSS, o país vem perdendo posições centrais para a manutenção da sua capacidade de projeção de poder. A Ásia, nesse contexto, torna-se região para ampliar a despressurização sobre o seu flanco ocidental.

No que tange à concertação com os países asiáticos, o balanço entre os diversos interesses regionais coloca o país em uma posição adversa na consolidação de uma política de pivô russo para a Ásia. Por essa razão, a busca pelo estabelecimento de relações bilaterais, caso a caso, é a que permite uma estratégia adaptável conforme as alterações no balanço regional. Diante desse quadro, a posição russa em relação à situação na Coreia do Norte reflete essa posição de estratégia redimensionável. A prioridade é não confrontar os interesses estratégicos da China, mas, ao mesmo tempo, manter certo alinhamento com a Coreia do Sul e com o Japão.

A isso soma-se o histórico de relações bilaterais entre Moscou e Pyongyang, que criam bases para que a Rússia tenha certo grau de influência sobre a Coreia do Norte. Por essa razão, o governo Putin procurou estabelecer concertação com o governo de Kim Jong-Il em um primeiro momento, especialmente, através da participação nas Negociações das Seis Partes. Em relação ao governo Kim Jong-Un, a Rússia procurou manter a política de aproximação, mas baseada na adesão a algumas medidas de pressão da comunidade internacional.

Em relação aos últimos avanços nas negociações na península coreana, a Rússia adotou uma posição dúbia. Embora publicamente a Rússia tenha manifestado apoio à possibilidade de um encontro entre Kim e Trump, as posições históricas de Moscou quanto à questão norte-coreana indicam que o governo de Putin tenha certas reservas quanto ao efetivo avanço das relações entre a Coreia do Norte e EUA (RAMANI, 2018). Esse pessimismo deriva do contraste entre as visões que Moscou e Washington possuem sobre a eficácia de sanções extremamente rígidas contra a Coreia do Norte. Contrariando os interesses de Moscou, o governo Trump descartou a suspensão de sanções contra a Coreia do Norte, a menos que Pyongyang adote medidas empíricas voltadas ao desmantelamento de seu programa nuclear. Dado que Moscou entende que o programa nuclear da Coreia do Norte trata-se de uma medida defensiva contra uma ameaça de mudança de regime patrocinada pelos EUA, a perspectiva é que a manutenção das sanções não aprovadas pela ONU faça com que Kim Jong-Un resista à pressão dos EUA.

reasoning dictates pursuit of partnerships directed against maximization of power by other states, although contrasting views about U.S. and Chinese power complicate any balancing strategy.”

4.3 AS DINÂMICAS DO NORDESTE ASIÁTICO E O CONTEXTO GLOBAL DE REESTRUTURAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL

O Nordeste Asiático passou transformações significativas desde o final da Guerra Fria. Essa seção, no sentido de vincular os esforços analíticos anteriores, procura fazer um balanço do contexto do Nordeste Asiático. A partir desse quadro, avaliam-se as dinâmicas regionais e sua relação com a atual configuração do Sistema Internacional. Nesse sentido, insere a questão norte-coreana no contexto regional e global de reestruturação da ordem internacional, de crise sistêmica e de redimensionamento do papel da dissuasão nuclear no século XXI.

A segunda década do século XXI no Nordeste Asiático ficou marcada pela transição política em quase todos os Estados atuantes na região. À exceção da Rússia, onde não houve alteração no bloco governante, China, Japão, Coreia do Norte e Coreia do Sul passaram por mudanças nas lideranças políticas. Às mudanças no âmbito doméstico somaram-se as transformações na política externa e de segurança dos Estados Unidos para a região, que contribuíram para a gênese de padrões de interação distintos do que os que prevaleciam na Guerra Fria e na década de 1990.

No que tange às questões de política interna, as novas lideranças implicaram em alterações nos perfis de atuação desses países no plano regional. À parte das particularidades típicas de cada um dos Estados, em comum há o estabelecimento de medidas de afirmação nacional, voltadas ao reforço das capacidades de poder e da autonomia no plano externo. Esse é um processo que é bastante sensível nos governos Xi Jinping, Shinzo Abe, Kim Jong-Un e também na Coreia do Sul – apesar das rupturas políticas vivenciadas por Seul. Portanto, a similaridade desses processos evidencia que não se tratam de eventos isolados, e sim respondem a uma transformação mais ampla no padrão de interação entre os atores regionais.

A análise dos interesses estratégicos de cada uma das unidades que compõem o subsistema do Nordeste Asiático mostra que os Estados realizam um cálculo racional para atingir seus objetivos a partir do entendimento que estão inseridos em um ambiente multipolar. Ou seja, embora a polaridade sistêmica não seja objeto de debate nessa pesquisa, importa avaliar que ela se manifesta de modos distintos em cada uma das regiões. Nesse sentido, é mais relevante para a compreensão de dinâmicas regionais a percepção que os Estados têm da polaridade, do que o simples comparativo de capacidades militares e econômicas.

Nenhum dos Estados do Nordeste Asiático não reconhece a hegemonia dos Estados Unidos no âmbito global. Os EUA continuam possuindo o “comando dos comuns” (POSEN,

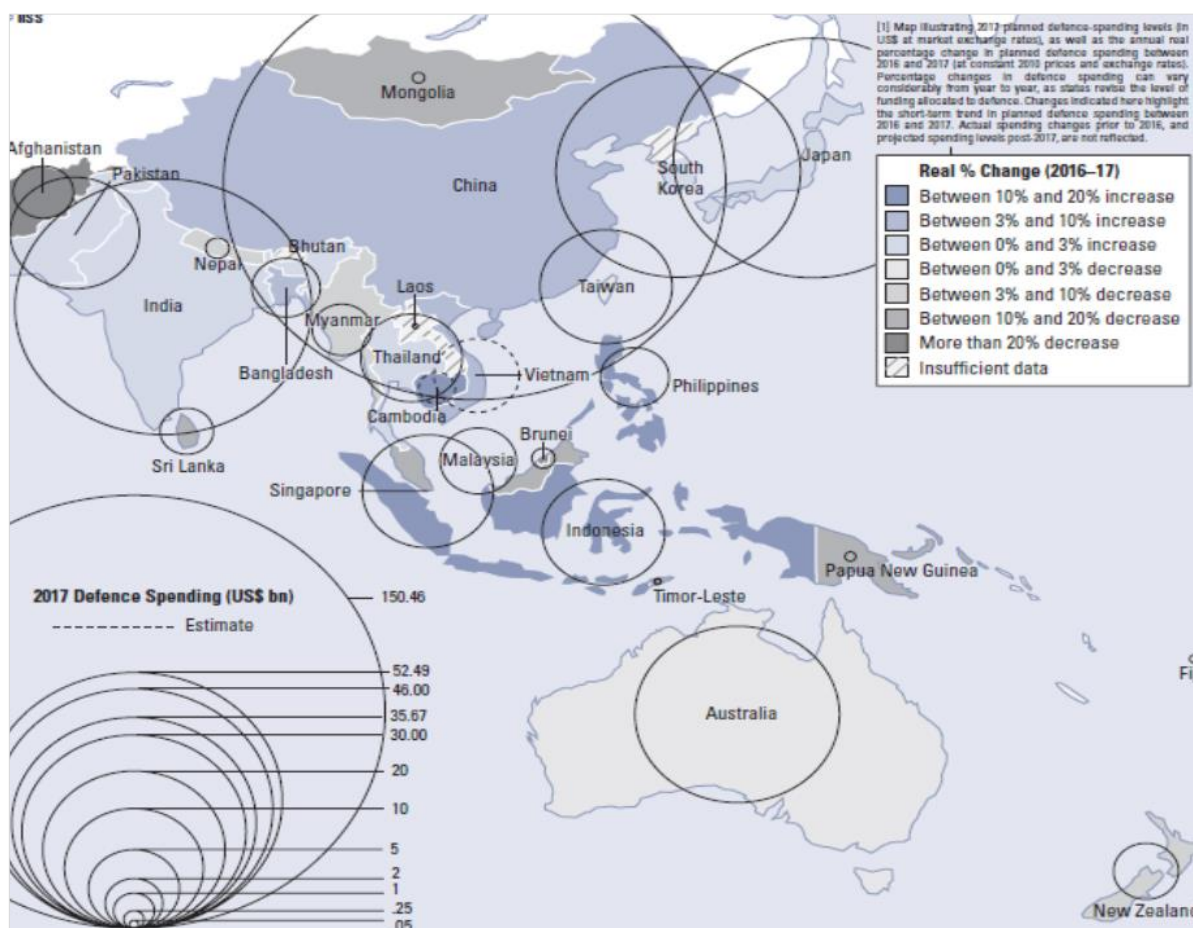
2003), controla uma parcela significativa dos recursos ou capacidades que os Estados podem usar para alcançar seus objetivos, se destaca em termos de capacidades tais como tamanho da população e território, dotação de recursos, capacidade econômica, poder militar e competência organizacional-institucional (WALTZ, 1979; IKENBERRY, MASTANDUNO e WOHLFORTH, 2009). Contudo, no contexto regional, as estratégias adotadas partem do entendimento de que Washington não atua irrestritamente na região e nem tem condições de fazer valer seus interesses sem resistência ou sem ter que lidar com altos custos. Seja na esfera militar, securitária ou econômica, os EUA não são o único polo de poder no Nordeste Asiático. E isso não se deve a uma tendência de formação de balança de poder dos atores regionais no sentido de criar um contra-peso em relação aos Estados Unidos. Trata-se de um processo de transformação do quadro comparativo regional e da continuidade da trajetória de fortalecimento dos Estados da região.

Esse é um quadro que se desenha a partir do século XXI e se aprofundou na última década. A crescente alteração na distribuição das capacidades no plano regional, lastreado na trajetória ascendente da economia chinesa que impulsionou uma transformação mais profunda na economia regional está no cerne desse cenário. A despeito da desaceleração da economia chinesa, que chegou a atingir mais de 14% em 2007 e em 2015 e 2016 caiu para cerca de 6,9% (WORLD BANK, 2018), a tendência de crescimento manteve-se na maior parte da Ásia, principalmente nos países do Sudeste Asiático, o que impulsionou o aquecimento da economia no restante do continente.

Esse cenário vem promovendo a alteração nas distribuições de capacidades militares na região. Os países do Nordeste Asiático vêm investindo em projetos de modernização das suas Forças Armadas, especialmente de forças convencionais (IISS, 2018). O desenvolvimento de maior capacidade para a guerra convencional é dominante nas políticas regionais de defesa. Embora o aumento das tensões nos mares da China Oriental e do Sul da China, assim como na Península Coreana, possa ter favorecido o desenvolvimento de capacidades militares convencionais, os recentes desenvolvimentos militares devem ser vistos como a última fase dos programas de modernização da defesa a longo prazo. Portanto, não são apenas reflexo das recentes preocupações externas de segurança (IISS, 2018). Ou seja, se vinculam às mudanças profundas na ordem regional. Entretanto, apesar de em 2017 ter havido crescimento em termos de gastos em defesa (cerca de 2,2%), foi menor que a média de 5% que vinha sido imprimida na última década. Não é possível observar se esse declínio indica uma reversão de tendência ou se é apenas conjuntural.

O Mapa 11 abaixo apresenta um quadro das mudanças nos níveis de investimento no continente, no qual observa-se que quase a totalidade dos países apresentaram crescimento dos gastos. Os gastos militares da China correspondem a 39,7% do total do continente, seguidos pela Índia (13,9%), Japão (12,1%) e Coreia do Sul (9,4%) (IISS, 2018).

Mapa 11 - Investimento em Defesa no Continente Asiático (2017)



Fonte: IISS (2018).

No continente asiático encontram-se duas grandes potências (China e Japão) e um terceiro Estado (Índia), que está em transição da condição de Potência Regional para a condição de Grande Potência. Caso incluamos a Rússia como um ator que participa do concerto asiático, teríamos mais uma Grande Potência⁸¹. Ademais, há quatro Estados detentores de armas nucleares (China, Índia, Paquistão e Coreia do Norte), além de três Estados com programas nucleares bastante desenvolvidos (Japão, Coreia do Sul, Taiwan) que, embora sejam voltados

⁸¹ Tendo como base de Buzan e Waeber (2003), em termos de Complexo Regional de Segurança, a Rússia não se enquadra no subsistema asiático. Entretanto, embora não seja um ator constantemente presente ao longo da história, possui objetivos estratégicos na região.

para fins pacíficos, poderiam em caso de escalada das tensões militares da região serem reorientados rapidamente. Essa distribuição de poder e capacidades nucleares é bastante peculiar em comparação a outras regiões. A esse retrato dinâmico de capacidades soma-se o já mencionado processo complexo de ascensão econômica que abrange a maioria dos países da região.

A presença militar dos Estados Unidos aparece como elemento definidor do padrão de cooperação e conflito prevalente no Nordeste Asiático. Principalmente a partir da afirmação regional chinesa, com pretensões globais, a agenda político-securitária dos EUA foi centrada no Nordeste Asiático. O estabelecimento do pivô asiático no governo Obama marca essa nova fase da política externa e de segurança dos EUA para a região. Por essa razão, o *overlay* da agenda de política externa dos EUA sobre as dinâmicas regionais é decisivo para a interação regional. Assim, é um subsistema caracterizado pela alta penetração da potência hegemônica.

Os atores regionais, portanto, moldaram sua política externa e de segurança condicionados pela presença assertiva dos Estados Unidos. Entretanto, os padrões estáticos de cooperação-conflito e de interação, típicos da Guerra Fria, vêm se alterando em virtude dessas mudanças no contexto regional. Em outros termos, o aumento da competitividade regional, a reconfiguração da correlação de capacidades materiais entre os atores com presença no subsistema regional e a redefinição das estratégias nacionais tem conduzido o Nordeste Asiático a operar em um **sistema de alinhamentos flexíveis**.

Segundo esse sistema, os Estados não adotam posições fixas em relação aos demais, elas variam conforme o tema e a situação em debate. Ou seja, embora os padrões de cooperação-conflito na região se mantenham baseados na dissuasão nuclear e no equilíbrio de forças convencionais, tal qual acontecia na Guerra Fria, as alianças regionais não são mais regulares. Embora exista uma tendência à concertação entre, de um lado, EUA, Coreia do Sul e Japão e, de outro, entre China, Rússia e Coreia do Norte, isso não representa que os países não possam alterar seus padrões de interação para atingir objetivos específicos conforme o contexto. Pelo contrário, observa-se que as estratégias adotadas pelos Estados da região vêm sendo desenvolvidas no sentido de romper as estruturas rígidas típicas dos blocos de países que prevalecia na Guerra Fria. Esse é um reflexo do avanço da militarização e do nacionalismo na região, o que impulsiona os Estados a não estarem vinculados a uma coalizão, mas sim a buscarem estratégias autônomas para atingir seus objetivos.

Em termos comparativos, a tríade Washington-Seul-Tóquio é mais estável do que a China-Rússia-Coreia do Norte. Isso deve-se, especialmente, ao fato de que existem restrições constitucionais que atrelam os dois países asiáticos aos Estados Unidos. Apesar disso, existem

pressões centrífugas no âmbito interno que atuam no sentido de que cada Estado (Coreia do Sul e Japão) adote uma postura mais autônoma em relação ao seu aliado preferencial. Isso não significa que haja uma ruptura na tríade, conquanto, em termos práticos, observe-se que, em medidas nunca antes observadas, Japão e Coreia do Sul têm assumido posições voltadas a assegurar maior independência em relação à busca de seus objetivos estratégicos.

Nesse sentido, a revisão constitucional promovida pelo Japão vincula-se a questões identitárias e processos de acomodação de elites políticas econômicas. O governo Abe procura explorar o nacionalismo como um meio de consolidar o poder político, afastar a política baseada nas alas da Dieta japonesa e migrar para a política baseada no populismo (NAGY, 2014), alterando a lógica de funcionamento do sistema político do país, no qual os interesses conflitantes seriam considerados elementos impeditivos da adoção de reformas econômicas capazes de impulsionar o Japão a sair da situação de vinte anos de estagnação econômica.

Na Coreia do Sul, o processo é relativamente similar. A economia sul-coreana é lastreada na aproximação intrínseca entre os grandes conglomerados e os setores políticos. Nas últimas duas décadas, principalmente, o país migrou para o estabelecimento de uma economia baseada no setor de eletrônicos, naval e automotivo e no investimento em P&D. Esse processo ampliou a competitividade, especialmente com o Japão. Diante do quadro de aumento do acirramento das relações sino-japonesas, Seul se beneficiou e procurou a tomar uma fatia maior das importações chinesas— processo que foi firmado pela assinatura do Acordo de Livre-Comércio com a China em 2014. Apesar da aliança preferencial com os EUA, a Coreia do Sul tem se aproximado da China, inclusive aderindo ao AIIB em 2015.

A estrutura das relações EUA-Japão-Coreia do Sul não possui o mesmo caráter de indissociabilidade que mantinha até meados dos anos 1990. Paradoxalmente, essas transformações que afastam relativamente os Estados Unidos de seus aliados derivam do processo de fortalecimento promovido por Washington no intuito de balancear, antes a URSS e posteriormente a China. Todavia, cabe reforçar que, dadas as posições geoestratégicas dos dois Estados, os EUA vêm reagindo a esse processo de busca por autonomia procurando reafirmar a sua condição de liderança no âmbito tríade. As pressões políticas sobre Seul na instalação do THAAD e o ostracismo imposto ao Japão nas negociações envolvendo questões securitárias regionais simbolizam essa tendência.

As relações China-Rússia-Coreia do Norte são intermitentes, especialmente desde o final da Guerra Fria. Em relação a Moscou, desde a queda da URSS, o país passou por duas fases bastante distintas. A primeira sob a liderança de Boris Yeltsin, a Rússia procurou aderir aos regimes internacionais, priorizando as relações com a Europa Ocidental. Assim, o país

congelou as relações com a Coreia do Norte (anteriormente, parceiro principal de Pyongyang) e manteve relações oscilantes com a China. Após a chegada de Putin, a Rússia procurou reverter esse isolamento em relação ao oriente. Nesse sentido, a aproximação com a China e o estabelecimento de um pivô asiático inseriram o país em uma nova fase das relações com o continente. A Rússia passou a estabelecer relações com todos os Estados da região, o que confere flexibilidade ao padrão de interações que o país apresenta na região.

A China, por sua vez, alterou seu perfil de inserção desde o início do século XXI. Na primeira fase, no governo Hu Jintao, Pequim procurou diversificar seu perfil de inserção internacional, ampliou o leque de parceiros extrarregionais e defendeu a perspectiva da ascensão pacífica. Nesse contexto, procurou se afirmar no contexto asiático através do fortalecimento das instituições regionais e do aumento da cooperação com os demais atores do continente. Entretanto, especialmente, a partir da chegada de Xi Jinping ao poder em 2012, o país entra em um novo ciclo de sua inserção internacional. O entendimento por parte da China de que não seria mais possível manter uma política estritamente cooperativa deriva do aumento da assertividade por parte de Washington e do acirramento das rivalidades regionais. A doutrina Xi Jinping, portanto, é calcada na ratificação das posições chinesas e na reafirmação de seus interesses no plano regional. Nesse sentido, a China passou a adotar uma postura flexível no âmbito regional, como evidencia as ações em relação à Coreia do Norte. Ora o país procurava apoiar o regime norte-coreano, ora aderiu às sanções internacionais impostas à Coreia do Norte com vistas a manter sua postura de potência responsável. De outro lado, a Coreia do Norte também fortaleceu a perspectiva de uma inserção internacional autônoma.

A política externa norte-coreana de Kim Jong-Un é forjada nesse contexto de variações do panorama regional, no qual todas as unidades passaram a incorporar posturas mais autonomistas e de aumento da competitividade regional. Ou seja, a chegada de Kim Jong-Un ao poder acontece em meio a um contexto de mudanças mais profundas na interação das demais potências.

Apesar da manutenção do discurso agressivo no plano regional, no plano doméstico a ascensão do novo líder representou uma inflexão. Em primeiro lugar, relativizou o *Songun*, dando mais espaço ao PCT. Além disso, passou a priorizar projetos para modernização econômica. Em um primeiro momento, utilizou as Forças Armadas em obras públicas (autopistas, plantas energéticas). Ademais, procurou estabelecer uma série de medidas com vistas a ampliar a capacidade produtiva, comercial e financeira do país. Entretanto, é no desenvolvimento acelerado do seu programa missilístico e nuclear que consiste a principal mudança que ocorre após a ascensão de Kim Jong-Un. Embora a *byungjin* parta da perspectiva

da necessidade do estabelecimento donexo desenvolvimento-segurança como elemento central para a afirmação do país no plano internacional, foi a obtenção de êxitos nos testes nucleares e nos testes de lançamentos balísticos a partir de distintas plataformas que estabeleceu um novo patamar nas relações regionais.

Abyungjin implicou na necessidade de mudança na abordagem dos demais atores regionais em relação à Coreia do Norte. De um lado, a consolidação de uma tendência de crescimento econômico e retomada de setores produtivos, mesmo que ainda de modo incipiente, afasta a hipótese de colapso do regime político do país. Assim, a postura de paciência estratégica, assentada no estrangulamento de Pyongyang através das sanções e do isolamento diplomático, que tinha como base a perspectiva de que a deterioração da situação econômica do país levaria à desestabilização do regime, perdeu validade. O fortalecimento da economia implica em maior estabilidade, e a hipótese de colapso no médio prazo parece pouco provável. Portanto, os demais Estados da região tiveram que recalibrar suas estratégias para esse novo contexto.

De outro lado, o aumento exponencial da realização de testes militares e a ampliação do potencial dos testes nucleares tornaram a ameaça norte-coreana crível. Assim, apesar da assimetria de forças, Pyongyang assegurou poder dissuasório. À medida que esse quadro de desenvolvimento das capacidades militares norte-coreanas foi se afirmando e se agregou ao cenário de acirramento de rivalidades no Nordeste Asiático, cada país procurou estabelecer estratégias particulares em relação à Coreia do Norte. Dado que o padrão de interação entre os atores do sub-sistema é baseado na dissuasão nuclear e em um balanço de forças com relativo equilíbrio – não permitindo a nenhum Estado determinar os rumos da região seguindo apenas seus interesses–, a afirmação da Coreia do Norte como país nuclear implica nos seguintes efeitos:

- a) assenta o equilíbrio regional no cálculo estratégico das capacidades nucleares, portanto com padrões de interação securitárias mais tradicionais, similares aos da Guerra Fria;
- b) redimensiona o balanço de forças na península coreana, que desde 2001 se caracteriza pela superioridade sul-coreana e pela condição de Seul vencer sozinha a Coreia do Norte em uma guerra preemptiva. Nesse novo contexto, os custos para assegurar essa superioridade seriam ainda mais elevados;
- c) transfere o eixo de disputas geopolíticas entre os Estados do Nordeste Asiático para outros sub-sistemas.

Existem no continente asiático Complexos Regionais de Segurança (sub-sistemas). Um CRS de grandes potências no Nordeste Asiático que passou a se consolidar no final do século XIX; e dois CRS padrões – no Sudeste e Sul da Ásia (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 96). Para os autores, a divisão em três CRS decorreu em grande medida das características geográficas da região e da baixa capacidade de interação entre as sub-regiões. No Leste Asiático, observa-se um CRS de grandes potências que nasce da fusão entre o CRS do Nordeste Asiático e o CRS do Sudeste Asiático. Em termos gerais, complexos compostos por Grandes Potências geram impactos diretos no cálculo de poder global e causam transbordamentos (*spillover*) para as regiões adjacentes. Ademais, o CRS do Leste Asiático trata-se de um complexo que se depara com o *overlay* e com uma pesada penetração da superpotência e de grandes potências extrarregionais.

A fusão entre o complexo do Nordeste e do Sudeste Asiático foi o grande evento transformador das relações regionais no pós-Guerra Fria. Além desses dois complexos, há o CRS do Sul da Ásia. Essa fusão derivou do fim da presença soviética e do desengajamento seletivo dos Estados Unidos. Desse modo, seja por questões geográficas particulares, como a predominância das interações marítimas, seja pelo número de polos regionais de poder, houve uma tendência de convergência entre as questões securitárias de cada um dos complexos.

No século XXI, especialmente a partir da segunda década, o continente vem vivenciando novas transformações estruturais. Essas mudanças dizem respeito à consolidação de um supercomplexo asiático. Ou seja, as dinâmicas securitárias dos subsistemas que compõem a região se interrelacionam, em um processo no qual alterações no equilíbrio de forças em uma sub-região afetam o equilíbrio de outra.

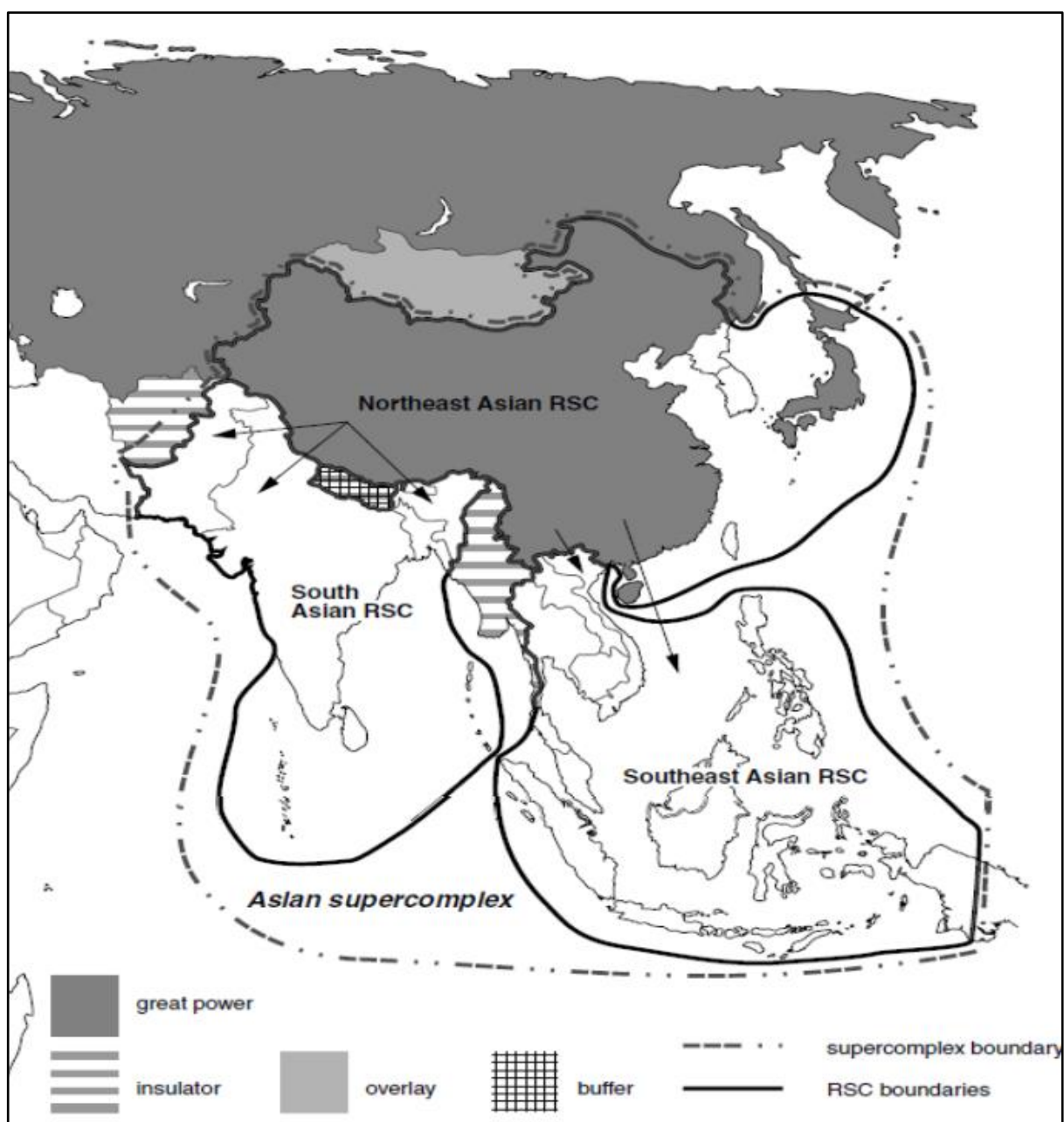
O avanço para as transformações dessas dinâmicas deve-se a uma série de modificações no contexto asiático:

- a) afirmação do processo de ascensão da China que passou a ser um ator presente do Oriente Médio ao Nordeste Asiático, o estabelecendo iniciativas de construção de infraestrutura regional, como a *One Belt, One Road*, que conectam fisicamente esses subsistemas e ampliam a tendência à interrelação entre as sub-regiões;
- b) implementação da estratégia estadunidense de balanceamento da China, que possui um caráter geopolítico que vincula todas as dinâmicas regionais em um mesmo sentido de contenção das ações chinesas;
- c) ascensão da Índia à condição de potência regional que passa a atuar além da Ásia Meridional;

d) reforço do nacionalismo japonês que tem procurado adotar uma estratégia global, aproximando-se do Sudeste Asiático e da Índia.

Esse supercomplexo é, portanto, tripolar, com a Índia juntando-se a China e Japão. A definição se o avanço do supercomplexo asiático levará a uma formação mais conflitiva ou se desencadeará um regime de segurança pode ser decisivo para averiguar se a China se tornará uma superpotência ou não. O Mapa 12 abaixo apresenta a extensão dos diferentes Complexos Regionais de Segurança que se encontram na Ásia.

Mapa 12 - Os Complexos Regionais no Continente Asiático



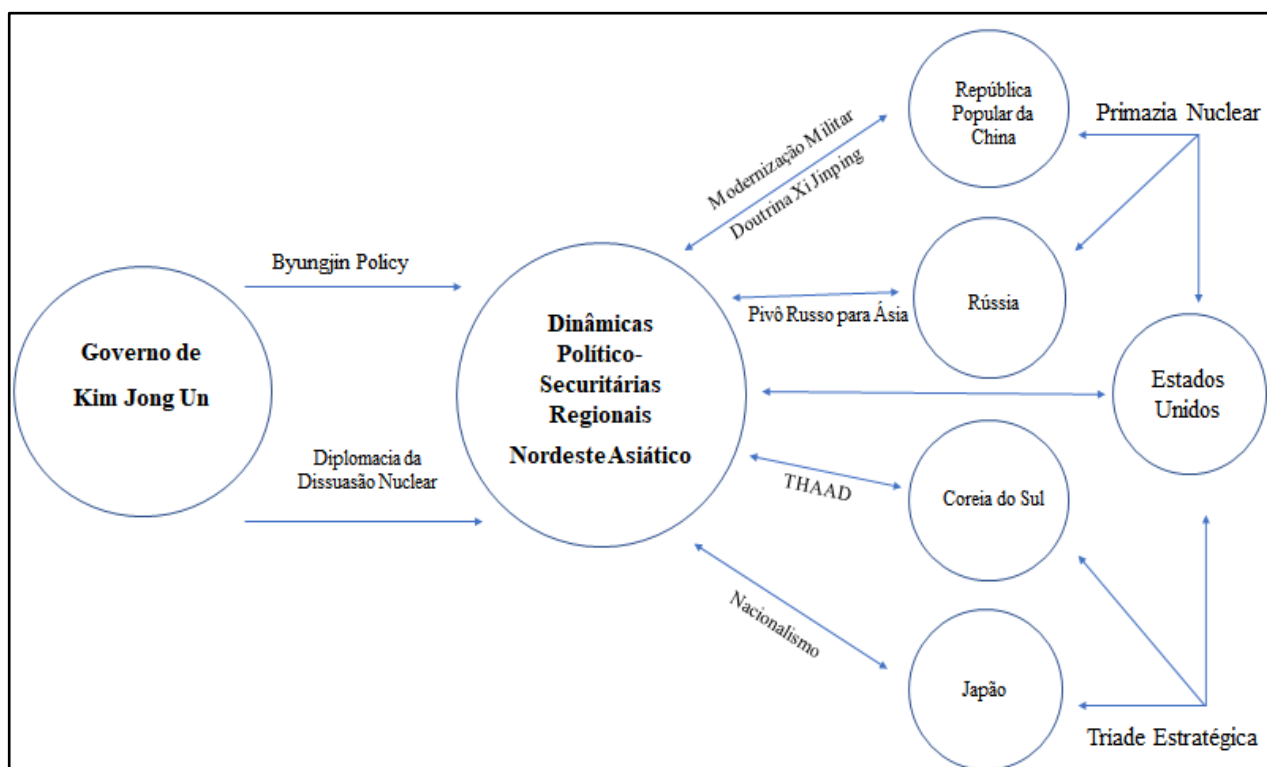
Fonte: Buzan e Waever (2003).

As transformações na formatação dos Complexos Regionais de Segurança do Nordeste e Sudeste da Ásia são, assim, derivadas de impulsos endógenos e exógenos à região. Ou seja, a articulação entre o plano global e regional incide diretamente sobre as variações de relacionamento entre os atores regionais no Nordeste Asiático e desses com as regiões adjacentes. Diante desse quadro, a península coreana configura-se como um dos palcos de disputas estratégicas entre diversos desses atores proeminentes.

No âmbito do Nordeste Asiático, dada a preservação das características dos padrões de cooperação-conflito entre as unidades do Nordeste Asiático, assentadas no modelo tradicional de interação, estabelece-se um congelamento do *status quo*, o que transfere a arena de disputas securitárias para outras sub-regiões da Ásia, e como efeito secundário contribui para o aumento da securitização e da militarização observado na região na última década.

A Figura 12 abaixo procura sintetizar graficamente as interações securitárias que se desenvolvem na região desde a ascensão de Kim Jong-Un. Observa-se que a dissuasão nuclear se configura como o elemento central para a compreensão dessas dinâmicas.

Figura 12 - As Dinâmicas Securitárias Regionais no Nordeste Asiático



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Portanto, as dinâmicas regionais do Nordeste Asiático conectam-se às discussões acerca do papel da dissuasão nuclear no século XXI. Mais do que isso, vinculam-se à análise das respostas que os Estados têm dado às alterações na polaridade no século XXI. Ao passo que o quadro de ameaças securitárias se amplia, tem havido uma crescente divergência no modo como os Estados percebem e reagem às crises ou conflitos. Essa divergência minou a credibilidade da dissuasão nuclear como elemento fundamental para segurança estatal nesse novo cenário.

Além disso, a proliferação de capacidades assimétricas (o avanço da guerra híbrida, da guerra de quarta geração, a disseminação de capacidades A2/AD), o desenvolvimento de novos sistemas de "armas de destruição em massa" (armas de energia direta, hipersônicos), a evolução da cibernética e do uso do espaço, expandiram o escopo potencial de que sistemas podem servir como elemento de dissuasão.

Entretanto, o atual ciclo de modernização dos programas de sistemas de entrega e de ogivas, particularmente na China, na Rússia, e nos EUA demonstra que a dissuasão nuclear não perdeu relevância para a determinação da polaridade. O contexto estratégico do Nordeste Asiático corrobora essa perspectiva. Além disso, a mudança na ênfase dada às armas nucleares nas doutrinas de segurança dos Estados (revisão da NPR pelos EUA, modernização dos sistemas de entrega na China baseada na *No First Use Policy* e a doutrina russa destacando cada vez mais a importância dessas armas) acrescenta mais uma camada de complexidade. Portanto, é provável que o domínio das armas nucleares permaneça como referência de estabilidade estratégica para as relações internacionais.

A dissuasão tradicional baseia-se em vários componentes-chave, que eram mais simples no domínio puramente nuclear:

- a) um adversário identificável e discreto que pode fornecer um evento identificável, o qual pode-se deter por meio de um evento que produza danos iguais ou maiores;
- b) um meio de comunicar sua determinação e intenção de dissuasão àquele adversário;
- c) e um meio confiável de evitar interpretações errôneas de retórica e de suas ações.

Uma vez que um Estado tenha estruturado suas atividades de forma que nenhum terceiro as entenda como ameaça, o que o adversário-alvo acredita ou pensa é tudo o que importa. Percepções adversas são uma função de três variáveis.

A primeira é quem é o adversário: sua identidade, valores, medos e aspirações, suas metas e objetivos, estratégia, doutrina e capacidades. O segundo diz respeito à decisão sobre qual o nível de influência (dissuasão) é pretendido (em que hipóteses se utilizaria as armas nucleares). O terceiro diz respeito às circunstâncias em que a decisão está sendo tomada.

Esse quadro permanece similar quando se faz uma análise do contexto regional no Nordeste Asiático. Entretanto, embora o contexto securitário permaneça assentado na dissuasão, as ameaças são mais difusas e se vinculam a um quadro mais competitivo e multipolar. Portanto, a dissuasão pode operar de modo distinto ao que se observou na Guerra Fria.

A Coreia do Norte realiza seu cálculo estratégico a partir desse cenário. Por isso a opção pelo desenvolvimento do programa nuclear e a correlata escalada na retórica – voltada a minar a capacidade de previsibilidade dos demais atores regionais. A isso se soma o entendimento do país de que desde o final da Guerra Fria amplia-se a pressão sistêmica, calcada na promoção da fragmentação territorial e na mudança de regime, sobre os Estados da periferia e semiperiferia.

Para evitar que as experiências da Líbia, Síria, Sudão, Venezuela, Ucrânia se repitam na Península coreana, Pyongyang estabelece uma estratégia, complexificada após a chegada de Kim Jong-Un ao poder, centrada em tirar vantagem da competição estratégica entre EUA e China no Nordeste Asiático. Em grande medida, a Coreia do Norte manipula o nível de tensão regional, assegurando que a situação na península esteja no cerne das agendas securitárias de cada um dos demais atores. A Coreia do Norte, desse modo, faz provocações para pressionar Pequim (bem como Washington) a reconhecer a RPDC como uma potência nuclear; fazer com que Pequim a apoie mais ativamente na negociação do tratado de paz com os EUA e ofereça mais ajuda econômica. Ou seja, existe uma relação direta entre o ambiente regional de competição estratégica no Nordeste Asiático e a adoção da *byungjin policy*. Por essa razão, a *byungjin* é voltada a afetar a mecânica das interações entre os demais atores e explorar os interesses divergentes das Grandes Potências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo principal analisar de que forma a ascensão de Kim Jong-Un ao poder modificou o perfil de atuação internacional da República Popular Democrática da Coreia e de que modo essa ascensão impactou o contexto regional do Nordeste Asiático. A tese defendida aqui é que a ascensão de Kim Jong-Un deu início a um processo de modernização econômica e busca por reinserção internacional da RPDC, lastreado no aprofundamento do desenvolvimento do programa nuclear (*byungjin policy*), que assegura capacidades dissuasórias para o país no plano regional. A adoção da *byungjin* contribui para a coesão das elites internas do país e fortalece a capacidade de dissuasão no plano regional, refutando a hipótese de colapso iminente. Esse processo condiciona o equilíbrio estratégico entre as Grandes Potências na região, afetando o nível de interação no que tange aos padrões de cooperação-conflito e polarização regional, conservando o caráter típico da Guerra Fria nessas interações, mesmo face às transformações típicas do processo de recomposição hegemônica, e deslocando o eixo conflitivo entre China, Estados Unidos, Rússia, Japão e Coreia do Sul para outros subsistemas asiáticos.

O primeiro capítulo avaliou os padrões de cooperação-conflito e as mudanças nas interações entre as unidades que compõem o subsistema do Nordeste Asiático no período pós-Guerra Fria. Nesse sentido, procurou-se analisar em que medida as dinâmicas regionais foram afetadas pela desestruturação da ordem hegemônica que prevalecera durante a Guerra Fria e como esses processos se relacionam com a ascensão da Ásia e sua respectiva transformação em um núcleo orgânico do capitalismo.

A ascensão da Ásia insere-se nas transformações que marca a fase de rupturas da ordem internacional estabelecida ao final da II Guerra Mundial. Essas rupturas levaram ao desmoronamento dos pilares da Era de Ouro (1945-1975) do capitalismo e moldaram a Política Externa e de Segurança das Grandes Potências, bem como alteraram as relações intra-asiáticas e da região com o mundo. Se, por um lado, criaram desafios para a estabilidade dos países da Ásia, por outro, abriram oportunidades para a inserção externa desses países e para a reformulação da governança regional. Essas transformações ensejaram o nascimento de novas dinâmicas regionais, a partir das quais o Japão tornou-se o motor que alavancou a industrialização do continente. Mais do que isso, ficaram evidentes as tendências centrípetas voltadas ao regionalismo e que alicerçam uma possibilidade de ampliação da autonomia em relação ao bloco hegemônico.

O período pós-Guerra Fria ficou marcado pelo avanço do projeto hegemônico dos Estados Unidos. Essa nova conjuntura incidiu diretamente sobre a condição do Japão em se manter como potência desafiante e da China em manter sua trajetória ascendente. A pressão dos EUA, nesse contexto, esteve assentada especialmente nas políticas voltadas a combater a proliferação horizontal de capacidades nucleares e na imposição da agenda neoliberal. Entretanto, o avanço da pressão sistêmica implicou na busca pelo fortalecimento dos laços regionais, em uma dinâmica na qual o regionalismo serve como elemento para aumentar a capacidade de agência das unidades no plano sistêmico.

De modo mais específico, a soma dos eventos geopolíticos dos anos 1990

- a) interrompe um alinhamento automático da Rússia com os EUA – que vinha prevalecendo desde o final da Guerra Fria;
- b) estimula uma mudança no pensamento estratégico chinês, que passa a centrar seus esforços na modernização militar e na digitalização das suas Forças Armadas como resposta a esse formato de guerra;
- c) o emprego da guerra de propaganda, articulada com organizações não-governamentais, e respaldada pela defesa dos direitos humanos (revoluções coloridas) explicitou um novo modelo de preparação para intervenção militar e entendimento de que esse é um novo mecanismo para desestabilização de governos;
- d) propiciou a aproximação estratégica entre Moscou e Pequim. Essas mudanças marcam a terceira fase de rupturas que ocorre nos anos 1990, que se caracteriza pela implementação do projeto unipolar, porém altera o equilíbrio estratégico entre China, Rússia e Estados Unidos – criando as condições para uma reação contra-hegemônica.

A tendência conflitiva que se apresentava no final dos anos 1990 se aprofundou no início do Século XXI. O conjunto de rupturas e alterações na ordem mundial observadas entre o pós-II Guerra Mundial e a primeira década do século XXI compõe um todo de estruturação e desestruturação da ordem estabelecida, bem como de transferência do núcleo capitalista para o Nordeste Asiático. No período pós-Guerra Fria, a soma desses fenômenos resultou no estabelecimento de dinâmicas particulares, onde se sobrepõem estruturas pós-coloniais mal-definidas, dinâmicas mal-acabadas da Guerra Fria e das disputas típicas do processo de recomposição hegemônica em curso.

O segundo capítulo procurou avaliar e descrever os principais efeitos que a ascensão de Kim Jong-Un gera no plano regional. A chegada de Kim Jong-Un ao poder insere-se em um contexto de transformações na ordem internacional, com sérias implicações para o contexto regional marcado pela erosão dos processos de cooperação entre China e Japão. Em termos

históricos, a partir do balanço da análise da evolução da política externa da Coreia do Norte, esta tese estabeleceu a seguinte periodização, agrupada em três fases:

- a) *afirmação nacional* (1945-1989);
- b) *sobrevivência e resiliência* (1989-2011);
- c) *reinserção internacional* (2011 -).

A fase de *reinserção internacional* se caracteriza pela redefinição do equilíbrio entre as duas principais instituições do país, o PCT e as Forças Armadas. O elemento ideológico que restabeleceu esse equilíbrio é a *Byungjin Policy*. O entendimento que baseia esse ajuste na política externa é que agora que o país havia consolidado sua condição de potência nuclear seria necessário estabelecer um processo de desenvolvimento econômico. Ou seja, Pyongyang afasta-se da perspectiva de que a busca pela capacidade dissuasória no plano regional vai de encontro ao desenvolvimento econômico. Afinal, seria apenas com a segurança de que sua soberania estaria assegurada que o país estaria pronto para buscar o desenvolvimento econômico.

A sequência de testes militares e dos nucleares (foram três durante a gestão de Kim Jong-Un) indicou que houveram avanços quantitativos e qualitativos no programa nuclear e missilístico. Os testes a partir de novas plataformas (submarinos, principalmente) refletem essa transformação do país. Em que pese o fato de que a operacionalidade desses dispositivos ainda seja uma incógnita, há evidências de que Pyongyang avançou no estabelecimento de condições próximas às da tríade estratégica (ICBM, SLBM e ALCM), que seriam a base para a manutenção de capacidades retaliatórias contra as forças nucleares adversárias. Além disso, Kim Jong-Un reforçou os aspectos da modernização econômica empreendida, tais como a consolidação da indústria metalúrgica, de fábricas de indústria leve em setores como têxteis, calçados, malhas e indústrias alimentícias, de obras de infraestrutura, que ratificam a posição de fortalecimento do país e permitem a inserção um novo estágio da política externa. Tendo em vista esse cenário de fortalecimento, o desdobramento natural da *byungjin* era buscar a retomada das negociações no plano regional. Por isso, a cúpula inter-coreana realizada em 2018 compõe mais uma etapa na fase de reinserção internacional do país.

O terceiro capítulo procurou analisar os impactos que a ascensão de Kim Jong-Un gerou sobre a dinâmica regional, tendo como base o equilíbrio nuclear e os padrões de cooperação e conflito que prevalecem na região. Essa análise foi realizada a partir de três níveis analíticos:

- a) sub-regional – Nordeste Asiático (especificamente, as relações entre China, Rússia, Japão e Coreia do Sul);

- b) o contexto asiático mais amplo, avaliando em que medida as dinâmicas do nordeste asiático implicam em alterações nos padrões de cooperação e conflito de outras sub-regiões;
- c) e, por fim, a questão norte-coreana no contexto global de reestruturação da ordem internacional, de crise sistêmica e de redimensionamento do papel da dissuasão nuclear no século XXI.

A análise dos interesses estratégicos dos atores regionais demonstrou que tem acontecido uma tendência de acirramento das relações regionais e de aumento de posturas nacionalistas. Assim sendo, os atores regionais têm procurado atuar mais independentemente, se desvinculando dos blocos a que pertencem. Por isso, contrariando a estrutura regional baseada em alianças previsíveis, para um sistema de alinhamentos flexíveis.

À proporção que a *byungjin* foi se afirmando e se agregou ao cenário de acirramento de rivalidades no Nordeste Asiático, cada país procurou estabelecer estratégias particulares em relação à Coreia do Norte. Dado que o padrão de interação entre os atores do sub-sistema é baseado na dissuasão nuclear e em um balanço de forças com relativo equilíbrio – portanto que não permite a nenhum Estado determinar os rumos da região seguindo apenas seus interesses–, a afirmação da Coreia do Norte como país nuclear implicou nos seguintes efeitos:

- a) assentou o equilíbrio regional no cálculo estratégico das capacidades nucleares, com padrões de interação securitárias mais tradicionais, similares aos da Guerra Fria;
- b) redimensionou o balanço de forças na península coreana, que desde 2001 se caracterizaram pela superioridade sul-coreana e pela condição de Seul vencer sozinha a Coreia do Norte em uma guerra preemptiva convencional – nesse novo contexto, os custos para assegurar essa superioridade seria ainda mais elevado;
- c) transferiu o eixo de disputas geopolíticas entre os Estados do Nordeste Asiático para outros sub-sistemas.

Esses processos, portanto, ensejam a consolidação de um supercomplexo asiático. As dinâmicas securitárias dos sub-sistemas que compõem a região se interrelacionam, em um processo no qual alterações no equilíbrio de forças em uma sub-região afetam o equilíbrio de outra. Essa tendência deve-se à uma série de modificações no contexto asiático:

- a) afirmação do processo de ascensão da China, que passou a ser um ator presente do Oriente Médio ao Nordeste Asiático, estabelecendo iniciativas de construção de infraestrutura regional, como a *One Belt, One Road*, que conectam fisicamente esses subsistemas e ampliam a tendência à inter-relação entre as sub-regiões;

- b) implementação da estratégia estadunidense de balanceamento da China, que possui um caráter geopolítico que vincula todas as dinâmicas regionais em um mesmo sentido de contenção das ações chinesas;
- c) ascensão da Índia à condição de potência regional que passa a atuar além da Ásia Meridional;
- d) reforço do nacionalismo japonês, que tem procurado adotar uma estratégia global, aproximando-se do Sudeste Asiático e da Índia.

Assim, pode-se afirmar que o contexto estratégico do Nordeste Asiático tem sido determinante para alterações mais amplas nas dinâmicas político-securitárias do continente asiático. Mais do que isso, a afirmação norte-coreana e a busca pelo estabelecimento da primazia por parte dos Estados Unidos mantêm a dissuasão nuclear como elemento crucial para a polarização regional.

A decisão norte-coreana de aprofundar seu programa nuclear encontra respaldo na análise do contexto regional. A dissuasão nuclear é o elemento material que possibilita ao país estabelecer alternativas diante do quadro de pressão hegemônica sobre todas as formas de reação contra-hegemônica. Tendo em vista que SE trata de um Estado periférico, subdesenvolvido, cuja formação do Estado se deu em meio à luta anticolonial e à inserção na Guerra Fria, marcada pela Guerra da Coreia, a estratégia de inserção internacional do país é racional. Isso refuta a perspectiva da irracionalidade que permeia grande parte das análises sobre o país. A análise da evolução dos acontecimentos na península tem corroborado para a hipótese de que a *byungjin* trata-se de uma nova etapa no projeto de afirmação nacional. A declaração de *Panmunjon* é mais uma evidência desse processo.

A constatação de que a situação na península coreana é derivada majoritariamente da ausência de conclusão do processo de libertação colonial é outra conclusão fundamental desse estudo. Desde a queda da Dinastia Joseon ainda no século XIX, a península coreana não obteve mais condição de autonomia frente às dinâmicas regionais e sistêmicas. Por essa razão, o colonialismo seguido da ocupação militar levado a cabo pelas duas superpotências impôs o estabelecimento de formas estatais únicas. Assim, os modelos analíticos de análise de política externa que tem como base axiomática o Estado Moderno capitalista não conseguem dar respostas adequadas para a compreensão da inserção internacional de um país como a Coreia do Norte. Embora não seja parte do escopo dessa pesquisa o desenvolvimento de um modelo voltado ao entendimento da política externa pós-colonial, assume-se as limitações nos modelos tradicionais.

O entendimento dos fenômenos regionais compreende parte relevante dessa análise. Apesar de todas as discussões que envolvem a evolução dos processos de regionalização, importa notar que se observa aqui, no estudo de caso do Nordeste Asiático, que o subsistema tem operado a partir de um duplo eixo: a situação na península coreana e a busca pela primazia por parte dos Estados Unidos. Em grande medida, os demais processos observados vinculam-se aos efeitos cinéticos derivados do duplo eixo. Nesse sentido, o avanço dos nacionalismos, o aumento das rivalidades regionais são, em grande escala, reflexos das alterações que ocorreram na Grande Estratégia dos EUA e da situação na Coreia do Norte. Por isso, a península coreana é o principal palco estratégico das disputas no Nordeste Asiático.

Especificamente sobre a atuação de Pyongyang, interessante notar que o país tem atuado desde o final da Guerra Fria procurando, quando possível, manipular o nível de tensão regional. As oscilações de comportamento, aproximação-tensionamento, respondem à percepção que o país tem do contexto regional. Dado que a prioridade é a assinatura do Tratado de Paz com os EUA, torna-se fundamental manter a ameaça nuclear no topo da agenda de segurança dos países da região.

Em virtude desse cenário, que tem como pano de fundo os efeitos múltiplos da ascensão chinesa, o Nordeste Asiático está no centro da geoestratégia dos EUA. A busca dos Estados Unidos pela primazia nuclear tem sido elemento balizador das relações internacionais nos últimos trinta anos. Esse é um processo que vem contribuindo para a desestruturação da ordem internacional existente na Guerra Fria. Por isso, de modo adjacente, essa pesquisa insere-se nas discussões acerca da possibilidade de transição hegemônica.

Se adotarmos a perspectiva defendida por Robert Gilpin, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi de que o hegemona age no sentido de estabelecer o equilíbrio do Sistema, assegurando a estabilidade da ordem internacional, as recentes transformações podem ser entendidas como sintomas de um processo de erosão – mesmo que relativa – da hegemonia dos Estados Unidos. Nesse cenário, poderia se avaliar a hipótese de uma tendência à multipolaridade, cenário no qual a Ásia se converte no principal palco geopolítico. Desse modo, as múltiplas crises internacionais, da última década principalmente, seriam efeitos do processo de declínio relativo dos Estados Unidos.

Não obstante, se adotarmos a concepção de que o hegemona promove a desordem para assegurar sua posição de superioridade, a soma desses processos poderia ser entendida como a refundação da hegemonia dos Estados Unidos, alicerçada em outras bases. Nesse contexto, as crises securitárias regionais que se agravam no século XXI seriam indícios de que Washington avança em sua estratégia imperial e procura desestruturar a ordem internacional para reforçar

sua posição de superioridade assimétrica de capacidades materiais. Seria, portanto, um processo contínuo de expansionismo do líder do Sistema, o que implica em adotar um comportamento autodestrutivo, desestruturando as normas e instituições que compõem a ordem internacional, com vistas a acumular poder. Assim, paradoxalmente, caberia às potências desafiantes o papel de tentar manter o ordenamento do Sistema Internacional, evitando maiores desequilíbrios.

O uso da violência no âmbito internacional pode atender ao objetivo de restabelecer o equilíbrio de poder, reestruturar a ordem internacional em bases mais justas. Por essa razão, o aumento da competitividade no âmbito internacional pode ser, por outro lado, o sintoma de que esteja em curso uma disputa por redefinir a legitimidade do Sistema Internacional. A Coreia já foi o palco de uma guerra sintrópica, por isso os desdobramentos recentes na Península podem ser um dos indicadores dos rumos do equilíbrio estratégico entre as Grandes Potências.

Não se pretende aqui excluir nenhuma das duas possibilidades teóricas. Para fins desse trabalho, importa a percepção de que existe uma tendência de entropia prevalecendo no Sistema e que ela se manifesta gravemente no continente asiático. O avanço do neoliberalismo, da guerra híbrida, da promoção seletiva dos direitos humanos, tem implicado no enfraquecimento dos Estados na semi-periferia e periferia. Eventos como a guerra na Síria, a intervenção na Líbia, a guerra no Iêmen, a crise da Venezuela, a crise na Ucrânia, dentre tantos outros eventos, insere-se nesse contexto. Por essa razão, há de se avaliar o contexto internacional pós-crise de 2007-8 a partir de uma visão sistêmica e não fragmentada.

O avanço do capitalismo na sua essência globalizante é um dos elementos que vincula os desdobramentos dessas crises. Existe um entrelaçamento entre as dinâmicas regionais. Por isso, a situação na Coreia do Norte é um indicador importante para a avaliação do Sistema Internacional atual. A península coreana foi o palco estratégico que pautou as relações entre Washington e Moscou durante a Guerra Fria. Por isso, os desdobramentos da situação na Coreia do Norte devem ser decisivos para a evolução das relações entre as Grandes Potências.

Em grande medida, a legitimidade da ordem internacional está em xeque. Existe uma disputa acerca dos valores, normas e critérios éticos que balizam o Sistema Internacional. O aumento da tendência conflitiva é um indicador que existe um desajuste entre a ordem estabelecida e o balanço de capacidades materiais. Por essa razão, é desafiante a compreensão das dinâmicas regionais no continente asiático, pois trata-se de um processo que está condicionado por um fenômeno político, econômico, social e histórico mais amplo, de recomposição hegemônica.

Por fim, cabe uma avaliação sobre os efeitos que isso traz para o Brasil. A Ásia, hoje, absorve cerca de 30% das nossas exportações (MDIC, 2017). Portanto, alterações no

desempenho econômico chinês, bem como eventuais instabilidades políticas e/ou securitárias repercutem decisivamente sobre a economia brasileira, sobre o nível de emprego e renda do país. Hoje, a Ásia está no centro da economia mundial, é objeto central da política externa dos Estados Unidos, portanto, avaliar em que medida a Península Coreana se configura em uma ameaça à estabilidade no continente asiático é vital para os interesses brasileiros globais.

Mais do que isso, o atual cenário impõe graves desafios para o Brasil em termos geopolíticos. O deslocamento completo da prioridade geoestratégica dos Estados Unidos para o Leste Europeu e para o Leste Asiático agudizam a posição periférica do Brasil. Esse cenário somado à desestruturação contínua das instituições internacionais e o retorno da *realpolitik* (como indica o cenário analisado nessa pesquisa) amplificam o isolamento do Brasil. Por essa razão, o estabelecimento de uma Grande Estratégia Nacional que incorpore esses aspectos é improrrogável. Entretanto, pela tendência histórica da Política Externa Brasileira e pelo contexto político brasileiro pós-crise de 2007-8 trata-se de projeto longínquo.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. **Asia Rising: who is leading?** New Jersey: World Scientific, 2008.
- _____. **The End of American World Order**. Ed. 1, Cambridge: Polity Press, 2014. 157 p.
- AHMED, Ishtiaq. 'Pakistan is a post-colonial garrison state'. **The Friday Times**, Lahore, v. 15, n. 29, set. 2013. Disponível em: <<http://www.thefridaytimes.com/beta3/tft/article.php?issue=20130830epage=16>>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- AKARRA, Tsuneo. **The Future of North Korea**. Abingdon: Routledge, 2002.
- NORTH KOREA: us planning 'bloody nose' first strike. **Al Jazeera**, Qatar, 25 Feb. 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2018/02/north-korea-planning-bloody-nose-strike-180206210238738.html>>. Acesso em: 06 mar. 2018.
- ALPERT, Lukas I. Russia, North Korea Sign Debt Pact. **The Diplomat**, Washington, nov. 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/11/us-japan-india-and-australia-hold-working-level-quadrilateral-meeting-on-regional-cooperation/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- AMIN, Samir. **Os Desafios da Mundialização**. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2006.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. London: Verso, 1991.
- ANDERSON, Perry. **A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ASIA PACIFIC ECONOMIC COOPERATION - APEC. **Key Indicators Data Base**, 2017. Disponível em: <http://statistics.apec.org/index.php/key_indicator/index>. Acesso em 20 Dez. 2017.
- ARBATOV, Alexei. The Transformation of Russia's Military Doctrine in the Aftermath of Kosovo and Chechnya. In: GORODETSKY, Gabriel. **Russia Between East and West: Russian Foreign Policy on the Threshold of the Twenty-First Century**. London: Frank Cass Publishers, 2003.
- ARMACOST, Michael H.; OKIMOTO, Daniel I. **The Future of America's Alliances in Northeast Asia**. Stanford: Shorenstein Asia-Pacific Research Center, 2004.
- ARMSTRONG, Charles K. et al. **Korea at the Center: dynamics of regionalism in Northeast Asia**. London: Sharpe, 2006.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 936 p.
- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- AYOOB, Mohammed. The Security Problematic of the Third World. **World Politics**, Boston, v. 43, n. 02, p. 257-283, Jan. 1991.

BAJORIA, Jaysree; XU, Beina. The Six Party Talks on North Korea's Nuclear Program. **Council of Foreign Relations**, New York, set. 2013. Disponível em: <<https://www.cfr.org/background/six-party-talks-north-koreas-nuclear-program>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BANCO MUNDIAL. GDP ranking. World Bank Data, 2015. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/data-catalog/GDP-ranking-table>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

TRUMP declares North Korea 'sponsor of terror'. **BBC News**. 21 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-us-canada-42058686>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

BERGSTEN, C. F.; FREEMAN, C.; LARGY, N. **China's Rise: Challenges and Opportunities**. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2009.

BERNAZZOLI, Richelle M.; FLINT, Colin. Embodying the garrison state? Everyday geographies of militarization in American society. **Political Geography**, Illinois, v. 29, p. 157-166, 2010. Disponível em: <<https://geopousp.files.wordpress.com/2010/05/everyday-geographies-of-militarization-in-american-society.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

BIERSTECKER, T. et al. Effectiveness of UN Targeted Sanctions. Watson Institute for International Studies of Brown University, Providence, nov. 2013. Disponível em: <http://repository.graduateinstitute.ch/record/287976/files/effectiveness_TCS_nov_2013.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Estatísticas de Comércio Exterior. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em:

BRITES, Pedro V. P.; JAEGER, Bruna C. Coreia do Norte: entre as disputas políticas internas e as reformas econômicas. **Mundorama**, Brasília, 20 out 2014.

BROOKS, Stephen; IKENBERRY, G. John; WOHLFORTH, William C. Don't Come Home America: the case against retrenchment. **International Security**, Cambridge, v. 37, n. 3, p. 7–51, Winter 2012.

BROWN, Kerry. The anti-corruption struggle in Xi Jinping's China: an alternative political narrative. **Asian Affairs**, London, v. 49, n. 1, 15 Feb. 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03068374.2018.1416008?src=recsys>>. Acesso em: 03 Abr. 2018.

BRUCE-LOCKHART, Anna. China's \$900 billion New Silk Road. What you need to know. **World Economic Forum**, Cologny/Geneva, jun. 2017. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2017/06/china-new-silk-road-explainer/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **EUA-URSS: o grande desafio**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

BUZAN, Barry. WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. 576 p.

CALDER, Kent; FUKUYAMA, Francis. (Org.). **Multilateralismo na Ásia Oriental: perspectivas para a estabilidade regional**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

CEPIK, Marco. Apresentação. In: MARTINS, José M. (Org.). **Q. Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2: estudos de caso de Política e Externa e de Segurança**. Porto Alegre: ISAPE, 2013.

CEPIK, Marco; MARTINS, José Miguel Quedi. Defesa Nacional Antimíssil dos EUA: a lógica da preempção e suas implicações internacionais. In: ARTURI, Carlos Schmidt (Org.) **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. v. 1, p. 14-47.

CHA, Victor. **The Impossible State: North Korea, Past and Future**. New York: Ecco, 2012.

CHA, Victor; KANG, David. **Nuclear North Korea: a debate on engagement strategies**. New York: Columbia University Press, 2003.

CHANLETT-AVERY, Emma; RINEHART, Ian E.; NIKITIN, Mary B. D. **North Korea: U.S. Relations, Nuclear Diplomacy and Internal Situation**. Washington D.C.: US Congressional Research Service, 2016.

CHANLETT-AVERY, E. et al. **North Korean Cyber Capabilities: In Brief**. Congressional Research Service, Washington, ago. 2017. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R44912.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

CORDESMAN, Anthony H.; HESS, Ashley. **The Evolving Military Balancing in the Korean Peninsula in Northeast Asia**. Washington: Center for Strategic International Studies, 2013. Disponível em <<https://www.csis.org/analysis/evolving-military-balance-korean-peninsula-and-northeast-asia>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

COTTON, James. The meaning behind Kim Jong-un's secret china Trip. In: **Worldview** [Stratfor], Austin, abr. 2018. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/kim-jong-un-secret-china-trip-xi-jinping-north-korea>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

CSTO - ORGANIZATION OF THE TREATY ON COLLECTIVE SECURITY [Russian: Организация Договора о коллективной безопасности]. **Basic facts**. Disponível em: <http://www.odkb.gov.ru/start/index_aengl.htm>. Acesso em: 18 abr. 2018.

CUMINGS, Bruce. **North Korea: Another Country**. New York: The New Press, 2004.

DAEKWON, Son. Xi Jinping Thought Vs. Deng Xiaoping Theory. In: **The Diplomat**, Washington, out. 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/10/xi-jinping-thought-vs-deng-xiaoping-theory/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

DAMAS, Roberto Dumas. **Economia chinesa: transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China**. São Paulo: Saint Paul, 2014.

ETZIONI, Amitai. Air-Sea Battle: A Dangerous Way to Deal with China. In: **The Diplomat**, Washington, set. 2013. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2013/09/air-sea-battle-a-dangerous-way-to-deal-with-china/>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

EURASIAN ECONOMIC UNION. **General information**. Disponível em: <<http://www.eaeunion.org/?lang=en#about>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FINKELSTEIN, David M. Initial Thoughts on the Reorganization and Reform of the PLA. **CNA China Studies**, Arlington, jan. 2016.

FIORI, José Luis. A transformação mundial e a ressurreição russa do século XXI. **Bresser Pereira Website**, São Paulo, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=7023>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. **Lua Nova**, São Paulo, n. 50, p. 207-235, jan./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200011>. Acesso em: 14 dez. 2017.

FORD, Glyn; KWON, Soyung. **North Korea on the Brink Struggle for Survival**. London: Pluto Press, 2008.

CLINTON, Hillary. America's Pacific Century. **Foreign Policy**. Washington, 11 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

FRANKEL, Jeffrey. The Plaza Accord 30 Years Later. In: BERGSTEN, C. F.; green, Russel. **Conference on Currency Policy Then and Now: 30th Anniversary of the Plaza Accord**, Houston: Baker Institute for Public Policy, 2015, p. 1-18.

FRIEDBERG, Aaron L. Ripe for Rivalry: prospects for peace in a multipolar Asia. **International Security**, Cambridge, v. 18, n. 3, pp. 5-33, Winter 1993/94.

FRIEDRICH, Jörg. **Yalu: à beira da Terceira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2011. 560p.

FUNABASHI, Yoishi. The Asianization of Asia. In: **Foreign Affairs**, New York, nov./dez. 1993. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1993-12-01/asianization-asia>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

FURTADO, Celso. **A Pré-revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GADY, Franz-Stefan. Russia Is Testing Its Most Powerful Intercontinental-Range Ballistic Missile. In: **The Diplomat**, Washington, mar. 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/03/russia-is-testing-its-most-powerful-intercontinental-range-ballistic-missile/>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

_____. South Korea Moves Forward With Plans to Buy 20 More F-35 Stealth Fighter Jets. In: **The Diplomat**, Washington, dez. 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/12/south-korea-moves-forward-with-plans-to-buy-20-more-f-35-stealth-fighter-jets/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GLASER, Bonnie S.; VIERS, Alexandra. Trump and Xi Break the Ice at Mar-a-Lago. **Comparative Connections**, Washington, v. 19, n. 1, p. 21-32, maio. 2017.

GOLDSTEIN, Joshua S. **Winning the War on War: The Decline of Armed Conflict Worldwide**. New York: Dutton/(Plume) Penguin, 2011.

GREEN, Michael et al. Counter-coercion series: East China Sea air defense identification zone. In: **Asia Maritime Transparency Initiative**, Washington, jun. 2017. Disponível em: <<https://amti.csis.org/counter-co-east-china-sea-adiz/>>. Acesso em: 26 set. 2017.

HAAS, Benjamin; JACOBS, Ben; HELMORE, Edward. US imposes sanctions on China, stoking fears of trade war. In: **The Guardian**, London, mar./abr. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/mar/22/china-us-sanctions-trade-war>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

HARDING, Harry. **The impact of Tiananmen on China's foreign policy**. Seattle: National Bureau of Asian and Soviet Research, 1990.

HE-SUK, Choi. Korea-China relations tender as Moon heads for third summit with Xi. **The Korea Herald**, Seoul, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20171212000881>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOLMES, Oliver. US and South Korea to stage huge military exercise despite North Korea crisis. In: **The Guardian**, London, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/aug/11/north-korea-us-south-korea-huge-military-exerciseTheGuardian>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

HUANG, Cary. China seeks role for yuan in AIIB to extend currency's global reach. **South China Morning Post**, Hong Kong, 27 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.scmp.com/news/china/economy/article/1766627/china-seeks-role-yuan-aiib-extend-currencys-global-reach>>. Acesso em 03 nov. 2017.

HUI, Zhang. Revisiting North Korea's Nuclear Test. **China Security**, Washington, v. 3, n. 3, p. 119-130, 2007.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUTT, Rosamond. **North Korea's economy grew nearly 4% last year - despite sanctions**. In: World Economic Forum, Cologny/Geneva, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2017/08/north-korea-s-economic-growth-was-at-a-17-year-high-in-2016-so-which-countries-was-it-trading-with/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

HYUNG-A, Kim. **Korea's Development Under Park Chung Hee**. Abingdon: Routledge, Curzo, 2004.

IKENBERRY, G. John.; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William C. *Introduction: Unipolarity, State Behavior, and Systemic Consequences. World Politics*, volume. 61; Number 1, January 2009; pp. 1-27

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

JING-DONG, Yuan. **China-ASEAN relations: perspectives, prospects and implications for U.S. interests**. Carlisle: Strategic Studies Institute of The U.S. Army War College, 2006.

JUN, Jenny; LAFOY, Scott; SOHN, Ethan. **North Korea's cyber operations: Strategy and responses**. New York: Rowman e Littlefield Center for Strategic and International Studies, 2015.

JUNIO, Don Rodney Ong. Asian Infrastructure Investment Bank: An Idea Whose Time Has Come? In: **The Diplomat**, Washington, 04 dez. 2014. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/12/asian-infrastructure-investment-bank-an-idea-whose-time-has-come/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

KANG, David. **China Rising: peace, power, and order in East Asia**. New York: Columbia University Press, 2007.

KAPLAN, Robert. **A Vingança da Geografia**. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2013.

KATZENSTEIN, Peter J. **The Growth of a Semi sovereign State**. Philadelphia: Temple University Press, 1987.

KAYE, Jeffrey S.. REVEALED: The long-suppressed official report on US biowarfare in North Korea. **Insurge Intelligence**, [online], fev. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/insurge-intelligence/the-long-suppressed-korean-war-report-on-u-s-use-of-biological-weapons-released-at-last-20d83f5cee54>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

KECK, Zachary. To Hedge Its Bets, Russia Is Encircling China. In: **The Diplomat**, Washington, nov. 2013. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2013/11/to-hedge-its-bets-russia-is-encircling-china/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

KIM, Christine; TAIT, Paul. South Korea, U.S. kick off large-scale air exercise amid North Korean warnings. **Reuters**, Toronto, dez. 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-northkorea-missiles/south-korea-u-s-kick-off-large-scale-air-exercise-amid-north-korean-warnings-idUSKBN1DY0QX>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

KING, Betty L.. Japanese colonialism and Korean economic development, 1910-1945. **Asian Studies**, Manila, v. 13, n. 3, p. 21, dez. 1975. Disponível em: <<http://www.asj.upd.edu.ph/mediabox/archive/ASJ-13-03-1975/king-japanese-colonialism-korean-economic-development.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

KISSINGER, Henry. **World Order**. New York: Penguin Press, 2014.

_____. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOIKE, Osamu. Deployment of the THAAD System to South Korea—Background and Issues. **National Institute for Defense Studies**, Tokyo, v. 1, n. 58, p.1-6, mar. 2017.

KREPINEVICH, Andrew; WATTS, Barry; WORK, Robert. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington: Center for Strategic and Budgetary Assessments (CSBA), 2003.

KRISTENSEN, Hans M. The Pentagon's 2017 Report On Chinese Military Affairs. **Federation of American Scientists**, Washington, jun. 2017. Disponível em: <<https://fas.org/blogs/security/2017/06/china-report-2017/>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

KURLANTZICK, Joshua. The Pivot in Southeast Asia: Balancing Interests and Values. **Council on Foreign Relations**, New York, jan. 2015. Disponível em: <<https://www.cfr.org/report/pivot-southeast-asia>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

KWON, Yong. South Korea's Eurasia Ambitions. In: **The Diplomat**, Washington, ago. 2014. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/08/south-koreas-eurasia-ambitions/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

LANDLER, Mark; PERLEZ, Jane. Rare Harmony as China and U.S. Commit to Climate Deal. **The New York Times**, New York, set. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/09/04/world/asia/obama-xi-jinping-china-climate-agreement.html>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

LANKOV, Andrei. **The Real North Korea: Life and Politics in the Failed Stalinist Utopia**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LEE, Sangsoo; BERGER, Bernt. Park's "Trustpolitik" Challenge. **Policy Brief**, Washington: The Institute for Security and Development Policy, n. 185, out. 2015.

LJUNGGREN, David; BRUNNSTROM, David. Vancouver meeting focuses on sanctions as Koreans explore detente. **Reuters**, Toronto, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-northkorea-missiles-diplomacy/vancouver-meeting-focuses-on-sanctions-as-koreas-explore-detente-idUSKBN1F42MQ>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

LYNCH, Colum; DE LUCE, Dan. Trump Raised Prospect of a North Korea Strike with U.N. Envoys, But Said He Wants to Avoid a Fight. In: **Foreign Policy**, Washington, abr. 2017. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2017/04/27/trump-raised-prospect-of-a-north-korea-strike-with-u-n-envoys-but-said-he-wants-to-avoid-a-fight/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

MANSOUROV, Alexandre. North Korea's Cyber Warfare and Challenges for the U.S.-ROK Alliance. In: **Korea Economic Institute of America**, Washington, dez. 2014. Disponível em: <http://www.keia.org/sites/default/files/publications/kei_aps_mansourov_final.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MANYIN, Mark E. et al. **Pivot to the Pacific? The Obama Administration's "Rebalancing" Toward Asia**. Washington: Congressional Research Service, 2012.

MANYIN, Mark E. **Senkakus (Diaoyu/Diaoyutai) Islands Dispute: U.S. Treaty Obligations**. In: Congressional Research Service Reports. Texas: University of North Texas, 2015.

MARTINS, José M. Q. et al. Nova Conjuntura Na Ásia: da Comunidade do Leste Asiático à Competição Estratégica. **Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 5, nº. 24, Jun/Jul 2014.

MARTINS, José Miguel Q. **Digitalização e Guerra Local: como fatores de equilíbrio no Sistema Internacional.** Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2: estudos de caso de Política e Externa e de Segurança.** Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), 2013.

MCBRIDE, James. Building the New Silk Road. **Council on Foreign Relations**, New York, mai. 2015. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/building-new-silk-road>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

MCCURRY, Justin. North Korea agrees to send athletes to Winter Olympics after talks with South. In: **The Guardian**, Tokyo Agency, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/jan/09/north-south-korea-talks-winter-olympics-nuclear>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

MCGRATH, Matthew; WERTZ, Daniel. North Korea's Ballistic Missile Program. **The National Committee on North Korea**, Washington, p. 1-14, ago. 2015. Disponível em: <https://www.ncnk.org/sites/default/files/NCNK_Missile_Issue_Brief_Aug2015.pdf>. Acesso em: 08 jan.2018.

MCGUIRE, Kristian. China-South Korea Relations: A Delicate Détente. In: **The Diplomat**, Washington, fev. 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/02/china-south-korea-relations-a-delicate-detente/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MEARSHEIMER, John J. China's Unpeaceful Rise. **Current History**, Philadelphia, v. 105, n. 690, pp. 160-162, Apr. 2006.

_____. Maneuver, Mobile Defense, and the NATO Central Front. **International Security**, Cambridge, 1982, v. 6, n. 3, p. 104-122, winter 1981/82.

_____. The Gathering Storm: China's challenge to U.S. power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**, London, v. 3, n. 4, Winter 2010.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. The Case for Offshore Balancing. In: **Foreign Affairs**, New York, v. 95, n. 4, pp. 70-83, jul/aug 2016.

MENON, Rajan. The New Great game in central Asia. **Survival**, Washington: The International Institute for Strategic Studies, v. 45, n. 2, p. 187-204, jul. 2017.

MICHISHITA, Narushige. North Korea's 'first' nuclear diplomacy, 1993-94. **Journal of Strategic Studies**, Tokyo: National Institute for Defense Studies, v. 26, n. 4, p. 47-82, 2010.

MILAN, Marcelo. A Crise Financeira e a Hegemonia do Dólar. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**; Porto Alegre, v.1, n.1, p. 133-148, Jan-Jun, 2012.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Foreign Ministry spokesperson Lu Kang's regular press conference on December 15, 2017.** Disponível em:

<http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/t1519944.shtml>. Acesso em: 28 fev. 2018.

MONTGOMERY, Evan Braden. Contested Primacy in the western Pacific: China's Rise and the Future of U.S. Power Projection. **International Security**, Cambridge, v. 38, n. 4 p.115-149, Spring 2014.

MUN-SUK AHN. What Is the Root Cause of the North Korean Nuclear Program? **Asian Affairs: An American Review**, v. 38, n. 4, p. 175-187, 2011.

NAGY, Stephen Robert. *Nationalism, Domestic Politics, and the Japan Economic Rejuvenation*. **East Asia** (2014) 31:5–21.

NEUFELD, Jacob; WATSON, George M.; JR. **Coalition air warfare in the Korean war 1950–1953**. Washington: U.S. Air Force History and Museums Program, 2002.

NIPPON. **Results for the December 2012 General Election**. Disponível em: <<https://www.nippon.com/en/features/h00020/>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

O'HANLON, Michael; MOCHIZUKI, Mike. **Crisis on the Korean Peninsula: how to Deal with a Nuclear North Korea**. New York: McGraw-Hill, 2003.

O'NEIL, Andrew. **Nuclear Proliferation in Northeast Asia: the quest for security**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

OLIVEIRA, Amaury Porto De. Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 138-160, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a06.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

OLIVEIRA, Lucas Kerr; MARTINS, José M. Q.; BUENO, Eduardo U. Um Ano sem Giovanni Arrighi. **Conjuntura Austral**, v. 1, n.º. 1, Ago./Set. 2010.

ORCHARD, Phillip. Japan's North Korea Strategy: A Solid Defense. In: **Geopolitical Futures**, Austin, fev. 2018. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/japans-north-korea-strategy-solid-defense/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PANDA, Ankit. China and South Korea: Examining the Resolution of the THAAD Impasse Image Credit: U.S. National Missile Defense Agency China and South Korea: Examining the Resolution of the THAAD Impasse. In: **The Diplomat**, Washington, nov. 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/11/china-and-south-korea-examining-the-resolution-of-the-thaad-impasse/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

PANDA, Ankit. North Korea's Sixth Test May Have Been the Largest Man-Made Explosion on Earth in 21 Years. In: **The Diplomat**, Washington, set. 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/09/north-koreas-sixth-test-may-have-been-the-largest-man-made-explosion-on-earth-in-21-years/>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

PARAMESWARAN, Prashanth. The Truth About China's 'Big, Bad' Infrastructure Bank. In: **The Diplomat**, Washington, 16 out. 2015. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/10/the-truth-about-chinas-big-bad-infrastructure-bank/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

PATERSON, William E. Beyond Semi- sovereignty: The new Germany in the new Europe. **Journal of the International Association for the Study of German Politics**

(IASGP), Chemnitz, v. 5, n. 2, p. 167-184, set. 2007. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09644009608404436?journalCode=fgrp20>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

PAUTASSO, Diego. **A geografia do desenvolvimento na Ásia-Pacífico: as particularidades do caso chinês**. 2006. Adaptação de parte dos capítulos 1 e 4 (1.2, 1.3 e 4.1) da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Diplomacia Presidencial de Barack Obama. **Meridiano** 47, v. 10, n. 105, p. 8-11, 2009.

_____. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PICOLLI, Larlecianne. Europa enquanto condicionante da política externa e de segurança da Rússia : o papel da defesa antimíssil. **LUME UFRGS - Repositório Digital**, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, jan. 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70019/000875346.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

PINKER, Steven. **The Better Angels of our Nature**. New York: Penguin Books, 2012.

PINKER, Steven; MACK, Andrew. The World Is Not Falling Apart. **Slate**, Washington, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.slate.com/human-interest/2018/04/daniel-ortberg-and-nicole-cliffe-discuss-a-letter-about-a-pregnant-mother-and-daughter.html>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

POLLACK, Joshua. North Korea's Shrinking Role in the Global Missile Market. **38 North**, Washington: US-Korea Institute of the School of Advanced International Studies, jul. 2011. Disponível em: <<https://www.38north.org/2011/07/jpollack072911/>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

PORTER, Patrick. **Sharing Power? Prospect for a U.S. Concert-Balance Strategy**. Carlisle: Strategic Studies Institute of The U.S. Army War College, 2013.

POSEN, Barry R. The Rise of Illiberal Hegemony. In: **Foreign Affairs**, New York, mar./abr. 2018. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2018-02-13/rise-illiberal-hegemony>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

POSEN, Barry. Command of the Commons: the military foundation of U.S hegemony. **International Security**, Cambridge, v. 28, n. 1, p. 5-46, 2003.

PRESSELO, Andrea. The Fukuda Doctrine and Japan's Role in Shaping Post-Vietnam War Southeast Asia. **Japanese Studies Association of Australia**, Sidney, v. 34, No. 1, 37-59, 2014.

QUINGMIN, Zang. **China's Diplomacy**. Beijing: China Intercontinental Press, 2010.

RAMANI, Samuel. What's Really Behind Russia's Public Support of the Trump-Kim Meeting?. In: **The Diplomat**, Washington, mar. 2018. Disponível em:

<<https://thediplomat.com/2018/03/whats-really-behind-russias-public-support-of-the-trump-kim-meeting/>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

RAMANI, Samuel. North Korea's Military Partners in the Horn of Africa. In: **The Diplomat**, Washington, jan. 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/01/north-koreas-military-partners-in-the-horn-of-africa/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

RANGSIMAPORN, Paradorn. **Russia as an Aspiring Great Power in East Asia: Perceptions and Policies from Yeltsin to Putin**. New York: Palgrave Macmillan (St. Antony's Series), 2009.

RI JONG Chol. **Songun Politics in Korea**. Pyongyang: Foreign Languages Publishing House, 2012.

BITZINGER, Richard A. *A New Arms Race? Explaining Recent Southeast Asian Military Acquisitions*. **Contemporary Southeast Asia**. Vol. 32, No. 1 (April 2010), pp. 50-69

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Texto e Grafia, 2011.

ROMBERG, Alan D. Xi- Trump Mar-a-Lago Summit: beyond sweet nothings. **South China Morning Post**, Hong Kong, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scmp.com/week-asia/geopolitics/article/2086035/xi-trump-mar-lago-summit-beyond-sweet-nothings>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

ROZMAN, Gilbert. Russia Repositioning in Northeast Asia: Putin's Impact and Current Prospects. In: BLANK, Stephen J. **Russia's prospects in Asia**. Carlisle: Strategic Studies Institute of the U.S. Army War College, 2010.

ROZMAN, Gilbert; TOGO, Kazuhiko; FERGUSON, Joseph P. Overview. Strategic Thought in Northeast Asia, cap. 1. In: ROZMAN, Gilbert; TOGO, Kazuhiko; FERGUSON, Joseph P. (Eds.). **Russian Strategic Thought toward Asia**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

RT NEWS. **Russia and the changing world**. Disponível em: <<https://www.rt.com/politics/official-word/putin-russia-changing-world-263/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

RTP NOTÍCIAS. **Rússia avisa que escudo anti-míssil na polónia não será limitado a acção diplomática**. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/russia-avisa-que-escudo-anti-missil-na-polonia-nao-sera-limitado-a-accao-diplomatica_n149225>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SAKAGUCHI, Yoshiaki; MAYAMA, Katsuhiko. Significance of the War in Kosovo for China and Russia. **NIDS Security Reports**, Tokyo: National Institute for Defense Studies, v. 1, n. 3, p. 1-23, mar. 2002.

SALOMÓN, Mônica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. Bras. Polít.Int.** Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, pp. 40-59, 2013.

SATO, Heigo. Japan-U.S. Security Relations under the Koizumi Administration: Implications for Bush's Second Term. **National Institute for Defense Studies**, Tokyo, [ca.2004].

SCHEMEMANN, Serge. Yeltsin Cancels a Visit to Japan As Dispute Over Islands Simmers. In: **The New York Times**, New York, set. 1992. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1992/09/10/world/yeltsin-cancels-a-visit-to-japan-as-dispute-over-islands-simmers.html>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

SCOBELL, Andrew. **North Korea Strategic's Intentions**. Carlisle: Strategic Studies Institute of the U.S. Army War College, 2005.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SERRANO, Franklin. From the Static Gold to the Floating Dollar. Contributions to **Political Economy**, Oxford: Oxford University Press, v. 22, n. 1, 87-102, 2003.

SEUNG-HO, Joo; TAE-HWAN, Kwak. **North Korea's Second Nuclear Crisis and Northeast Asian Security**. Abingdon: Routledge, 2007.

SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: the partial power**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SHAMBAUGH, David. **China's Future?** Oxford: Polity, 2016.

SHIN, Eui Hang. Effects of the Korean War on Social Structures of the Republic of Korea. **International Journal of Korean Studies**, Durham, v. 1, n. 1, p. 133-158, abr./set. 2007.

SHIN, Jong-dae. DPRK Perspectives on Korean Reunification after the July 4th Joint Communiqué. **North Korea International Documentation Project**, Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, v. 10, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/NKIDP_eDossier_10_DPRK_Perspectives_on_Korean_Reunification_after_the_July_4th_Joint_Communique_0.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.

SHUBIN, Vladimir. Russia's Geopolitical Calculus in the Launching of BRICS. In: KORNEGAY, Francis; BOHLER-MULLER, Narnia (Ed.). **Laying the BRICS of a New Global Order: from Yekaterinburg 2009 to eThekwiní 2013**. Pretoria: Africa Institute of South Africa, 2013. p. 101-118.

SKINNER, Douglas W. **Airland Battle Doctrine**. Virgínia: Center for Naval Analysis, 1988.

SNYDER, Scott A. **South Korea at the crossroads**. New York: Columbia University Press, 2018.

SNYDER, Scott. **South Korean identity under park Geun-hye: Crosscurrents e Choppy Waters**. Washington: Joint U.S. Korea Academic Studies, 2016.

STIGLITZ, Joseph. The ruin of Russia. In: **The Guardian**, London, 9 abr. 2003. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2003/apr/09/russia.artsandhumanities>>. Acesso em: 11 out. 2017.

SVARTMAN, Eduardo. **Visões Estratégicas para o Atlântico Sul: Estudo Prospectivo e Projeções para a Defesa Marítima Brasileira.** Proposta de pesquisa submetida ao CNPq, Brasília, 2013.

THE JAPAN TIMES. **Security legislation takes effect.** Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/opinion/2016/03/29/editorials/security-legislation-takes-effect/#.wu9eiigvziv>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

THOMPSON, Edward et al. **Exterminismo e Guerra Fria.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

TIEZZI, Shannon. It's Official: China's Military Has 5 New Theater Commands. In: **The Diplomat**, Washington, fev. 2016. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2016/02/its-official-chinas-military-has-5-new-theater-commands/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

TIEZZI, Shannon. Blue House: North Korea Agrees to Talk Denuclearization With the US. In: **The Diplomat**, Washington, mar. 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/03/blue-house-north-korea-agrees-to-talk-denuclearization-with-the-us/>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império: a decomposição do sistema americano.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

TOVAR, Camilo E.; Tania Mohd Nor. **Reserve currency blocs: a changing international monetary system?.** Washington: International Monetary Fund, 2018.

TRENIN, Dmitri. Russia and the Rise of Asia. In: LIMAYE, Satu et al. **Prospects of Multilateral Cooperation in the Asia Pacific: To Overcome the Gap of Security Outlooks.** Tokyo: National Institute for Defense Studies, 2013.

TRENIN, Dmitri. Russia's Asia Strategy: Bolstering the Eagle's Eastern Wing. In: **Institut Français des Relations Internationales**, Paris, n. 94, jun. 2016. Disponível em: <<https://www.ifri.org/en/publications/notes-de-lifri/russieneivisions/russias-asia-strategy-bolstering-eagles-eastern-wing>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. North Korea Sanctions Advisory. **Department of the Treasury**, Washington, fev. 2018. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/OFAC-Enforcement/Documents/dprk_vessel_advisory_02232018.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. U.S. Cyber Operations Policy. **Presidential Policy Directivew /PPD-20**, Washington, [201-].

VAN EVERA, Stephen. **The "Spiral Model" vs. the "Deterrence Model".** Princeton: Princeton University, 2009.

VICENTINO, Cláudio e DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil: ATLAS.** Vol. Único. 1 Ed. São Paulo, Ed. Scipione, 2010.

VISENTINI, Paulo G. F. **As Relações Diplomáticas da Ásia.** Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.

VISENTINI, Paulo G. F. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia D.; MELCHIONNA, Helena H. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

VISENTINI, Paulo. G. F. **O Caótico Século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

VIZENTINI, Paulo G. F. **A Guerra do Vietnã: descolonização e revolução**. Ed. 3, Porto Alegre: UFRGS, 2006.

VIZENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de risco e modernização sem reforma. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 176-195, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292014000200176&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 13 jan. 2018.

VOGEL, Ezra; YUAN, Ming; TANAKA, Akihiko. **The Golden Age of U.S.-China-Japan Triangle: 1972-1989**. Cambridge: Harvard University Asia Center, 2002.

WALT, Stephen M. The Myth of American Exceptionalism. In: **Foreign Policy**, Washington, out. 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/10/11/the-myth-of-american-exceptionalism/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. New York: McGraw Hill, 1979.

WANG, Zhengxu; ZENG, Jinghan. Xi Jinping: the game changer of Chinese elite politics?. In: **Contemporary Politics**, [S.L], v. 22, n. 4, p. 469-486, abr. 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13569775.2016.1175098?src=recsys&journalCode=ccpo20>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

WEITZ, Richard. Putin's Grand Plan for Asia. In: **The Diplomat**, Washington, 13 mar. 2012. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2012/03/putin-grand-plan-for-asia/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Brasília: Editora da UnB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

WOLF, Holger. Korean unification: Lessons from Germany. In: NOLAND, Marcus. **Economic Integration of Korean Peninsula**. Washington: Peterson Institute for International Economics, 1998. p. 165-189.

XIAOKUN, Li. China, Russia sign border agreement. In: **China Daily**, Beijing, Jul. 2008. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2008-07/22/content_6865847.htm>. Acesso em: 19 jan. 2018.

YAN, Xuetong. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

YAN, Xuetong. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, Oxford: Oxford University Press, v. 7, n. 2, p. 153-184, Apr. 2014.

YAN, Xuetong. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153-184, Summer 2014.

YAN, Xuetong. The Rise of China in Chinese Eyes. **Journal of Contemporary China**, Abingdon: Routledge, v. 10, n. 26, pp. 33-39, Aug. 2001.

YUN, Sergey. **Russian Policy in East Asia**. Apresentação no Instituto de Estudos Europeus de Macau, Macau, 2009.

ZACARIA, Fareed. **O Mundo Pós-Americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZAKHAROVA, Liudmila. 2016. "Russia-North Korea Economic Relations". Disponível em: http://keia.org/sites/default/files/publications/joint_us-korea_2016_-_russia_nk.pdf

ZENG, Douglas Zhihua. **How Do Special Economic Zones and Industrial Clusters Drive China's Rapid Development?** Washington, DC: The World Bank, (Policy Research Working Paper, 5583), Mar. 2011.

ZHENG, Bijian. **China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2005**. Washington D.C.: Brookings, 2005.

ZHENG, Bijian. China's —Peaceful Rise to Great-Power Status. In: **Foreign Affairs**, New York, v. 84, n. 5, p. 18-24, Set./Out. 2005. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20031702>>. Acesso em 30 jan. 2018.

ZHOU, Shanding. **Changes in the Official Ideology in Contemporary China**. South East Queensland: Griffith Asia Institute, Regional Outlook Paper No. 29, 2011.

ZHOU, Xiaochuan. Statement on Reforming the International Monetary System. **Permanent Mission of The People's Republic of China to the UN**, New York, 23 mar. 2009. Disponível em: <http://www.china-un.org/eng/zt/g20_london_summit/t554938.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

**APÊNDICE A – TABELA TESTES MILITARES NORTE-COREANOS
DESDE 1958**

Data das Eleições	Tipo de Eleições	Descrição dos Incidentes/Atritos Militares/Testes Militares	Janela em relação às eleições	Data
2/5/58	Legislativas	Sequestro de Avião Sul-coreano	75 dias antes	16/2/58
2/5/58	Legislativas	Avião americano derrubado pela Coreia do Norte	57 dias antes	6/3/58
15/3/60	Presidencial	Dogfight entre avião norte-coreano e dos EUA	274 dias antes	15/6/59
29/6/60	Legislativas	Troca de tiros e afundamento de navio norte-coreano	31 dias depois	30/7/60
12/8/60	Presidencial	Troca de tiros e afundamento de navio norte-coreano	13 dias antes	30/7/60
15/10/63	Presidencial	Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	329 dias antes	20/11/62
15/10/63	Presidencial	Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	78 dias antes	29/7/63
26/11/63	Legislativas	Dogfight entre avião norte-coreano e dos EUA	354 dias depois	14/11/64
26/11/63	Legislativas	Avião norte-coreano intercepta avião de reconhecimento dos EUA	519 dias depois	28/4/65
3/5/67	Presidencial	Infiltração e Incursão	351 dias antes	17/5/66
3/5/67	Presidencial	Troca de tiros na ZDM	182 dias antes	2/11/66
3/5/67	Presidencial	Afundamento de navio-patrolha sul-coreano	104 dias antes	19/1/67
3/5/67	Presidencial	Infiltração e Incursão (Territorial)	21 dias antes	12/4/67
3/5/67	Presidencial	Infiltração e Incursão (Marítima)	16 dias antes	17/4/67
8/6/67	Legislativas	Ataque à quartel militar dos EUA	17 dias antes	22/5/67
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão	2 dias depois	10/6/67
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão	9 dias depois	17/6/67
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão	15 dias depois	23/6/67
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão	20 dias depois	28/6/67
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão	21 dias depois	29/6/67
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão	25 dias depois	3/7/67
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão	27 dias depois	5/7/67
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão	36 dias depois	14/7/67
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão	40 dias depois	18/7/67
8/6/67	Legislativas	Emboscada à soldados dos EUA	63 dias depois	10/8/67
8/6/67	Legislativas	Emboscada à soldados dos EUA	81 dias depois	28/8/67
8/6/67	Legislativas	Emboscada à soldados dos EUA	82 dias depois	29/8/67
8/6/67	Legislativas	Explosão de uma estação de trem na Coreia do Sul	89 dias depois	5/9/67
8/6/67	Legislativas	Explosão de uma estação de trem na Coreia do Sul	97 dias depois	13/9/67
8/6/67	Legislativas	Ataque à Casa Azul (Cheong Wa Dae)	227 dias depois	21/1/68
8/6/67	Legislativas	Captura do USS Pueblo	229 dias depois	23/1/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	311 dias depois	14/4/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	318 dias depois	21/4/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	424 dias depois	5/8/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros nas Ilhas Jeju	440 dias depois	21/8/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Prisão de espião na Ilhas Jeju	443 dias depois	24/8/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros	448 dias depois	29/8/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	469 dias depois	19/9/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros à Oeste Linha de Divisão Marítima MDL	474 dias depois	24/9/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	503 dias depois	23/10/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros at Uljin e Samcheok	510 dias depois	30/10/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros at Uljin e Samcheok	511 dias depois	31/10/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros at Uljin e Samcheok	512 dias depois	1/11/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros at Uljin e Samcheok	513 dias depois	2/11/68

Data das Eleições	Tipo de Eleições	Descrição dos Incidentes/Atritos Militares/Testes Militares	Janela em relação às eleições	Data
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros at Uljin e Samcheok	514 dias depois	3/11/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros at Uljin	523 dias depois	12/11/68
8/6/67	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	646 dias depois	15/3/69
8/6/67	Legislativas	Agente Norte-Coreano na Coreia do Sul	649 dias depois	18/3/69
8/6/67	Legislativas	Interceptação de avião de reconhecimento dos EUA	677 dias depois	15/4/69
27/4/71	Presidencial	Afundamento de navio norte-coreano em águas sul-coreanas	688 dias antes	8/6/69
27/4/71	Presidencial	Captura de Navião Espião da Coreia do Norte	684 dias antes	12/6/69
27/4/71	Presidencial	Afundamento de Navião Espião da Coreia do Norte	561 dias antes	13/10/69
27/4/71	Presidencial	Sequestro de Avião Sul-coreano	502 dias antes	11/12/69
27/4/71	Presidencial	Sequestro de avião da Japan Airlines (Boeing 727)	392 dias antes	31/3/70
27/4/71	Presidencial	Infiltração e afundamento de navio norte-coreano	388 dias antes	4/4/70
27/4/71	Presidencial	Infiltração e Incursão	384 dias antes	8/4/70
27/4/71	Presidencial	Captura de navio de transmissões da Coreia do Sul	326 dias antes	5/6/70
27/4/71	Presidencial	Infiltração e Capture de navio norte-coreano	302 dias antes	29/6/70
27/4/71	Presidencial	Infiltração e afundamento de navio norte-coreano	273 dias antes	28/7/70
27/4/71	Presidencial	Infiltração e afundamento de navio norte-coreano	199 dias antes	10/10/70
27/4/71	Presidencial	Tentativa de sequestro de avião da Korean Airlines	94 dias antes	23/1/71
25/5/71	Legislativas	Infiltração e afundamento de navio norte-coreano	11 dias antes	14/5/71
25/5/71	Legislativas	Infiltração e Incursão	7 dias depois	1/6/71
25/5/71	Legislativas	Infiltração e Incursão - Troca de tiros at Zona Desmilitarizada	83 dias depois	16/8/71
23/12/72	Presidencial	Troca de tiros at Zona Desmilitarizada	74 dias depois	7/3/73
27/2/73	Legislativas	Troca de tiros at Zona Desmilitarizada	8 dias depois	7/3/73
27/2/73	Legislativas	Afundamento de Barcos de Pesca sul-coreanos e prisão de 30 pescadores	353 dias depois	15/2/74
27/2/73	Legislativas	Infiltração e Incursão	448 dias depois	21/5/74
27/2/73	Legislativas	afundamento de navio da guarda-costeira da Coreia do Sul	486 dias depois	28/6/74
27/2/73	Legislativas	Tentativa de assassinato do Presidente Park Chung-hee	534 dias depois	15/8/74
27/2/73	Legislativas	Infiltração e descoberta do sistemas de túneis norte-coreanos	631 dias depois	20/11/74
27/2/73	Legislativas	Colisão e afundamento de navio norte-coreano	729 dias depois	26/2/75
27/2/73	Legislativas	Infiltração e Incursão	926 dias depois	11/9/75
27/2/73	Legislativas	Infiltração e afundamento de navio norte-coreano	951 dias depois	6/10/75
6/7/78	Presidencial	Infiltração e Incursão	745 dias antes	21/6/76
6/7/78	Presidencial	Incidente Panmunjom Axe	687 dias antes	18/8/76
6/7/78	Presidencial	Infiltração e afundamento de navio norte-coreano	69 dias antes	28/4/78
6/7/78	Presidencial	Infiltração e afundamento de navio norte-coreano	48 dias antes	19/5/78
12/12/78	Legislativas	Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	35 dias antes	7/11/78
6/12/79	Presidencial	Infiltração e afundamento de navio norte-coreano	138 dias antes	21/7/79
6/12/79	Presidencial	Infiltração e Incursão	108 dias depois	23/3/80
27/8/80	Presidencial	Infiltração e afundamento de navio norte-coreano	67 dias antes	21/6/80
27/8/80	Presidencial	Troca de tiros	69 dias depois	4/11/80
25/2/81	Presidencial	Infiltração e afundamento de navio norte-coreano	85 dias antes	2/12/80
25/3/81	Legislativas	Infiltração e afundamento de navio norte-coreano	88 dias depois	21/6/81
25/3/81	Legislativas	Coreia do Norte atira em Avião de reconhecimento dos EUA	154 dias depois	26/8/81
12/2/85	Legislativas	Infiltração e Incursão	557 dias antes	5/8/83
12/2/85	Legislativas	Infiltração e Incursão	549 dias antes	13/8/83
12/2/85	Legislativas	Explosão no Centro cultural estadunidense em Taegu	509 dias antes	22/9/83
12/2/85	Legislativas	The Rangoon Bombing	492 dias antes	9/10/83
12/2/85	Legislativas	Infiltração e Incursão	437 dias antes	3/12/83
12/2/85	Legislativas	Assalto e tentativa de assassinato	362 dias antes	16/2/84
12/2/85	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	317 dias antes	1/4/84
12/2/85	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	164 dias antes	1/9/84
12/2/85	Legislativas	Assalto e tentativa de assassinato	141 dias antes	24/9/84
12/2/85	Legislativas	Troca de tiros	81 dias antes	23/11/84
12/2/85	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	115 dias depois	7/6/85

Data das Eleições	Tipo de Eleições	Descrição dos Incidentes/Atritos Militares/Testes Militares	Janela em relação às eleições	Data
12/2/85	Legislativas	Infiltração e Incursão	250 dias depois	20/10/85
12/2/85	Legislativas	Troca de tiros (Marítima)	436 dias depois	24/4/86
16/12/87	Presidencial	Bombas em aeroporto	458 dias antes	14/9/86
16/12/87	Presidencial	Troca de tiros (terrestre)	25 dias antes	21/11/87
16/12/87	Presidencial	Explosão de aeronave civil sul-coreana	17 dias antes	29/11/87
26/4/88	Legislativas	Explosão de aeronave civil sul-coreana	149 dias antes	29/11/87
26/4/88	Legislativas	Infiltração e Incursão	676 dias depois	3/3/90
24/3/92	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	693 dias antes	1/5/90
24/3/92	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	662 dias antes	1/6/90
24/3/92	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	267 dias antes	1/7/91
24/3/92	Legislativas	Infiltração e Incursão	59 dias depois	22/5/92
24/3/92	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	69 dias depois	1/6/92
18/12/92	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	162 dias depois	29/5/93
18/12/92	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	163 dias depois	30/5/93
18/12/92	Presidencial	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	529 dias depois	31/5/94
18/12/92	Presidencial	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	531 dias depois	2/6/94
11/4/96	Legislativas	Derrubada de Helicóptero dos EUA	481 dias antes	17/12/94
11/4/96	Legislativas	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	377 dias antes	31/3/95
11/4/96	Legislativas	Apreensão de Navio Sul-coreano	254 dias antes	1/8/95
11/4/96	Legislativas	Infiltração e Incursão	177 dias antes	17/10/95
11/4/96	Legislativas	Infiltração e Incursão	169 dias antes	25/10/95
11/4/96	Legislativas	Atrito fronteiroço	6 dias antes	5/4/96
11/4/96	Legislativas	Atrito fronteiroço	5 dias antes	6/4/96
11/4/96	Legislativas	Atrito fronteiroço	4 dias antes	7/4/96
11/4/96	Legislativas	Infiltração e Incursão	160 dias depois	18/9/96
11/4/96	Legislativas	Troca de tiros	161 dias depois	19/9/96
11/4/96	Legislativas	Troca de tiros	163 dias depois	21/9/96
11/4/96	Legislativas	Troca de tiros	164 dias depois	22/9/96
11/4/96	Legislativas	Troca de tiros	170 dias depois	28/9/96
11/4/96	Legislativas	Troca de tiros	172 dias depois	30/9/96
11/4/96	Legislativas	Troca de tiros Manhunt_Incidente Final	208 dias depois	5/11/96
19/12/97	Presidencial	Troca de tiros	253 dias antes	10/4/97
19/12/97	Presidencial	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	210 dias antes	23/5/97
19/12/97	Presidencial	Atritos Marítimos	197 dias antes	5/6/97
19/12/97	Presidencial	Troca de tiros	156 dias antes	16/7/97
19/12/97	Presidencial	Infiltração e Incursão	185 dias depois	22/6/98
19/12/97	Presidencial	Infiltração e Incursão	205 dias depois	12/7/98
19/12/97	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM)	255 dias depois	31/8/98
19/12/97	Presidencial	Infiltração e Incursão	336 dias depois	20/11/98
19/12/97	Presidencial	Infiltração e Incursão	363 dias depois	17/12/98
13/4/00	Legislativas	Primeira Campanha Naval em Yeonpyeong	303 dias antes	15/6/99
13/4/00	Legislativas	Declaração Norte-coreana sobre as Fronteiras Marítimas	21 dias antes	23/3/00
19/12/02	Presidencial	Incursão territorial	456 dias antes	19/9/01
19/12/02	Presidencial	Incursão territorial	455 dias antes	20/9/01
19/12/02	Presidencial	Incursão marítima	362 dias antes	22/12/01
19/12/02	Presidencial	Segunda Campanha Naval em Yeonpyeong	173 dias antes	29/6/02
19/12/02	Presidencial	Incursão aérea	63 dias depois	20/2/03
19/12/02	Presidencial	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	67 dias depois	24/2/03
19/12/02	Presidencial	Interceptação aérea	73 dias depois	2/3/03
19/12/02	Presidencial	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	81 dias depois	10/3/03
19/12/02	Presidencial	Incursão marítima	164 dias depois	1/6/03
19/12/02	Presidencial	Troca de tiros	210 dias depois	17/7/03
19/12/02	Presidencial	Incursão marítima	232 dias depois	8/8/03
15/4/04	Legislativas	Incursão marítima	236 dias antes	23/8/03
15/4/04	Legislativas	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	178 dias antes	20/10/03
15/4/04	Legislativas	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	381 dias depois	1/5/05
19/12/07	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	652 dias antes	7/3/06
19/12/07	Presidencial	Lançamento de Míssil Balístico Intercontinental/Mísseis de Curto Alcance	533 dias antes	4/7/06
19/12/07	Presidencial	Teste Nuclear	436 dias antes	9/10/06

Data das Eleições	Tipo de Eleições	Descrição dos Incidentes/Atritos Militares/Testes Militares	Janela em relação às eleições	Data
19/12/07	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	208 dias antes	25/5/07
19/12/07	Presidencial	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	195 dias antes	7/6/07
19/12/07	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	175 dias antes	27/6/07
19/12/07	Presidencial	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	100 dias depois	28/3/08
9/4/08	Legislativas	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	12 dias antes	28/3/08
9/4/08	Legislativas	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	51 dias depois	30/5/08
9/4/08	Legislativas	Morte de turista sul-coreana no Resort da Montanha Kumgang	93 dias depois	11/7/08
9/4/08	Legislativas	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	181 dias depois	7/10/08
9/4/08	Legislativas	Lançamento de Satélite	361 dias depois	5/4/09
9/4/08	Legislativas	Testes Nucleares / Lançamento de Mísseis de Curto Alcance	411 dias depois	25/5/09
9/4/08	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	412 dias depois	26/5/09
9/4/08	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	413 dias depois	27/5/09
9/4/08	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	415 dias depois	29/5/09
9/4/08	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	449 dias depois	2/7/09
9/4/08	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	451 dias depois	4/7/09
9/4/08	Legislativas	Captura de navio na fronteira marítima	477 dias depois	30/7/09
9/4/08	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	551 dias depois	12/10/09
9/4/08	Legislativas	Campanha Naval de Daechong	580 dias depois	10/11/09
9/4/08	Legislativas	Coreia do Norte declara Zona de Exclusão de Navegação	657 dias depois	26/1/10
9/4/08	Legislativas	Fogo de Artilharia	658 dias depois	27/1/10
9/4/08	Legislativas	Fogo de Artilharia	659 dias depois	28/1/10
9/4/08	Legislativas	Fogo de Artilharia	660 dias depois	29/1/10
9/4/08	Legislativas	Coreia do Norte declara Zona de Exclusão de Navegação	662 dias depois	31/1/10
9/4/08	Legislativas	Afundamento da Corveta Cheonan	716 dias depois	26/3/10
11/4/12	Legislativas	Fogo de Artilharia	611 dias antes	9/8/10
11/4/12	Legislativas	Bombardeio das ilhas Yeonpyeong	505 dias antes	23/11/10
11/4/12	Legislativas	Lançamento de Míssil terra-ar de Curto Alcance	308 dias antes	8/6/11
11/4/12	Legislativas	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	13 dias antes	29/3/12
11/4/12	Legislativas	Lançamento de Satélite	2 dias depois	13/4/12
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Satélite	7 dias antes	12/12/12
19/12/12	Presidencial	Testes Nucleares	55 dias depois	12/2/13
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	86 dias depois	15/3/13
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	150 dias depois	18/5/13
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	151 dias depois	19/5/13
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	152 dias depois	20/5/13
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	435 dias depois	27/2/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	439 dias depois	3/3/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	440 dias depois	4/3/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	452 dias depois	16/3/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	458 dias depois	22/3/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	459 dias depois	23/3/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	462 dias depois	26/3/14
19/12/12	Presidencial	NLL Troca de tiros	467 dias depois	31/3/14
19/12/12	Presidencial	NLL Troca de tiros	519 dias depois	22/5/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	554 dias depois	26/6/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	557 dias depois	29/6/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	560 dias depois	2/7/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	567 dias depois	9/7/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	571 dias depois	13/7/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	584 dias depois	26/7/14
19/12/12	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	603 dias depois	14/8/14
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	585 dias antes	6/9/14
13/4/16	Legislativas	NLL Troca de tiros	554 dias antes	7/10/14
13/4/16	Legislativas	Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	551 dias antes	10/10/14
13/4/16	Legislativas	Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	542 dias antes	19/10/14
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	431 dias antes	7/2/15
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	430 dias antes	8/2/15
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	408 dias antes	2/3/15
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	397 dias antes	13/3/15

Data das Eleições	Tipo de Eleições	Descrição dos Incidentes/Atritos Militares/Testes Militares	Janela em relação às eleições	Data
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	377 dias antes	2/4/15
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	376 dias antes	3/4/15
13/4/16	Legislativas	Submarine Launched Ballistic Missile Launch	341 dias antes	8/5/15
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis de Cruzeiro Anti-navio	304 dias antes	14/6/15
13/4/16	Legislativas	Explosão de Minas	253 dias antes	4/8/15
13/4/16	Legislativas	Troca de tiros na Zona Desmilitarizada	237 dias antes	20/8/15
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos a partir de Submarino (SLBM)	137 dias antes	28/11/15
13/4/16	Legislativas	Testes Nucleares	98 dias antes	6/1/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Satélite	66 dias antes	7/2/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	41 dias antes	3/3/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	34 dias antes	10/3/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	26 dias antes	18/3/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	23 dias antes	21/3/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	15 dias antes	29/3/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Terra-Ar de Long Alcance	12 dias antes	1/4/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos a partir de Submarino (SLBM)	7 dias antes	6/4/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM)	2 dias depois	15/4/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos a partir de Submarino (SLBM)	10 dias depois	23/4/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM)	15 dias depois	28/4/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM)	48 dias depois	31/5/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM)	70 dias depois	22/6/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos a partir de Submarino (SLBM)	87 dias depois	9/7/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	97 dias depois	19/7/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	112 dias depois	3/8/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos a partir de Submarino (SLBM)	133 dias depois	24/8/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	145 dias depois	5/9/16
13/4/16	Legislativas	Testes Nucleares	149 dias depois	9/9/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM)	185 dias depois	15/10/16
13/4/16	Legislativas	Lançamento de Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM)	190 dias depois	20/10/16
9/5/17	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	86 dias antes	12/2/17
9/5/17	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Curto Alcance	64 dias antes	6/3/17
9/5/17	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos (falha)	48 dias antes	22/3/17
9/5/17	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	34 dias antes	5/4/17
9/5/17	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos (falha)	23 dias antes	16/4/17
9/5/17	Presidencial	Lançamento de Mísseis Balísticos de Médio Alcance	10 dias antes	29/4/17